



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

2026 - 2029

PLANO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Do Município de Iconha

Iconha/ES
2025

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA

2026-2029

ICONHA/ES

2025

EXPEDIENTE

Essa é uma publicação técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no município de Iconha.

Gedson Brandão Paulino

Prefeito Municipal

Fernando Caprini Volponi

Vice-Prefeito

Ediana Carla Curitiba

Secretária Municipal de Assistência Social

RESPONSÁVEIS DO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO

Comitê de elaboração do PMAS instituído pelo Decreto Municipal nº 4.627, de 14 de outubro de 2025.

I – Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Marcia Maria Pereira Chagas

Suplente: Sabrina Marinato Donateli

Titular: Priscila Bermond Nicoli Travezani

Suplente: Mayara Gama de Lima

Titular: Diana Paula de Araujo Ferreira

Suplente: Ivaneth do Carmo Montagnoli Lyrio

Titular: Vinicius Boldrini Guidinele

Suplente: Hiryan Monte Biancardi

Titular: Mychely Ateli Mendes

Suplente: Flavia Marinato Amarin

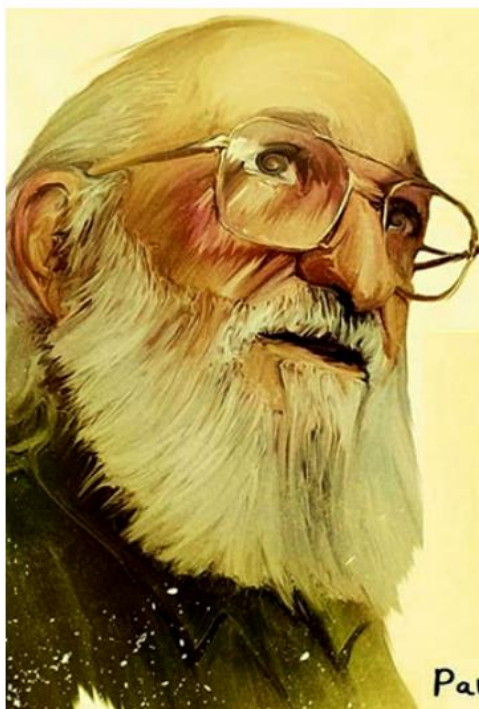
Titular: Andreia Salarolli Soares

Suplente: Marinete Fambre Porto

II – Representante do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:

a) Titular: Jilciara Jesus de Santana

Suplente: Rosana Contreiro Valiati



E preciso ter esperança, mas ter
esperança do verbo esperançar;
porque tem gente que tem
esperança do verbo esperar.
E esperança do verbo esperar não
é esperança, é espera.
Esperançar é se levantar,
esperançar é ir atrás,
esperançar é construir,
esperançar é não desistir!
Esperançar é levar adiante,
esperançar é juntar-se com outros
para fazer de outro modo...

Paulo Freire

FICHA TÉCNICA

Texto: Emanoele Dassie Ferreira

Edição: Empresa Captar Consultoria Pública / Comitê de Elaboração do PMAS de Iconha

Revisão: Miriam Frederico

Projeto Gráfico: Caio Pires de Sá

Tiragem: 01

1ª edição em 2025.

ADVERTÊNCIA

A Empresa Captar Consultoria Pública se preocupa em empregar uma linguagem que evite discriminação ou destaque distinções de gênero. Contudo, existe um debate entre os especialistas em linguística sobre a melhor forma de implementar essa prática. Para fins de simplificação textual neste documento, escolheu-se o uso do masculino genérico tradicional, sendo implícito que todas as referências nesse gênero se aplicam igualmente a homens, mulheres e demais designações de gênero.

Extraído e adaptado de Maria Pia Parente. Neste município criança não trabalha: o que os prefeitos podem e devem fazer para eliminar o trabalho infantil doméstico e proteger as jovens trabalhadoras. Brasília, OIT/Fundação Abrinq/Andi, 2003.

Este texto pode conter a reutilização de trechos de textos previamente publicados pelo próprio autor.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPC Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO Cadastro Único

CAPS Centro de Atenção Psicossocial

CDA Compra Direta de Alimentos

CENTRO POP Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CNEAS Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social

CNES Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CNPJ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

COMASI Conselho Municipal de Assistência Social de Iconha

COMDCAI Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Iconha

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializados de Assistência Social

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

DHH Direito Humano à Alimentação Adequada

ECRIAD Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA Educação de Jovens e Adultos

FEAS Fundo Estadual de Assistência Social

FMAS Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS Fundo Nacional de Assistência Social

GGL Grupo Gestor Local

GPTes Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LA Liberdade Assistida

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA Lei Orçamentária Anual

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social

MDS Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

NOB-RH/SUAS Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

NOB-SUAS Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OSC Organização da Sociedade Civil

PAEFI Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF Programa Bolsa Família

PIA Plano Individual de Acompanhamento

PIB Produto Interno Bruto

PMAS Plano Municipal de Assistência Social

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PPA Plano plurianual

PPCAAM Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PSC Prestação de Serviços à Comunidade

RH Recursos Humanos

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEMADES Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SICON Sistema de Condicionalidades

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUS Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Pirâmide etária de Iconha – 2022 | 33 |
| Gráfico 2 - IDHM | 37 |
| Gráfico 3 – Atendimentos coletivos e particularizados executados pelo CRAS entre 2024 e 2025 | 52 |
| Gráfico 4 – Ações tipificadas desenvolvidas pela equipe CRAS ao longo de janeiro de 2024 a setembro de 2025 | 55 |
| Gráfico 5 – Faixa etária atendida nos grupos do SCFV entre 2024 e 2025 | 64 |
| Gráfico 6 – Raça e cor da Primeira Infância em Iconha | 72 |
| Gráfico 7 – Cobertura da atenção primária à saúde para a Primeira Infância em Iconha | 73 |
| Gráfico 8 – Imunização da Primeira Infância em Iconha | 74 |
| Gráfico 9 – Crianças de 0 a 6 anos nascidos vivos em Iconha..... | 75 |
| Gráfico 10 – Comparativo de visitas entre 2024 e 2025 concretizadas pelo PCF | 79 |
| Gráfico 11 – Perfil atendido pelo PCF de 2023 a 2025 | 79 |
| Gráfico 12 – Famílias e Pessoas atendidas durante 2024 no CREAS | 86 |
| Gráfico 13 – Famílias e Pessoas atendidas durante 2025 no CREAS | 87 |
| Gráfico 14 – Visitas domiciliares realizadas pelo CREAS entre 2024 e 2025..... | 88 |
| Gráfico 15 – Desenvolvimento das visitas domiciliares ao longo de 2024 | 89 |
| Gráfico 16 – Grupos e atividades coletivas executadas ao longo de 2024 e 2025 | 90 |
| Gráfico 17 – Encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial em 2024 e 2025 | 97 |
| Gráfico 18 – Abordagens Sociais concretizadas em 2024 e 2025 | 99 |
| Gráfico 19 – Quantidade de atendimentos realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social durante 2024 | 99 |
| Gráfico 20 – Tipos de serviços ofertados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social em 2024 | 101 |
| Gráfico 21 – Faixa etária dos acolhidos entre 2024 e 2025..... | 115 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 22 – Motivos do Acolhimento em 2024..... | 117 |
| Gráfico 23 – Sexo e faixa etária dos usuários desinstitucionalizados em 2024 | 119 |
| Gráfico 24 – Sexo e faixa etária dos usuários desinstitucionalizados em 2025 | 119 |
| Gráfico 25 – Tipo de reintegração familiar em 2024 | 120 |
| Gráfico 26 – Tipos de serviços executados em 2024 e 2025..... | 121 |
| Gráfico 27 – Ações desenvolvidas no Abrigo Institucional em 2024 | 123 |
| Gráfico 28 – Ações desenvolvidas no Abrigo Institucional em 2025 | 124 |
| Gráfico 29 – Visitas domiciliares realizadas pelo Abrigo Institucional em 2024 e 2025 | 126 |
| Gráfico 30 – Famílias e Pessoas atendidas entre 2024 e 2025..... | 127 |
| Gráfico 31 – Encaminhamentos concretizados entre 2024 e 2025..... | 128 |
| Gráfico 32 – Tipos de atendimentos executados no Lar do Idoso entre 2024 e 2025 | 134 |
| Gráfico 33 – Grupos e atividades coletivas concretizados no Lar do Idoso entre 2024 e 2025 | 136 |
| Gráfico 34 – Pessoas atendidas no Lar do Idoso ao longo de 2024 e 2025. | 137 |
| Gráfico 35 – Famílias cadastradas com renda per capita até meio salário mínimo | 141 |
| Gráfico 36 – Famílias cadastradas com renda per capita acima de meio salário | 142 |
| Gráfico 37 – Famílias Cadastradas e Famílias atualizadas no Cadastro Único | 143 |
| Gráfico 38 – Pessoas cadastradas no Cadastro Único | 143 |
| Gráfico 39 – Sexo e Faixa etária de pessoas cadastradas..... | 145 |
| Gráfico 40 – Total de famílias em GPTE inseridas no Cadastro Único | 148 |
| Gráfico 41 Total de pessoas em GPTE inseridas no Cadastro Único | 148 |
| Gráfico 42 – Tipos de serviços do Cadastro Único em 2024 | 150 |
| Gráfico 43 – Tipos de serviços do Cadastro Único em 2025 | 152 |
| Gráfico 44 – Manutenção de benefícios em 2024 | 153 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 45 – Outras ações do Cadastro Único em 2024..... | 154 |
| Gráfico 46 – Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC | 158 |
| Gráfico 47 – Pessoas Idosas beneficiárias do BPC..... | 159 |
| Gráfico 48 – Famílias beneficiárias do PBF | 162 |
| Gráfico 49 – Sexo e Idade de Pessoas Beneficiárias do PBF | 165 |
| Gráfico 50 – Quantidade de pessoas acompanhadas nas condicionalidades do PBF | 167 |
| Gráfico 51 – Quantidade de famílias quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Família..... | 169 |
| Gráfico 52 – Quantidade de famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 169 |
| Gráfico 53 - Quantidade de famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família | 169 |
| Gráfico 54 – Quantidade de famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família..... | 170 |
| Gráfico 55 – Quantidade de famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família..... | 171 |
| Gráfico 56 – Quantidade de famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família | 171 |
| Gráfico 57 – Quantidade de famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família..... | 172 |
| Gráfico 58 – Quantidade de famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família..... | 172 |
| Gráfico 59 – Quantidade de famílias assentadas da Reforma Agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família | 172 |
| Gráfico 60 – Quantidade de famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família | 174 |
| Gráfico 61 – Quantidade de famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família..... | 174 |
| Gráfico 62 – Quantidade de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do Programa Bolsa Família | 174 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 63 – Quantidade de famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família | 175 |
| Gráfico 64 – Quantidade de famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família | 175 |
| Gráfico 65 – Quantidade de famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família | 175 |
| Gráfico 66 – Concessão dos benefícios eventuais no CRAS em 2024 | 180 |
| Gráfico 67 – Famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás | 183 |
| Gráfico 68 – Pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Gás | 184 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – COMASI..... | 23 |
| Quadro 3 – Estabelecimentos de Saúde | 41 |
| Quadro 4 – CRAS | 49 |
| Quadro 5 – Centro de Convivência..... | 49 |
| Quadro 6 - CREAS | 83 |
| Quadro 7 – Unidade de Acolhimento Institucional | 113 |
| Quadro 8– Conselho Municipal..... | 189 |
| Quadro 9 – Recursos Humanos disponíveis no CRAS..... | 192 |
| Quadro 10 –Recursos Humanos disponíveis no Posto de Cadastro Único .. | 192 |
| Quadro 11 – Recursos Humanos disponíveis no Programa Criança Feliz ... | 193 |
| Quadro 12 – Recursos Humanos disponíveis no CREAS | 193 |
| Quadro 13 – Recursos Humanos disponíveis na Unidade de Acolhimento “Otávio América de Almeida” | 193 |
| Quadro 14 – Recursos Humanos disponíveis na SEMADES | 194 |
| Quadro 15 – Recursos Materiais disponíveis no CRAS..... | 195 |
| Quadro 16 - Recursos Materiais disponíveis no CREAS | 196 |
| Quadro 17 – Recursos Materiais disponíveis na Unidade de Acolhimento “Otávio América de Almeida” | 196 |
| Quadro 18 – Recursos Materiais disponíveis na Unidade de Acolhimento Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” | 196 |
| Quadro 19 – Centro de Custo na Assistência Social | 198 |
| Quadro 25– Ações e metas da Gestão Administrativa | 215 |
| Quadro 26– Ações e metas da Gestão do SUAS | 218 |
| Quadro 27 – Ações e Metas da da Proteção Social Básica..... | 223 |
| Quadro 28– Ações e metas da Proteção Social Especial de Média Complexidade | 229 |
| Quadro 29 – Ações e metas para execução da Proteção Social Especial de Alta Complexidade | 236 |
| Quadro 30 – Ações e metas dos Benefícios Socioassistenciais..... | 240 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 31 – Ações e metas para o controle social da Política de Assistência Social | 243 |
| Quadro 32- Ações e metas para a Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único..... | 245 |
| Quadro 33 – Ações e metas dos Programas Socioassistenciais | 250 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – População de Iconha | 32 |
| Figura 2 – Estrutura Administrativa da SEMADES | 45 |
| Figura 3 – Localização das unidades socioassistenciais | 46 |
| Figura 4 – Temáticas das oficinas com as Gestantes em 2024 | 60 |
| Figura 5 – Faixa etária do público atendido em 2024 e 2025 no CREAS | 85 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|-----|
| Imagem 1 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.. | 45 |
| Imagem 2 – CRAS | 50 |
| Imagem 3 – Centro de Convivência..... | 50 |
| Imagem 4 - CREAS | 83 |
| Imagem 5– Unidade de Acolhimento Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” ... | 114 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Matrículas escolares no ano de 2024..... | 39 |
| Tabela 2 – Perfil dos usuários atendidos pela Abordagem Social em 2024.. | 103 |
| Tabela 3 – Perfil dos usuários atendidos pela Abordagem Social em 2025.. | 103 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. IDENTIFICAÇÃO..... | 22 |
| 2. INTRODUÇÃO | 25 |
| 3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL | 28 |
| 3.1 História do Município | 29 |
| 3.2 Aspectos Demográficos | 31 |
| 3.3 Aspectos Econômicos | 35 |
| 3.4 Política de Educação..... | 39 |
| 3.5 Política de Saúde | 41 |
| 3.6 Política de Assistência Social | 43 |
| 3.6.1 Gestão Administrativa do SUAS | 44 |
| 3.6.2 Proteção Social Básica | 48 |
| 3.6.3 Proteção Social Especial – Média Complexidade..... | 82 |
| 3.6.4 Proteção Social Especial – Alta Complexidade | 110 |
| 3.6.5 Cadastro Único | 140 |
| 3.6.6 Benefícios de Transferência de Renda | 157 |
| 3.7 Política de Segurança Alimentar e Nutricional | 186 |
| 3.7.1 Programa Compra Direta de Alimentos | 186 |
| 3.8 Controle Social | 189 |
| 4. RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS | 191 |
| 4.1 Recursos Humanos | 192 |
| 4.2 Recursos Materiais e Tecnológicos..... | 195 |
| 4.3 Recursos Financeiros | 198 |
| 5. OBJETIVOS | 202 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.1 | OBJETIVO GERAL | 202 |
| 5.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 202 |
| 6. | PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DELIBERADAS | 205 |
| 6.1 | FUNDAMENTAÇÃO LEGAL | 205 |
| 6.2 | PRINCÍPIOS..... | 205 |
| 6.2.1 | Universalidade do acesso aos direitos..... | 206 |
| 6.2.2 | Equidade e Justiça Social | 206 |
| 6.2.3 | Integralidade do atendimento..... | 207 |
| 6.2.4 | Matricialidade Sociofamiliar e Territorialização..... | 207 |
| 6.3 | DIRETRIZES DE PROTEÇÃO SOCIAL | 207 |
| 6.3.1 | Promoção da Proteção Social Integral | 208 |
| 6.3.2 | Cofinanciamento público e sustentável..... | 209 |
| 6.3.3 | Gestão e Qualificação do Trabalho no SUAS | 209 |
| 6.3.4 | Participação Social..... | 210 |
| 6.4 | DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 210 |
| 6.4.1 | DELIBERAÇÕES PARA O MUNICÍPIO | 211 |
| 6.4.2 | DELIBERAÇÕES PARA O ESTADO..... | 212 |
| 6.4.3 | DELIBERAÇÕES PARA A UNIÃO..... | 213 |
| 7. | OBJETIVOS, METAS E AÇÕES..... | 215 |
| 7.1 | GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 215 |
| 7.2 | GESTÃO DO SUAS | 218 |
| 7.3 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA..... | 223 |
| 7.4 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE | 229 |

| | |
|---|-----|
| 7.5 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE | 235 |
| 7.6 BLOCO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 239 |
| 7.7 CONTROLE SOCIAL | 242 |
| 7.8 BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO | 245 |
| 7.9 BLOCO DOS PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS | 249 |
| 8. FINANCIAMENTO | 254 |
| 9 RESULTADOS ESPERADOS | 257 |
| 10 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | 262 |
| 11 ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO | 268 |
| 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 271 |
| REFERÊNCIAS | 273 |

IDENTIFICAÇÃO

Capítulo 1

1. IDENTIFICAÇÃO

| PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
|---|
| Vigência: 2026 a 2029 |
| Período de elaboração: outubro a novembro de 2025 |
| Nome do responsável para contato: Ediana Carla Curitiba |
| E-mail: semades@iconha.es.gov.br |
| |
| PREFEITURA MUNICIPAL |
| Município: Iconha |
| Nome do Gestor Municipal (Prefeito): Gedson Brandão Paulino |
| Porte do Município: Pequeno Porte |
| Endereço da prefeitura: Praça Darcy Marchiori, 11, Jardim Jandira, Iconha/ES. |
| Site: https://www.iconha.es.gov.br/principal |
| E-mail: gabinete@iconha.es.gov.br |
| |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| Nome do Órgão Gestor (Secretaria): Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social |
| Nome do Gestor/a Municipal (Secretária): Ediana Carla Curitiba |
| Endereço da Secretaria: Rua Virgílio Silva, 471, Centro, Iconha/ES |
| Telefone: (28) 35371011 |
| |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| Nome do Gestor do FMAS: Ediana Carla Curitiba |
| Lei de Criação do FMAS: Lei Municipal nº 531, de 23 de abril de 2009. |
| CNPJ: 13.925.173/0001-62 |
| Fontes de Recursos: (X) Federal (X) Estadual (X) Municipal |
| |
| CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| Nome do Presidente: Jilciara Jesus De Santana |
| Possui Secretaria Executiva: (x) Sim () Não |
| E-mail: cmasi@gmail.com |

A composição do COMASI está representada abaixo:

Quadro 1 – COMASI

| Nome | Cargo | Representação | Vínculo Institucional |
|---------------------------------------|---------------------|------------------------------------|------------------------------|
| Jilciara Jesus De Santana | Presidente | Governamental – Assistência Social | Servidor Estatutário |
| Flávia Marinato Amarin | Vice-Presidente | Governamental – Assistência Social | Comissionado |
| Danieli Mozer Da Silva Cardoso | Primeira Secretária | Governamental - Educação | Comissionado |
| Eliani Maria Hoffman Smider | Segunda Secretária | Governamental - outras áreas | Comissionado |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CadSUAS. Outubro de 2025.

INTRODUÇÃO



Capítulo 2

2. INTRODUÇÃO

O planejamento, no âmbito da gestão pública, constitui uma ferramenta indispensável para a consolidação das políticas sociais, orientando a ação estatal na direção de resultados efetivos e sustentáveis. Trata-se de um processo permanente, que envolve análise crítica da realidade, definição de prioridades, organização de recursos e estabelecimento de metas que expressem o compromisso com a melhoria das condições de vida da população. Na Assistência Social, esse processo assume dimensão normativa, sendo de elaboração obrigatória, conforme disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) como instrumento técnico-operativo necessário para o acesso ao cofinanciamento federal e estadual e para a consolidação da gestão descentralizada e participativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 1993; 2012)

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) (Brasil, 2012) reforça essa exigência ao reconhecer o PMAS como o eixo de planejamento estratégico que regula e orienta a execução da Política de Assistência Social, garantindo a articulação entre os serviços, os programas, os projetos e os benefícios em consonância com as responsabilidades dos entes federados. Dessa maneira, o PMAS de Iconha reflete o compromisso do poder público municipal com a efetivação desta política pública como direito de cidadania e dever do Estado, em conformidade com os princípios de universalidade, integralidade, equidade, intersetorialidade e participação social previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004).

Em Iconha, a construção deste plano baseia-se na premissa de que a gestão democrática e participativa é condição essencial para a legitimidade das ações públicas. O processo de elaboração envolveu representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADES), do Conselho Municipal de Assistência Social de Iconha (COMASI) e dos membros do Comitê Integrado de Elaboração do PMAS. As discussões coletivas e reuniões deliberativas permitiram a construção de diretrizes partilhadas, reforçando o caráter público e transparente do planejamento. O diálogo intersetorial também foi fundamental, considerando que a

complexidade das vulnerabilidades sociais demanda respostas integradas entre diferentes políticas públicas e esferas da administração municipal.

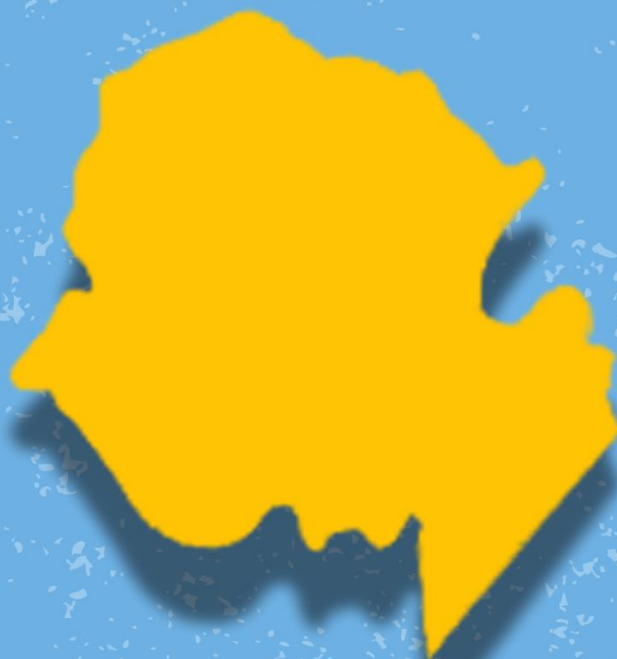
A formulação do PMAS foi precedida por um diagnóstico socioterritorial minucioso, que identificou as principais vulnerabilidades, potencialidades e demandas da população iconhense, bem como a capacidade instalada da rede de serviços socioassistenciais. Esse diagnóstico serviu de base para a definição de objetivos, diretrizes, prioridades, metas e indicadores a serem alcançados no período de 2026 a 2029, abrangendo os níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade. A partir dele, delinear-se-iam estratégias voltadas à ampliação da cobertura dos serviços, à qualificação dos atendimentos e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A implementação, o monitoramento e a avaliação das ações previstas neste plano ocorrerão de forma contínua e articulada, sob a coordenação da SEMADES e com o acompanhamento permanente do COMASI. Essa dinâmica assegura a transparência e a corresponsabilidade entre Estado e sociedade, possibilitando o aperfeiçoamento das estratégias e a adaptação das ações às transformações sociais e às demandas emergentes dos territórios.

Dessa forma, o PMAS de Iconha 2026–2029 constitui-se em um instrumento de gestão democrática e de compromisso público, orientado por princípios de equidade e justiça social, reafirmando o papel da Política de Assistência Social como promotora de proteção, inclusão e fortalecimento dos direitos socioassistenciais de todos os cidadãos e cidadãs iconhenses.



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



Capítulo 3

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O diagnóstico socioterritorial representa o ponto de partida para o planejamento estratégico da Política de Assistência Social no município de Iconha. Trata-se de um instrumento que permite compreender de forma integrada as condições de vida da população, as vulnerabilidades sociais presentes nos territórios e as potencialidades locais que podem ser mobilizadas na construção de respostas protetivas. O diagnóstico constitui um processo analítico que revela o modo como a questão social se manifesta no território, orientando a formulação de ações e políticas públicas voltadas à promoção de direitos e ao fortalecimento da rede de proteção social.

A NOB-SUAS (Brasil, 2012) reconhece o diagnóstico socioterritorial como um dos pilares da gestão, uma vez que fornece subsídios técnicos para a definição de prioridades, a alocação racional de recursos, o planejamento das ofertas e o aprimoramento dos serviços socioassistenciais. Essa diretriz parte do entendimento de que as desproteções sociais não são uniformes e assumem expressões distintas conforme o contexto econômico, demográfico, cultural e geográfico de cada município. Em Iconha, por exemplo, a presença de áreas rurais, comunidades dispersas e setores urbanos com diferentes níveis de infraestrutura revela uma diversidade de realidades que requer atenção diferenciada do poder público municipal.

Compreender as dinâmicas territoriais significa reconhecer que cada espaço do município carrega singularidades que afetam diretamente o acesso da população a bens, serviços e oportunidades. Com isso, o diagnóstico elaborado para Iconha buscou identificar tanto os fatores que geram vulnerabilidade e desproteções, como precarização do trabalho, baixa renda, moradia inadequada, insegurança alimentar e fragilidade dos vínculos familiares, quanto os elementos que fortalecem o cotidiano das famílias e da comunidade, tais como redes de solidariedade, organizações comunitárias e a presença de equipamentos públicos.

A elaboração deste diagnóstico envolveu um processo participativo e intersetorial, conduzido pelo Comitê Integrado de Elaboração do PMAS, em que a metodologia combinou a análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cadastro Único, o Censo

SUAS, além dos relatórios com dados quantitativos e qualitativos informados pelos profissionais dos serviços socioassistenciais. Esse processo garantiu uma leitura mais próxima da realidade social do município e permitiu identificar demandas emergentes e lacunas na cobertura dos serviços.

O estudo abrangeu aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais, bem como a distribuição territorial das vulnerabilidades. Foram mapeadas áreas com maior incidência de pobreza, situações de risco e violação de direitos, além de analisada a disponibilidade e a capacidade de resposta da rede socioassistencial municipal, no âmbito da Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial. A integração com outras políticas públicas também foi observada como elemento essencial para a efetividade das ações.

Os resultados do diagnóstico possibilitam uma leitura abrangente e atualizada da realidade social de Iconha, evidenciando tanto os desafios quanto as potencialidades do território. Essa compreensão serve de base para a formulação de estratégias que visem à ampliação da cobertura dos serviços, à melhoria da qualidade dos atendimentos, ao fortalecimento da rede intersetorial e à redução das desigualdades sociais.

Desse modo, o diagnóstico socioterritorial não se limita a descrever condições objetivas, mas expressa o compromisso do município com a gestão qualificada e democrática da Política de Assistência Social, reafirmando o planejamento como um instrumento de transformação social e de garantia de direitos para todos os cidadãos e cidadãs iconhenses.

3.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

O município de Iconha possui uma trajetória marcada pela diversidade cultural e pelas transformações econômicas e sociais que moldaram sua identidade ao longo dos séculos. Situado no litoral sul do Espírito Santo, seu território foi originalmente habitado por grupos indígenas, sobretudo na região do Vale do Orobó, área rica em recursos naturais e atravessada por rios e várzeas. A origem do nome “Iconha” é envolta em diferentes interpretações, algumas tradições atribuem o termo a

expressões indígenas que significariam “rios unidos” ou “morro ligado a outro”, enquanto outras relacionam o nome à presença do Padre José de Anchieta, que teria denominado a região em referência às montanhas com formas humanas (IBGE, 1959).

Durante o período colonial, a região integrava rotas de exploração do território capixaba, abrigando aldeamentos indígenas fundados por missionários jesuítas, entre eles a antiga Missão do Orobó. No entanto, foi apenas no século XIX que o processo de ocupação se consolidou, com a chegada de europeus interessados na exploração de madeira e na formação de povoados. Entre os primeiros desbravadores estão o alemão Henrique Bourguigon e, posteriormente, grupos de ingleses liderados por Thomas Dutton Jr., responsáveis pela instalação de empreendimentos madeireiros e agrícolas. Ainda que muitos desses projetos não tenham prosperado, deixaram marcas duradouras na formação econômica e social local (IBGE, 1959).

Por volta de 1860, os ingleses estabeleceram-se na região de Monte Belo, onde famílias como os Thompson, Taylor, Owens e Dutton fundaram os primeiros núcleos habitacionais. Essa ocupação inicial abriu caminho para o desenvolvimento de atividades agrícolas, especialmente o cultivo do café, que se tornaria, nas décadas seguintes, o principal motor da economia local. A introdução da mão de obra africana escravizada e, posteriormente, de imigrantes italianos, intensificou a produção e o povoamento do interior, definindo o perfil cultural e demográfico que caracteriza Iconha até os dias atuais (IBGE, 1959).

No final do século XIX, sob a liderança do comerciante Antônio José Duarte, o povoado experimentou um período de crescimento, com a abertura de ruas, praças, escolas e estabelecimentos comerciais. O café tornou-se o principal produto de exportação, escoado pelo porto de Piúma em direção ao Rio de Janeiro e à Europa. O progresso material foi acompanhado pelo fortalecimento de instituições sociais e religiosas, como a fundação da primeira biblioteca municipal em 1902 e, em 1938, a inauguração do Grupo Escolar “Coronel Antônio Duarte”, marcos simbólicos do avanço educacional do município (IBGE, 1959).

A urbanização de Iconha ganhou novo impulso a partir das décadas de 1930 e 1940, com a implantação de serviços de água, energia elétrica e infraestrutura urbana.

Nessa época, a presença do Padre Assis, primeiro pároco da cidade, teve papel fundamental tanto na vida religiosa quanto no desenvolvimento social e político local. Sua atuação foi decisiva para a criação de espaços comunitários e educacionais, como o Ginásio José de Paula Beiriz, atual Escola Municipal Padre Assis (IBGE, 1959).

Com uma trajetória construída pela força do trabalho e pela convivência entre diferentes culturas, Iconha consolidou-se como um município de identidade singular, em que tradições rurais, heranças imigratórias e valores comunitários continuam a moldar o modo de vida de sua população. O município carrega em sua história a marca da resistência e da solidariedade, traços que ainda hoje se refletem na organização social e nas políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento humano e da cidadania (IBGE, 1959).

3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, o município de Iconha registra uma população de 12.326 habitantes. Situado na microrregião Litoral Sul do Espírito Santo, o município se destaca por sua localização estratégica, integrando a Região Metropolitana Expandida Sul Capixaba, o que o conecta economicamente e socialmente a centros urbanos como Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta. Embora seja um município de pequeno porte, Iconha exerce influência sobre localidades vizinhas, especialmente pela presença de atividades de transporte, comércio e agricultura familiar, que configuram sua base produtiva e garantem relevância no contexto regional (IBGE, 2022).

Figura 1 – População de Iconha



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo 2022. IBGE, 2022.

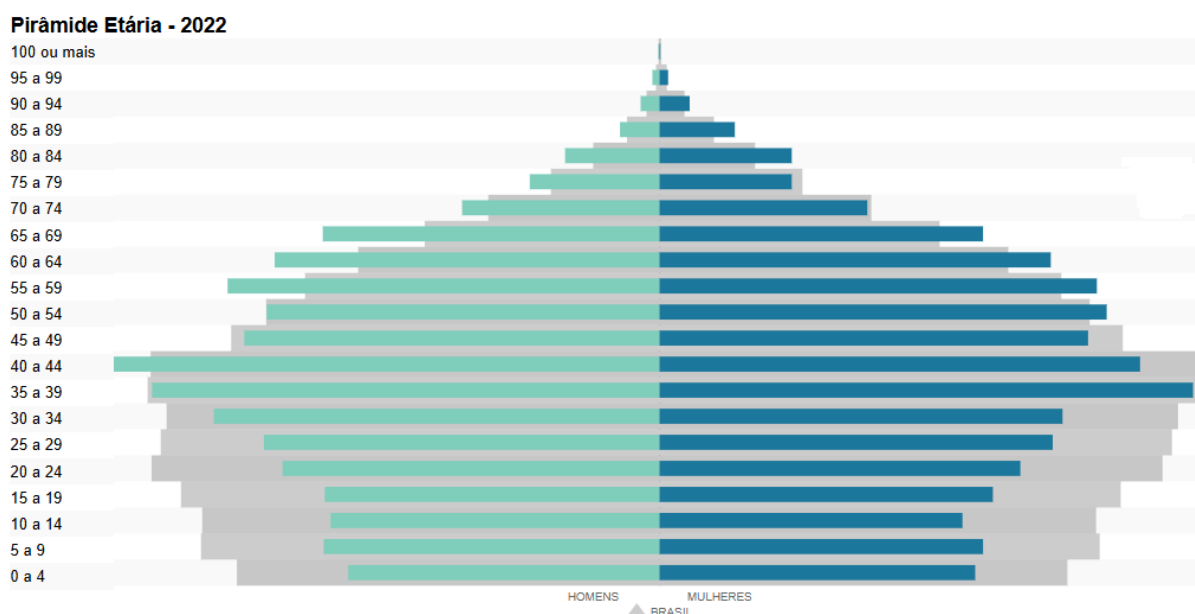
Com uma área territorial de aproximadamente 203,53 km², o município apresenta densidade demográfica de 60,56 habitantes por quilômetro quadrado, evidenciando uma ocupação mais dispersa e predominantemente rural. Essa característica territorial influencia diretamente o acesso da população aos serviços públicos, especialmente nas comunidades mais afastadas do núcleo urbano. O relevo acidentado e a presença de zonas de encosta também representam desafios para a expansão da infraestrutura e para a mobilidade, exigindo estratégias específicas de planejamento e descentralização das políticas sociais (IBGE, 2022).

A análise da distribuição populacional revela que a maior concentração de moradores se encontra na sede municipal, onde se localizam os principais equipamentos públicos e serviços socioassistenciais. No entanto, as áreas rurais, que abrigam significativa parcela da população, mantêm modos de vida ligados à agricultura familiar e à produção artesanal, compondo a identidade sociocultural local. Essa configuração reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e promovam a inclusão das comunidades rurais nas ações de proteção social (IBGE, 2022).

Essas informações demográficas e sociais são fundamentais para o planejamento da Política Municipal de Assistência Social, pois permitem compreender a complexidade da realidade iconhense e orientar ações voltadas à ampliação da cobertura dos serviços e benefícios, à prevenção de situações de vulnerabilidade e à promoção da equidade territorial. A leitura da dinâmica populacional, articulada com dados sobre renda, habitação, saúde e trabalho, fornece subsídios técnicos para o direcionamento das ações do PMAS, assegurando o fortalecimento da rede de proteção social e o acesso universal aos direitos socioassistenciais previstos na LOAS e na PNAS.

A seguir a pirâmide etária do município de Iconha no ano de 2022:

Gráfico 1 - Pirâmide etária de Iconha – 2022



Fonte: Censo Demográfico 2022 - IBGE

A análise da estrutura etária da população de Iconha, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, evidencia um perfil populacional em transição, caracterizado por uma redução gradual das faixas mais jovens e um aumento progressivo da população adulta e idosa. A pirâmide etária do município apresenta base estreita e topo cada vez mais alargado, o que indica uma desaceleração do

crescimento populacional e o avanço do processo de envelhecimento, tendência observada também em âmbito nacional (IBGE, 2022).

A distribuição por sexo e idade mostra equilíbrio entre homens e mulheres nas faixas mais jovens, com leve predominância feminina a partir dos 60 anos. Esse comportamento demográfico reflete a maior longevidade das mulheres, o que repercute diretamente na demanda por serviços socioassistenciais voltados à Pessoa Idosa, como convivência comunitária, acompanhamento e acesso aos benefícios. Esse fenômeno reforça a necessidade de fortalecimento da rede de proteção voltada ao envelhecimento ativo, à prevenção da solidão e ao apoio às famílias cuidadoras (IBGE, 2022).

A proporção da população entre 25 e 59 anos representa a faixa economicamente mais ativa e constitui o principal público potencial das políticas de qualificação profissional, inclusão produtiva e geração de renda. Entretanto, observa-se que grande parte dessa população está inserida em atividades informais, de baixa remuneração e vulneráveis a oscilações do mercado, como o transporte autônomo e a agricultura familiar. Essa realidade evidencia a importância da articulação entre a Política de Assistência Social e as políticas de trabalho, emprego e renda, especialmente por meio de ações de fortalecimento da autonomia e da segurança de renda das famílias (IBGE, 2022).

A diminuição relativa da população entre 0 e 14 anos indica uma queda na taxa de natalidade e aponta para a necessidade de reorganizar o planejamento dos serviços voltados à infância, priorizando a qualidade e a integração intersetorial. Ainda que o número de crianças esteja em declínio, as situações de vulnerabilidade persistem, principalmente nas áreas rurais, onde o acesso a creches e serviços de convivência ainda é limitado (IBGE, 2022).

Por outro lado, o aumento da população idosa e o estreitamento da base jovem representam o desafio de adequar as políticas públicas a um cenário de envelhecimento populacional. Esse contexto requer a ampliação de serviços que promovam autonomia, participação social e qualidade de vida para as Pessoas Idosas, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso e da PNAS.

A compreensão dessa dinâmica etária é fundamental para o planejamento do SUAS em Iconha, pois possibilita o delineamento de estratégias ajustadas à realidade demográfica do território. Ao considerar o envelhecimento da população e a redução da base jovem, o município deve priorizar políticas que aliem proteção social, promoção da inclusão e fortalecimento das redes comunitárias, garantindo o direito à proteção social em todas as fases da vida.

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados econômicos do município de Iconha, com base no Censo de 2022, permitem compreender aspectos importantes sobre sua estrutura produtiva e fiscal. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, estimado em R\$ 22.356,66 no ano de 2021, posiciona o município na 42ª colocação entre os 78 do Espírito Santo, evidenciando um desempenho econômico intermediário no contexto estadual. Esse valor reflete uma economia de pequeno porte, sustentada principalmente pelo comércio local, pelos serviços e por atividades agrícolas de base familiar, que mantêm relevância tanto para a subsistência das famílias quanto para o abastecimento regional. Ainda que não haja grandes empreendimentos industriais ou polos tecnológicos, Iconha apresenta estabilidade em seu funcionamento econômico e equilíbrio em sua execução orçamentária (IBGE, 2022).

A receita bruta total do município em 2024 foi de R\$ 110.908.020,69, enquanto as despesas empenhadas alcançaram R\$ 107.597.816,09, o que demonstra um controle fiscal responsável e uma gestão financeira alinhada às diretrizes de equilíbrio orçamentário. Contudo, o dado que merece maior atenção é o percentual de 79,48% de transferências correntes em relação às receitas totais, indicando uma forte dependência de recursos advindos de outras esferas de governo. Essa característica é recorrente em municípios de pequeno porte, cuja arrecadação própria é limitada, o que reforça a importância das transferências constitucionais e dos programas federais e estaduais na sustentação das políticas públicas locais (IBGE, 2022).

No plano territorial, Iconha se insere em uma região de dinâmica econômica moderada, marcada por pequenas propriedades rurais, comércio de baixa escala e

fluxos de trabalhadores para cidades vizinhas com maior oferta de emprego. Essa configuração evidencia um cenário em que o fortalecimento da economia local depende de ações integradas entre as Políticas de Assistência Social, Trabalho e desenvolvimento econômico. O estímulo a programas de qualificação profissional, empreendedorismo e economia solidária pode representar caminhos para ampliar a autonomia financeira das famílias e reduzir a vulnerabilidade social. Dessa forma, a leitura dos dados econômicos vai além do retrato estatístico, revela os desafios de um município que, embora administrativamente organizado, ainda busca consolidar um modelo de desenvolvimento capaz de gerar renda e oportunidades de forma mais sustentável e inclusiva (IBGE, 2022).

Além disso, observa-se que o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Iconha correspondeu a 2,7 salários mínimos. Esse resultado posiciona o município acima da média estadual e nacional, refletindo o peso de determinados segmentos econômicos locais, especialmente o setor de transporte e logística, que possui forte representatividade na economia iconhense. No contexto estadual, Iconha ocupa a 31ª colocação entre os 78 municípios capixabas, enquanto na região geográfica imediata aparece em 3º lugar, o que evidencia sua relevância econômica e capacidade de geração de empregos formais (IBGE, 2022).

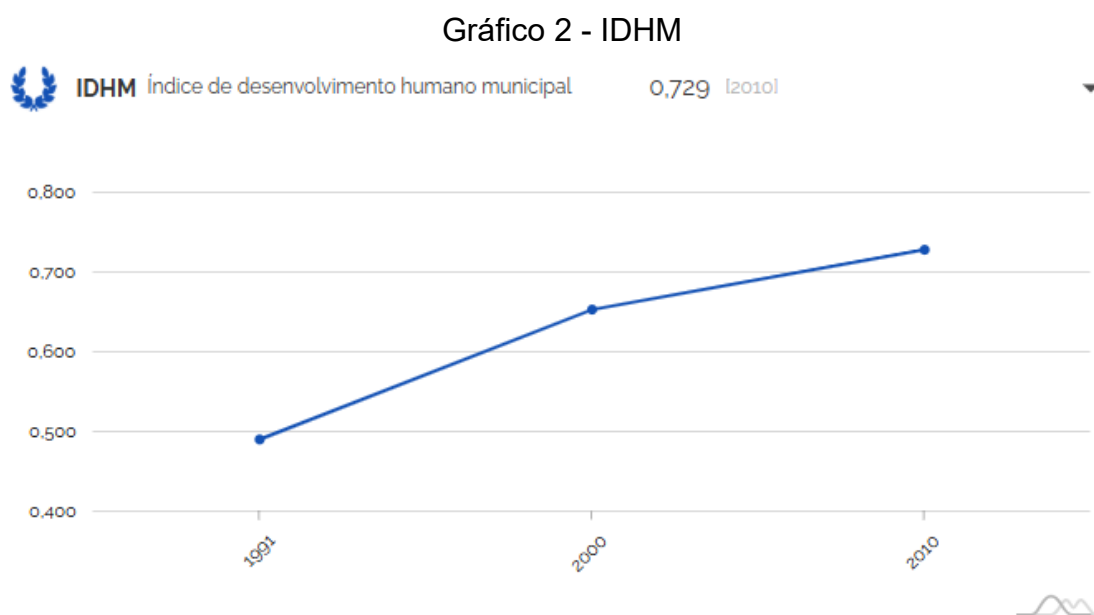
O número de pessoas ocupadas em postos de trabalho formais alcançou 5.238 vínculos em 2022, indicador expressivo para um município de pequeno porte. Esse quantitativo demonstra um mercado de trabalho relativamente dinâmico, ainda que concentrado em atividades de base produtiva tradicional e em serviços de menor complexidade, como comércio, transporte e agricultura familiar. Essa característica reforça a importância de políticas públicas voltadas à qualificação profissional e à diversificação das oportunidades de trabalho, visando à valorização do trabalhador e à ampliação da renda familiar (IBGE, 2022).

Apesar do desempenho positivo em termos de remuneração média, persistem desigualdades estruturais que impactam o acesso equitativo à renda. Segundo o Censo de 2010, cerca de 32,7% da população de Iconha vivia com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, evidenciando a presença de um contingente significativo de famílias em situação de vulnerabilidade

socioeconômica. Essa realidade reforça a necessidade de manutenção e fortalecimento de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e de ações voltadas à inclusão produtiva e à autonomia econômica das famílias acompanhadas pelo SUAS (IBGE, 2022).

Dessa forma, a análise dos indicadores de trabalho e rendimento revela que, embora Iconha apresente um nível salarial médio superior ao de muitos municípios de mesmo porte, ainda enfrenta desafios relacionados à concentração de renda e à informalidade nas ocupações. O fortalecimento das políticas intersetoriais que integrem educação profissional, Assistência Social e desenvolvimento econômico é fundamental para elevar a qualidade dos empregos e reduzir as desigualdades sociais. O estímulo à economia solidária, ao empreendedorismo local e às iniciativas de apoio à agricultura familiar podem representar caminhos estratégicos para consolidar o desenvolvimento social e econômico sustentável do município (IBGE, 2022).

A seguir, o gráfico com o registro do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do ano de 1991 a 2010:



Fonte: Censo Demográfico 2022 - IBGE

O gráfico apresentado evidencia a evolução do IDHM de Iconha nos anos de 1991, 2000 e 2010. Nota-se uma trajetória de crescimento contínuo e expressiva ao

longo desse período, com o índice partindo de valores próximos de 0,470 em 1991, alcançando cerca de 0,600 no ano 2000 e atingindo 0,729 em 2010. Essa tendência positiva reflete melhorias significativas nas condições de vida da população iconhense, especialmente nos componentes de longevidade, renda e educação, que compõem o cálculo do IDHM.

O avanço registrado revela o impacto de políticas públicas que ampliaram o acesso à educação básica e à atenção primária em saúde, bem como o fortalecimento de programas voltados à geração de renda e à proteção social. A elevação do índice demonstra que o município conseguiu acompanhar, de forma proporcional, a tendência estadual e nacional de crescimento do desenvolvimento humano durante as duas décadas analisadas. Ainda assim, o valor alcançado em 2010 enquadra Iconha na faixa de desenvolvimento humano médio, o que indica que, embora haja avanços concretos, persistem desigualdades sociais e econômicas que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas estruturantes.

O aumento do IDHM está diretamente relacionado à expansão de oportunidades educacionais e à melhoria das condições de saúde, que contribuíram para a elevação da expectativa de vida e para o fortalecimento da base produtiva local. No entanto, a dimensão da renda ainda representa um desafio, uma vez que boa parte da população depende de atividades informais e de baixa remuneração, especialmente nas áreas rurais e nos setores de pequeno comércio e transporte.

Diante desse cenário, o crescimento do IDHM de Iconha evidencia potencial para avanços ainda mais expressivos, desde que o município mantenha o compromisso com políticas intersetoriais voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da inclusão social. A integração entre as áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação e Desenvolvimento Econômico é fundamental para consolidar um modelo de desenvolvimento humano mais equilibrado, capaz de garantir melhores condições de vida e promover a cidadania plena a todos os iconhenses.

3.4 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Com base nos dados do Censo Escolar de 2024, observa-se um panorama detalhado da rede pública de educação básica de Iconha, revelando tanto avanços no acesso quanto desafios estruturais que demandam atenção no planejamento educacional do município. No total, foram registradas 11 escolas públicas distribuídas entre as zonas urbana e rural, número que reflete estabilidade na oferta de unidades educacionais, sem expansão significativa nos últimos anos. Essa constância indica a necessidade de fortalecer investimentos na melhoria da infraestrutura existente e na adequação dos espaços pedagógicos, garantindo condições adequadas de ensino, segurança e acessibilidade para todos os estudantes (QEdu, 2024).

Tabela 1 – Matrículas escolares no ano de 2024

| Série Escolar | Ano - 2024 |
|-------------------------------------|------------|
| Educação Infantil | 626 |
| Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 759 |
| Anos Finais do Ensino Fundamental | 569 |
| Ensino Médio | 292 |
| EJA | 14 |
| Educação Especial | 153 |

Fonte: Elaborado pelo autor conforme os dados do Censo Escolar. QEdu (2024).

Em relação ao corpo docente, a rede municipal conta com 42 professores atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, 38 nos anos finais e 33 no ensino médio, totalizando 113 profissionais da educação. Esses dados indicam uma estrutura relativamente equilibrada de docentes por etapa, o que demonstra capacidade de atendimento à demanda atual. Contudo, a presença de um número mais expressivo

nos anos iniciais pode estar relacionada à concentração das matrículas nessa etapa e à necessidade de turmas menores para garantir maior acompanhamento pedagógico. Ainda assim, torna-se fundamental assegurar políticas contínuas de valorização e formação permanente dos educadores, bem como estratégias de fixação dos profissionais nas áreas rurais, onde o acesso pode ser mais desafiador (QEdu, 2024).

No que se refere às matrículas, o Censo Escolar registrou 348 crianças matriculadas em creches e 278 em turmas de pré-escola, totalizando 626 matrículas na educação infantil. Esses números refletem esforços municipais no atendimento à Primeira Infância, especialmente considerando o desafio histórico de garantir o direito ao acesso às creches em municípios de pequeno porte. O fortalecimento das ações intersetoriais entre Educação e Assistência Social é essencial para assegurar a matrícula e permanência das crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas atendidas pelo Cadastro Único.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, foram registradas 759 matrículas, seguidas de 569 nos anos finais, o que confirma uma trajetória de continuidade significativa entre as etapas, embora com leve redução a partir do 6º ano, possivelmente associada à transição para o ensino médio e às dificuldades de permanência. O ensino médio contabilizou 292 matrículas, o que representa uma taxa ainda modesta frente à população jovem do município, reforçando a importância de estratégias que estimulem a permanência escolar e combatam a evasão.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou apenas 14 matrículas em 2024, número que evidencia baixa procura e possivelmente dificuldades de oferta ou de engajamento dessa população. Esse cenário demanda políticas de busca ativa e incentivo à retomada dos estudos, especialmente para pessoas adultas em situação de vulnerabilidade social ou com vínculos de trabalho precários.

A Educação Especial, por sua vez, contabiliza 153 matrículas, refletindo o compromisso crescente com a inclusão escolar de estudantes com deficiência. Esse avanço requer a continuidade de investimentos em acessibilidade, recursos pedagógicos adaptados e formação continuada dos professores, de modo a garantir

que a inclusão se efetive na prática cotidiana das escolas e não apenas na matrícula formal.

De forma geral, o diagnóstico da educação em Iconha evidencia uma rede pública consolidada, mas que ainda enfrenta desafios relacionados à ampliação da cobertura da educação infantil, ao enfrentamento da evasão no ensino médio e à valorização dos profissionais da educação. É essencial fortalecer a articulação entre a política educacional e as demais políticas públicas, sobretudo saúde, Assistência Social e Cultura, assegurando que o processo educacional contribua para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da cidadania (QEdu, 2024).

3.5 POLÍTICA DE SAÚDE

A análise da rede de serviços de saúde de Iconha, com base nos dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), evidencia uma estrutura diversificada e ampla, que busca atender às diferentes demandas da população, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – Estabelecimentos de Saúde

| Código | Descrição | Total |
|--------------|---|-----------|
| 02 | CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA | 6 |
| 04 | POLICLINICA | 4 |
| 22 | CONSULTORIO ISOLADO | 13 |
| 36 | CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE | 6 |
| 39 | UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO) | 4 |
| 42 | UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA | 1 |
| 43 | FARMACIA | 7 |
| 50 | UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE | 1 |
| 68 | CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE | 1 |
| 73 | PRONTO ATENDIMENTO | 1 |
| 85 | CENTRO DE IMUNIZACAO | 1 |
| TOTAL | | 45 |

Fonte: CNES, 2025.

De acordo com os dados do CNES, o município de Iconha conta com 45 estabelecimentos de saúde, distribuídos entre serviços de atenção básica, atendimento especializado, unidades de apoio diagnóstico, vigilância, gestão e urgência. Essa estrutura demonstra um potencial significativo de resposta às

demandas locais, considerando o porte do município e suas especificidades territoriais (CNES, 2025).

A atenção básica constitui a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) em Iconha, com 6 Centros de Saúde/Unidades Básicas e 1 Centro de Imunização. Essa rede é responsável pela execução de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e acompanhamento de condições crônicas, desempenhando papel estratégico na coordenação do cuidado e na organização do acesso aos demais níveis de atenção. As unidades básicas são fundamentais para o desenvolvimento de ações territoriais de vigilância em saúde, fortalecimento da atenção primária e consolidação dos princípios da integralidade e universalidade no atendimento.

No âmbito dos serviços especializados, o município apresenta uma estrutura diversificada, composta por 13 consultórios isolados, 6 clínicas e centros de especialidades, além de 4 policlínicas. Esses serviços permitem o atendimento de casos que demandam atenção diferenciada, oferecendo consultas, exames e procedimentos específicos. A presença de 4 unidades de apoio diagnóstico e terapia complementa essa rede, possibilitando a realização de exames laboratoriais e de imagem no próprio território. Essa configuração contribui para ampliar a resolutividade local e reduzir a necessidade de encaminhamentos para municípios vizinhos, desde que articulada com a regulação do acesso e a atenção básica (CNES, 2025).

No campo da urgência e emergência, Iconha conta com 1 Pronto Atendimento e 1 Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar, que funcionam como retaguarda para os casos agudos e de maior complexidade. Essas estruturas são essenciais para o atendimento rápido de urgências clínicas, traumáticas e obstétricas, além de favorecer a continuidade do cuidado mediante integração com a rede regional de referência hospitalar.

Os dados do CNES também evidenciam a presença de 7 farmácias, 1 Unidade de Vigilância em Saúde e 1 Central de Gestão em Saúde, equipamentos que fortalecem a gestão municipal e a capacidade de planejamento do sistema. As farmácias ampliam o acesso à assistência farmacêutica e garantem a continuidade dos tratamentos, especialmente entre pessoas com doenças crônicas e em situação de vulnerabilidade social. A unidade de vigilância, por sua vez, é responsável pelo

monitoramento de indicadores epidemiológicos e sanitários, desempenhando papel central na prevenção de surtos e no controle de endemias.

A existência de 4 policlínicas e 6 clínicas especializadas amplia as possibilidades de atenção ambulatorial e demonstra a importância da articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde. Entretanto, a efetividade dessa rede depende de ações coordenadas de regulação, protocolos clínicos bem definidos e integração entre a atenção primária e os serviços especializados, de modo a evitar duplicidades, sobrecarga e descontinuidade do cuidado.

De modo geral, a análise dos dados do CNES indica que o município de Iconha dispõe de uma rede de saúde relativamente estruturada para seu porte populacional, com diversidade de serviços e cobertura territorial adequada. Contudo, é necessário fortalecer a integração entre os níveis de atenção, aprimorar os processos de regulação do acesso, investir na qualificação dos profissionais e na modernização dos equipamentos, bem como ampliar a articulação intersetorial com a Política de Assistência Social. Essas ações são fundamentais para consolidar uma rede de cuidados integral, resolutiva e humanizada, capaz de responder de forma efetiva às necessidades da população iconhense (CNES, 2025).

3.6 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social constitui um dos pilares fundamentais da proteção social no município de Iconha, configurando-se como política pública de caráter universal, não contributivo e direito de todo cidadão que dela necessitar. Orientada pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela LOAS (Brasil, 1993), pela PNAS (Brasil, 2004) e pela NOB-SUAS (Brasil, 2012), essa política tem como finalidade garantir a oferta das seguranças afiançadas que promovam o acolhimento, a convivência e o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, famílias e comunidades.

No contexto municipal, a Política de Assistência Social em Iconha é implementada com base na estrutura do SUAS, que orienta os serviços, os programas e os benefícios de forma integrada e contínua, com a finalidade de garantir que o

atendimento às famílias e indivíduos ocorra de maneira planejada, respeitando as particularidades territoriais e a complexidade das desproteções sociais, relacional e material.

A execução dessa política em Iconha envolve o poder público e a sociedade civil por meio dos Conselhos Municipais, dos equipamentos socioassistenciais, das equipes de referência e das entidades da sociedade civil. A intersetorialidade e a integração com as demais políticas públicas são princípios orientadores, essenciais para promover o fortalecimento das famílias e a efetivação dos direitos socioassistenciais.

A seguir, são apresentados os componentes da Política de Assistência Social em Iconha, detalhados por nível de proteção social, com foco na estrutura existente, nos serviços ofertados, nos resultados alcançados e nos principais desafios e estratégias identificadas para o aprimoramento da gestão e da oferta no território municipal.

3.6.1 Gestão Administrativa do SUAS

A gestão administrativa do SUAS no município de Iconha é responsabilidade da SEMADES, órgão gestor que coordena, planeja, executa e avalia as ações voltadas à promoção dos direitos socioassistenciais. Sua atuação se orienta pelos princípios da descentralização político-administrativa, da participação social e da intersetorialidade, buscando garantir a efetividade das políticas públicas e a integração entre os diferentes níveis de proteção social.

O objetivo central da Secretaria é assegurar a oferta continuada, planejada e qualificada dos serviços, dos programas, dos projetos e dos benefícios socioassistenciais, de modo a prevenir situações de vulnerabilidade e reduzir desigualdades no território municipal. Para isso, a gestão local atua na articulação de políticas públicas, no fortalecimento da rede socioassistencial e no aprimoramento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação. Compete ainda à Secretaria promover a valorização dos trabalhadores do SUAS, a gestão orçamentária e financeira dos recursos, e o apoio técnico-administrativo aos equipamentos públicos e às entidades parceiras que integram a rede socioassistencial.

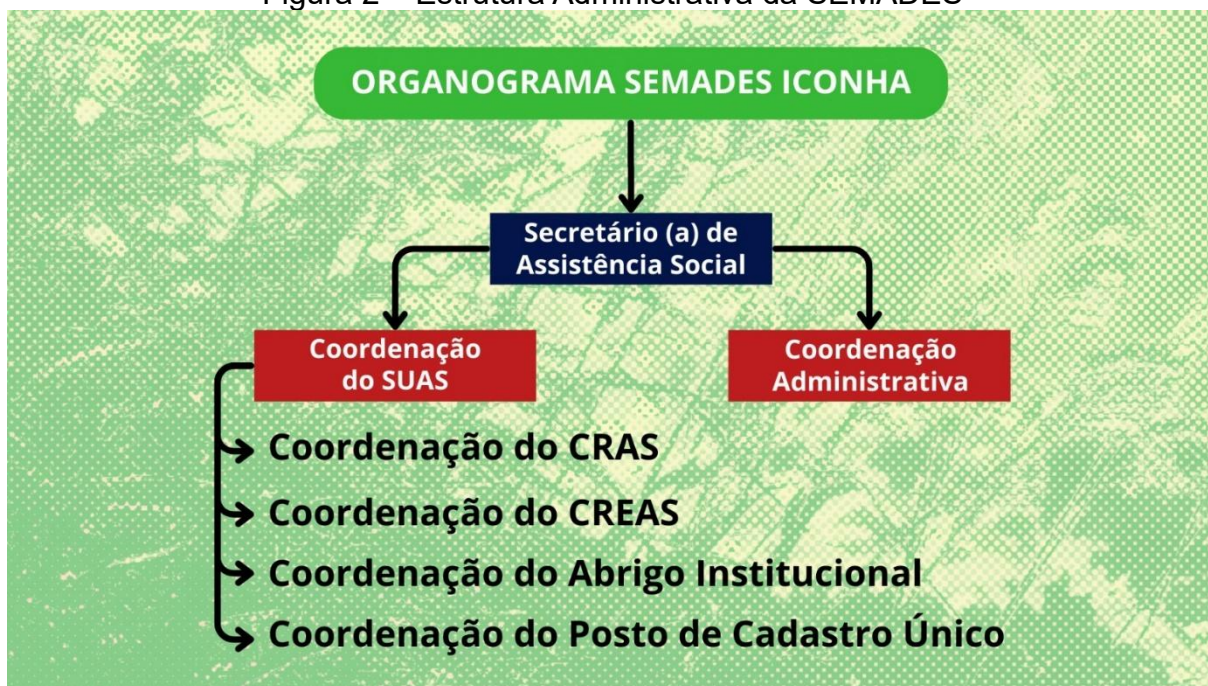
A seguir, apresenta-se a imagem da fachada da SEMADES, o organograma e a localização das unidades:

Imagem 1 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



Fonte: Google imagens. Outubro de 2025.

Figura 2 – Estrutura Administrativa da SEMADES



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025. Outubro de 2025.

Figura 3 – Localização das unidades socioassistenciais



Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

No campo da Vigilância Socioassistencial, embora o município ainda não disponha de uma coordenação estruturada, reconhece-se a relevância estratégica desse componente na gestão do SUAS. A Vigilância tem como papel fundamental produzir, sistematizar e analisar informações sobre as situações de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos, subsidiando o planejamento das ações e o aprimoramento da gestão. Em Iconha, essa função é desempenhada de forma compartilhada entre técnicos da Secretaria e equipes de referência dos equipamentos, o que, apesar de permitir certa continuidade nas análises, ainda carece de sistematização metodológica, de instrumentos adequados de coleta e de um fluxo regular de produção de dados.

A ausência de uma estrutura formal de Vigilância impacta diretamente a capacidade de monitorar de forma precisa as demandas e transformações sociais no território, dificultando a construção de diagnósticos atualizados e o acompanhamento de indicadores. Esse cenário evidencia a necessidade de investimento na institucionalização da área, com definição de equipe técnica específica, capacitação permanente dos profissionais e adoção de sistemas de informação integrados.

Portanto, a consolidação da Vigilância Socioassistencial em Iconha deve ser compreendida como prioridade estratégica para a gestão do SUAS. Sua efetivação permitirá maior integração entre planejamento, execução e avaliação das ações, fortalecendo o papel da Secretaria como gestora da política e garantindo que as decisões sejam orientadas por evidências, assegurando o uso racional dos recursos e a ampliação da efetividade da proteção social no município.

No âmbito da gestão administrativa da SEMADES, a organização dos Comitês Intersetoriais está formalmente estruturada por decretos municipais, o que confere segurança jurídica e clareza de atribuições a cada instância. O Comitê Gestor do Programa BPC na Escola foi criado pelo Decreto nº 2.493, de 10 de agosto de 2012, com a finalidade de articular as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde na garantia do direito à educação para Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC, reforçando o acompanhamento intersetorial e o enfrentamento das barreiras que mantêm esse público fora da escola.

Na mesma data, o Decreto nº 2.494, de 10 de agosto de 2012, instituiu o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família, responsável por supervisionar as condicionalidades, acompanhar famílias em situação de descumprimento e articular ações de emancipação social, além de apoiar o controle social exercido pelo conselho municipal. O Comitê Gestor Municipal Intersetorial do Programa Primeira Infância no SUAS foi instituído pelo Decreto nº 4.416, de 23 de julho de 2024, com a atribuição de planejar, articular e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento integral na primeira infância, integrando diferentes políticas e conselhos na tomada de decisão.

Complementarmente, o Decreto nº 4.448, de 17 de setembro de 2024, criou o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, que organiza fluxos, protocolos e a articulação da rede de proteção para a escuta especializada e o acompanhamento intersetorial desses casos.

Conjuntamente, esses decretos configuram uma base institucional que qualifica a gestão administrativa da Secretaria, estruturando espaços colegiados de decisão, planejamento e monitoramento alinhados às normativas do SUAS e às diretrizes de intersetorialidade e participação social previstas na política de Assistência Social.

3.6.2 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica em Iconha estrutura-se como o primeiro nível de proteção do SUAS, voltada à prevenção das situações de desproteções e risco social, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos. No município, essa proteção é ofertada por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), responsável pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também integra essa rede o Programa Primeira Infância no SUAS, voltado à promoção do desenvolvimento integral de crianças e ao acompanhamento de gestantes.

O município conta ainda com um Centro de Convivência, mantido pela Associação Pestalozzi, que executa o SCFV de forma complementar à rede pública, a partir de parcerias com a Administração Pública municipal. Entretanto, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência ainda não está implantado no município, o que constitui um desafio relevante diante do processo de envelhecimento populacional e da necessidade de ampliar o atendimento domiciliar e enfrentar as barreiras que limitam sua participação comunitária. A ausência dessa oferta aumenta o risco de isolamento e fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

A história do CRAS de Iconha reflete o processo de consolidação da Política de Assistência Social no município e a incorporação gradual das diretrizes do SUAS. A unidade surgiu a partir da transformação do antigo Centro de Múltiplo Uso da Assistência Social, que já atuava no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade. Com a implementação da PNAS, o município adequou suas estruturas físicas e administrativas às novas orientações federais, oficializando a criação do CRAS em 2005. Desde então, o equipamento se consolidou como a porta de entrada do SUAS, articulando serviços, programas e benefícios voltados à Proteção Social Básica.

Conforme orienta a PNAS (Brasil, 2004), a Proteção Social Básica deve atuar com base em ações continuadas e preventivas. Contudo, Oliveira; Paiva; Senna

(2019) alertam que, ao colocar a família no centro da política, o SUAS incorre, por vezes, em interpretações que idealizam esse núcleo e deslocam para ele responsabilidades que são do Estado. Tal crítica reforça a importância de compreender a família em sua diversidade e em suas condições concretas de vida, marcada por desigualdades de classe, gênero e raça, e não como uma unidade homogênea e harmoniosa.

Com isso, o trabalho social com famílias desenvolvido em Iconha deve reconhecer os limites e as potencialidades de cada contexto, evitando práticas moralizantes ou punitivas, e priorizando o acompanhamento qualificado, o acesso a direitos e a mediação com outras políticas públicas. A atuação do CRAS, enquanto porta de entrada do SUAS, ganha centralidade nesse processo, pois materializa a presença do Estado no território e constitui o espaço privilegiado de escuta, acolhimento e produção de vínculos solidários.

Por fim, o fortalecimento da Proteção Social Básica requer o investimento contínuo na qualificação das equipes, na ampliação da rede de atendimento e na sistematização de informações territoriais. Tais medidas são essenciais para que o município avance na consolidação da política que, mais do que prover bens e serviços, produza reconhecimento, pertencimento e dignidade, reafirmando a Assistência Social como um direito de cidadania e um dever do Estado.

A seguir, o quadro descritivo da unidade de CRAS e do Centro de Convivência:

Quadro 3 – CRAS

| Cnpj | Nome | Nº Identificador | UF | Município |
|------|-----------------------------|------------------|----|-----------|
| | CRAS ICONHA | 32026000082 | ES | ICONHA |

Fonte: CADSUAS. Outubro de 2025.

Quadro 4 – Centro de Convivência

| Cnpj | Nome | Nº Identificador | UF | Município |
|------|---|------------------|----|-----------|
| | CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE ICONHA | 3202603413900 | ES | ICONHA |

Fonte: CADSUAS. Outubro de 2025.

Na sequência, está disposta a imagem das fachadas do CRAS e do Centro de Convivência, com o intuito de ilustrar a estrutura física disponível no território.

Imagem 2 – CRAS



Fonte: Imagem elaborada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Iconha.

Imagem 3 – Centro de Convivência



Fonte: Imagem elaborada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Iconha.

3.6.2.1 PAIF

O PAIF constitui a principal porta de entrada da Proteção Social Básica e organiza o trabalho social com famílias no âmbito do CRAS. Regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o PAIF é um serviço continuado, territorializado e preventivo, fundamentado na promoção de direitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na ampliação da capacidade de autonomia das famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social. Conforme orienta o Brasil (2025e), o serviço se desenvolve a partir de metodologias que consideram o território como espaço vivo, atravessado por desigualdades, potências e distintos modos de vida, exigindo práticas que articulem atendimentos individuais, acompanhamentos familiares, ações coletivas e estratégias de busca ativa.

O trabalho social com famílias envolve escuta qualificada, visitas domiciliares, elaboração de planos de acompanhamento, ações socioeducativas e articulação permanente com a rede intersetorial, garantindo que as respostas ofertadas estejam alinhadas às demandas reais dos territórios. Ainda segundo o material técnico, as intervenções do PAIF não se restringem à resolução imediata de necessidades, mas visam ao desenvolvimento de capacidades protetivas, ao reconhecimento das violências estruturais que produzem vulnerabilidades e ao fortalecimento das redes de apoio locais. Desse modo, o serviço atua preventivamente para evitar agravamentos e para ampliar o acesso das famílias à rede de políticas públicas.

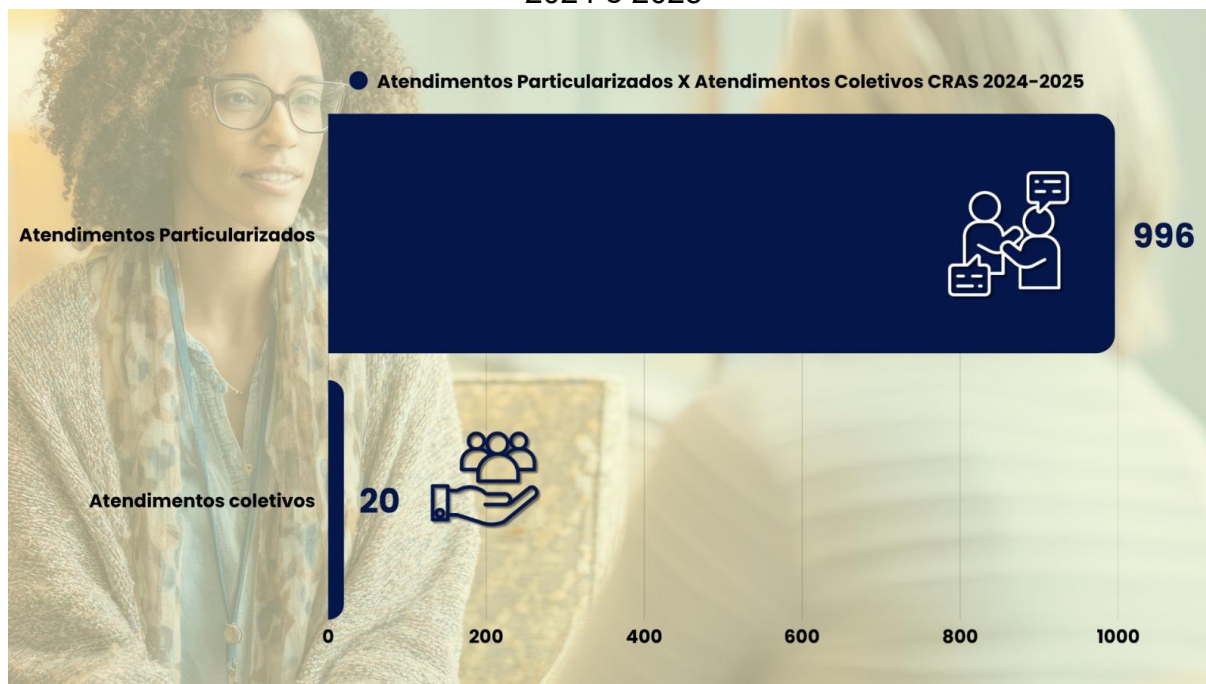
A análise das vulnerabilidades sociais identificadas no âmbito da Proteção Social Básica em Iconha revela a persistência de um conjunto de desigualdades estruturais que limitam o pleno exercício da cidadania e o acesso aos direitos socioassistenciais. Conforme aponta o Relatório de Gestão de 2024 e os dados de 2025, as principais expressões dessa vulnerabilidade se manifestam na pobreza, na insuficiência de renda e nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, aspectos que repercutem diretamente na autonomia das famílias e em sua capacidade de organização da vida cotidiana (Iconha, 2024a). Essa condição é agravada pela insegurança alimentar e nutricional, pelas moradias precárias e pela

dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais, especialmente transporte, saúde e educação, o que reforça a natureza multidimensional da exclusão social.

Brasil (2024; 2025e) destacam que tais vulnerabilidades não devem ser interpretadas de forma isolada, mas como resultado de processos históricos e territoriais que combinam precarização das condições de vida, desproteção social e desigualdade de oportunidades. Nesse sentido, a atuação do CRAS assume papel estratégico ao articular o acompanhamento familiar, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção de acesso às demais políticas públicas. Superar essas fragilidades requer investimento contínuo na Vigilância Socioassistencial e na integração intersetorial, garantindo que a Política de Assistência Social atue de forma preventiva e protetiva frente às múltiplas expressões da pobreza e da vulnerabilidade presentes no território de Iconha.

O gráfico apresentado abaixo permite analisar o comparativo de atendimentos particularizados e coletivos concretizados pela equipe de referência do PAIF durante 2024 e 2025.

Gráfico 3 – Atendimentos coletivos e particularizados executados pelo CRAS entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

Os dados apresentados sobre os atendimentos realizados pelo CRAS entre 2024 e 2025 evidenciam uma predominância significativa de atendimentos particularizados, 996, em relação aos atendimentos coletivos, 20. Essa diferença quantitativa reflete a centralidade do atendimento individualizado no cotidiano do equipamento, que, embora essencial para a escuta qualificada e o acompanhamento das vulnerabilidades específicas das famílias, demanda elevado tempo técnico e reduz o alcance coletivo das ações.

Do ponto de vista qualitativo, a alta incidência de atendimentos particularizados está associada à natureza das demandas que chegam ao CRAS, muitas vezes vinculadas à atualização cadastral, solicitação de benefícios e situações emergenciais que exigem intervenção imediata. Entretanto, a baixa realização de atendimentos coletivos aponta para a necessidade de fortalecimento das ações grupais e comunitárias. Essas ações têm papel estratégico na prevenção das situações de risco social, no fortalecimento de vínculos e na promoção da autonomia das famílias, especialmente por meio do PAIF.

É importante reequilibrar a atuação do CRAS entre o atendimento individual e as práticas coletivas, garantindo a integralidade do trabalho social com famílias. O investimento na ampliação das ações coletivas e de grupo contribui para a efetividade da proteção social, reforçando a função do CRAS como unidade de referência territorial e espaço de convivência, acolhida e promoção de direitos.

As ações de acolhida realizadas pelo CRAS de Iconha configuram um dos eixos estruturantes da Proteção Social Básica, constituindo-se como o primeiro contato das famílias com a rede de proteção e o ponto de partida para a oferta do acompanhamento individual/familiar. A acolhida, enquanto prática técnica e política, é entendida como momento de escuta qualificada, orientação e fortalecimento de vínculos, conforme as diretrizes da LOAS e da PNAS (Brasil, 1993; 2004).

A acolhida individual representa uma dimensão essencial do trabalho técnico no CRAS, pois favorece a construção de vínculos de confiança entre profissionais e famílias, contribuindo para o acesso aos serviços e a ampliação das capacidades individuais e coletivas. O processo de acolhida possibilita o fortalecimento das

liberdades substantivas, ao criar condições para que os sujeitos exerçam o direito de escolha e ampliem suas oportunidades de participação social. Brasil (2024) orienta os municípios a reconhecerem a acolhida como um momento estratégico de aproximação e diagnóstico inicial, no qual o técnico identifica potencialidades e vulnerabilidades, direcionando o atendimento de forma humanizada e resolutiva.

As acolhidas em grupo têm se consolidado como uma importante metodologia coletiva de trabalho social com famílias. Conforme destacado em Brasil (2012) e Brasil (2025e), a dimensão grupal fortalece a convivência comunitária, o sentimento de pertencimento e o protagonismo das famílias, ao criar espaços de troca de experiências e de construção coletiva do conhecimento. Em Iconha, as atividades grupais buscaram aproximar as famílias do CRAS e ampliar o acesso à informação sobre programas sociais, benefícios e serviços disponíveis, promovendo a socialização e a corresponsabilidade entre os participantes.

Entre as demandas mais recorrentes, destacam-se aquelas relacionadas à convivência intergeracional e ao cuidado com Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, sendo os temas que mobilizaram reflexões sobre direitos e deveres familiares, visitas domiciliares e momentos de escuta compartilhada. Dessa maneira, tanto as acolhidas individuais quanto as grupais exercem papel complementar no fortalecimento da proteção social no município. Enquanto as primeiras favorecem o reconhecimento de singularidades e a formulação de planos individualizados de acompanhamento, as segundas promovem a troca coletiva, o apoio mútuo e a ampliação do protagonismo social. Consolidar ambas as dimensões no cotidiano do CRAS de Iconha representa um avanço na efetivação dos princípios do SUAS, garantindo a centralidade da família, a prevenção das vulnerabilidades e o fortalecimento dos vínculos comunitários (Iconha, 2024a).

Cabe ressaltar que no mês de referência de setembro de 2025, o PAIF estava com 29 famílias ativas no acompanhamento individual e familiar. As ações particularizadas do CRAS de Iconha têm por finalidade aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica familiar em situações que demandam intervenção específica e articulada. No âmbito do enfrentamento aos descumprimentos de condicionalidades do Programa Bolsa Família, a equipe técnica realizou em 2024 atendimentos

particularizados no CRAS para 15 famílias, tomando o não cumprimento como indicador de vulnerabilidades e desproteções vivenciadas e não como falha individual. Brasil (2024) orienta a leitura das condicionalidades a partir das barreiras concretas de acesso, como trabalho precário, sobrecarga de cuidados, transporte, serviços de saúde e escola, propondo estratégias intersetoriais de superação em vez de medidas punitivas.

O gráfico abaixo exhibe o volume das ações tipificadas desenvolvidas pela equipe CRAS.

Gráfico 4 – Ações tipificadas desenvolvidas pela equipe CRAS ao longo de janeiro de 2024 a setembro de 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

O conjunto de ações executadas pela equipe do PAIF, no período de janeiro de 2024 a setembro de 2025, evidencia a centralidade do trabalho social com famílias e o esforço da unidade em manter ofertas diversificadas e articuladas às funções essenciais do PAIF. Os dados apresentados no gráfico demonstram três dimensões distintas, porém complementares, sendo atendimentos vinculados à garantia de

direitos, intervenções individuais e familiares e ações coletivas de convivência comunitária.

Com 97 atendimentos voltados à emissão da Carteira da Pessoa Idosa, observa-se uma demanda expressiva relacionada ao acesso a direitos e benefícios, sobretudo para Pessoas Idosas que dependem desse documento para usufruir de gratuidades e prioridades. Esse volume indica que o CRAS tem sido porta de entrada qualificada para este público, atuando na orientação e no acesso à documentação civil. Além disso, reforça a presença de uma parcela significativa de Pessoas Idosas nas demandas cotidianas da Proteção Social Básica, o que exige da equipe conhecimento sobre envelhecimento, vínculos familiares e necessidades específicas no território.

As 193 visitas domiciliares realizadas no período constituem o eixo estruturante do trabalho social com famílias. Este quantitativo, que representa a maior ocorrência entre as ações apresentadas, evidencia a estratégia de territorialização e a prioridade atribuída à aproximação com as famílias em seu contexto de vida. Conforme orientam os documentos técnicos do PAIF, a visita domiciliar é instrumento essencial para compreender a dinâmica familiar, identificar vulnerabilidades não verbalizadas no atendimento presencial e captar situações de risco que demandam intervenção, acompanhamento continuado ou articulação intersetorial. O número elevado aponta que a equipe vem adotando práticas consistentes de busca ativa, monitoramento e acompanhamento das famílias, sobretudo aquelas com dificuldades de acesso ao serviço ou que apresentam maior fragilidade social.

As 46 atividades coletivas e grupos demonstram o esforço de qualificação das ações coletivas do PAIF, ainda que em volume menor quando comparado às demais. As atividades coletivas têm caráter preventivo, fortalecem vínculos comunitários e disseminam informações sobre direitos socioassistenciais, trabalho social que a normativa do PAIF considera fundamental para reduzir riscos sociais e ampliar a circulação de proteção no território. O quantitativo também sinaliza desafios, como a necessidade de ampliar a cobertura territorial, diversificar temáticas e fortalecer a articulação com o SCFV para aumentar a participação e adesão das famílias. Com isso, o CRAS atua como mediador entre a família e a rede de políticas públicas,

fortalecendo vínculos, prevenindo rupturas e ampliando as capacidades familiares para acessar serviços, benefícios e oportunidades.

O quantitativo de 12 encaminhamentos realizados pelo CRAS ao CREAS entre janeiro de 2024 e setembro de 2025 indica que, embora a maior parte das demandas da Proteção Social Básica tenha sido absorvida pelo PAIF, houve um conjunto de situações que ultrapassou o escopo preventivo do CRAS e exigiu intervenção especializada. Esse número, quando comparado ao volume expressivo de atendimentos particularizados e visitas domiciliares, demonstra que os profissionais do CRAS têm realizado avaliação criteriosa na identificação de situações que configuram violação de direitos ou risco pessoal e social, encaminhando apenas os casos que realmente demandam acompanhamento pelo PAEFI. A baixa incidência de encaminhamentos sinaliza, por um lado, a efetividade das ações de prevenção e fortalecimento de vínculos na PSB, e, por outro, reforça a necessidade de articulação permanente entre CRAS e CREAS para assegurar que os encaminhamentos sejam realizados de forma qualificada, com fluxos definidos e comunicação entre as equipes, garantindo continuidade do cuidado e proteção integral às famílias.

As ações comunitárias desenvolvidas pelo CRAS de Iconha ao longo do recorte temporal expressam o compromisso da Proteção Social Básica com a mobilização social, a educação em direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários. O município priorizou campanhas temáticas voltadas à conscientização sobre direitos humanos e inclusão social, entre elas o “18 de maio”, Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o “agosto Dourado”, mês da Primeira Infância, e o “setembro Verde”, mês da inclusão da Pessoa com Deficiência (Iconha, 2024a). Essas ações traduzem o caráter preventivo e pedagógico da Assistência Social, cuja função, conforme a PNAS (Brasil, 2004), é atuar sobre as vulnerabilidades antes que se transformem em situações de risco, por meio de práticas de mobilização, informação e protagonismo comunitário.

A campanha de “18 de maio” mobilizou escolas, serviços socioassistenciais e conselhos de direitos, reafirmando a centralidade do enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes como eixo estruturante do SUAS. Ao integrar Educação, Saúde e Assistência Social, a ação reforçou o princípio da

intersectorialidade, ampliando o alcance das mensagens de prevenção e fortalecendo a rede de proteção local. Além do aspecto educativo, o movimento de rua e as atividades com estudantes criaram espaços de visibilidade para o tema e contribuíram para romper o silêncio que historicamente envolve os casos de violência sexual (Iconha, 2024a). Essa dimensão formativa e coletiva está em consonância com as orientações de Brasil (2025e), que destaca a importância de práticas territoriais voltadas à conscientização e à corresponsabilidade social.

No mês da Primeira Infância, as atividades foram realizadas de forma articulada entre o CRAS e o Programa Criança Feliz, com o tema “Transtornos do neurodesenvolvimento e intervenção precoce”. Essa abordagem evidencia o esforço do município em promover políticas baseadas em evidências científicas e na integralidade do cuidado (Iconha, 2024a). A escolha do tema demonstra sensibilidade frente à realidade local, uma vez que Iconha apresenta demandas crescentes relacionadas ao acompanhamento de crianças com deficiência e atraso no desenvolvimento. As oficinas e formações realizadas reforçaram o papel da Primeira Infância como prioridade da agenda social, destacando a importância de estratégias intersetoriais de estimulação precoce, acompanhamento familiar e redução de estigmas associados às deficiências.

O mês de setembro, voltado à inclusão das Pessoas com Deficiência, reafirmou a necessidade de desconstruir barreiras sociais, atitudinais e arquitetônicas que dificultam o acesso e a participação desse público. As ações conduzidas pelo CRAS, em parceria com a Associação Pestalozzi, fortaleceram o protagonismo das Pessoas com Deficiência e promoveram a valorização da diversidade por meio de apresentações artísticas, rodas de diálogo e depoimentos de familiares (Iconha, 2024a).

Por fim, as reuniões informativas sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizadas em novembro, representaram um movimento de integração entre o setor de Cadastro Único e o PAIF, com foco na orientação das famílias em repercussão gradativa dos efeitos de não cumprimento. Essa ação evidencia o compromisso do município com a abordagem pedagógica das condicionalidades, compreendidas não como punição, mas como ferramenta de garantia de direitos,

permitindo que as famílias compreendam o funcionamento do programa e acessem os meios de defesa e recursos cabíveis (Iconha, 2024a).

Sob a ótica socioterritorial, essas ações refletem o esforço da gestão em consolidar o CRAS como referência comunitária e espaço público de convivência, informação e mobilização social. Contudo, os desafios permanecem significativos, como a ampliação da cobertura das campanhas às áreas rurais, a garantia de acessibilidade nos eventos e o fortalecimento de parcerias com OSCs são aspectos que podem potencializar o impacto das ações comunitárias. Ao mesmo tempo, o planejamento futuro deve incluir metas voltadas à continuidade dessas mobilizações e à integração permanente entre políticas públicas, de modo que a Assistência Social atue como eixo articulador da proteção e da cidadania no território.

Além disso, as oficinas com famílias desenvolvidas pelo CRAS de Iconha representam uma das principais estratégias do PAIF para fortalecer vínculos, prevenir situações de risco e promover o acesso a direitos socioassistenciais. As atividades configuram-se como espaços coletivos de escuta, troca de saberes e reflexão crítica sobre a vida cotidiana, as relações familiares e o exercício da cidadania.

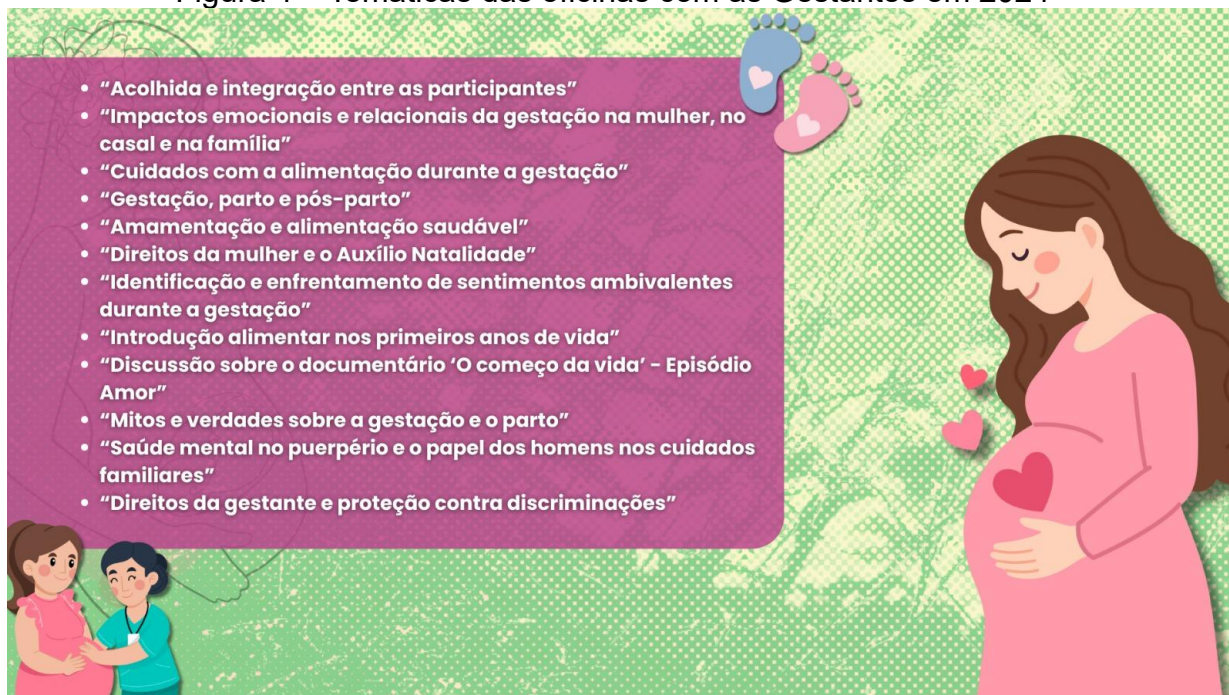
Ao longo de 2024, a equipe de referência do CRAS organizou um conjunto de oficinas com gestantes, que se consolidaram como espaço de convivência, aprendizado e cuidado mútuo. As atividades buscaram não apenas oferecer informações sobre a gestação, mas também abordar as vulnerabilidades sociais identificadas nos atendimentos individuais, como a precariedade de moradia, a insegurança alimentar, a falta de apoio familiar e as dificuldades de acesso a serviços públicos. Desse modo, as oficinas atuaram como dispositivo protetivo e formativo, integrando a dimensão técnica e o fortalecimento das redes sociais de apoio (Iconha, 2024a).

Os encontros ocorreram quinzenalmente, conduzidos por profissional de nível superior do CRAS, e seguiram metodologias participativas que combinaram rodas de conversa, dinâmicas reflexivas, exposições dialogadas e atividades práticas. As temáticas abrangeram desde os impactos emocionais e relacionais da gestação até o pós-parto, amamentação, introdução alimentar, direitos das gestantes e corresponsabilidade familiar. Essa diversidade de conteúdos demonstra a abordagem

integral adotada, na qual as dimensões física, emocional, social e de direitos se articulam na construção de práticas de cuidado ampliado (Iconha, 2024a).

Ao longo do ano, foram realizados encontros que contemplaram uma ampla gama de temáticas, conforme destacado na figura abaixo (Iconha, 2024a).

Figura 4 – Temáticas das oficinas com as Gestantes em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

As oficinas também incorporaram parcerias interinstitucionais, como a participação de uma estudante de Nutrição, que contribuiu com orientações sobre alimentação saudável durante a gestação e a introdução alimentar nos primeiros anos de vida. Essa experiência evidencia o potencial do CRAS como articulador de saberes e promotor de ações intersetoriais, em consonância com o que orientam Brasil (2024; 2025e), ao enfatizar que o trabalho com famílias deve ser contínuo, intersetorial e territorializado, buscando sempre o fortalecimento das capacidades protetivas e a ampliação das oportunidades no território.

Durante o recorte temporal também foram executadas as oficinas com as famílias beneficiárias do BPC, com encontros participativos, dinâmicas e rodas de conversa que favoreceram a troca de experiências e o fortalecimento dos vínculos

familiares e comunitários. As atividades abordaram uma diversidade de temas essenciais à inclusão e à cidadania, entre eles o conceito de deficiência e sua evolução histórica, acessibilidade em suas múltiplas dimensões, enfrentamento ao capacitismo, transtornos do neurodesenvolvimento e direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa abordagem ampla e integrada possibilitou um diálogo contínuo entre teoria e prática, promovendo conscientização, empatia e reconhecimento das diferenças como elementos de convivência social.

Portanto, o trabalho realizado com as gestantes e as famílias com membros beneficiários do BPC em Iconha contribuiu diretamente para a ampliação das capacidades humanas, permitindo que as mulheres participantes desenvolvessem autonomia e consciência crítica sobre seus direitos e condições de vida. As oficinas, nesse sentido, não se limitaram a repassar informações, mas atuaram como instrumentos de emancipação social e ampliação de liberdades, na medida em que promoveram o protagonismo feminino e estimularam a construção coletiva de soluções diante das vulnerabilidades.

A partir dessa experiência, é possível observar que o município tem avançado na consolidação de uma prática de trabalho social continuada e sensível à realidade local, transformando o CRAS em um espaço de convivência e formação cidadã. Contudo, permanecem desafios que demandam atenção na agenda do PMAS, como a ampliação da cobertura das oficinas a outros públicos, Pessoas Idosas, cuidadores, famílias com crianças de 0 a 6 anos e famílias rurais, o fortalecimento de fluxos intersetoriais com a Saúde e a Educação e a sistematização das informações produzidas nesses espaços, de modo a subsidiar a vigilância socioassistencial.

O conjunto de ações analisadas confirma o papel estratégico do PAIF na organização da Proteção Social Básica em Iconha, fortalecendo a atuação territorializada, preventiva e centrada nas famílias. As evidências demonstram que o CRAS vem desenvolvendo intervenções que articulam atendimentos individualizados, visitas domiciliares, ações coletivas e mobilizações comunitárias, compondo um mosaico de práticas alinhadas às diretrizes nacionais e às demandas identificadas no território.

Ao mesmo tempo, a análise do período revela desafios estruturais que precisam orientar o planejamento municipal, especialmente a ampliação das ações grupais, o fortalecimento dos fluxos intersetoriais e a qualificação contínua das estratégias de acompanhamento familiar. Dessa forma, o PAIF permanece como eixo fundamental do SUAS local, contribuindo para a prevenção das vulnerabilidades, o fortalecimento dos vínculos e a promoção do acesso a direitos, princípios que serão aprofundados nas metas e estratégias delineadas nos próximos capítulos do PMAS.

3.6.2.2 SCFV

O SCFV é uma oferta continuada da Proteção Social Básica que tem por finalidade promover a convivência, a participação social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários entre usuários inseridos em contextos de vulnerabilidade. Sua organização baseia-se em metodologias planejadas e estruturadas em percursos, entendidos como sequências de atividades que se desenvolvem ao longo do tempo e que visam acompanhar o usuário em processos de aprendizagem, convivência e fortalecimento de vínculos (Brasil, 2022).

A concepção de percursos no SCFV reforça o caráter continuado e processual do serviço, diferenciando-o de ações pontuais e eventuais. Esses percursos articulam convivência, experimentação, construção de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, assegurando que o trabalho seja significativo para o ciclo de vida e a realidade territorial dos participantes. Essa estruturação favorece a prevenção de riscos sociais e amplia oportunidades de participação comunitária, conforme orientam as diretrizes nacionais do SUAS (Brasil, 2022).

A execução do SCFV também se organiza em eixos orientadores, que estabelecem parâmetros para o planejamento pedagógico e a condução das atividades. Os documentos de referência organizam esses eixos em três dimensões centrais, “Eu comigo”, voltado ao desenvolvimento pessoal, à autoestima, ao autoconhecimento e ao cuidado de si; “Eu com os outros”, que prioriza a convivência, o diálogo e a construção coletiva de relações respeitadas e solidárias; e “Eu com a cidade”, que estimula a participação comunitária, o sentimento de pertencimento, o

reconhecimento do território e a promoção da cidadania. A adoção desses eixos garante a coerência do serviço com os princípios da proteção social e possibilita que as práticas sejam direcionadas às reais necessidades dos grupos atendidos (Brasil, 2022).

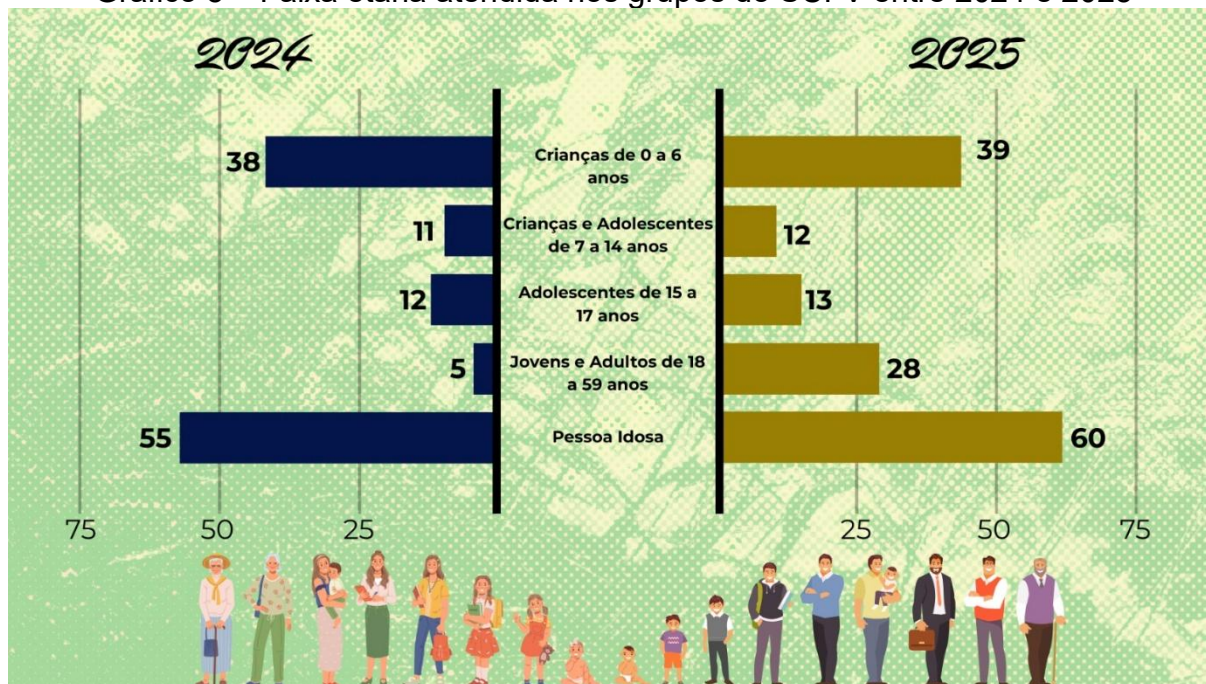
A oferta do SCFV se distribui por faixas etárias, permitindo que cada grupo participe de ações adequadas às suas capacidades, interesses e demandas específicas. As orientações nacionais estabelecem diretrizes diferenciadas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, assegurando que os percursos respeitem as singularidades do ciclo de vida. Essa organização permite que o serviço aprofunde temas relevantes para cada faixa etária, estimule o protagonismo e fortaleça redes de apoio social, promovendo experiências de convívio que dialogam com a realidade dos territórios (Brasil, 2022).

Desse modo, o SCFV em Iconha consolidou-se como uma resposta cotidiana e territorial à prevenção de vulnerabilidades, operando em diálogo estreito com o PAIF e com a rede local. A prática em grupos, prevista na PNAS e na Tipificação, traduziu-se em encontros regulares, planejados e com intencionalidade socioeducativa, buscando transformar convivência em proteção e acesso a direitos (Brasil, 2004; 2014; 2022). Na experiência municipal, isso significou ofertar atividades coerentes com cada ciclo de vida, combinar linguagens pedagógicas e artísticas e manter o foco na participação das famílias.

No período de 2024 a setembro de 2025, o SCFV de Iconha realizou 181 grupos, demonstrando continuidade na oferta e regularidade das atividades desenvolvidas no território. Nesse recorte, o serviço atendeu crianças de 6 a 11 anos, adolescentes de 12 a 17 anos e Pessoas Idosas com 60 anos ou mais, público prioritário da Proteção Social Básica e caracterizado por condições de baixa renda, inscrição no Cadastro Único e residência em áreas rurais e periféricas do município. O conjunto dos usuários participantes apresenta vulnerabilidades relacionadas à fragilidade de vínculos familiares, limitações de acesso a bens e serviços públicos e situações recorrentes de isolamento social. Observa-se que, em 2024, houve maior concentração de atendimentos voltados a crianças e adolescentes, enquanto, em 2025, ampliou-se de forma significativa a participação do grupo de Pessoas Idosas,

indicando diversificação gradual dos perfis atendidos e adequação do serviço às demandas emergentes do território.

Gráfico 5 – Faixa etária atendida nos grupos do SCFV entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

A distribuição dos usuários do SCFV entre 2024 e 2025 evidencia a capacidade do serviço de acompanhar as transformações socioterritoriais do município e de ajustar suas ofertas conforme a demanda de cada ciclo de vida. Em 2024, observa-se maior presença de crianças de 0 a 6 anos, 38, e de Pessoas Idosas, 55, enquanto os grupos intermediários, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, com 11 usuários, adolescentes de 15 a 17 anos, 12, bem como jovens e adultos de 18 a 59 anos apresentam menor participação, 5. Esse cenário está associado ao padrão de vulnerabilidades mapeado no território, tendo em vista as famílias com crianças pequenas em situação de baixa renda e Pessoas Idosas residentes em áreas rurais, frequentemente com vínculos comunitários fragilizados e limitada participação social.

Em 2025, percebe-se a continuidade desses grupos e a reorganização significativa do perfil, em que as participações de crianças pequenas se mantiveram estáveis, 39, assim como os grupos de 7 a 14 anos, 12, e de 15 a 17 anos, 13.

Entretanto, o crescimento expressivo de jovens e adultos de 18 a 59 anos, que passaram de 5 para 28 participantes, revela uma ampliação importante das estratégias de mobilização e da capacidade do serviço de alcançar segmentos populacionais que, historicamente, apresentam menor engajamento em atividades de convivência. Essa ampliação aponta para maior aderência aos percursos ofertados e fortalece a função do SCFV de ampliar espaços de pertencimento e sociabilidade para adultos expostos a rotinas precarizadas de trabalho, sobrecarga de cuidados e isolamento social.

As Pessoas Idosas permanecem, nos dois anos, como o grupo mais numeroso, 55 participantes em 2024 e 60 em 2025, indicando que o serviço se consolidou como referência territorial para esse público, cujas demandas envolvem fortalecimento de vínculos, prevenção de isolamento e promoção de autonomia. A ampliação desse grupo também reflete a efetividade dos percursos estruturados nos eixos “Eu comigo”, “Eu com os outros” e “Eu com a cidade”.

A estabilidade dos grupos de crianças e adolescentes ao longo do biênio sugere que os percursos foram construídos com regularidade e com intencionalidade pedagógica consistente, mantendo o vínculo com as famílias e com o território. Já a chegada de novos jovens e adultos, em 2025, demonstra que o SCFV passou a diversificar suas estratégias de intervenção e a ampliar a presença em localidades onde esse público se encontra em maior vulnerabilidade, especialmente áreas rurais e periféricas, como identificado no diagnóstico.

De forma geral, o comportamento dos dados indica amadurecimento do serviço, expressando que o SCFV, além de manter seu compromisso tradicional com crianças e adolescentes, ampliou o alcance para outros segmentos do ciclo de vida. Esse movimento está alinhado às diretrizes nacionais que orientam a organização do serviço por percursos e eixos, reforçando a compreensão de que a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos devem ser garantidos para todas as faixas etárias como direito socioassistencial.

Em 2024 os coletivos estiveram relacionados ao projeto Família, estimulando pertencimento, expressão lúdica e presença de cuidadores nos encontros. A estratégia favoreceu vínculos e comunicação intrafamiliar, mas a periodicidade mensal

ficou aquém do desejável para resultados mais robustos de socialização e acompanhamento escolar. A experiência sugere ajustar a cadência para, ao menos, encontros quinzenais do calendário letivo, fortalecer a articulação com escolas e atenção primária à saúde e qualificar os registros de participação e evolução das crianças (Brasil, 2022; Iconha, 2024a).

O projeto Trilhando caminhos, projetos de vida e territorialidades trabalhou valores, cidadania, resolução de conflitos, pertencimento ao território e mundo do trabalho, inclusive com atividades culturais, esportivas e saídas ao território. Verificou-se a autodemanda dos jovens por mais frequência, em que a equipe acolheu o pedido e ampliou os encontros para duas vezes ao mês, reforçando protagonismo e corresponsabilidade. Também emergiram situações de não alfabetização consolidada e possíveis sinais de transtornos do neurodesenvolvimento, exigindo fluxos regulares com escolas e saúde. O conjunto aponta boas práticas, metodologias participativas, jogos cooperativos, leitura crítica de narrativas de violência e tarefas para o próximo ciclo, como protocolos formais com a rede educacional, acompanhamento de recomposição de aprendizagens e manutenção da frequência quinzenal, favorecendo continuidade e sentido de grupo (Brasil, 2022; Iconha, 2024a).

O grupo de Pessoas Idosas manteve rotina de ginástica duas vezes por semana e uma agenda socioeducativa que abordou segurança doméstica, uso de medicamentos, saúde mental, prevenção a golpes financeiros e vivências culturais no território. A regularidade das práticas corporais, associada às rodas de conversa e passeios, está alinhada ao envelhecimento ativo e contribui para autonomia, autoestima e convivência. Persistem desafios práticos, como barreiras de transporte para quem reside em localidades rurais e lacunas de registro em parte das atividades, o que dificulta a mensuração de resultados. A adoção de um registro com metas, presenças, síntese avaliativa e evidências, somada a apoio logístico de transporte em dias de maior adesão, tende a elevar a efetividade do grupo (Brasil, 2014; Iconha, 2024a).

As oficinas transversais ampliaram repertórios e incluíram públicos diversos. A música atendeu usuários matriculados no CRAS, além de pessoas atendidas na Associação Pestalozzi, com violão, teclado, flauta, escaleta e musicalização, o que

reforça convivência, expressão e acessibilidade comunicacional, sobretudo para crianças e pessoas com deficiência (Iconha, 2024a).

O curso de informática básica ofereceu duas aulas semanais, abordando sistema operacional, navegação, e-mail, produção de textos, planilhas e apresentações, inclusive com atenção a normas da ABNT para jovens interessados em aprendizagem e inserção laboral. Houve evasão pontual, associada a deslocamento e baixa adesão de alguns inscritos (Iconha, 2024a).

No plano da organização do serviço, observa-se aderência às diretrizes do SCFV, trabalho em grupos por ciclo de vida, planejamento temático, envolvimento de cuidadores e interfaces com a rede. Para qualificar resultados no próximo ciclo do PMAS, sugere-se que os encontros com as crianças e os adolescentes seja pelo menos quinzenal, padronizando os instrumentos de registro, como plano de encontro, lista de presença, síntese e indicadores de resultado como adesão, continuidade e reingresso. Além disso, recomenda-se a formalização dos fluxos com educação e saúde para apoio a recomposição de aprendizagens e acompanhamento de casos com barreiras específicas (Iconha, 2024a).

A atuação do SCFV em Iconha, no período analisado, evidencia a consolidação de um trabalho socioeducativo estruturado em percursos contínuos, diversificado e aderente às necessidades dos diferentes ciclos de vida. A execução dos grupos voltados ao fortalecimento de vínculos e ao envolvimento de cuidadores, promoveram cidadania, pertencimento territorial e projetos de vida para adolescentes e jovens. Com isso, sustentado por encontros regulares de convivência, práticas corporais e ações de educação em saúde, demonstra a capacidade do serviço de articular metodologias específicas a cada faixa etária, sempre orientado pelos eixos “Eu comigo”, “Eu com os outros” e “Eu com a cidade”.

Além disso, as oficinas complementares, como música, informática básica e demais atividades transversais realizadas ao longo do período, ampliaram repertórios culturais e formativos, favoreceram a inclusão social e fortaleceram a participação de públicos variados, incluindo crianças, adolescentes, Pessoas Idosas e pessoas com deficiência atendidas em articulação com a Associação Pestalozzi. Essa diversidade metodológica reforça o papel do SCFV como espaço de convivência e expressão,

estimulando habilidades, promovendo autonomia e ampliando possibilidades de inserção comunitária.

3.6.2.3 Programa BPC na Escola

O Programa BPC na Escola representa uma das expressões mais consistentes da articulação entre políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social e à garantia do direito à educação para crianças e adolescentes com deficiência. Criado com o propósito de assegurar o acesso e a permanência escolar dos beneficiários do BPC, o programa atua a partir de uma lógica intersetorial que envolve as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos. Essa integração busca enfrentar as múltiplas barreiras que ainda limitam a inserção e a participação das pessoas com deficiência na vida comunitária, reconhecendo que o enfrentamento da exclusão requer estratégias integradas de proteção e promoção de direitos (Iconha, 2024a).

O programa materializa o princípio de que a educação não se restringe à escolarização formal, mas constitui um meio para a expansão das capacidades humanas e o exercício da liberdade. A partir dessa perspectiva, o acesso à educação inclusiva amplia o poder de escolha dos indivíduos, fortalece sua autonomia e rompe com os ciclos de privações que perpetuam a desigualdade social. Assim, o BPC na Escola, ao promover a inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência, cumpre uma função emancipatória e reafirma o papel da Assistência Social como mediadora de oportunidades e garantidora de direitos (Iconha, 2024a).

No município de Iconha, as ações executadas em 2024 refletem esse compromisso com a efetivação do direito à educação e a promoção da equidade. De acordo com o Relatório de Gestão, o acompanhamento do programa foi direcionado aos 21 beneficiários ativos, já contemplados com a aplicação dos questionários de identificação de barreiras em ciclos anteriores. A gestão municipal concentrou esforços na continuidade do acompanhamento, na manutenção do diálogo com as famílias e na articulação com a rede intersetorial, reforçando o papel estratégico do Grupo Gestor Local (GGL) (Iconha, 2024a).

Durante o período, foram realizadas visitas domiciliares que permitiram conhecer as condições de vida e de estudo dos beneficiários, além de orientar as famílias quanto ao acesso aos direitos socioassistenciais e educacionais. As ações de orientação social fortaleceram o entendimento das famílias sobre a importância da permanência escolar e o papel da educação no desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência. Simultaneamente, foram feitos encaminhamentos intersetoriais para serviços de saúde, educação e direitos humanos, assegurando um acompanhamento integral das situações identificadas (Iconha, 2024a).

O GGL de Iconha, composto por representantes das políticas públicas envolvidas, desempenhou papel essencial na coordenação e monitoramento das ações. Durante o ano, o grupo se reuniu periodicamente para revisar o Plano de Acompanhamento Intersetorial, avaliar resultados e redefinir estratégias, em consonância com as orientações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Além disso, promoveu o diálogo com instituições de defesa de direitos e com OSCs, reforçando a importância de uma atuação conjunta para a superação das barreiras atitudinais, sociais e arquitetônicas que ainda limitam a inclusão plena (Iconha, 2024a).

Os resultados alcançados no período demonstram avanços significativos na consolidação de práticas inclusivas no território. O acompanhamento contínuo das famílias contribuiu para a garantia da permanência escolar, a ampliação do acesso a serviços complementares e o fortalecimento das redes de apoio comunitário. Mesmo diante de desafios, como o deslocamento de três beneficiários para outros municípios, Iconha manteve a efetividade do programa e consolidou um modelo de gestão pautado no cuidado, na continuidade e na corresponsabilidade institucional (Iconha, 2024a).

A análise das ações ressalta que o município tem desenvolvido um trabalho que ultrapassa o cumprimento formal de metas, operando sob a lógica da inclusão emancipatória. Ao associar a educação à ampliação das capacidades e ao fortalecimento das liberdades individuais, o programa contribui para que as crianças e adolescentes com deficiência não apenas frequentem a escola, mas participem dela como sujeitos de direitos e cidadãos plenos. Essa concepção está em sintonia com

as diretrizes da PNAS (Brasil, 2004), que compreende a Proteção Social Básica como espaço privilegiado para o desenvolvimento humano e a construção de trajetórias de vida mais autônomas.

Portanto, o BPC na Escola em Iconha revela uma experiência que alia sensibilidade social e capacidade técnica, sustentando uma política pública que não se limita ao acompanhamento burocrático dos beneficiários, mas promove o direito à educação como via de inclusão, autonomia e cidadania. As ações desenvolvidas reafirmam que a Assistência Social, quando orientada por princípios éticos e intersetoriais, é capaz de transformar realidades, romper barreiras e contribuir de forma efetiva para a redução das desigualdades e a valorização da diversidade.

3.6.2.4 Primeira Infância no SUAS

A primeira infância, no âmbito do SUAS, é tratada como uma fase estratégica, do período gestacional até os seis anos, em que cuidados cotidianos, vínculos afetivos e estímulos lúdicos têm maior potência para produzir desenvolvimento e proteção. Por isso, a Assistência Social organiza respostas que vão além da transferência de renda: acolhe famílias, orienta rotinas de cuidado, identifica barreiras de acesso a direitos e articula a rede de proteção social para garantir acompanhamento contínuo e territorializado.

Nesse sentido, o Programa Primeira Infância no SUAS é a principal porta de entrada. Por meio de visitas domiciliares e ações coletivas, equipes qualificadas acompanham gestantes, bebês e crianças pequenas, fortalecem competências parentais, ampliam o acesso a serviços, pré-natal, vacinação, educação infantil, documentação, e previnem situações de negligência, violência ou atraso no desenvolvimento. O Programa reconhece que investir cedo, com presença no território e trabalho intersetorial, gera melhores resultados para as crianças e maior segurança de cuidados para as famílias.

Com a publicação da Resolução CIT nº 30/2025, inicia-se um processo nacional de transição planejada e gradual do Programa para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, serviço tipificado na

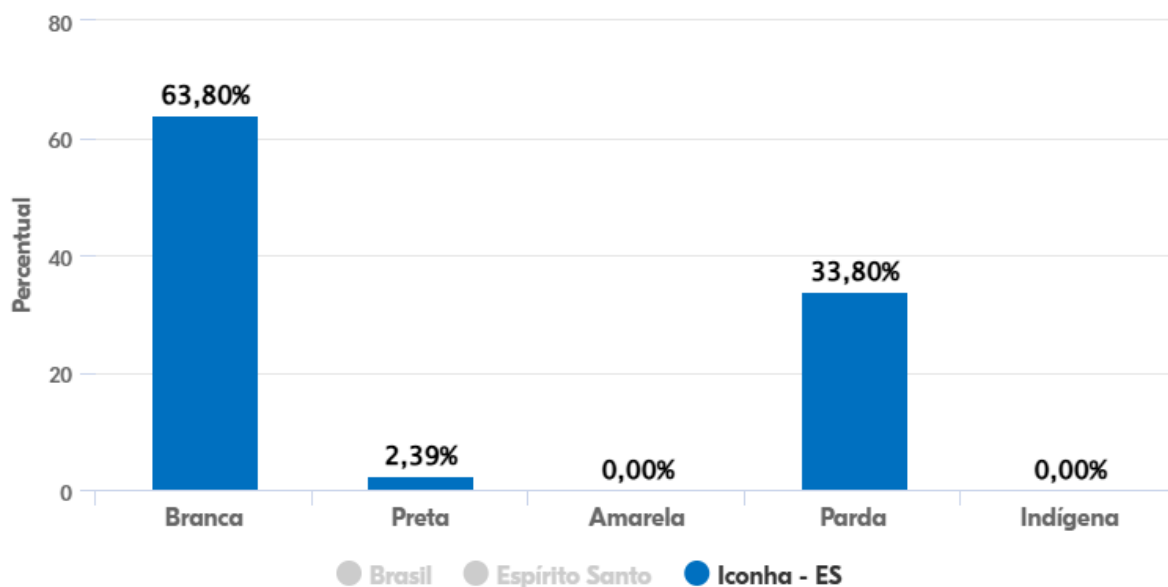
PNAS. Essa transição reconhece a maturidade metodológica construída pelo Programa e busca consolidar, de forma permanente, a atenção à primeira infância como oferta estruturada do SUAS, garantindo continuidade, padronização e integração crescente com o território e com a rede de serviços.

O serviço consiste na oferta de acompanhamento socioassistencial sistemático a gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, realizado por meio de visitas domiciliares e ações coletivas. Seu objetivo é fortalecer vínculos familiares, apoiar práticas de cuidado, promover o desenvolvimento infantil e assegurar o acesso a direitos, em especial aos serviços de saúde, educação e proteção social.

O atendimento é organizado de forma territorializada, priorizando famílias com maior vulnerabilidade, crianças com atrasos no desenvolvimento ou com risco de violação de direitos. O trabalho das equipes inclui orientação sobre cuidado e proteção, identificação de barreiras de acesso, articulação com a rede intersetorial, prevenção de negligência e violência, incentivo à participação em políticas públicas e promoção da parentalidade positiva.

A análise demográfica da Primeira Infância em Iconha revela que 7,46% da população municipal é composta por crianças entre 0 e 6 anos, o que corresponde a 920 crianças em um total de 12.326 habitantes. Esse percentual é inferior às médias do Espírito Santo, 8,88%, e do Brasil, 8,92%, indicando uma leve tendência de redução da natalidade e de envelhecimento populacional. Tal cenário impõe ao SUAS o desafio de planejar suas ações de forma territorializada, garantindo que a menor proporção de crianças não se traduza em desatenção às suas necessidades específicas. Pelo contrário, exige-se um investimento na qualidade e na integralidade dos atendimentos, assegurando cobertura adequada mesmo em áreas de menor densidade populacional (FMCSV, 2025).

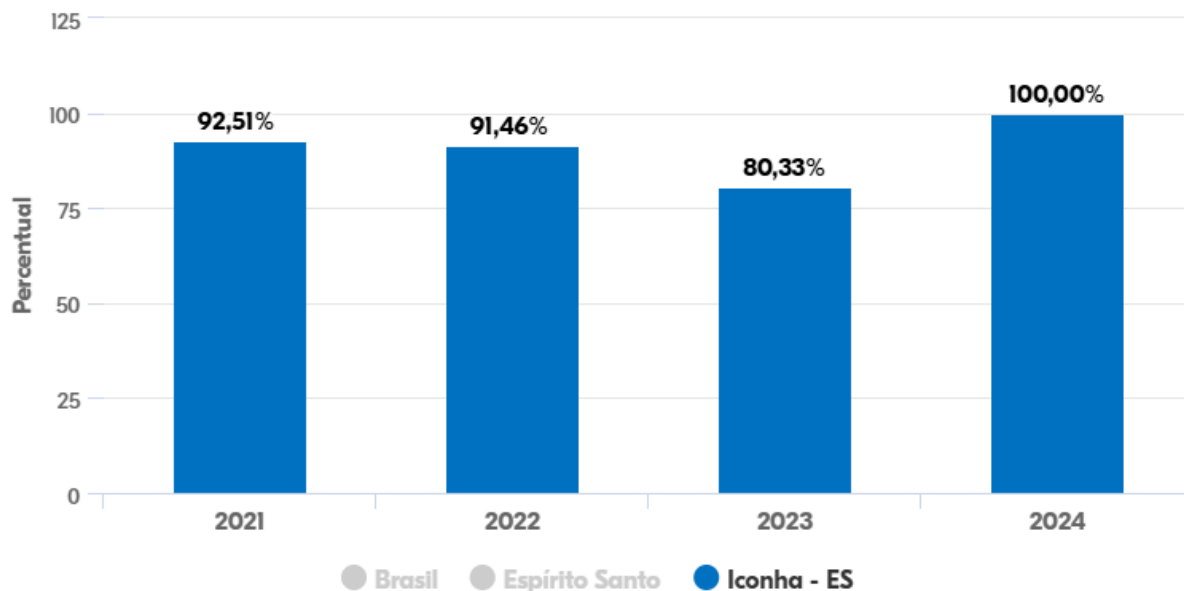
Gráfico 6 – Raça e cor da Primeira Infância em Iconha



Fonte: Censo Demográfico 2022 - IBGE

No que se refere à composição por raça e cor, a população de 0 a 6 anos em Iconha é majoritariamente branca, 63,8%, seguida por crianças pardas, 33,8% e pretas, 2,39%, sem registros de crianças indígenas ou amarelas. Essa distribuição reforça a importância de o município adotar um olhar atento à equidade racial nas políticas de proteção à infância, considerando que, em nível nacional, crianças negras e pardas estão mais expostas à pobreza, à insegurança alimentar e à violação de direitos. O desafio é promover uma atuação antirracista nas práticas do SUAS, com estratégias de capacitação das equipes e monitoramento constante de dados desagregados por raça, gênero e território, garantindo que os recursos e ações alcancem as famílias em maior vulnerabilidade social (FMCSV, 2025).

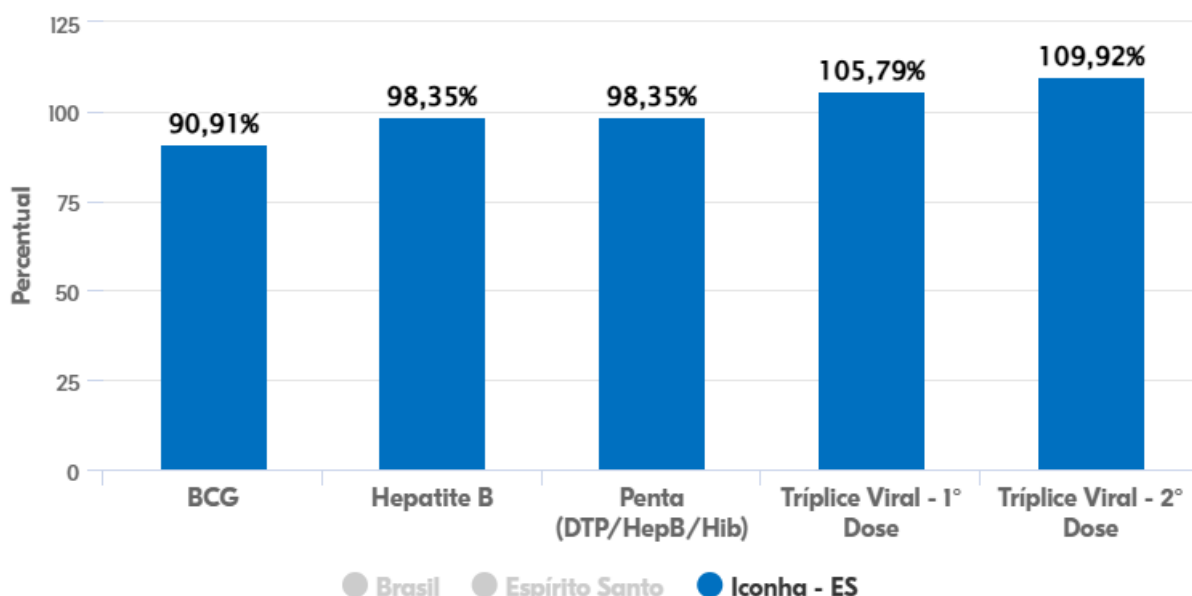
Gráfico 7 – Cobertura da atenção primária à saúde para a Primeira Infância em Iconha



Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor. FMCSV, 2025

A análise dos indicadores de saúde referentes à Primeira Infância em Iconha demonstra um cenário de avanços significativos na cobertura da atenção primária e na imunização infantil, embora ainda se observem desafios no campo da vigilância e da redução das desigualdades territoriais e informacionais. Entre 2021 e 2024, o município apresentou crescimento constante na cobertura da atenção primária à saúde, que passou de 92,51% em 2021 para 100% em 2024, superando as médias estadual e nacional. Esse dado reflete a consolidação da Estratégia de Saúde da Família como eixo estruturante do cuidado local, garantindo que todas as famílias tenham, ao menos, o acompanhamento básico e o acesso aos serviços essenciais de saúde. No entanto, manter a cobertura plena exige a sustentabilidade das equipes de atenção básica, o fortalecimento das ações de visita domiciliar e o aprimoramento da integração entre as redes de Saúde e Assistência Social, sobretudo no acompanhamento de gestantes e crianças em situação de vulnerabilidade (FMCSV, 2025).

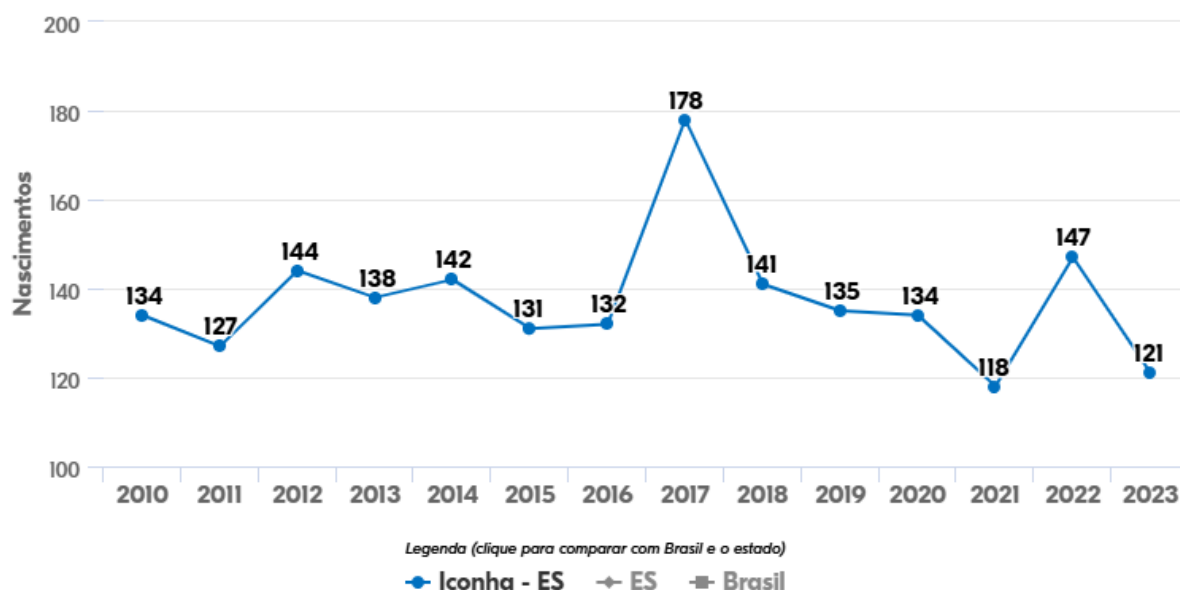
Gráfico 8 – Imunização da Primeira Infância em Iconha



Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. FMCSV, 2025

No campo da imunização infantil, os resultados também são positivos. Iconha ultrapassou os índices de cobertura recomendados pelo Ministério da Saúde em praticamente todas as vacinas analisadas, BCG, 90,91%, Hepatite B, 98,35%, Pentavalente, 98,35%, Tríplice Viral 1ª dose, 105,79% e Tríplice Viral 2ª dose, 109,92%. Esses números evidenciam uma rede de atenção eficaz e campanhas de vacinação bem executadas, inclusive com resultados superiores aos do Espírito Santo e do Brasil (FMCSV, 2025).

Gráfico 9 – Crianças de 0 a 6 anos nascidos vivos em Iconha



Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS

Por outro lado, ao observar os dados de mortalidade infantil, verifica-se certa oscilação ao longo dos anos, o que aponta para vulnerabilidades pontuais no acompanhamento pré e pós-natal. A taxa variou de 5,62 por mil nascidos vivos em 2017 para um pico de 28,37 em 2018, com redução progressiva nos anos seguintes, chegando a 8,26 em 2023. Embora esse índice esteja dentro dos limites aceitáveis segundo parâmetros nacionais, a variação acentuada indica a necessidade de fortalecer a vigilância da mortalidade infantil e fetal, aprimorando a análise das causas evitáveis e a integração das informações entre os sistemas de Saúde, Assistência Social e Conselhos de Direitos.

O cenário da Primeira Infância em Iconha evidencia avanços significativos em cobertura e prevenção, mas também desafios estruturais relacionados à qualificação da informação, à integração intersetorial e à equidade no cuidado. A gestão municipal deve investir na consolidação de protocolos conjuntos entre Saúde e Assistência Social, fortalecendo fluxos de encaminhamento entre as Unidades Básicas de Saúde e o CRAS, especialmente para famílias com gestantes, nutrizes e crianças de até seis anos. Além disso, é necessário instituir indicadores compartilhados de acompanhamento da Primeira Infância, como taxa de crianças acompanhadas em

puericultura, percentual de gestantes com pré-natal completo e proporção de famílias acompanhadas pelo PAIF com crianças pequenas.

O conjunto dos dados demonstra que Iconha reúne as condições necessárias para avançar na construção de um modelo de atenção integral à Primeira Infância, com foco em prevenção, cuidado continuado e equidade. A sustentabilidade desse avanço dependerá da manutenção das equipes multiprofissionais, do uso qualificado da Vigilância Socioassistencial e sanitária e da forte articulação intersetorial.

Os dados referentes ao eixo de segurança e proteção da Primeira Infância em Iconha revelam um quadro que, embora à primeira vista pareça estável, exige uma leitura crítica e cuidadosa. O gráfico de notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos mostra um número extremamente reduzido de registros no município, com apenas uma notificação entre 2010 e 2023. Esse dado, mais do que indicar ausência de casos, sugere um cenário de subnotificação preocupante. A literatura e as evidências nacionais apontam que a violência contra crianças pequenas tende a ser oculta, doméstica e de difícil denúncia, sobretudo em municípios de pequeno porte, onde há forte proximidade social entre famílias e profissionais. A baixa notificação pode refletir fragilidades na rede de proteção, falta de capacitação dos agentes públicos para identificar sinais de violência, e limitações na articulação entre Saúde, Educação e Assistência Social para o registro e acompanhamento dos casos (FMCSV, 2025).

A ausência de registros consistentes impõe ao SUAS o desafio de consolidar a Vigilância Socioassistencial e aprimorar os mecanismos de denúncia e proteção, principalmente por meio da integração entre o CRAS, o CREAS, a rede de saúde e o Conselho Tutelar. A realização de capacitações permanentes voltadas a profissionais da atenção básica, educação infantil e equipes de saúde da família é estratégica para ampliar a sensibilidade institucional à identificação de sinais de negligência, maus-tratos, abuso físico ou psicológico. Além disso, é essencial intensificar campanhas de conscientização comunitária sobre os canais de denúncia e promover ações educativas junto às famílias acompanhadas pelo PAIF, com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na promoção de práticas de cuidado não violentas (FMCSV, 2025).

Além disso, das 920 crianças de 0 a 6 anos residentes no município, 476, 51,7% estão inscritas no Cadastro Único e 321, 34,9%, são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esses números revelam que mais da metade das crianças pequenas vivem em famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social reconhecida pelo sistema de proteção. Isso reforça o papel estratégico da Assistência Social na promoção da segurança de renda e na articulação intersetorial com saúde e educação. O dado também evidencia a necessidade de busca ativa das crianças ainda não cadastradas, pois o CadÚnico é a porta de entrada para diversas políticas públicas (Iconha, 2025a).

A recente aprovação da Lei Municipal nº 1.522/2025, que institui o Plano Municipal pela Primeira Infância de Iconha, representa um marco fundamental para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos no município. O documento consolida diretrizes e metas que orientam o planejamento intersetorial, garantindo que as ações desenvolvidas pelos equipamentos do SUAS, da Saúde e da Educação estejam articuladas em torno da promoção do desenvolvimento integral da criança. Sua implementação é essencial para transformar os diagnósticos em políticas efetivas, assegurando que os investimentos e as estratégias municipais estejam alinhados às reais necessidades da população infantil identificadas nos dados demográficos e socioassistenciais. O Plano da Primeira Infância atua como instrumento orientador das políticas públicas, reforçando o compromisso de Iconha com o princípio da proteção integral e com a prioridade absoluta dos direitos da criança, conforme preconiza o ECRID e os marcos normativos do SUAS.

A análise dos indicadores da Primeira Infância em Iconha evidencia um município com importantes avanços na área da saúde e da atenção básica, mas que ainda enfrenta desafios significativos no campo da proteção social e da efetividade das políticas intersetoriais. A totalidade da cobertura da atenção primária e os elevados índices de imunização infantil demonstram a presença de uma rede de saúde organizada e acessível, o que constitui uma base sólida para a promoção do desenvolvimento integral das crianças. Por outro lado, a oscilação nas taxas de mortalidade infantil e a ausência de registros por raça e cor apontam para a necessidade de aprimorar os sistemas de informação. Soma-se a isso a baixa taxa de

notificação de violências contra crianças, que não reflete a realidade social, mas sim a fragilidade das práticas de identificação, registro e articulação entre os serviços (FMCSV, 2025).

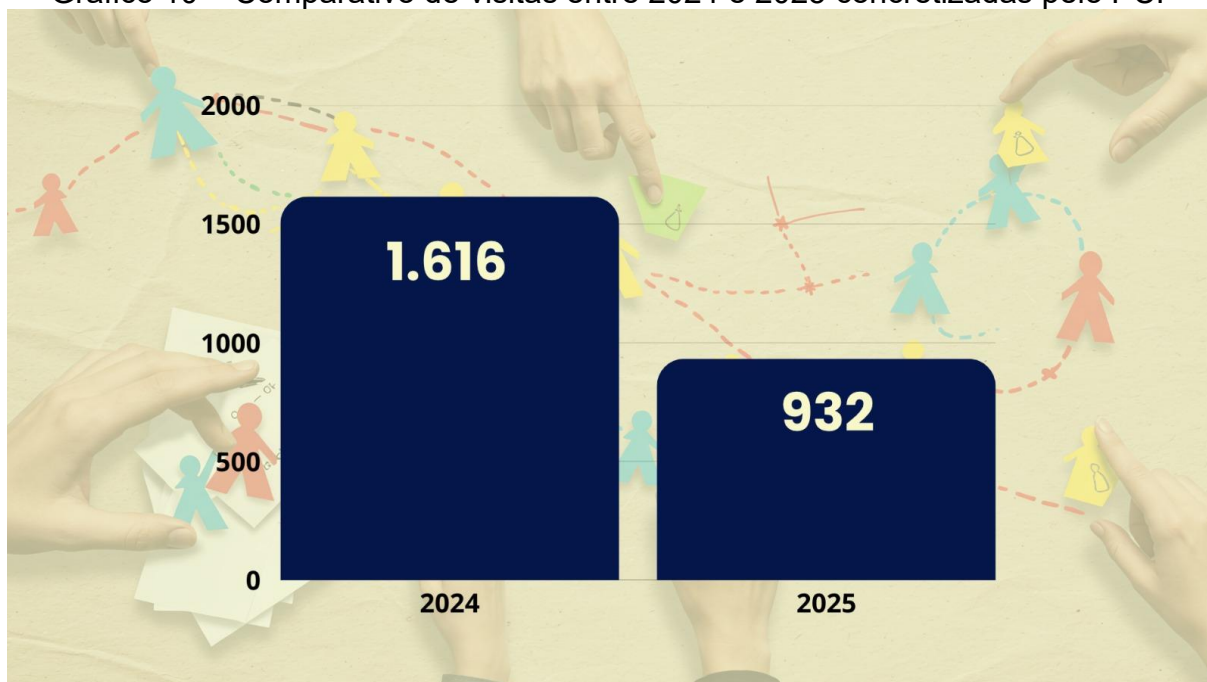
Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o município consolide uma rede de cuidado integrada e territorializada, pautada na intersetorialidade entre Saúde, Assistência Social, Educação e Direitos Humanos, assegurando acompanhamento sistemático das famílias com crianças de 0 a 6 anos. Entre os elementos estratégicos a serem incorporados no PMAS, destacam-se a consolidação da Vigilância Socioassistencial; a ampliação do acompanhamento familiar pelo PAIF e PAEFI; a formação continuada das equipes para identificação e notificação de violências; e a priorização das famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias de programas de transferência de renda. Com planejamento técnico, gestão qualificada e compromisso político, Iconha tem potencial para garantir que todas as crianças vivam a primeira infância com dignidade, afeto, segurança e oportunidades de desenvolvimento pleno (FMCSV, 2025).

A execução do Programa Criança Feliz (PCF) em Iconha evidencia o comprometimento da gestão municipal com o desenvolvimento integral da Primeira Infância, consolidando o programa como um importante instrumento de articulação entre políticas públicas e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O PCF se insere na lógica da Proteção Social Básica do SUAS, que reconhece a família como núcleo central da proteção e do cuidado. Nesse sentido, as visitas domiciliares não se restringem à dimensão técnica de acompanhamento, mas constituem um espaço de escuta qualificada, orientação e estímulo ao fortalecimento das competências parentais. Inspirado em concepções contemporâneas de desenvolvimento humano, o programa atua sobre múltiplas dimensões, emocional, cognitiva, física e social, reconhecendo que o desenvolvimento infantil depende diretamente do ambiente de afeto, segurança e estímulo em que a criança cresce.

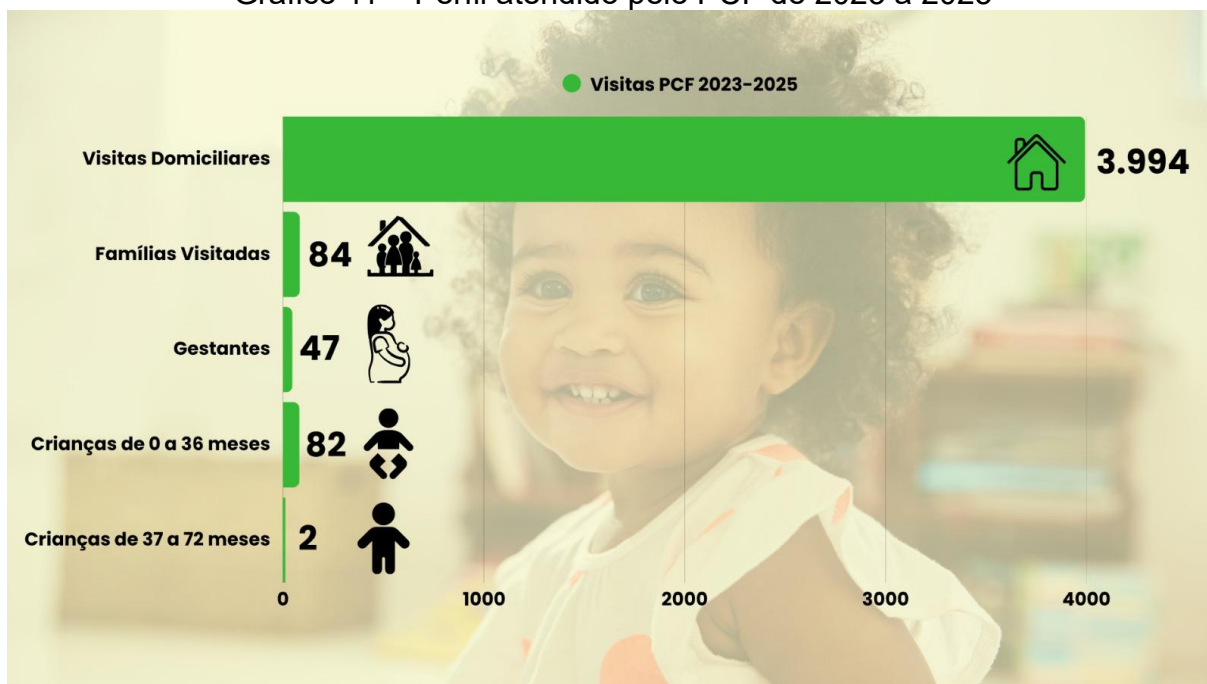
A partir das visitas domiciliares, principal estratégia metodológica do programa, o município alcançou um total expressivo conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 10 – Comparativo de visitas entre 2024 e 2025 concretizadas pelo PCF



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe. Novembro de 2025.

Gráfico 11 – Perfil atendido pelo PCF de 2023 a 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe. Novembro de 2025.

A análise do desempenho do PCF entre 2024 e 2025 revela a centralidade das visitas domiciliares como estratégia estruturante da atenção à Primeira Infância no

território de Iconha. Em 2024, foram realizadas 1.616 visitas, número que expressa a elevada capacidade operacional do programa naquele ano e a forte atuação da equipe junto às famílias. Em 2025, o quantitativo de visitas foi de 932, mantendo a continuidade do acompanhamento, ainda que com redução importante, que pode estar relacionada a fatores operacionais, reorganização das rotinas ou limitação de recursos humanos e logísticos. No somatório geral do período de 2023 a 2025, observa-se um total de 3.994 visitas domiciliares, o que confirma a intensidade da presença territorial do programa e o compromisso com a promoção do desenvolvimento infantil integral.

O perfil das famílias acompanhadas também reforça o foco metodológico do PCF na atenção aos primeiros anos de vida. Foram 84 famílias visitadas e 74 pessoas acompanhadas, com destaque para as crianças de 0 a 36 meses, que totalizaram 82 acompanhamentos. Esse volume evidencia a aderência à diretriz do programa, que prioriza a estimulação precoce e a promoção de vínculos seguros nos primeiros mil dias de vida, conforme preconizado pelo Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016. O acompanhamento de 47 gestantes demonstra ainda a intencionalidade preventiva do serviço, fortalecendo as bases do cuidado desde o período gestacional, ampliando o vínculo materno e promovendo acesso orientado à rede de Saúde e Assistência Social.

O registro de 2 crianças de 37 a 72 meses no acompanhamento indica que, embora essa faixa etária não seja o foco principal do PCF, a equipe manteve atenção a situações que exigiam continuidade do apoio familiar, sobretudo em contextos de vulnerabilidade ou transição para a educação infantil. A inclusão dessa faixa etária reforça o caráter protetivo do programa, que busca não interromper o acompanhamento quando persistem riscos sociais que exigem continuidade do vínculo com o serviço.

As visitas domiciliares permitem observar diretamente o ambiente familiar, mapear recursos existentes e identificar barreiras que impactam o desenvolvimento infantil. A prática da visita, prevista na PNAS (Brasil, 2004) como instrumento central da Proteção Social Básica, possibilita acolhimento qualificado, construção de vínculos de confiança e identificação de necessidades que não emergem espontaneamente no

atendimento presencial. No PCF, essa metodologia viabiliza compreender dinâmicas intrafamiliares, orientar cuidadores, fortalecer vínculos e estimular práticas de cuidado adequadas à idade das crianças.

Ainda assim, os dados revelam desafios importantes para a execução plena do programa. A redução no número de visitas em 2025 e o reconhecimento de dificuldades operacionais, especialmente a limitação de visitantes e a ausência de transporte exclusivo, comprometem a regularidade do acompanhamento, sobretudo em áreas rurais e de difícil acesso. Essa condição reforça a necessidade de ampliação da equipe e de investimentos estruturantes para garantir equidade territorial e continuidade das visitas, em consonância com as diretrizes nacionais do PCF.

Outro aspecto relevante diz respeito à multiplicidade de vulnerabilidades identificadas nas famílias acompanhadas. As situações observadas durante as visitas extrapolam a insuficiência de renda e incluem condições de moradia inadequada, barreiras para acesso a serviços públicos, fragilidade de vínculos familiares e demandas relacionadas à saúde materno-infantil. Conforme destaca a PNAS (Brasil, 2004), essas vulnerabilidades são resultado de processos históricos e multidimensionais de exclusão, demandando respostas articuladas e intersetoriais. O PCF atua como elo entre as famílias e a rede de proteção, fortalecendo o papel do CRAS como articulador das políticas públicas locais.

O uso de estratégias de comunicação social, como a divulgação das ações do programa e orientações em redes sociais, amplia o alcance das informações sobre cuidado, nutrição e desenvolvimento infantil, contribuindo para a conscientização comunitária e para a mobilização das famílias. Tais ações reforçam a importância da Primeira Infância como período crítico para a formação das capacidades humanas e fortalecem a visibilidade do programa no município.

Os dados analisados demonstram que o PCF em Iconha vem desempenhando papel decisivo na promoção do desenvolvimento infantil, mesmo diante das limitações estruturais identificadas. A continuidade e o aprimoramento do programa dependerão da ampliação da equipe, do fortalecimento da articulação intersetorial e de investimentos logísticos que permitam alcançar todas as famílias, especialmente aquelas que vivem em territórios mais isolados. Garantir essas condições é

fundamental para assegurar que todas as crianças tenham acesso ao cuidado, ao afeto e às oportunidades necessárias para crescer e se desenvolver em ambientes protetivos e estimulantes.

3.6.3 Proteção Social Especial – Média Complexidade

O município de Iconha conta com um equipamento de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pela execução dos serviços e ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme as diretrizes estabelecidas pelas normativas.

O CREAS constitui-se como a unidade pública que direciona a atenção às famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos, demandando acompanhamento especializado e ações articuladas com a rede intersetorial (Brasil, 2014). Entre os serviços ofertados, destacam-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

O histórico do atendimento de Proteção Social Especial de Média Complexidade em Iconha antecede a própria institucionalização do SUAS. Ainda antes da implantação da PNAS, o município já desenvolvia ações voltadas ao enfrentamento de violações de direitos, especialmente de crianças e adolescentes, por meio do Programa Sentinela, resultado de uma parceria com o governo estadual. Essa iniciativa representou um marco na estruturação da rede de proteção social, configurando-se como uma experiência pioneira de atendimento especializado a situações de violência.

Com a consolidação do SUAS e do CREAS, o serviço foi incorporado à nova lógica de gestão e proteção social. Inicialmente, o atendimento foi realizado em um imóvel localizado no centro da cidade, espaço onde atualmente funciona o projeto “Reencontro com a Vida”, voltado à Pessoa Idosa. No ano seguinte, o CREAS passou a funcionar na Rua Virgílio Silva, permanecendo no local por aproximadamente seis

anos. Posteriormente, foi contemplado com a construção de sua sede própria, situada na Avenida Manoel Jacques Soares, no bairro Jardim Jandira, onde permanece até os dias atuais.

A seguir, apresenta-se quadro e a imagem da fachada do CREAS:

Quadro 5 - CREAS

| Cnpj | Nome | Nº Identificador | UF | Município |
|------|------------------------------|------------------|----|-----------|
| | CREAS ICONHA | 13202600525 | ES | ICONHA |

Fonte: CADSUAS. Outubro de 2025.

Imagem 4 - CREAS



Fonte: Imagem elaborada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Iconha. Outubro de 2025.

O público atendido pelo CREAS de Iconha é formado por grupos em situação de vulnerabilidade e com histórico de violações de direitos, abrangendo crianças de 0 a 12 anos, adolescentes de 13 a 17 anos, mulheres de todas as faixas etárias e pessoas idosas com 60 anos ou mais. Esses usuários são acompanhados em razão de situações de violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono e outras formas de violação de direitos, que exigem intervenção técnica especializada e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. O perfil diversificado do público reflete a complexidade das demandas que chegam ao serviço e reforça a importância

da atuação interdisciplinar e da articulação intersetorial para assegurar o atendimento integral e a proteção social de cada indivíduo e família atendida.

3.6.3.1 PAEFI

O PAEFI, ofertado pelo CREAS de Iconha, configura-se como eixo estruturante da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Seu propósito é ofertar atenção especializada a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, assegurando intervenções qualificadas, continuadas e centradas na reconstrução de vínculos familiares e comunitários, na superação das situações de violência e na restauração do convívio social. O serviço fundamenta-se em princípios éticos e técnicos do SUAS, priorizando o atendimento humanizado, a escuta qualificada e a articulação com a rede intersetorial de proteção, de modo a garantir a efetividade da proteção social e o fortalecimento das capacidades de autonomia dos usuários.

Entre janeiro de 2024 e setembro de 2025, o CREAS de Iconha registrou 415 atendimentos particularizados. Esse volume expressivo de atendimentos reflete a demanda contínua por intervenções especializadas diante das situações de violação de direitos identificadas no território. No mês de referência de setembro de 2025, o serviço mantinha 105 famílias ativas no acompanhamento familiar, evidenciando o compromisso da equipe em assegurar o acompanhamento continuado e o monitoramento das situações atendidas.

A figura abaixo ilustra a faixa etária do público usuário atendido em 2024 e 2025 no CREAS.

Figura 5 – Faixa etária do público atendido em 2024 e 2025 no CREAS



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

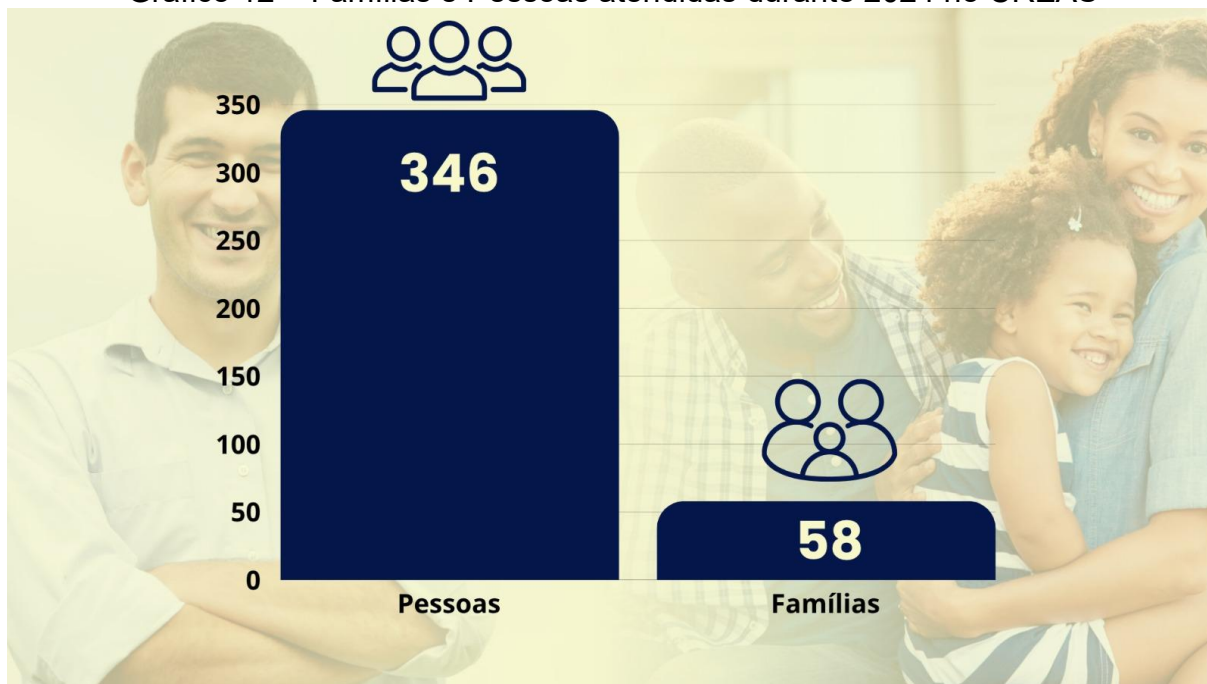
Com base no perfil etário das pessoas atendidas pelo CREAS nos anos de 2024 e 2025, observa-se que o serviço tem acolhido um público diversificado, abrangendo desde crianças e adolescentes, 1 a 17 anos, até pessoas adultas e idosas, 22 a 83 anos em 2024 e 25 a 83 anos em 2025. Essa distribuição reflete a natureza complexa das situações acompanhadas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, que envolve diferentes ciclos de vida e demandas específicas associadas a cada faixa etária.

A presença significativa de crianças e adolescentes evidencia a recorrência de situações de violência, negligência e violações de direitos, frequentemente associadas a contextos familiares fragilizados e à necessidade de articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. O atendimento a adultos e Pessoas Idosas aponta para a ampliação do escopo do serviço, que tem atuado em casos de violência doméstica, conflitos familiares e abandono, requerendo intervenções contínuas e estratégias de fortalecimento de vínculos. A variação das faixas etárias entre os dois anos demonstra a continuidade do trabalho do CREAS no acompanhamento de diferentes grupos

populacionais, mantendo o foco na proteção integral e na reparação de direitos violados, em consonância com as diretrizes da PNAS.

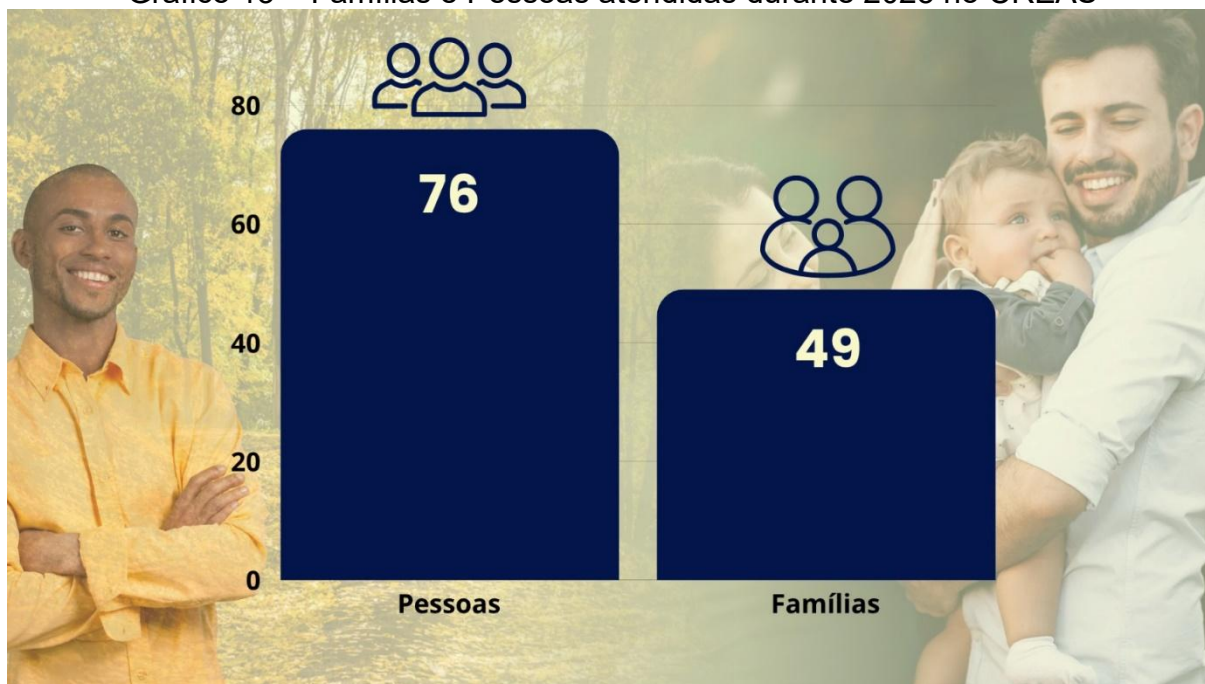
Os gráficos abaixo destacam a quantidade de pessoas e famílias atendidas no CREAS durante janeiro de 2024 a setembro de 2025.

Gráfico 12 – Famílias e Pessoas atendidas durante 2024 no CREAS



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

Gráfico 13 – Famílias e Pessoas atendidas durante 2025 no CREAS



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

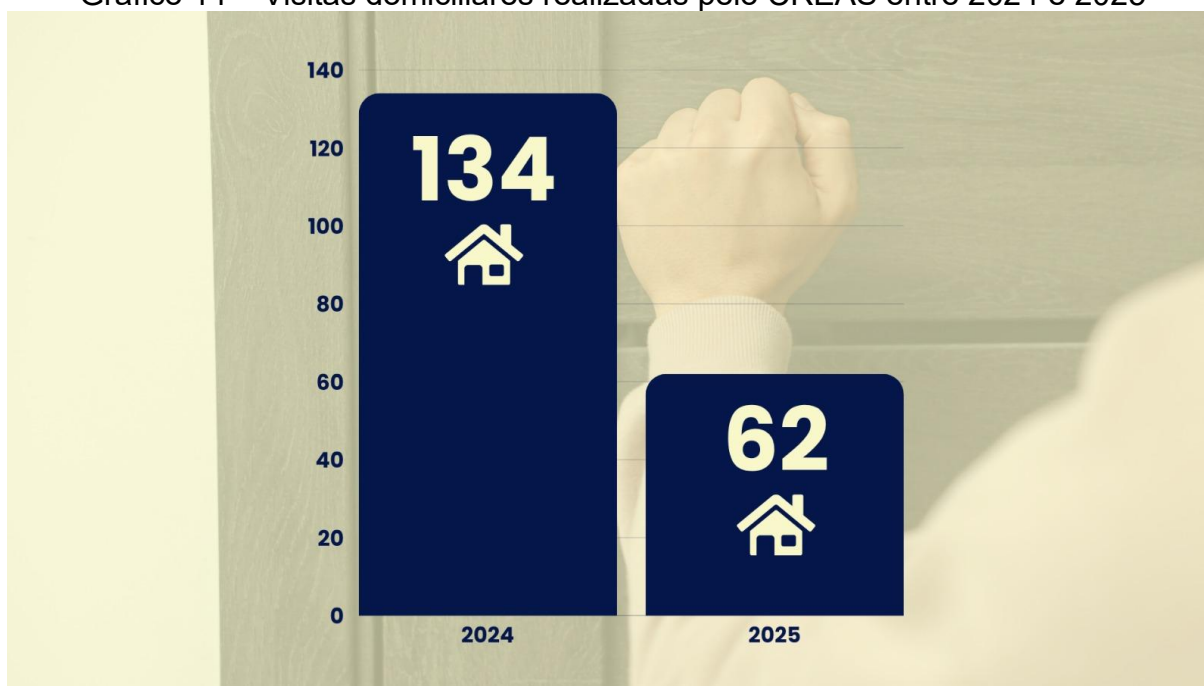
Os dados referentes aos atendimentos do CREAS em 2024 e 2025 evidenciam diferenças importantes no volume de famílias e pessoas alcançadas pelo serviço especializado, refletindo variações no perfil das demandas e na complexidade das situações identificadas em cada ano. Em 2024, o CREAS registrou 58 famílias atendidas e um total de 346 pessoas, indicando um cenário marcado por demandas amplas e com forte incidência de violações que repercutem sobre múltiplos membros das unidades familiares. Esse volume elevado de pessoas atendidas sugere que, ao longo de 2024, o município vivenciou situações em que a violação de direitos afetou grupos familiares extensos, exigindo ações especializadas com abrangência significativa e articulação intensiva com a rede intersetorial.

Em 2025, observa-se um cenário distinto, com 49 famílias atendidas e 76 pessoas alcançadas pelo serviço. Embora o número de famílias seja relativamente próximo ao registrado no ano anterior, a redução expressiva no total de pessoas atendidas indica que, em 2025, as situações atendidas tiveram menor extensão intrafamiliar.

A comparação entre os dois anos demonstra que as oscilações quantitativas não se referem a diminuição da atuação do serviço, mas à natureza distinta das demandas especializadas que chegam ao CREAS. Enquanto 2024 apresentou casos que envolveram redes familiares mais amplas, 2025 concentrou situações que afetaram um número menor de indivíduos, ainda que exijam acompanhamento técnico qualificado, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e respostas especializadas previstas na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

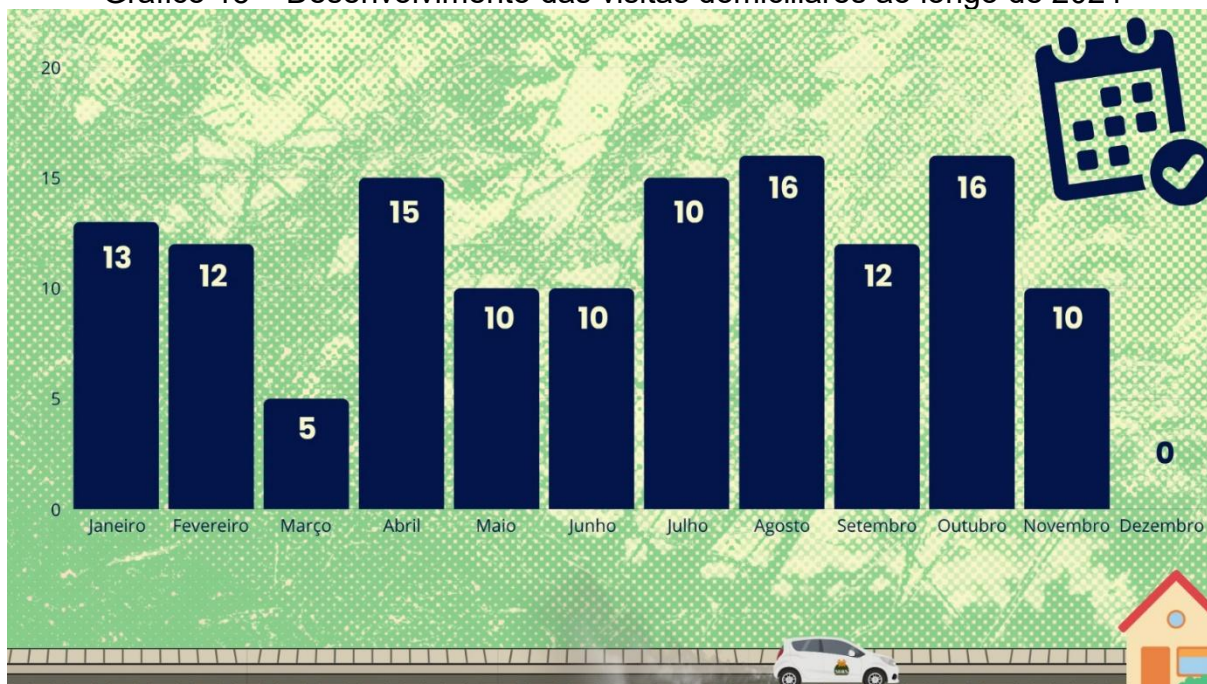
Quanto às visitas domiciliares, torna-se interessante apresentar o volume executado ao longo dos dois anos e o quantitativo, discriminado por meses, em 2024, conforme os gráficos a seguir.

Gráfico 14 – Visitas domiciliares realizadas pelo CREAS entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

Gráfico 15 – Desenvolvimento das visitas domiciliares ao longo de 2024



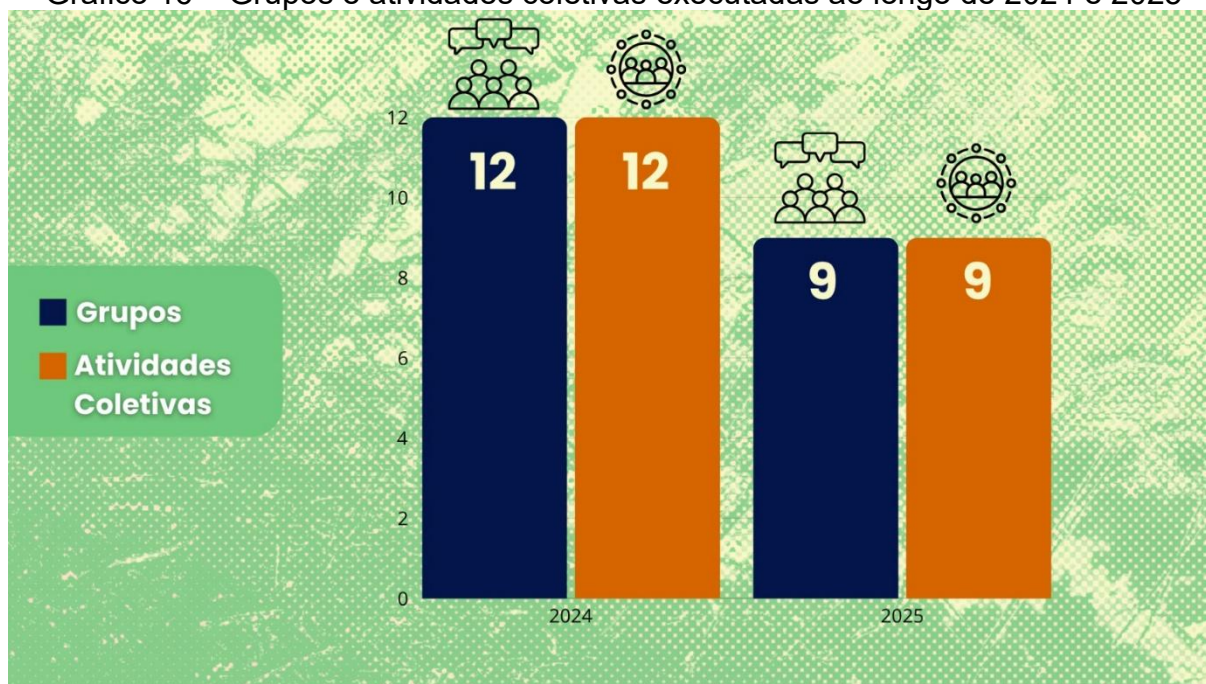
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Novembro 2024

A análise das visitas domiciliares realizadas pelo CREAS em 2024 e 2025 evidencia a importância dessa atividade como instrumento técnico central no acompanhamento das famílias em situação de violação de direitos. Em 2024, foram registradas 134 visitas domiciliares, com variação mensal significativa. O mês de março apresentou o menor número de registros, 5, enquanto os meses de agosto e outubro atingiram o maior volume, 16, refletindo momentos de intensificação das ações de acompanhamento e monitoramento. Essa variação pode estar associada tanto às demandas sazonais quanto à organização das agendas técnicas e ao surgimento de situações emergenciais que demandaram atuação direta no território.

Em 2025, até o mês de setembro, foram realizadas 62 visitas, o que representa uma redução expressiva em relação ao ano anterior. Esse decréscimo pode ser interpretado a partir de múltiplos fatores, como o encerramento de acompanhamentos já consolidados, a priorização de outras estratégias de atendimento ou a redistribuição da carga de trabalho da equipe. Ainda assim, o número demonstra a continuidade da prática como um recurso fundamental do PAEFI para a compreensão das dinâmicas familiares e a formulação de planos de intervenção adequados.

As visitas domiciliares mantêm-se como uma ferramenta essencial para a escuta qualificada, o fortalecimento de vínculos e a observação in loco das condições de vida das famílias, subsidiando decisões técnicas mais precisas e contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção social do município.

Gráfico 16 – Grupos e atividades coletivas executadas ao longo de 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

Os dados de grupos e de atividades coletivas no CREAS indicam que, entre 2024 e 2025, houve manutenção da centralidade do trabalho em grupo, mas com redução no volume de ações. Em 2024 foram realizados 12 grupos e 12 atividades coletivas, evidenciando uma agenda contínua de encontros voltados à elaboração das experiências de violência, ao fortalecimento de vínculos e à construção de estratégias de proteção entre famílias e indivíduos. Em 2025 esse número passa para 9 grupos e 9 atividades coletivas, o que representa diminuição aproximada de um quarto das ações registradas, ainda que se mantenha a proporcionalidade entre atendimentos grupais e demais atividades coletivas.

Os números ressaltam que o CREAS vem utilizando de maneira consistente a abordagem em grupo, conforme orientação nacional de combinar atendimentos

individualizados com espaços coletivos de reflexão, apoio mútuo e informação em direitos. Grupos e atividades coletivas funcionam como estratégias para romper o isolamento das situações de violência, favorecer a construção de redes de apoio e produzir pactos de proteção entre os participantes. A redução quantitativa de 2024 para 2025 sugere a importância de a gestão monitorar fatores como capacidade de equipe, disponibilidade de espaço físico, fluxo de demandas e articulação com a rede, de modo a garantir que o trabalho especializado não se restrinja aos atendimentos individualizados, mas siga oferecendo, de forma contínua, oportunidades de convivência protetiva e de mobilização coletiva das famílias atendidas pelo CREAS.

O serviço manteve um papel essencial na escuta, acolhimento e acompanhamento de casos relacionados à violência física, psicológica, sexual e negligência, além de situações de discriminação e outras formas de vulnerabilidade que fragilizam os vínculos familiares e comunitários. O trabalho técnico da equipe foi orientado pela perspectiva da garantia de direitos, da preservação dos vínculos e do fortalecimento da função protetiva das famílias, reafirmando o compromisso do município com os princípios da PNAS e com a efetivação do SUAS no território.

Entre as principais estratégias desenvolvidas ao longo do período, destacou-se o grupo reflexivo “Café com Elas”, destinado às mulheres acompanhadas pelo PAEFI. Essa ação grupal, iniciada em janeiro de 2024, se consolidou como um espaço de convivência, acolhimento e troca de experiências entre mulheres que enfrentam situações de violência ou outras formas de vulnerabilidade social. Nos encontros mensais, foram promovidas conversas abertas sobre temas como autoestima, autonomia e superação de ciclos de violência, além de momentos de integração, como dinâmicas e celebrações temáticas, a exemplo da festa caipira realizada em julho. Essas vivências coletivas mostraram-se fundamentais para o fortalecimento emocional das participantes, contribuindo para a reconstrução da autoconfiança e o resgate da autonomia pessoal e social (Iconha, 2024a).

O trabalho com grupos no PAEFI tem se mostrado uma ferramenta eficaz de intervenção psicossocial, pois alia o atendimento técnico especializado à criação de espaços de reflexão e pertencimento, ampliando o alcance do serviço e promovendo a ressignificação de vivências marcadas por dor e exclusão. No caso do “Café com

Elas”, a metodologia adotada permitiu que as mulheres se reconhecessem como sujeitas de direitos, fortalecendo sua capacidade de enfrentamento e ampliando o diálogo sobre igualdade de gênero e prevenção à violência doméstica. Essa prática reflete a compreensão de que a proteção social não se limita à reparação das violações, mas envolve também a promoção de processos emancipatórios e o empoderamento das usuárias.

Além das ações grupais, o CREAS atuou de forma articulada com o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Iconha (COMDCAI), o Poder Judiciário e demais políticas públicas, fortalecendo a rede de proteção e garantindo respostas mais integradas às demandas do território. A participação da equipe em eventos institucionais, como a cerimônia de posse dos conselhos municipais, demonstra o compromisso com a intersetorialidade e a corresponsabilidade na defesa dos direitos humanos (Iconha, 2024a).

Apesar dos avanços, alguns desafios persistem, especialmente relacionados à sobrecarga de atendimentos e à necessidade de ampliação de recursos e de capacitação continuada da equipe. Essas questões impactam diretamente o alcance e a qualidade do acompanhamento especializado, sobretudo em um município que possui uma unidade de CREAS para atender todas as demandas da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Ainda assim, as ações desenvolvidas evidenciam o comprometimento da equipe com a construção de um atendimento humanizado, ético e transformador (Iconha, 2024a).

O projeto “Homem que é Homem”, desenvolvido pelo CREAS de Iconha em 2024 e 2025, representa uma iniciativa fundamental no campo da Proteção Social Especial de Média Complexidade, voltada à prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar. A ação insere-se no escopo do PAEFI, tendo como foco o trabalho reflexivo e educativo com homens autores de violência, com o propósito de promover mudanças de comportamento, ressignificar concepções de masculinidade e contribuir para a quebra do ciclo de violências que atinge mulheres, crianças e famílias no território (Iconha, 2024a).

A proposta do projeto está alinhada às diretrizes da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, e às orientações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência

contra as Mulheres, que reconhecem a necessidade de ações pedagógicas voltadas não apenas às vítimas, mas também aos autores da agressão, como estratégia de prevenção de reincidências e reconstrução de vínculos sociais. Nesse sentido, o projeto “Homem que é Homem” atua a partir de uma perspectiva socioeducativa, e não punitiva, buscando ampliar a consciência crítica dos participantes sobre gênero, poder, responsabilidade e convivência familiar (Iconha, 2024a).

Durante o recorte temporal, o projeto desenvolveu encontros periódicos mediados pela equipe técnica do CREAS, composta por assistente social, psicóloga e advogada, profissionais capacitados para conduzir reflexões sobre o comportamento masculino e seus impactos na vida pessoal, familiar e comunitária. As atividades foram estruturadas em roda de conversa, dinâmicas de grupo e oficinas temáticas, com abordagens que discutiram temas como violência simbólica e psicológica, paternidade responsável, afetividade, empatia, comunicação não violenta, equidade de gênero e autocontrole emocional (Iconha, 2024a).

O diferencial metodológico do projeto esteve na escuta qualificada e na responsabilização ativa dos participantes. Ao invés de adotar uma postura de mera repreensão, a equipe promoveu espaços de diálogo nos quais os homens foram convidados a reconhecer suas atitudes, compreender as causas e consequências da violência e desenvolver novas formas de lidar com conflitos. Essa abordagem favoreceu processos de autoconhecimento, reconhecimento da culpa e reconstrução de vínculos familiares, estimulando a corresponsabilidade e o respeito mútuo (Iconha, 2024a).

Os resultados observados no período revelaram avanços significativos na mudança de percepção dos participantes. Muitos relataram que os encontros possibilitaram o repensar de suas condutas e a revisão de padrões culturais associados ao machismo e à dominação masculina. Essa transformação individual, ainda que gradual, reflete o impacto coletivo do projeto, na medida em que contribui para o fortalecimento de relações mais equilibradas e para a redução da reincidência da violência doméstica no município (Iconha, 2024a).

Do ponto de vista técnico, o projeto “Homem que é Homem” reafirma o papel estratégico do CREAS enquanto espaço de intervenção qualificada nas situações de

violação de direitos. O projeto articula-se de forma intersetorial com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a rede de saúde e segurança pública, garantindo que os encaminhamentos judiciais sejam acompanhados por um processo reflexivo contínuo. Essa integração fortalece o sistema local de garantia de direitos e reafirma o compromisso do município com uma política pública baseada na educação para a convivência e na responsabilização cidadã (Iconha, 2024a).

Entretanto, a experiência também evidencia desafios. A adesão dos participantes, em alguns casos, é limitada pela resistência cultural e pela dificuldade de reconhecer a violência como prática social aprendida e passível de transformação. Isso exige da equipe técnica constante capacitação, sensibilidade e estratégias inovadoras de abordagem. Além disso, a ampliação do número de grupos e o fortalecimento da rede de atendimento ainda se configuram como metas prioritárias para consolidar os resultados alcançados (Iconha, 2024a).

Com isso, o projeto “Homem que é Homem” demonstra que o enfrentamento da violência doméstica exige ações integradas e transformadoras, que ultrapassam o campo repressivo e investem na mudança de mentalidades e comportamentos. O trabalho desenvolvido pelo CREAS de Iconha reafirma que a construção de uma cultura de paz e igualdade de gênero é um processo contínuo, que depende da escuta, do diálogo e da responsabilização consciente, sendo pilares essenciais para a efetividade da proteção social e para a promoção de relações familiares mais saudáveis e respeitadas (Iconha, 2024a).

Em janeiro de 2024, o CREAS marcou presença na cerimônia de posse dos novos conselheiros tutelares e do COMDCAI, reforçando a articulação institucional entre os órgãos de defesa de direitos e o fortalecimento da rede municipal de proteção. Já em fevereiro de 2024, o equipamento participou de importantes momentos de integração regional, como a reunião no CREAS de Anchieta, com os municípios do Sul do Estado, para debater o enfrentamento à violência doméstica, além da 1ª Conferência Intermunicipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Polo Litoral Sul, sediada em Iconha. Nesse mesmo mês, foi promovida uma reunião informativa com a equipe do Ministério Público do Espírito Santo, ampliando o diálogo sobre o

acompanhamento de situações de vulnerabilidade e violação de direitos (Iconha, 2024a).

O mês de março do mesmo ano foi marcado por ações formativas e mobilizações sociais. A equipe participou de treinamento na Secretaria de Saúde sobre Notificação Compulsória, reforçando o compromisso intersetorial no enfrentamento das violências, especialmente contra crianças, adolescentes e mulheres. Ainda nesse período, foi realizada palestra sobre o Mês da Mulher no Posto de Saúde “João de Vargas”, promovendo reflexões sobre a igualdade de gênero e a prevenção da violência doméstica. O mês encerrou-se com uma inspeção do Poder Judiciário no CREAS, evidenciando a integração entre o Sistema de Justiça e a Política de Assistência Social (Iconha, 2024a).

Em abril de 2024, as atividades concentraram-se na formação continuada, que reforçou as práticas de acompanhamento familiar e a articulação da rede de atendimento. Em maio, o CREAS esteve engajado em ações de grande relevância pública, como a Operação Nacional Caminho Seguro nas Escolas, e a reunião do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) em Vitória, além da caminhada alusiva ao 18 de maio Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que mobilizou instituições, escolas e a comunidade local. O mês também contou com a capacitação do Programa “Homem que é Homem”, promovida pelo SEBRAE em Vila Velha, fortalecendo o trabalho reflexivo com homens autores de violência (Iconha, 2024a).

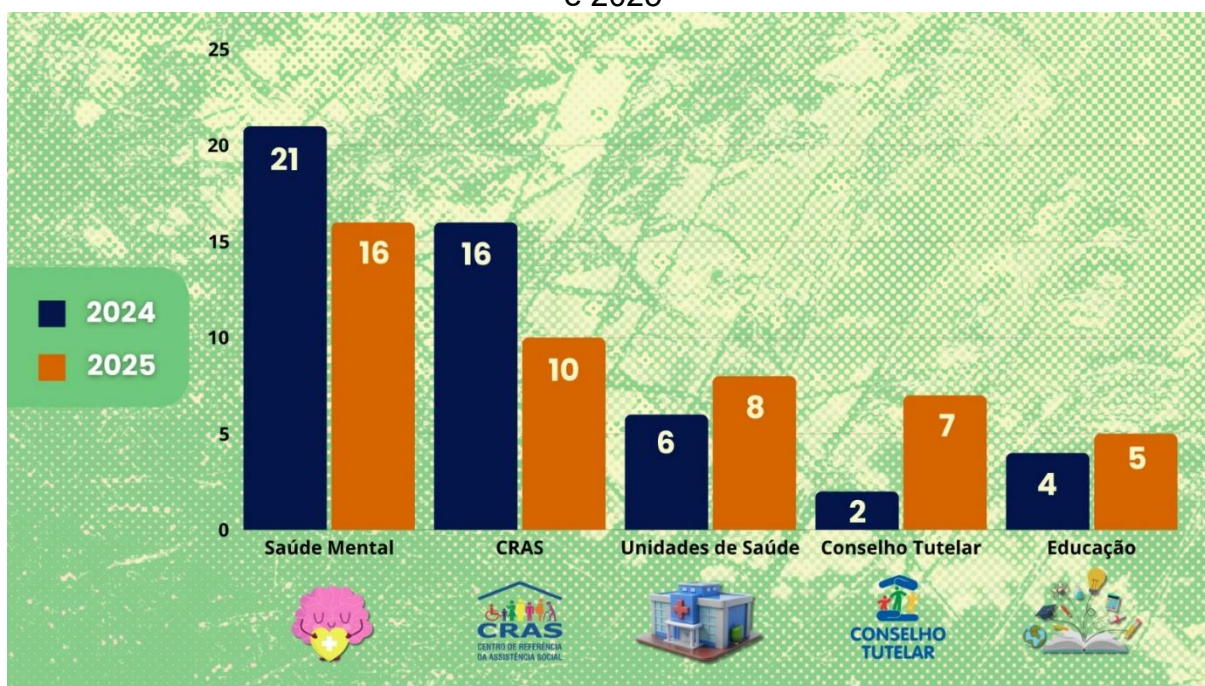
No mês de junho do mesmo ano, o foco voltou-se à valorização da pessoa idosa, com a palestra “Junho Violeta: Violência contra a Pessoa Idosa”, realizada em parceria com o grupo “Café com Elas”. Essa ação promoveu a conscientização sobre o envelhecimento digno e o enfrentamento das negligências e abusos. Já em agosto, o CREAS participou de atividades voltadas à formação técnica e à equidade de gênero, como a reunião com o Núcleo das Margaridas da Microrregião Sul Litoral, o 3º Seminário Agosto Lilás em Presidente Kennedy, e a formação sobre fatores de risco e proteção nos transtornos do neurodesenvolvimento, evidenciando o compromisso do município com o aprimoramento profissional e o trabalho intersetorial (Iconha, 2024a).

O mês de outubro foi um dos mais ativos do ano, com a realização de diversas atividades. Entre elas, destacam-se a palestra no CRAS em alusão ao Mês do Idoso, a participação de crianças atendidas pelo CREAS no evento “Primeira Infância com Arte”, a capacitação na Rede Abraço em Cachoeiro de Itapemirim, e o passeio intermunicipal com idosos na cidade de Aracruz, que reforçou a importância da convivência comunitária. Ainda nesse mês, representantes do CREAS participaram da construção do Plano de Contingência de Desastres da Saúde, em articulação com os governos estadual e federal e a Defesa Civil (Iconha, 2024a).

Ao todo, 21 ações e eventos foram registrados ao longo de 2024, distribuídos entre capacitações, campanhas, reuniões intersetoriais, seminários e atividades comunitárias. Essa agenda expressiva demonstra o engajamento da equipe do CREAS de Iconha na construção da Política de Assistência Social dinâmica, articulada e sensível às demandas do território. A diversidade das ações revela o compromisso da gestão municipal com a formação permanente dos profissionais, a promoção da cidadania e o fortalecimento da rede de proteção social, consolidando o CREAS como um espaço essencial de acolhimento, escuta e defesa de direitos no município (Iconha, 2024a).

Além disso, torna-se necessário verificar a articulação socioassistencial e intersetorial do CREAS, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 17 – Encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial em 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

Os encaminhamentos realizados pelo CREAS em 2024 e 2025 expressam a dinâmica de articulação entre os serviços da rede socioassistencial e as demais políticas públicas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. No ano de 2024, registraram-se 16 encaminhamentos ao CRAS, 21 à Saúde Mental, 6 às Unidades de Saúde, 2 ao Conselho Tutelar e 4 à Educação. Em 2025, os registros indicam 10 encaminhamentos ao CRAS, 16 à Saúde Mental, 8 às Unidades de Saúde, 7 ao Conselho Tutelar e 5 à Educação.

A relação mais frequentes com os serviços de Saúde Mental reflete a recorrência de situações de sofrimento psíquico associadas às violações de direitos acompanhadas pelo PAEFI, enquanto os encaminhamentos ao CRAS representam a busca pela articulação entre a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, favorecendo a continuidade do acompanhamento familiar. As interações com o Conselho Tutelar, Unidades de Saúde e Educação fortalecem o trabalho intersetorial e a construção de estratégias conjuntas de atendimento, fundamentais para o

enfrentamento das situações de risco e a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

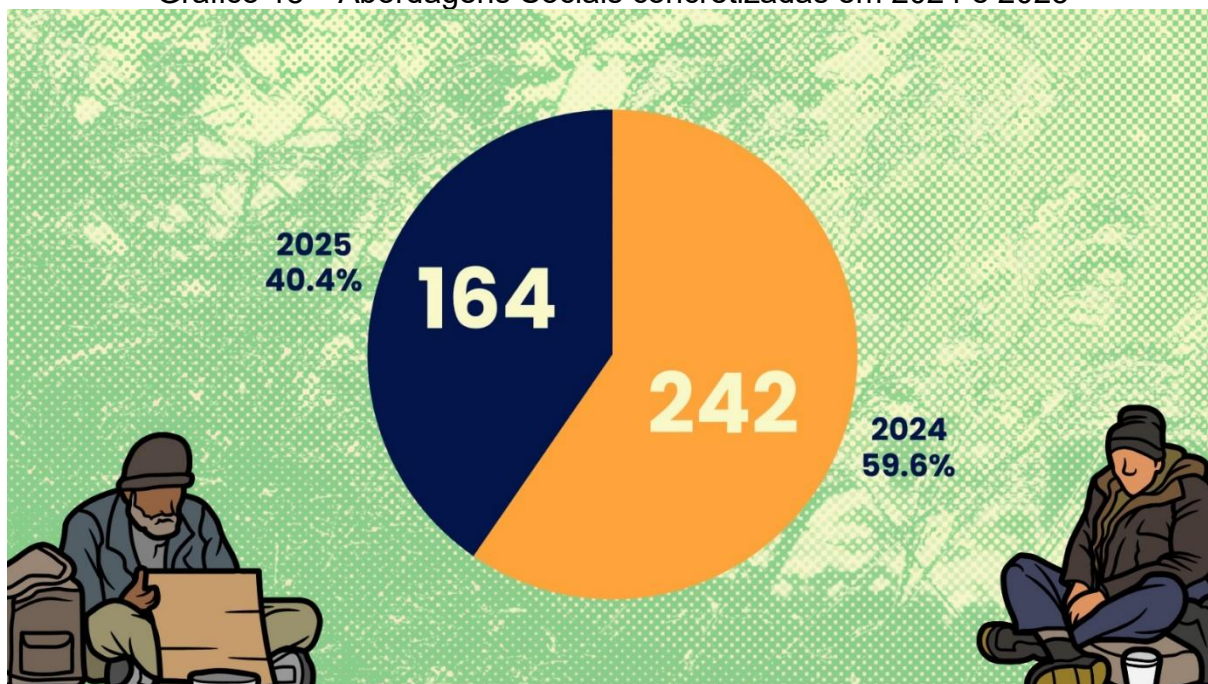
De modo geral, o PAEFI em Iconha reafirma-se como um serviço essencial na garantia de direitos e na reconstrução dos vínculos familiares, operando com base na escuta qualificada e na intervenção socioeducativa. As ações realizadas demonstram avanços importantes na consolidação do SUAS, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para o fortalecimento da rede de proteção, com foco na ampliação das práticas grupais, na qualificação técnica e na articulação contínua com os demais equipamentos públicos e comunitários.

3.6.3.2 Serviço Especializado em Abordagem Social

O Serviço Especializado em Abordagem Social, ofertado pelo CREAS de Iconha, integra a rede de proteção da Proteção Social Especial de Média Complexidade, tendo como propósito identificar e intervir em situações de violação de direitos que ocorrem nos espaços públicos do município. Esse serviço atua com foco na busca ativa e na abordagem qualificada de indivíduos e famílias que utilizam ruas e logradouros como espaço de moradia, trabalho ou sobrevivência, de forma a garantir acolhimento, orientação e encaminhamento adequado às políticas públicas existentes (Brasil, 2014).

Os gráficos abaixo ressaltam o volume de abordagens sociais executadas durante 2024 e 2025, além do detalhamento dos meses de 2024.

Gráfico 18 – Abordagens Sociais concretizadas em 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

Gráfico 19 – Quantidade de atendimentos realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social durante 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Novembro de 2025.

As abordagens sociais realizadas entre 2024 e 2025 refletem o papel essencial desse serviço na identificação e atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade nos espaços públicos do município. Foram registradas 242 abordagens em 2024 e 164 em 2025, o que indica uma diminuição nas ações, mas ainda dentro de um volume expressivo de trabalho diante das características locais. No detalhamento mensal de 2024, observa-se maior concentração em abril, 45 abordagens, e fevereiro, 30, com menor incidência nos meses de junho, 10 e janeiro, 8, demonstrando variações associadas à sazonalidade e à mobilidade do público atendido.

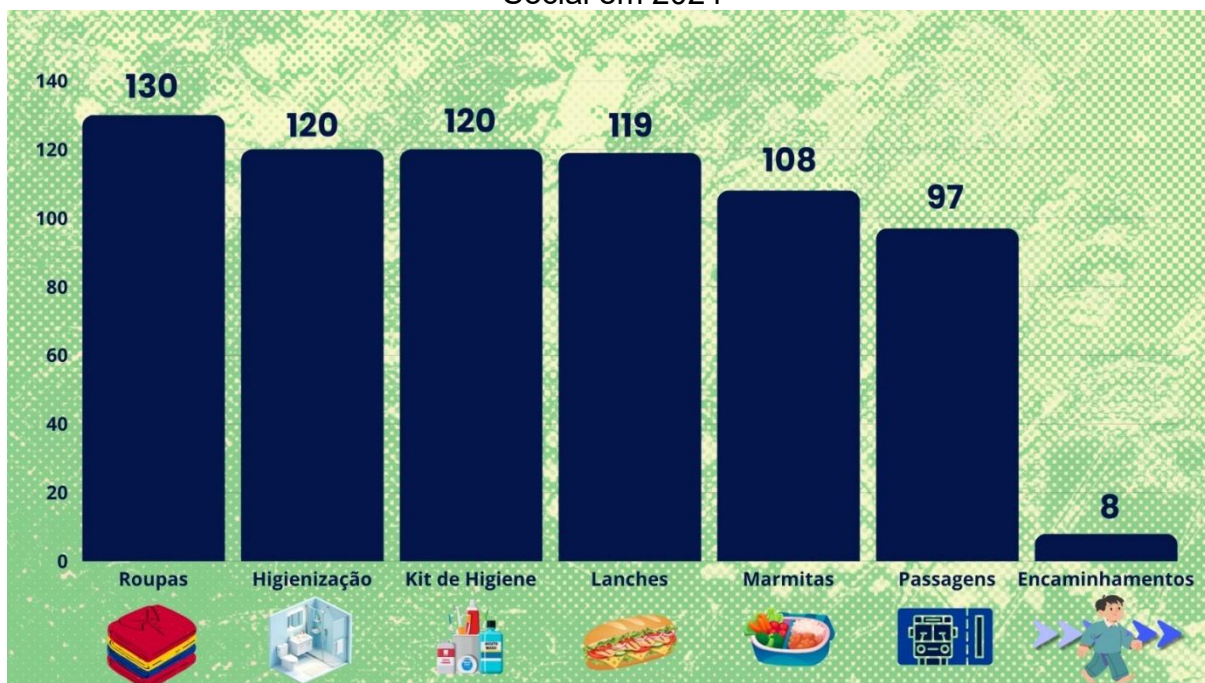
O perfil das pessoas abordadas é composto majoritariamente por homens adultos, seguidos por jovens e Pessoas Idosas. Parte significativa dos atendimentos é voltada a migrantes e imigrantes em trânsito, o que reforça o caráter temporário das demandas e a necessidade de intervenções rápidas e articuladas. Também são registradas situações de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, o que amplia a complexidade das ações e requer articulação com os serviços de saúde e com o CREAS para acompanhamento especializado.

A equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social desempenha papel estratégico na garantia de direitos e no acesso à rede socioassistencial, atuando como porta de entrada para pessoas que, muitas vezes, não procuram espontaneamente os serviços. Além de promover a escuta e os encaminhamentos necessários, o trabalho contribui para o diagnóstico das vulnerabilidades no território, fortalecendo a articulação intersetorial e a efetividade da política no município de Iconha.

O trabalho da equipe de referência se destacou pela atenção humanizada e pelo compromisso em assegurar que as pessoas em situação de rua fossem reconhecidas como sujeitos de direitos. A atuação se deu de forma articulada com os serviços da rede socioassistencial e com as políticas de Saúde, Habitação e Direitos Humanos, possibilitando o acesso a atendimentos com a equipe técnica, além da oferta de itens de primeira necessidade, como roupas limpas, produtos de higiene, alimentação e auxílio para transporte. Essa estrutura demonstra o esforço do município em garantir respostas rápidas e efetivas diante das múltiplas vulnerabilidades que afetam esse público.

As ações realizadas ao longo do período evidenciam a complexidade do trabalho desenvolvido. Em janeiro de 2024, por exemplo, a equipe do CREAS acompanhou o falecimento e o velório de um usuário em situação de rua que se encontrava acolhido em uma instituição terapêutica no município de Mimoso do Sul, assegurando-lhe um desfecho digno e respeitoso. Esse acompanhamento reflete o compromisso ético da Política de Assistência Social com a valorização da vida e o cuidado integral com as pessoas em extrema vulnerabilidade. Em maio de 2024, foi realizada a internação de outro usuário em situação de rua em Guarapari, a partir de uma articulação intermunicipal promovida pelo CREAS, que garantiu o encaminhamento seguro e o acompanhamento psicossocial necessário para o processo de reabilitação. Em novembro do mesmo ano, a equipe realizou o acompanhamento do retorno ao convívio familiar de uma pessoa em situação de rua, marcando um momento significativo de reintegração social e reconstrução de vínculos (Iconha, 2024a).

Gráfico 20 – Tipos de serviços ofertados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

A oferta dos serviços vinculados às ações da Abordagem Social, conforme os dados apresentados, revela o esforço da equipe em garantir respostas imediatas e dignas às necessidades básicas das pessoas em situação de rua ou em passagem pelo município. No total, foram concedidos 97 apoios com passagens, 120 banhos, 120 kits de higiene, 119 lanches, 130 peças de roupa, 108 marmitas e 8 encaminhamentos para outros serviços. Esses números expressam a natureza emergencial do atendimento, voltado à proteção da vida e à redução dos danos decorrentes da violação de direitos e da ausência de vínculos familiares ou comunitários.

A concessão de itens como alimentação, roupas e kits de higiene reforça o caráter humanitário das ações, assegurando condições mínimas de cuidado e respeito à dignidade das pessoas abordadas. Os encaminhamentos, embora em menor número, são igualmente significativos, pois representam a tentativa de reinserção na rede de proteção social, seja por meio do acesso ao CRAS, CREAS ou serviços de saúde. Essas ações, ainda que pontuais, demonstram a importância da articulação entre a Política de Assistência Social e demais políticas públicas, especialmente Saúde e Direitos Humanos, para garantir que a Abordagem Social não se limite a ações assistenciais imediatas, mas contribua efetivamente para o fortalecimento da cidadania e para a construção de estratégias duradouras de superação das vulnerabilidades.

Tabela 2 – Perfil dos usuários atendidos pela Abordagem Social em 2024

| Nº de Registro de abordagens | Idade | | | Sexo | | | Declaram uso de substâncias psicoativas |
|------------------------------|------------|----------|-----------|-----------|------------|--------------|---|
| | Migrante | Munícipe | Imigrante | Jovem | Adulto | Pessoa Idosa | |
| 242 | 242 | 0 | 0 | 30 | 138 | 74 | 100 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

Tabela 3 – Perfil dos usuários atendidos pela Abordagem Social em 2025

| Nº de Registro de abordagens | Idade | | | Sexo | | | Declaram uso de substâncias psicoativas |
|------------------------------|------------|----------|-----------|-----------|------------|--------------|---|
| | Migrante | Munícipe | Imigrante | Jovem | Adulto | Pessoa Idosa | |
| 164 | 163 | 0 | 1 | 15 | 119 | 30 | 105 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

Os dados do Serviço de Abordagem Social demonstram a atuação contínua da equipe na identificação e atendimento de pessoas em situação de risco nos espaços públicos do município. Em 2024, foram registrados 242 atendimentos, enquanto em 2025 o total foi de 164, o que evidencia variações no fluxo de pessoas abordadas no território, sem comprometer a presença regular do serviço nas áreas de maior circulação.

O perfil dos usuários atendidos revela predominância de migrantes, com 242 registros em 2024 e 163 em 2025, além do registro de 1 imigrante em 2025, indicando que o município recebe, de forma recorrente, pessoas em trânsito ou em deslocamento intermunicipal, interestadual e, ainda que em menor proporção, de origem internacional. A quase ausência de munícipes nas abordagens demonstra que as situações atendidas têm origem principalmente externa, demandando ações de acolhida imediata, orientação e encaminhamentos pontuais, em consonância com a função essencial da Abordagem Social.

Quanto ao ciclo de vida, a maior parte das pessoas atendidas é composta por adultos, 138 em 2024 e 119 em 2025, seguidos por Pessoas Idosas, 74 em 2024 e 30 em 2025 e, em menor número, jovens, 30 em 2024 e 15 em 2025. Essa distribuição demonstra que o público atendido é majoritariamente adulto, com presença significativa de Pessoas Idosas, o que acentua a gravidade das vulnerabilidades encontradas, dado o risco ampliado de negligência, adoecimento e violências nesse grupo etário.

Outro aspecto relevante é o número de pessoas que declararam uso de substâncias psicoativas, sendo 100 atendimentos em 2024 e 105 em 2025. A repetição elevada desse indicador sugere que o uso de substâncias se mantém como fator frequente nas situações identificadas pela equipe, exigindo intervenções humanizadas, orientações adequadas e articulação com a rede de saúde mental, sem caráter punitivo ou coercitivo, conforme diretrizes nacionais da Proteção Social Especial.

Esses registros demonstram que o Serviço Especializado em Abordagem Social em Iconha atua não apenas na identificação das situações de risco, mas também na reconstrução de trajetórias de vida, estabelecendo pontes entre o

indivíduo e a rede de serviços públicos. O atendimento contínuo e as ações personalizadas revelam o compromisso da equipe em promover não apenas o acesso a direitos básicos, mas também a dignidade, a autonomia e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

De maneira geral, a experiência de 2024 e de 2025 reforça a importância desse serviço enquanto na Proteção Social Especial de Média Complexidade. Apesar dos desafios enfrentados, como a limitação de recursos materiais e a necessidade de ampliar o alcance territorial da equipe, o trabalho desenvolvido demonstra coerência com os princípios do SUAS e contribui de forma concreta para a redução da invisibilidade social e para a construção de políticas públicas mais inclusivas e humanizadas no município de Iconha.

3.6.3.3 Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto **- LA e PSC**

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de LA e de PSC, previstos no ECRAD, é um importante serviço executado no âmbito do CREAS de Iconha, com foco na responsabilização e reintegração social de adolescentes autores de ato infracional. O serviço busca garantir acompanhamento especializado, orientações e oportunidades que possibilitem o desenvolvimento pessoal, social e comunitário dos adolescentes, fortalecendo o vínculo familiar e prevenindo a reincidência de infrações.

O Serviço de Medidas Socioeducativas PSC consiste na realização de atividades de interesse coletivo, de forma gratuita, em instituições e espaços públicos, por um período que não ultrapassa seis meses e sem prejuízo à frequência escolar ou às atividades laborais do adolescente. O Serviço de Medidas Socioeducativas de LA, tem como objetivo acompanhar e orientar o adolescente, assegurando que ele cumpra as determinações judiciais em um ambiente de apoio e acompanhamento psicossocial.

No município de Iconha, a equipe técnica do CREAS é responsável por operacionalizar o serviço, realizando o acolhimento dos adolescentes e de suas

famílias, a elaboração do PIA e o monitoramento contínuo das medidas. Esse plano é construído de forma participativa, considerando as especificidades de cada adolescente, como sua idade, contexto familiar, escolaridade, vínculos comunitários e perspectivas de futuro, de modo a promover não apenas o cumprimento formal da medida, mas também a reconstrução de trajetórias de vida pautadas em valores de cidadania, convivência e corresponsabilidade social.

Embora nos anos de 2024 e 2025 o município não tenha registrado nenhum adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, a manutenção da estrutura e da equipe técnica demonstra o compromisso da gestão municipal com a prontidão da rede de atendimento. Essa disponibilidade é fundamental para assegurar a execução imediata das medidas determinadas pelo Judiciário, sempre que necessário, além de evidenciar a integração entre o Sistema de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria e a Assistência Social (Iconha, 2024a).

A ausência de registros no período também pode ser interpretada como um indicador positivo, refletindo a efetividade das ações preventivas realizadas no território, sobretudo as desenvolvidas junto à Proteção Social Básica e às escolas, que contribuem para a redução dos fatores de risco e vulnerabilidade que incidem sobre adolescentes e jovens. Ainda assim, o serviço permanece como uma política essencial no âmbito do SUAS, garantindo que, sempre que houver a determinação judicial, o município disponha de equipe técnica qualificada e de estrutura adequada para assegurar o acompanhamento integral dos adolescentes e o fortalecimento de suas famílias no processo de reintegração social (Iconha, 2024a).

3.6.3.4 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, ofertado pelo CREAS de Iconha, tem como principal finalidade garantir atenção especializada e acompanhamento contínuo a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos, negligência ou isolamento social. Esse serviço atua na perspectiva da promoção da autonomia, da valorização da vida

e da convivência familiar e comunitária, assegurando que o envelhecimento e a deficiência sejam tratados dentro do paradigma da proteção integral e da inclusão social, conforme os princípios estabelecidos pela PNAS (Brasil, 2004) e pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014).

Em 2024 e 2025, a equipe técnica do CREAS manteve o compromisso com o acompanhamento de Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas em situação de vulnerabilidade, priorizando o atendimento humanizado e a escuta qualificada. As ações realizadas contemplaram acolhidas individuais, visitas domiciliares, atendimentos familiares e encaminhamentos para a rede de serviços públicos e comunitários. Em muitos casos, o acompanhamento envolveu situações complexas, como negligência, discriminação, sobrecarga dos cuidadores e dificuldades de mobilidade, exigindo da equipe intervenções articuladas e intersetoriais para assegurar a proteção dos usuários e o fortalecimento das famílias (Iconha, 2024a).

O trabalho desenvolvido buscou, sobretudo, prevenir a institucionalização dos indivíduos, preservando o direito à convivência familiar e comunitária. Essa diretriz reflete a compreensão de que a permanência da Pessoa Idosa ou Pessoa com Deficiência no seio familiar, acesso a serviços públicos, é fundamental para a manutenção da dignidade e da qualidade de vida. Além disso, foram realizadas ações voltadas ao apoio aos cuidadores familiares, com orientações sobre o cuidado humanizado, a comunicação afetiva e o autocuidado, reconhecendo o papel essencial que exercem e, ao mesmo tempo, o impacto emocional e físico que essa função pode gerar (Iconha, 2024a).

Durante o período, o CREAS também garantiu apoio logístico e de locomoção a usuários que necessitavam de atendimento médico, realização de exames e acesso a serviços básicos como bancos, farmácias e mercados, especialmente nos casos de pessoas com mobilidade reduzida. Essa prática, embora simples, tem grande relevância social, pois assegura a continuidade dos cuidados e o exercício da cidadania desses indivíduos, rompendo barreiras que perpetuam o isolamento e a exclusão (Iconha, 2024a).

O serviço ainda atuou de forma integrada com o Ministério Público, a Saúde e outras instituições, sempre que identificadas situações que demandavam medidas de

proteção mais específicas. Essa articulação demonstra o compromisso da gestão municipal com a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos, fortalecendo as ações de enfrentamento à violação de direitos e promovendo respostas mais completas e eficazes às necessidades do público atendido.

Mesmo diante dos avanços, persistem desafios estruturais e operacionais, como a limitação de recursos materiais e humanos, que impactam a ampliação do alcance das ações e a regularidade dos acompanhamentos em áreas mais afastadas. Ainda assim, o trabalho realizado evidencia o empenho da equipe do CREAS em consolidar uma prática profissional pautada na ética, no respeito à diversidade e na promoção da autonomia das pessoas com deficiência e idosas.

Dessa forma, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias confirma a essencialidade na consolidação da rede de proteção social do município de Iconha, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, solidária e comprometida com o bem-estar e a dignidade de todos os seus cidadãos.

A análise das demandas reprimidas, espontâneas e vulnerabilidades sociais identificadas pela equipe técnica do CREAS de Iconha revela um panorama de desafios persistentes na consolidação da Proteção Social Especial de Média Complexidade. O levantamento demonstra que o município tem avançado no atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco e violação de direitos, mas ainda enfrenta limitações estruturais e operacionais que dificultam a ampliação e a continuidade de determinadas ações.

Entre as demandas reprimidas, destaca-se a necessidade urgente de fortalecimento do Serviço Especializado em Abordagem Social, que carece de uma equipe exclusiva para atender o público em situação de rua. O aumento expressivo desse grupo populacional no país, refletido também em Iconha, nos períodos específicos, tem gerado uma sobrecarga na equipe do CREAS, que assumem a responsabilidade pelo atendimento sem contar com uma estrutura específica para tal. Essa lacuna compromete o alcance territorial das ações e evidencia a necessidade de investimentos na formação de uma equipe de abordagem permanente.

As demandas espontâneas, por sua vez, reforçam a importância da rede de proteção como porta de entrada para o acolhimento e o encaminhamento de situações emergenciais. A maior parte das solicitações espontâneas registradas em 2024 esteve relacionada ao acesso a alimentação, transporte e condições básicas de higiene, evidenciando a busca imediata por dignidade e sobrevivência por parte de pessoas em situação de rua. Além disso, houve aumento nas demandas ligadas ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas Famílias, especialmente no que se refere a pedidos de informações e encaminhamentos para o acolhimento institucional no Lar do Idoso José de Paula de Beiriz. Outro ponto de destaque foi o número expressivo de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como a crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, o que reforça a importância do trabalho intersetorial com os serviços de saúde, educação, segurança pública e sistema de justiça (Iconha, 2024a).

No que se refere às vulnerabilidades sociais identificadas, a equipe técnica apontou um conjunto de fatores estruturais e culturais que contribuem para o agravamento das situações de risco no município. Entre eles, sobressaem o desemprego, a baixa escolaridade e o uso abusivo de substâncias psicoativas, que permanecem como elementos centrais na reprodução da pobreza e na fragilização dos vínculos familiares. Soma-se a isso a cultura patriarcal ainda fortemente enraizada no território, que reforça desigualdades de gênero e legitima comportamentos violentos, especialmente contra mulheres (Iconha, 2024a).

Outro aspecto preocupante é o número crescente de pessoas com transtornos, como ansiedade, depressão, ideação suicida e uso de substâncias psicoativas, o que exige da rede socioassistencial um olhar mais atento e ações integradas com a rede de saúde mental. Por fim, a localização geográfica de Iconha, cortada pela BR-101, tem contribuído para a presença constante de migrantes e pessoas em situação de rua, configurando um desafio adicional para o acompanhamento continuado e a criação de estratégias de reinserção social (Iconha, 2024a).

O diagnóstico apresentado demonstra que, embora o município tenha obtido avanços significativos na consolidação do SUAS e na atuação do CREAS, ainda há a necessidade de ampliar os recursos humanos e estruturais, fortalecer o trabalho

intersetorial e investir em políticas públicas de prevenção e reinserção social. A leitura dessas demandas evidencia que a superação das vulnerabilidades identificadas exige não apenas ações pontuais, mas uma estratégia contínua de gestão e planejamento, pautada no princípio da dignidade humana e na efetivação dos direitos socioassistenciais.

Ao longo do ano de 2024 e 2025, o CREAS de Iconha consolidou um conjunto expressivo de ações, eventos, campanhas e capacitações voltadas ao fortalecimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, reafirmando seu papel como equipamento estratégico do SUAS no enfrentamento das violações de direitos. As atividades realizadas seguiram o calendário anual de mobilizações da Política de Assistência Social, com enfoque na prevenção, sensibilização e formação continuada das equipes e da rede intersetorial, fortalecendo o diálogo com a comunidade e a articulação com outros setores da gestão pública.

3.6.4 Proteção Social Especial – Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade constitui um campo estratégico do SUAS, voltado à garantia de cuidado e acolhimento de pessoas que tiveram seus vínculos familiares interrompidos e necessitam de um ambiente seguro e protetivo para restabelecer suas condições de vida. As unidades de acolhimento cumprem papel essencial nesse processo, funcionando como espaços de acolhida, cuidado e reconstrução de vínculos, onde se reconhece a criança, o adolescente ou o adulto acolhido como sujeito de direitos e não apenas como destinatário de proteção. Sua função ultrapassa a dimensão do abrigo físico, tendo em vista que se trata de um serviço que promove reparação, fortalecimento emocional e planejamento de projetos de vida, garantindo condições para o desenvolvimento integral em um ambiente de respeito, convivência e escuta qualificada. O acolhimento institucional representa uma estratégia de proteção e restabelecimento da dignidade humana, pautada pela excepcionalidade e pela temporariedade da medida, conforme orienta o ECRIAD e as diretrizes da PNAS (Brasil, 2004).

No município de Iconha, a rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade estrutura-se pela oferta de diferentes modalidades de acolhimento

institucional, voltadas ao atendimento de públicos com distintos perfis e graus de dependência, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essas modalidades têm por objetivo garantir acolhimento provisório, proteção integral e o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares, assegurando o direito à convivência e o respeito à individualidade dos usuários.

Entre os serviços ofertados, destaca-se o acolhimento institucional, na modalidade abrigo, voltado a crianças e adolescentes, executado na unidade Abrigo Otávio Américo de Almeida, que atende usuários de ambos os sexos, com idades entre 0 e 17 anos e 11 meses, encaminhados pelo Conselho Tutelar ou pela Vara da Infância e Juventude. O atendimento é pautado na construção e execução do PIA, que orienta o trabalho técnico, as metas e as estratégias de reintegração familiar ou, quando necessário, de inserção em família substituta. As ações desenvolvidas incluem acompanhamento psicossocial, visitas domiciliares e escolares, reuniões intersetoriais, encaminhamentos à rede de proteção e articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos (Iconha, 2024a).

O município também conta com o Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”, que presta o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, destinado a pessoas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos. O serviço acolhe idosos independentes e/ou com grau de dependência 1, garantindo condições de moradia digna, cuidados básicos, alimentação, acompanhamento técnico e fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários. A atuação da equipe do Lar do Idoso está orientada pelos princípios da dignidade humana, da autonomia e da centralidade do cuidado, promovendo ações voltadas à convivência, ao lazer e à integração com a comunidade local.

A manutenção e o fortalecimento desses serviços de acolhimento expressam o compromisso da gestão municipal com a continuidade da proteção social, a humanização do cuidado e a efetivação das normativas do SUAS, assegurando que tanto crianças e adolescentes quanto pessoas idosas acolhidas tenham acesso a um ambiente seguro, acolhedor e promotor de direitos.

O Abrigo Institucional “Otávio Américo de Almeida” de Iconha foi criado em 2013 com a finalidade de oferecer proteção integral a crianças e adolescentes afastados do

convívio familiar por determinação judicial, em virtude de situações de violação de direitos. Inicialmente, o serviço funcionava na comunidade de Bom Destino, na localidade conhecida como Ilha de Santo Inácio de Loyola, em um imóvel alugado e com estrutura voltada ao acolhimento temporário, sendo então denominado Casa de Passagem. O nome do abrigo foi escolhido em homenagem ao morador Otávio Américo de Almeida, reconhecido pela comunidade por sua trajetória de solidariedade e apoio social, o que conferiu ao equipamento um significado simbólico de cuidado e pertencimento.

Com o crescimento das demandas e a ampliação das ações do serviço, tornou-se necessária a mudança para outro imóvel, ainda na comunidade de Bom Destino, em um espaço mais central e adequado à rotina institucional. Essa sede permaneceu em funcionamento até o ano de 2021, quando o abrigo foi transferido para a comunidade da Ilha do Coco, onde segue em atividade até o presente momento, em imóvel locado e adaptado para o acolhimento de crianças e adolescentes. A mudança representou um avanço em termos de acessibilidade e infraestrutura, contribuindo para o fortalecimento do atendimento técnico e das condições de convivência.

O município encontra-se em processo de construção da sede própria do Abrigo Institucional, que será instalada no bairro Jardim Jandira. A nova estrutura está sendo planejada em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, priorizando um ambiente acolhedor e seguro, com espaços adequados para o convívio, lazer e estudo. A escolha do local também é estratégica, por situar-se próxima a uma escola municipal e à nova creche em construção, favorecendo a integração dos acolhidos com a comunidade e com os serviços públicos essenciais. Essa iniciativa representa um passo importante na consolidação da rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município, reafirmando o compromisso com a garantia de direitos e com a qualidade do cuidado prestado.

O Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”, localizado no município de Iconha, constitui-se como um marco na consolidação da proteção social voltada à Pessoa Idosa no âmbito local. Fundado em 28 de julho de 1998 pelo Rotary Club de Iconha, o serviço surgiu a partir de uma mobilização comunitária comprometida com a promoção da solidariedade e da responsabilidade social, valores historicamente

defendidos pela instituição. A criação do Lar atendeu à necessidade de uma oferta estruturada de acolhimento para Pessoas Idosas desprovidas de vínculos familiares efetivos e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assegurando-lhes condições dignas de moradia, cuidado e convivência.

Com natureza jurídica sem fins econômicos e caráter assistencial, o Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” tem por finalidade a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, conforme definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Inserido no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, o serviço destina-se ao atendimento de Pessoas Idosas com 60 anos ou mais, que demandam cuidados permanentes em função da ausência de retaguarda familiar ou da impossibilidade de autossustento, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional do Idoso.

O funcionamento do Lar baseia-se nos princípios da proteção integral, que orientam as ações voltadas à garantia de direitos, à promoção da autonomia e ao respeito à dignidade humana. O acolhimento institucional configura-se, assim, como uma resposta protetiva do Estado e da sociedade civil diante das situações de negligência, abandono ou fragilidade de vínculos, garantindo o acesso à rede de serviços e às políticas públicas. Nesse contexto, o Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” representa um importante instrumento de efetivação da Política de Assistência Social em Iconha, promovendo a integração comunitária, o bem-estar e a qualidade de vida da Pessoa Idosa, em consonância com os parâmetros normativos e éticos que regem o SUAS.

A seguir, apresentam-se o quadro das Unidades de Acolhimento Institucional e a identificação da unidade Lar do Idoso:

Quadro 6 – Unidade de Acolhimento Institucional

| Cnpj | Nome | Nº Identificador | UF | Município |
|--------------------|---|------------------|----|-----------|
| | <u>UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES "OTÁVIO AMÉRICO DE ALMEIDA"</u> | 3202603303758 | ES | ICONHA |
| 03.088.651/0001-73 | <u>UNIDADE DE ACOLHIMENTO LAR DO IDOSO "JOSÉ DE PAULA BEIRIZ"</u> | 3202603308732 | ES | ICONHA |

Fonte: CADSUAS. Outubro de 2025.

Imagem 5– Unidade de Acolhimento Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”



Fonte: Imagem elaborada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Iconha. Outubro de 2025.

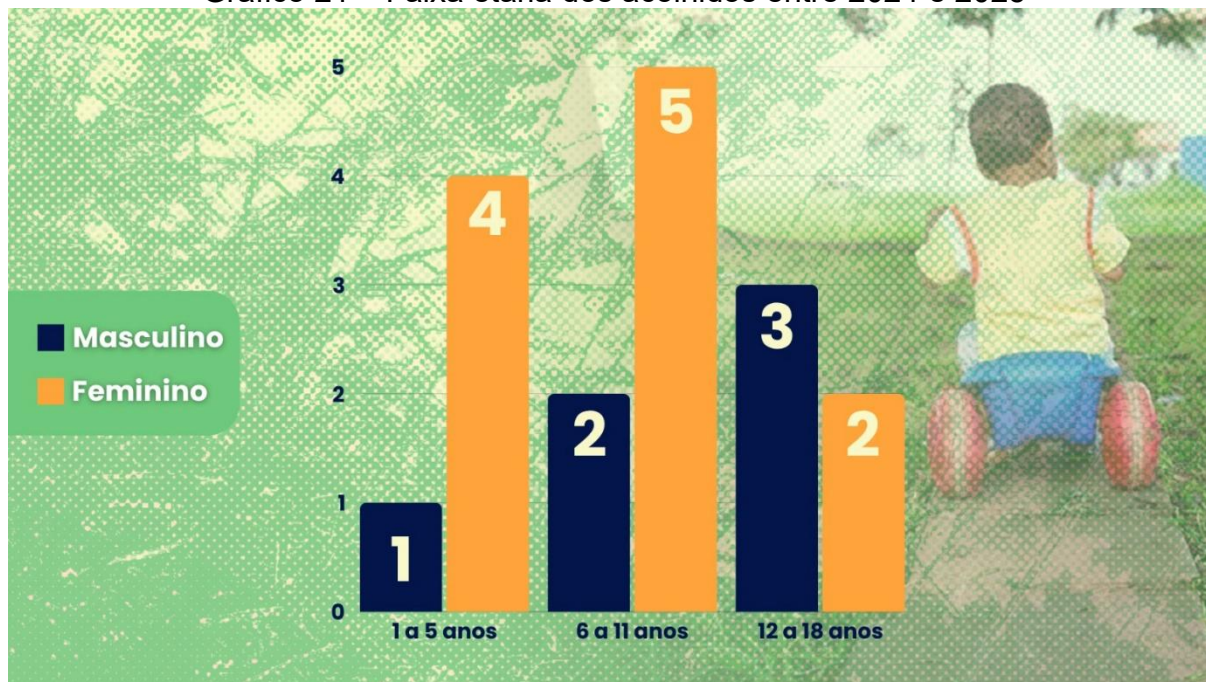
3.6.4.1 Abrigo Institucional para crianças e adolescentes

O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes “Otávio Américo de Almeida” constitui a principal oferta da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iconha, garantindo proteção integral a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva, conforme o ECRIAD e as normativas do SUAS. Organizado na modalidade Abrigo Institucional, o serviço assegura cuidados diários, acompanhamento técnico, convivência comunitária e condições adequadas de moradia provisória, priorizando o fortalecimento dos vínculos afetivos, a reconstrução de projetos de vida e a reintegração familiar segura sempre que possível. Sua atuação articula-se com a rede intersetorial e com o Sistema de Garantia de Direitos, assegurando respostas qualificadas e humanizadas às situações de violação de direitos que incidem sobre crianças e adolescentes no território municipal.

Para fins de análise e transparência da execução do serviço, são apresentados os gráficos referentes ao perfil e à dinâmica do acolhimento institucional no município

de Iconha durante o ano de 2024 e 2025. Os dados demonstram o quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos segundo sexo e faixa etária.

Gráfico 21 – Faixa etária dos acolhidos entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

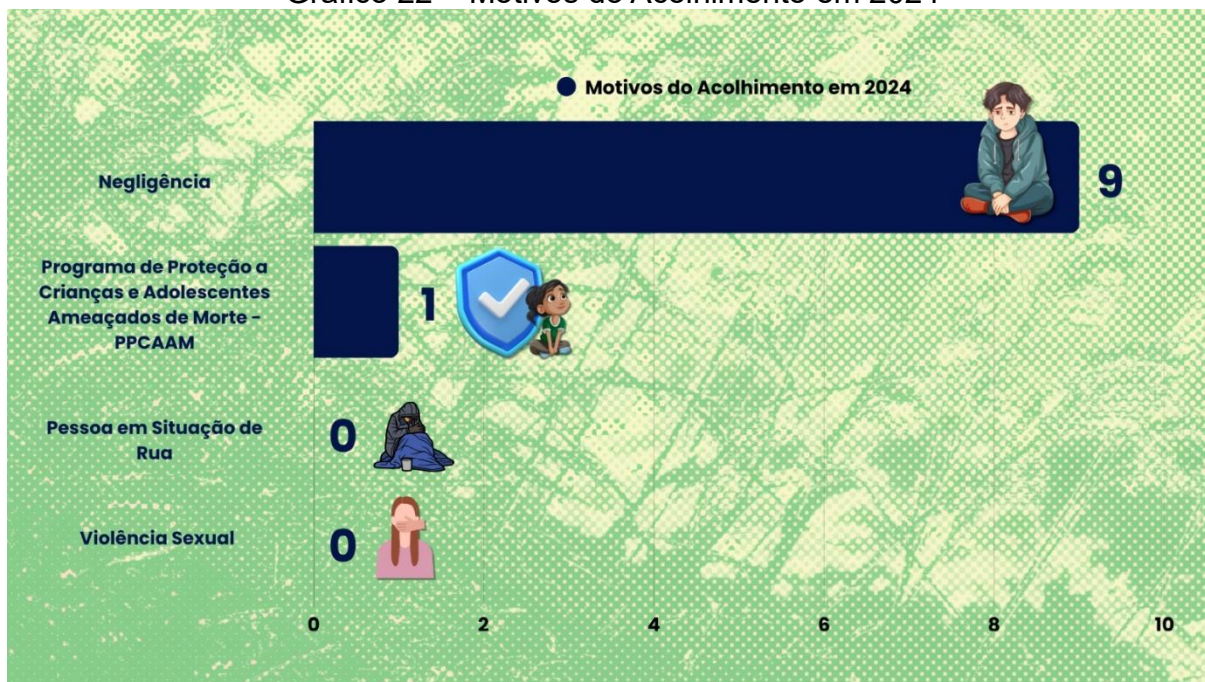
A análise do perfil etário e de gênero das crianças e adolescentes acolhidos no município de Iconha, nos anos de 2024 e 2025, evidencia características importantes sobre a dinâmica da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no território. O maior número de acolhimentos concentra-se na faixa etária de 6 a 11 anos, totalizando 7 acolhimentos, sendo 5 meninas e 2 meninos. Essa predominância de crianças em idade escolar reforça o papel do acolhimento institucional como medida protetiva aplicada, em grande parte, as situações em que há violações de direitos associadas à negligência familiar, ao abandono ou à falta de condições adequadas de cuidado. Nessa fase da infância, as ações do serviço exigem atenção redobrada ao fortalecimento dos vínculos afetivos e ao acompanhamento pedagógico, garantindo o acesso à escola e à convivência comunitária, conforme previsto nas diretrizes do ECRIAD.

Outro grupo relevante é o de crianças entre 1 e 5 anos, com 5 acolhimentos, 4 do sexo feminino e 1 do masculino. Essa presença de crianças em idade inicial no acolhimento reforça a necessidade de estratégias específicas de cuidado e acolhimento afetivo, com ênfase no desenvolvimento integral e na reconstrução dos vínculos familiares. A política de Primeira Infância, articulada à atuação do Sistema de Garantia de Direitos, deve orientar ações integradas entre o abrigo, o CRAS, o CREAS e a rede de saúde, assegurando o acompanhamento próximo das famílias de origem e ampliando as possibilidades de reintegração familiar.

Por fim, observa-se a presença de 5 adolescentes entre 12 e 18 anos, sendo 3 meninos e 2 meninas, o que evidencia que o serviço também atende a demandas relacionadas ao ciclo final da proteção infantojuvenil. Nesses casos, as intervenções devem contemplar o desenvolvimento da autonomia e o preparo para a vida adulta, especialmente quando não há possibilidade imediata de retorno familiar. O acolhimento desse grupo requer um olhar atento para a transição da adolescência, estimulando a participação em atividades formativas, cursos profissionalizantes e ações de convivência que promovam autoestima e protagonismo.

Além disso, o Relatório de Gestão municipal exhibe os motivos de acolhimentos ao longo do ano de 2024, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 22 – Motivos do Acolhimento em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

Os dados de 2024 revelam um perfil de acolhimento concentrado em crianças em idade escolar, 6 a 11 anos, e adolescentes, com equilíbrio entre os sexos. Entre os meninos, observa-se maior presença nas faixas de 14 a 17 anos, o que evidencia situações em que a fragilidade dos vínculos familiares e a ausência de suporte protetivo demandaram a intervenção da rede de proteção. Esses casos frequentemente envolvem conflitos de convivência, negligência prolongada e dificuldades no acompanhamento escolar e comunitário, aspectos que refletem a importância do acompanhamento técnico e intersetorial para reconstrução das referências familiares e fortalecimento das relações de cuidado (Iconha, 2024a).

Entre as meninas, há maior incidência nas faixas de 6 a 13 anos, em que emergem demandas ligadas à supervisão cotidiana, ao acesso à escola e à necessidade de garantir um ambiente familiar seguro e estável. A ausência de acolhimentos de crianças de 0 a 2 anos é um dado relevante, em que pode indicar resolução precoce das situações via família extensa ou guarda provisória, mas também pode refletir barreiras na identificação de riscos precoces, exigindo atenção

redobrada do município à articulação com Saúde e Educação, especialmente no acompanhamento de gestantes e bebês (Iconha, 2024a).

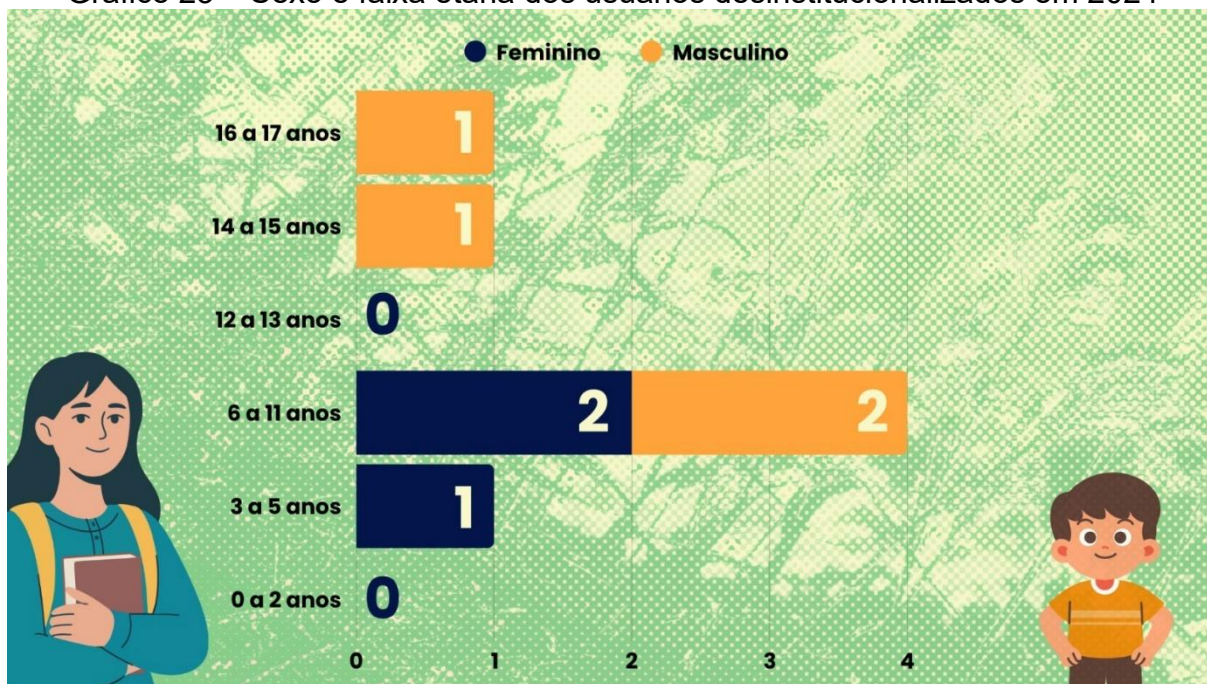
O motivo de ingresso predominante foi a negligência, 9 de 10 casos, com apenas 1 acolhimento vinculado ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e ausência de registros de violência sexual ou situação de rua no período. A centralidade da negligência evidencia que o acolhimento institucional tem respondido, sobretudo, a situações de vulnerabilidade familiar acumulada, marcadas por ausência de acompanhamento escolar, precariedade material e sobrecarga dos cuidadores (Iconha, 2024a).

Em 2025, as situações de acolhimento registradas no Abrigo Institucional de Iconha decorreram de violações de direitos que exigiram medidas protetivas imediatas. Os principais motivos foram violência física, psicológica, negligência, abandono e exposição a situações de risco.

A partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014) e do princípio da excepcionalidade e temporariedade da medida previsto no ECRIAD, esse cenário reforça a necessidade de elaborar o PIA voltado à reconstrução dos vínculos, à reestruturação do ambiente familiar e à promoção do acesso a políticas públicas. O caso vinculado ao PPCAAM requer protocolos diferenciados, com articulação entre o Sistema de Justiça, segurança pública e rede socioassistencial, assegurando a integridade física e emocional do acolhido (Iconha, 2024a).

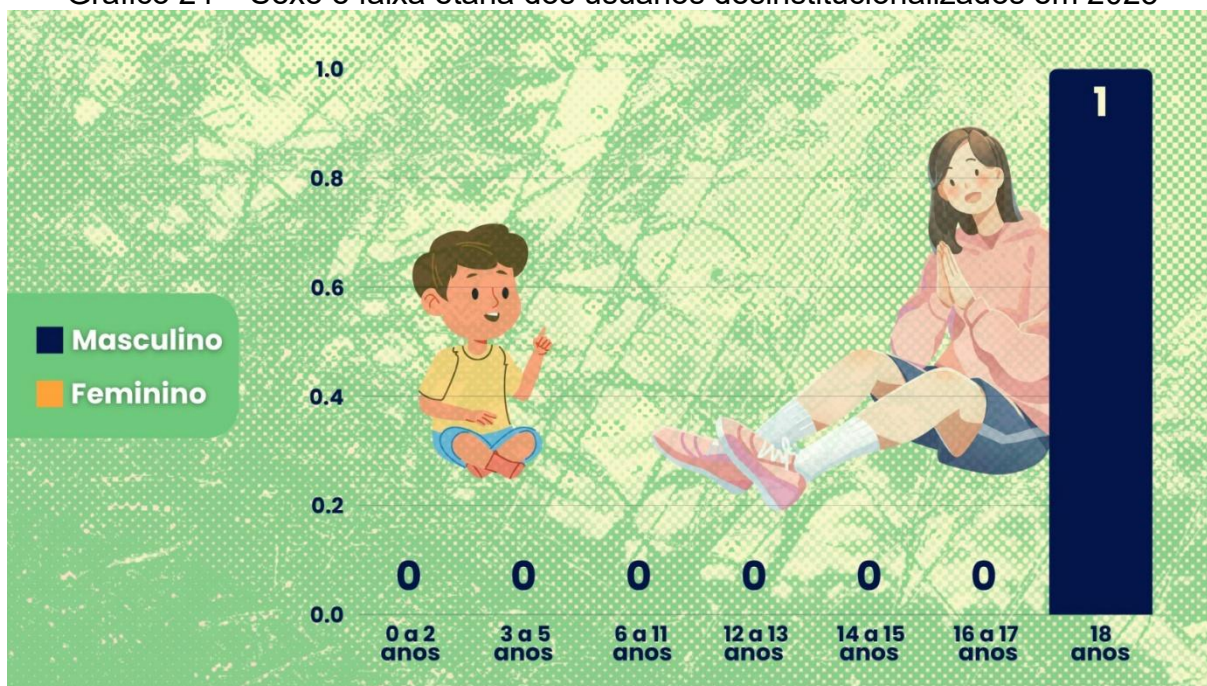
Além disso, os gráficos abaixo exibem o quantitativo dos acolhidos que foram desinstitucionalizados, segundo idade e sexo, com destaque para a reintegração na família extensa e na família de origem.

Gráfico 23 – Sexo e faixa etária dos usuários desinstitucionalizados em 2024



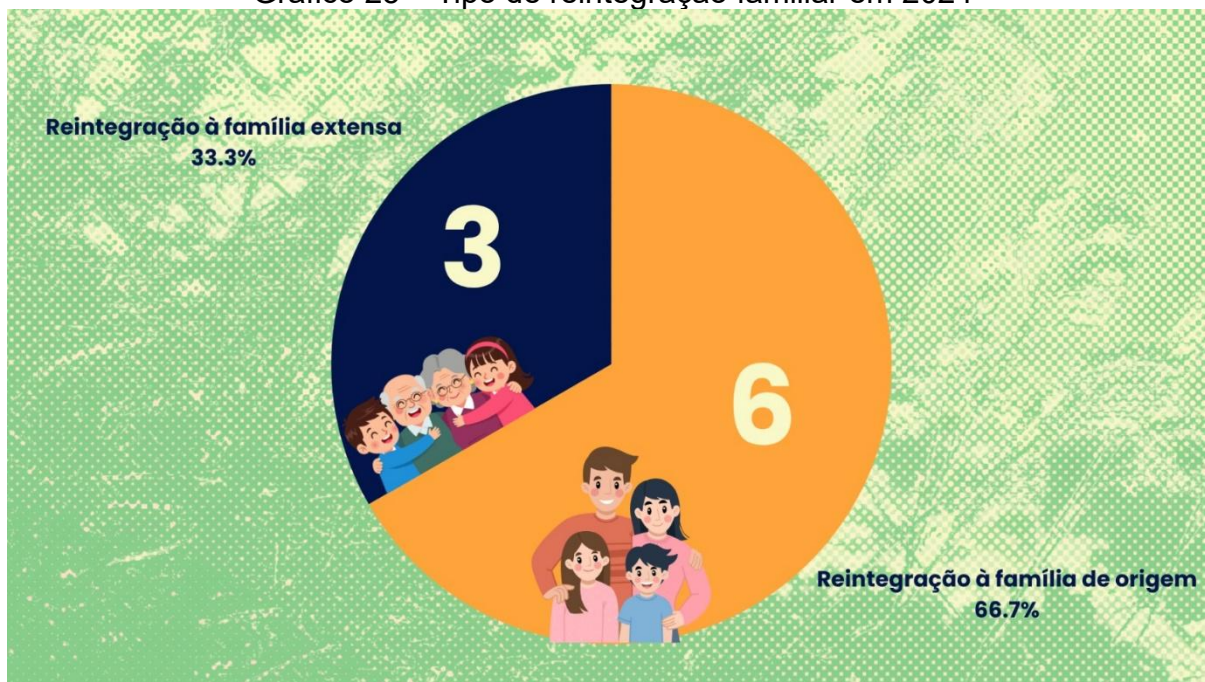
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

Gráfico 24 – Sexo e faixa etária dos usuários desinstitucionalizados em 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

Gráfico 25 – Tipo de reintegração familiar em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

Os resultados de 2024 indicam um padrão de saída predominantemente familiar, em que 66,7% dos desacolhimentos ocorreram por reintegração à família de origem, 6 casos, e 33,3% por reintegração à família extensa, 3 casos. Em termos de gestão do caso, o dado sugere que os PIAs vêm priorizando a reconstrução de rotinas de cuidado, a mediação de conflitos e a articulação com a rede de proteção social, o que cria condições para o retorno seguro. Ao mesmo tempo, a proporção de saídas via família extensa aponta que, em parte dos casos, a família de origem ainda não reunia condições protetivas suficientes, o que reforça a necessidade de planos de continuidade do cuidado no território e de acompanhamento pós-desacolhimento para ambas as modalidades (Iconha, 2024a).

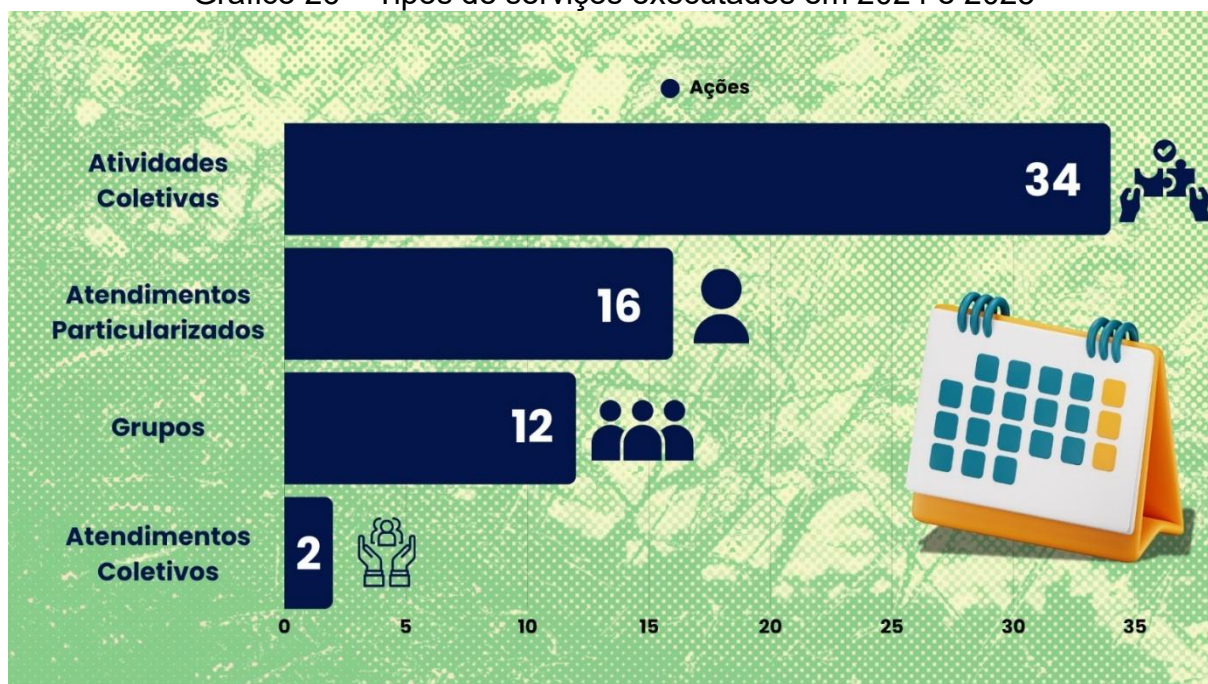
A distribuição por faixa etária e sexo revela concentração em 6 a 11 anos, com registros menores entre 3 e 5 anos, 14 e 15 e 16 e 17 anos. A presença majoritária do grupo em idade escolar evidencia a importância de estratégias que garantam rotina, matrícula e assiduidade, além de suporte à família para acompanhamento pedagógico e de saúde. A ausência de registro entre 0 a 2 anos não deve ser lida como inexistência de necessidade, mas como um sinal de que é preciso sustentar a busca

ativa e a intervenção precoce para que situações de violência não sejam agravadas (Iconha, 2024a).

Em 2025, foi registrado um caso de desinstitucionalização de usuário do sexo masculino, com 18 anos de idade. A saída ocorreu em razão da maioridade civil, momento que marca o encerramento do acolhimento institucional e a transição para a vida adulta. Esse processo requer acompanhamento técnico e articulação intersetorial para garantir que o jovem egresso tenha acesso a políticas públicas que assegurem sua autonomia e inserção social, conforme orienta o ECRIAD. No ano de 2025 não ocorreram reintegrações familiares.

Torna-se interessante analisar as ações desenvolvidas pela equipe técnica, conforme os gráficos a seguir.

Gráfico 26 – Tipos de serviços executados em 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

Os dados referentes às ações realizadas pelo Abrigo Institucional entre 2024 e 2025 demonstram uma diversidade de práticas voltadas tanto à atenção individualizada quanto à convivência coletiva e ao desenvolvimento de experiências socioeducativas. Foram registrados 16 atendimentos particularizados, 2 atendimentos

coletivos, 12 grupos e 34 atividades coletivas. A predominância das atividades coletivas indica o investimento da equipe em promover momentos de socialização, fortalecimento de vínculos e estímulo à convivência comunitária, aspectos fundamentais na lógica protetiva da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Os atendimentos particularizados e coletivos refletem o esforço técnico para equilibrar ações individuais e coletivas dentro da rotina institucional. O atendimento particularizado, quando orientado pelo PIA, é um instrumento essencial de acompanhamento técnico contínuo, permitindo compreender as singularidades de cada trajetória e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O número de atendimentos individualizados, 16, ressalta a relevância da escuta técnica e da elaboração de estratégias personalizadas de intervenção, ajustadas à realidade de cada acolhido. Já os atendimentos coletivos, 2, embora em menor proporção, cumprem papel importante na convivência institucional e na construção de espaços de diálogo e cooperação entre os acolhidos, contribuindo para o desenvolvimento de competências sociais e para o exercício da cidadania.

No que se refere aos grupos realizados, os temas abordados revelam intencionalidade pedagógica e formativa. Em 2024, foram promovidas rodas de conversa sobre convivência social, a exibição do filme *Cuerdas* seguida de debate sobre inclusão e respeito à diversidade, além de atividades alusivas ao mês da Pessoa com Deficiência, com destaque para as datas de 21, 23 e 26 de setembro. Também foram desenvolvidas ações culturais e identitárias, como reflexões sobre o Dia da Consciência Negra e confecção de materiais carnavalescos. O passeio à localidade de Ilha do Coco, em parceria com o SCFV, ampliou a inserção dos acolhidos na comunidade, permitindo o reconhecimento de referências territoriais e históricas.

Em 2025, os grupos mantiveram esse caráter educativo e integrador, com destaque para a oficina de biscoitos, conduzida pela equipe de cuidadores, e atividades temáticas como a do 18 de maio e a Conscientização sobre o Autismo, que envolveram familiares e acolhidos na produção de materiais expositivos.

As atividades coletivas, em maior número, 34, evidenciam o compromisso da equipe em garantir o direito ao lazer, à cultura e à convivência. Entre 2024 e 2025, foram realizadas ações diversificadas, como passeios a praias, piscinas e eventos

municipais, comemorações de aniversários, festas temáticas e eventos pedagógicos, incluindo o projeto “Plante uma Árvore”. Houve também assembleias com os acolhidos, que contribuíram para o fortalecimento da autonomia e da corresponsabilidade na definição das regras e tarefas do cotidiano institucional.

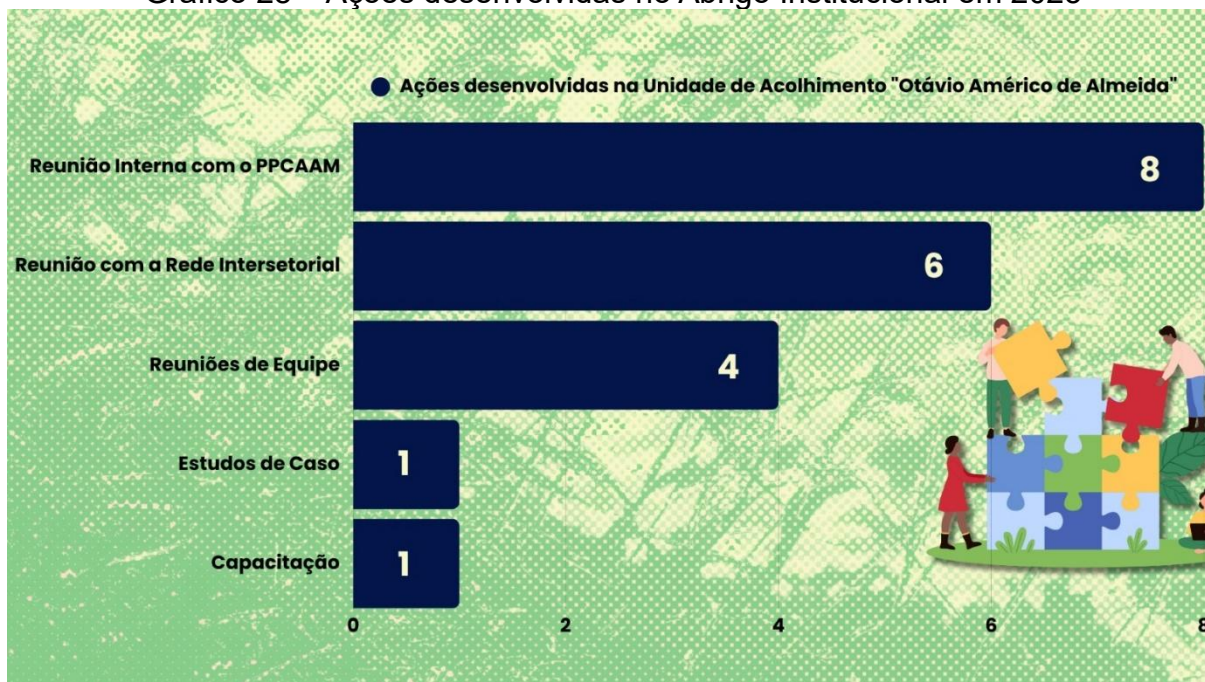
Também estão apresentadas outras ações desenvolvidas pelo Abrigo Institucional, conforme gráficos abaixo:

Gráfico 27 – Ações desenvolvidas no Abrigo Institucional em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

Gráfico 28 – Ações desenvolvidas no Abrigo Institucional em 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

A análise das ações realizadas no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, especificamente no Abrigo Institucional Otávio Américo de Almeida, demonstra o compromisso da equipe técnica em desenvolver um trabalho articulado, contínuo e orientado pelos princípios da proteção integral e da convivência familiar e comunitária. Os dados evidenciam a execução de um conjunto significativo de intervenções ao longo de 2024 e 2025, com ações que refletem tanto o acompanhamento direto aos acolhidos quanto o planejamento e a articulação com a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos.

No recorte de 2024, observa-se a realização de 120 ações, com destaque para as escutas técnicas mensais, 27, e o acompanhamento das visitas familiares, 25, atividades que expressam o esforço da equipe em garantir um atendimento humanizado, pautado na escuta qualificada e na construção do PIA. As visitas escolares, 14, e os encaminhamentos, 13, evidenciam o diálogo constante com as políticas de Educação e Saúde assegurando a intersetorialidade defendida pela PNAS (Brasil, 2004). As reuniões de equipe, 10, e os estudos de caso, 7, reforçam a importância da análise técnica compartilhada e da avaliação periódica das estratégias

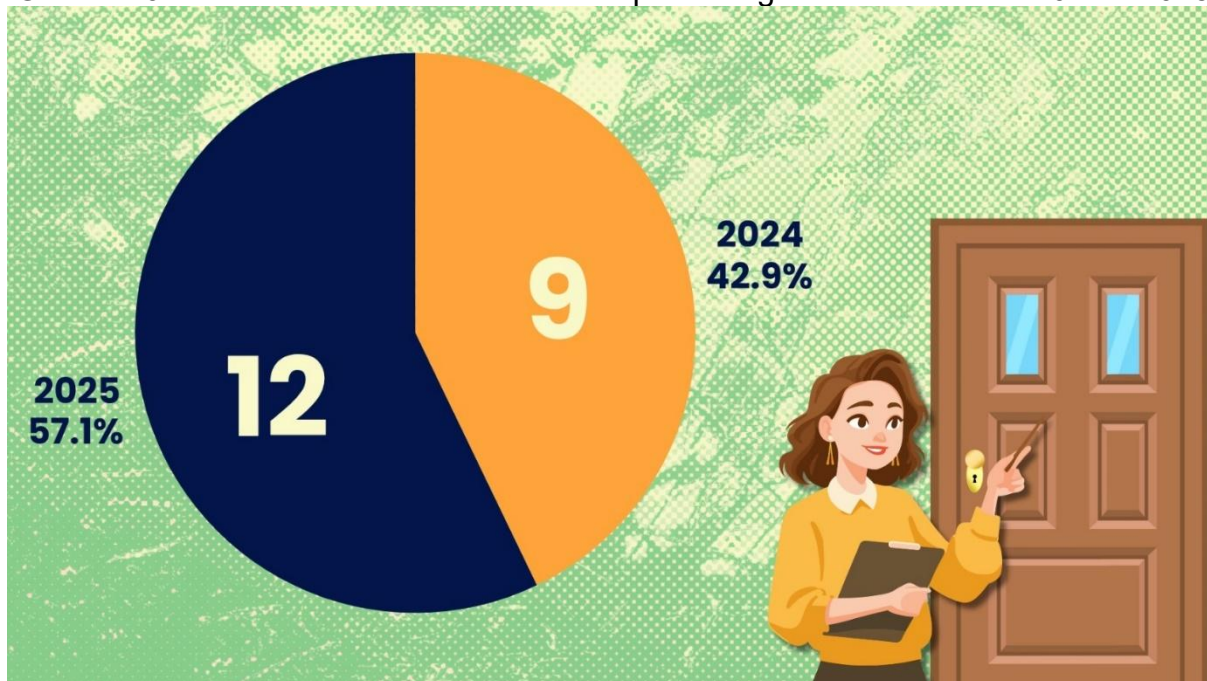
de acompanhamento, o que contribui para o aprimoramento das práticas profissionais e para a coerência das intervenções.

Em 2025, até o mês de setembro, foram registradas 20 ações, representando a continuidade do acompanhamento técnico e da articulação institucional. As reuniões internas com o PPCAAM, 8, e as reuniões intersetoriais, 6, indicam o fortalecimento do trabalho conjunto com órgãos de proteção, especialmente em casos de ameaça à integridade de crianças e adolescentes. As reuniões de equipe, 4, os estudos de caso, 1, e a realização de capacitação, 1, refletem o investimento na qualificação dos profissionais e na gestão compartilhada dos processos de trabalho. Embora o número total de registros seja menor, as ações mantêm foco na articulação interinstitucional e no aprimoramento técnico, o que demonstra avanço na consolidação da gestão integrada da alta complexidade.

Dessa forma, os dados apontam que o acolhimento institucional de Iconha tem buscado fortalecer a atenção individualizada, a construção de vínculos protetivos e o planejamento de estratégias voltadas à reintegração familiar e social dos acolhidos. A diversidade de ações realizadas revela que o serviço atua de forma coerente com as normativas do SUAS, priorizando a integralidade da proteção, a interdisciplinaridade e a articulação com as demais políticas públicas. Tais elementos reafirmam o papel do acolhimento institucional como espaço de proteção, cuidado e reconstrução de vínculos, fundamental na rede socioassistencial do município.

Outrossim, torna-se relevante verificar as visitas domiciliares realizadas pela equipe de referência do Abrigo Institucional, conforme exibição do gráfico abaixo:

Gráfico 29 – Visitas domiciliares realizadas pelo Abrigo Institucional em 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

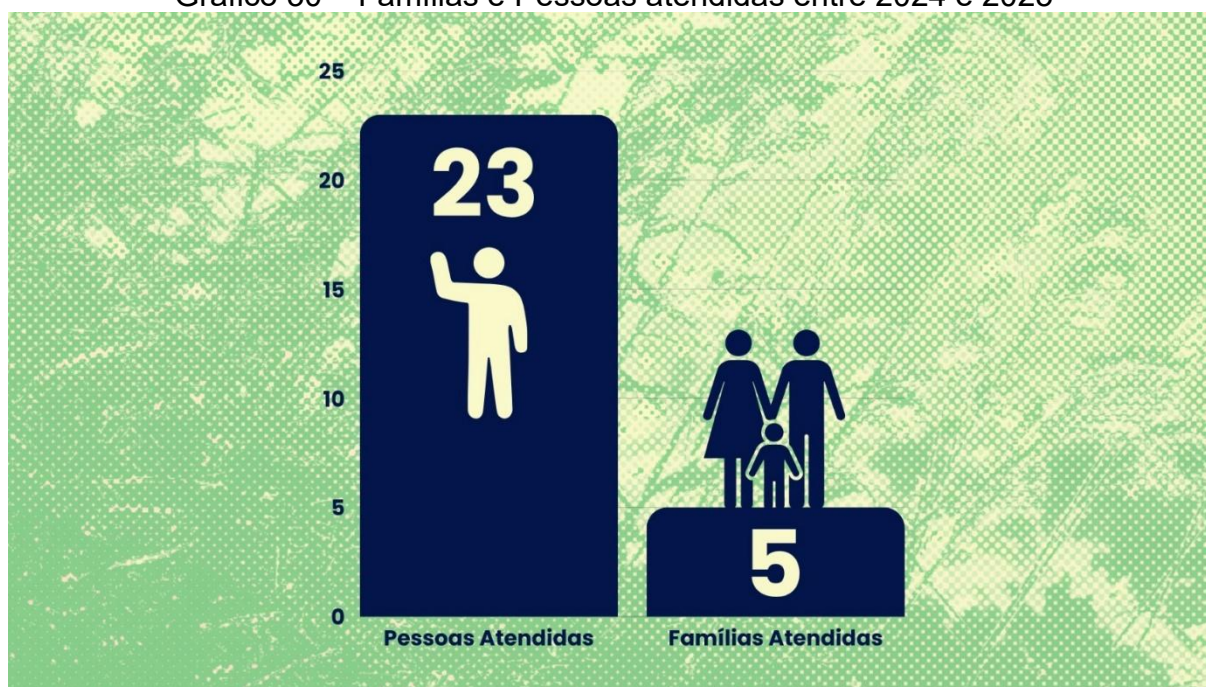
Os dados de visitas domiciliares realizadas pelo Abrigo Institucional indicam um movimento de intensificação das ações junto às famílias: em 2024 foram registradas 9 visitas e, no período de janeiro a setembro de 2025, esse número já alcança 12 intervenções. Ainda que o volume absoluto não seja elevado, ele é significativo quando se considera que cada visita demanda planejamento prévio, definição de objetivos, deslocamento da equipe, articulação com outros serviços do território e posterior registro técnico. Isso mostra que o acolhimento tem buscado atuar para além dos muros da instituição, aproximando-se dos contextos familiares e comunitários nos quais as crianças e adolescentes estão inseridos.

Do ponto de vista qualitativo, as visitas domiciliares cumprem papel estratégico na avaliação das condições reais de convivência familiar, na identificação de fatores de risco e proteção e na pactuação de compromissos com responsáveis e cuidadores. Elas permitem que o PIA seja permanentemente reavaliado à luz da vida cotidiana das famílias, e não apenas a partir das informações trazidas para dentro do serviço. Ao mesmo tempo, o número relativamente restrito de visitas evidencia a necessidade de que essa metodologia seja cada vez mais planejada e articulada com o trabalho

em rede para que cada saída da equipe produza efeitos concretos na reconstrução de vínculos, na preparação para a reintegração familiar e na prevenção de reingressos no acolhimento.

A seguir, está apresentado o gráfico comparativo de famílias e pessoas atendidas entre 2024 e 2025.

Gráfico 30 – Famílias e Pessoas atendidas entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

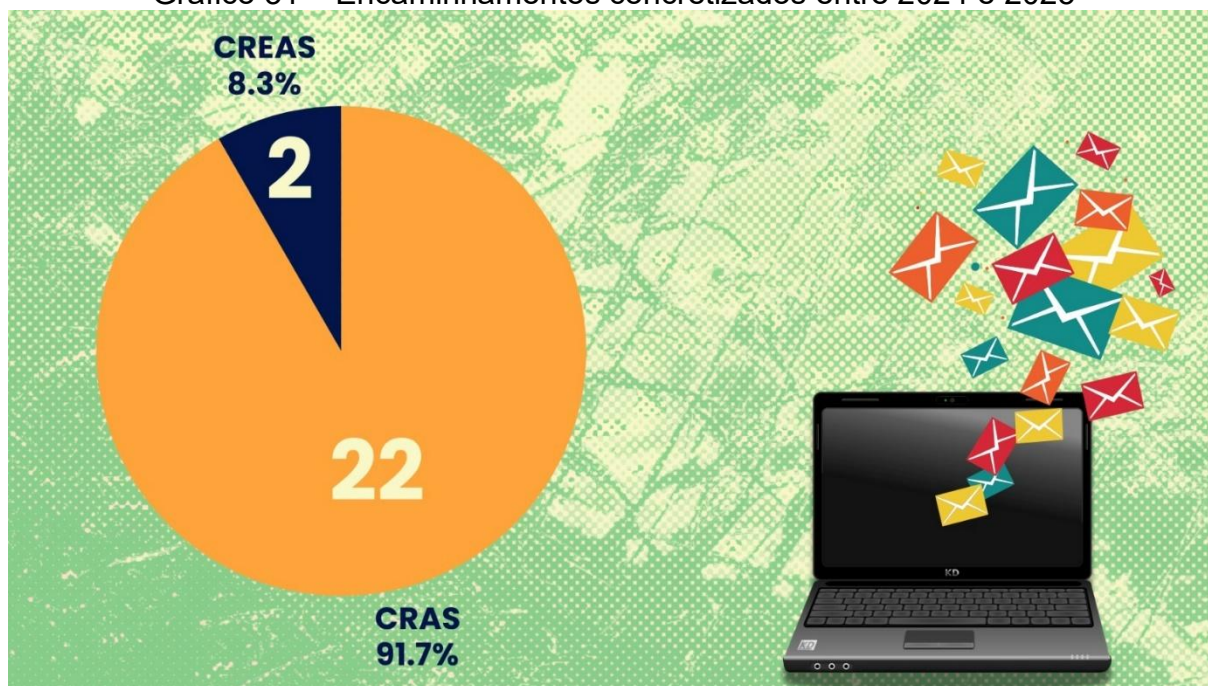
A análise dos atendimentos realizados pela Unidade de Acolhimento Institucional de Iconha entre os anos de 2024 e 2025 evidencia um trabalho contínuo voltado à proteção integral e à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. No período analisado, foram 23 pessoas atendidas e 5 famílias atendidas, o que demonstra uma atuação articulada entre a equipe técnica e a rede de proteção para assegurar o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco violação de direitos (Iconha, 2025).

Esses dados refletem a natureza singular dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cuja intervenção vai além da proteção imediata, buscando também restabelecer vínculos familiares e fortalecer o suporte comunitário.

O número de famílias atendidas indica o esforço da equipe em envolver o núcleo familiar nos processos de escuta, orientação e elaboração de estratégias de reintegração. Atualmente, no mês de referência de setembro de 2025, o serviço registrou 1 família com 6 membros ativos no acompanhamento, o que confirma a continuidade do trabalho técnico e o compromisso do município em manter o acompanhamento sistemático após o acolhimento, conforme preconiza o ECRIAD e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esse dado demonstra que o município de Iconha vem atuando de forma consistente com as diretrizes da política de Assistência Social, assegurando a proteção integral de cada acolhido e a corresponsabilidade familiar na construção de soluções sustentáveis.

Além disso, apresenta-se a quantidade de encaminhamentos realizados para o CRAS e CREAS entre 2024 e 2025:

Gráfico 31 – Encaminhamentos concretizados entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

A análise dos encaminhamentos realizados pela Unidade de Acolhimento Institucional de Iconha no período de 2024 a 2025 revela a predominância de articulações com a Proteção Social Básica que concentrou 22 dos 22

encaminhamentos registrados, enquanto apenas 2 encaminhamentos foram direcionados ao CREAS.

Essa distribuição demonstra que a maior parte das demandas identificadas no acolhimento institucional está associada a situações que podem ser acompanhadas e fortalecidas no âmbito do PAIF, especialmente em casos de reintegração familiar, orientação sobre benefícios socioassistenciais e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O vínculo com o CRAS é essencial nesse processo, pois viabiliza o acompanhamento pós-desligamento, a prevenção de novas rupturas e o apoio continuado às famílias em reconstrução de autonomia.

O número reduzido de encaminhamentos ao CREAS, por sua vez, indica que, embora existam situações de violação de direitos, a maior parte delas já se encontrava regularizada ou em processo de superação durante o acompanhamento na unidade. Quando acionado, o CREAS tem papel estratégico na oferta de atendimentos especializados, especialmente em casos que exigem mediação jurídica, acompanhamento psicossocial intensivo ou articulação com o sistema de justiça.

O trabalho socioeducativo desenvolvido no Serviço de Acolhimento Institucional de Iconha, durante o ano de 2024, demonstra a efetiva preocupação da equipe técnica em garantir o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos, assegurando condições para o fortalecimento de vínculos, a convivência comunitária e a preparação para o retorno familiar e para a vida autônoma. As ações relatadas pela equipe evidenciam que o serviço estrutura suas atividades em torno de três eixos centrais, apoio escolar e oficinas recreativas; convivência social e comunitária; e participação em cursos, projetos e ações para o desenvolvimento (Iconha, 2024a).

No primeiro eixo, voltado ao apoio escolar e às atividades lúdicas e recreativas, observa-se um conjunto diversificado de ações que combinam reforço escolar, jogos socioeducativos, oficinas temáticas, comemorações culturais e rodas de conversa. Essa proposta cumpre uma função pedagógica essencial, ao articular o aprendizado formal à vivência cotidiana, fortalecendo a autoestima, o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do espaço de acolhimento como ambiente de cuidado e de convivência saudável. As rodas de conversa sobre autoestima e convivência, bem como as atividades temáticas sobre inclusão e antirracismo, ampliam o olhar dos

acolhidos sobre valores éticos, respeito às diferenças e diversidade cultural (Iconha, 2024a).

O segundo eixo, dedicado à convivência social e comunitária, evidencia o compromisso do serviço com a inserção dos acolhidos na vida coletiva, tanto dentro quanto fora da instituição. Os passeios, as atividades culturais e a participação em eventos comunitários fortalecem o vínculo com o território e contribuem para o desenvolvimento da autonomia e da socialização. Essas experiências ampliam o repertório de convivência e permitem que os acolhidos se percebam como parte ativa da comunidade, condição fundamental para a futura reintegração familiar e social. A integração com a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, por meio da participação na Banda 13 de Junho, demonstra a efetivação da intersetorialidade (Iconha, 2024a).

O terceiro eixo, voltado à participação em cursos, projetos e ações para o desenvolvimento, revela um importante investimento na formação pessoal e profissional dos acolhidos. A oferta de cursos como o Qualificar ES e o curso de informática básica e avançada, realizados em parceria com o CRAS, contribui para o fortalecimento de competências que auxiliam na transição para a vida adulta e no acesso futuro ao mundo do trabalho. O Projeto EDECA – Educação Financeira e o ECA, com sua metodologia prática de simulação de responsabilidades financeiras, representa uma ação inovadora que promove noções de planejamento, consumo consciente e autogestão. Além disso, a participação em oficinas de musicalização e nas tarefas domésticas do abrigo estimula a autonomia, o senso de responsabilidade e o desenvolvimento de habilidades para a vida independente, especialmente entre os adolescentes em processo de preparação para o desligamento (Iconha, 2024a).

O trabalho socioeducativo realizado ao longo de 2024 reflete um esforço contínuo da equipe técnica em oferecer um acolhimento humanizado, educativo e transformador. As atividades relatadas demonstram coerência com as normativas nacionais e reforçam o papel pedagógico e protetivo do serviço de acolhimento, indo além da garantia de abrigo físico para consolidar um espaço de escuta, aprendizado e convivência. Recomenda-se, para os próximos períodos, a manutenção dessa metodologia com ampliação das parcerias intersetoriais, a sistematização dos resultados alcançados por meio de indicadores e o registro contínuo das experiências

pedagógicas, de modo a fortalecer o caráter emancipatório e formativo das ações voltadas às crianças e adolescentes acolhidos (Iconha, 2024a).

A análise dos entraves e avanços identificados pela equipe do Abrigo Institucional de Iconha no ano de 2024 permite compreender os desafios operacionais e estruturais enfrentados pelo serviço, bem como os progressos obtidos no aprimoramento da gestão e na qualificação das ações voltadas ao atendimento das crianças e adolescentes acolhidos (Iconha, 2024a).

Entre os principais entraves, destaca-se a demora na aquisição de materiais socioeducativos e pedagógicos, o que impactou o desenvolvimento de algumas atividades planejadas e o atendimento das necessidades escolares dos acolhidos. Essa dificuldade evidencia a importância de aprimorar o planejamento orçamentário e logístico, garantindo a reposição tempestiva de insumos essenciais para o funcionamento das atividades educativas e recreativas. O atraso na disponibilização desses recursos compromete a execução de um dos eixos centrais do acolhimento, que é o trabalho socioeducativo contínuo e de qualidade. Além disso, foi observada alta rotatividade de cuidadores e auxiliares de cuidador, o que interfere na estabilidade das rotinas institucionais e na construção de vínculos afetivos com as crianças e adolescentes. A ausência de capacitação prévia para o exercício das funções agrava esse cenário, uma vez que o cuidado institucional requer habilidades específicas relacionadas à escuta qualificada, manejo de conflitos e compreensão das particularidades do desenvolvimento infantil e juvenil (Iconha, 2024a).

Esses fatores apontam para a necessidade de adoção de estratégias estruturantes que assegurem maior estabilidade e qualificação da equipe. A elaboração de um Plano Municipal de Educação Permanente, em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, poderia minimizar os efeitos da rotatividade e qualificar a atuação profissional. Da mesma forma, é recomendável que o município adote medidas administrativas que garantam maior agilidade na aquisição de materiais, com planejamento de compras antecipado e previsão orçamentária específica para as demandas do acolhimento. Essas ações são fundamentais para que o serviço possa atuar de forma preventiva, evitando prejuízos à rotina institucional e à qualidade do trabalho socioeducativo (Iconha, 2024a).

Em contrapartida, o relatório aponta avanços significativos, entre eles a reorganização administrativa decorrente da mudança na gestão, que resultou em maior eficiência na condução das atividades internas e no cumprimento de rotinas técnicas. A contratação de auxiliar de serviços gerais contribuiu para a manutenção da infraestrutura e melhor conservação do ambiente, promovendo um espaço mais acolhedor e funcional. Também se destaca o fortalecimento da articulação intersetorial, com a ampliação das parcerias entre o Abrigo e o CRAS, possibilitando a inserção dos acolhidos em cursos e projetos voltados ao desenvolvimento pessoal e à qualificação profissional. Tais avanços reforçam a importância da gestão integrada e colaborativa entre os equipamentos da rede socioassistencial, consolidando práticas que ampliam as oportunidades de convivência, aprendizado e autonomia (Iconha, 2024a).

3.6.4.2 Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas

O Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” constitui um importante equipamento da rede de proteção social do município de Iconha, responsável pela execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas. A entidade atua há mais de 25 anos de forma ininterrupta, consolidando-se como referência local no atendimento a esse público. Com capacidade instalada para até 15 acolhidos, atualmente o serviço atende 11 Pessoas Idosas, assegurando-lhes moradia, cuidados diários e acompanhamento socioassistencial contínuo. A manutenção de suas atividades tem sido garantida por meio da parceria histórica com o Rotary Club de Iconha, pelo apoio da comunidade local e pelas parcerias firmadas com o Poder Público Municipal.

Atualmente, o serviço é executado de forma indireta, por meio de Termo de Colaboração firmado entre a Administração Pública Municipal e a OSC mantenedora do Lar. Essa parceria possibilita a continuidade do acolhimento de Pessoas Idosas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, abandono, negligência ou rompimento de vínculos familiares. No entanto, a gestão municipal já projeta, de forma gradual e planejada, assumir a execução direta do serviço, fortalecendo a capacidade

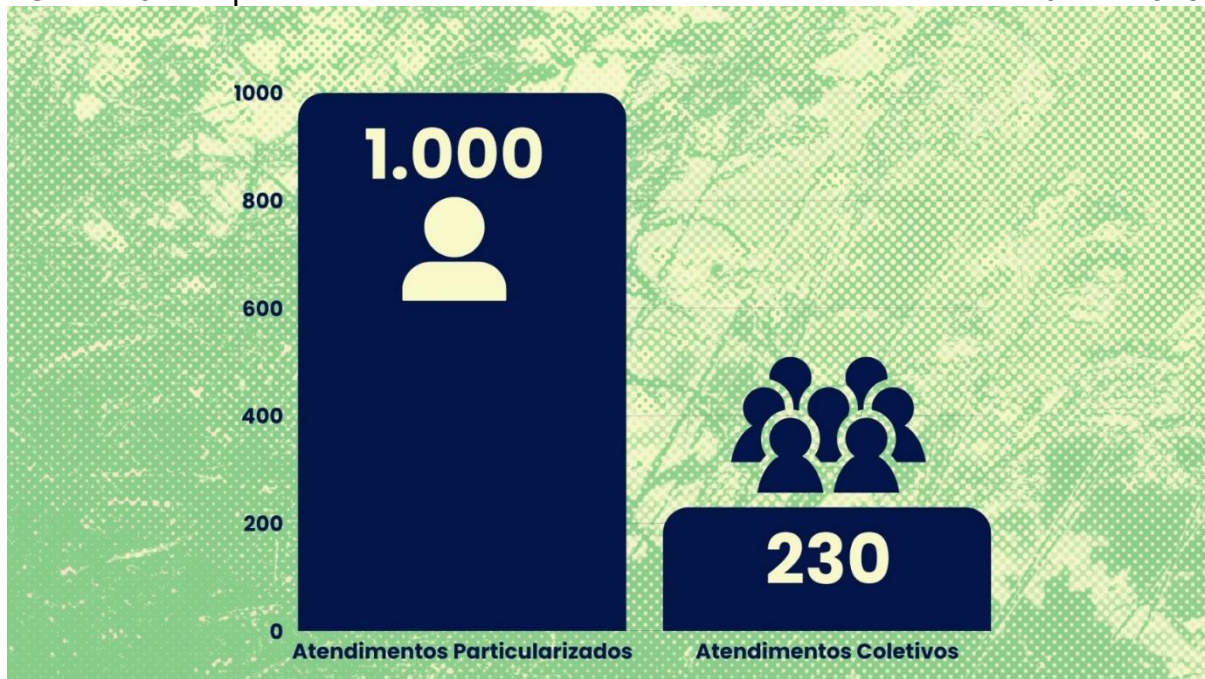
pública de oferta e garantindo a plena integração às normativas do SUAS e à Política Nacional do Idoso.

O Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” desenvolve ações voltadas à proteção integral e à promoção da autonomia e da dignidade da Pessoa Idosa, com foco no fortalecimento dos vínculos e na inclusão social. Entre as principais atividades ofertadas estão o acolhimento institucional, a escuta qualificada, o acompanhamento social e psicossocial, a elaboração de relatórios e prontuários, o encaminhamento à rede de serviços, o acesso à documentação civil e a articulação com outras políticas públicas. A entidade também promove atividades culturais, recreativas e de lazer em parceria com equipamentos públicos como CRAS, CREAS, unidades de Saúde e instituições educacionais, assegurando o direito à convivência comunitária.

O público atendido é composto por Pessoas Idosas de ambos os sexos, com 60 anos ou mais, independentes e/ou com grau 1 de dependência, que não dispõem de condições de permanecer com a família. O serviço prioriza o atendimento de pessoas em situação de rua, abandono ou violência, garantindo acolhimento humanizado, ambiente protetivo e cuidado permanente. Nesse contexto, o município de Iconha avança no processo de aprimoramento da gestão e na ampliação da capacidade pública de acolhimento, reafirmando o direito da Pessoa Idosa à proteção, ao cuidado e à convivência comunitária.

Torna-se importante analisar os dados da realidade concreta do equipamento, conforme apresentação dos gráficos a seguir.

Gráfico 32 – Tipos de atendimentos executados no Lar do Idoso entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

Os dados referentes ao Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”, no período de 2024 a 2025, registram 1.000 atendimentos particularizados e 230 atendimentos coletivos. Essa diferença quantitativa evidencia uma prática ainda fortemente centrada no atendimento individual, o que, embora relevante para responder às necessidades específicas das Pessoas Idosas acolhidas, demanda atenção quanto ao equilíbrio entre as abordagens individuais e coletivas.

No contexto do acolhimento institucional, o atendimento particularizado é fundamental para identificar demandas específicas e encaminhar situações que exigem acompanhamento técnico contínuo, como questões de saúde, documentação e vínculos familiares. Contudo, o predomínio desse formato pode indicar a necessidade de fortalecer ações coletivas e socioeducativas, essenciais para o convívio, a socialização e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Os atendimentos coletivos, embora em número menor, representam espaços de convivência e expressão, contribuindo para o bem-estar emocional, o estímulo à autonomia e a ampliação das experiências culturais e sociais das Pessoas Idosas. A ampliação dessas ações pode favorecer uma maior articulação entre o acolhimento e

a rede socioassistencial, promovendo práticas de convivência que resgatem vínculos e reduzam o isolamento social. Dessa forma, a análise dos dados aponta para a importância de aprimorar o planejamento das atividades no Lar do Idoso, de modo a equilibrar a atenção individual com a dimensão coletiva do cuidado.

É imprescindível ressaltar que o acolhimento institucional deve assegurar o acompanhamento individual continuado, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014). Esse acompanhamento é parte essencial do processo protetivo e tem como objetivo promover o bem-estar, a autonomia e a reconstrução de vínculos sociais e afetivos.

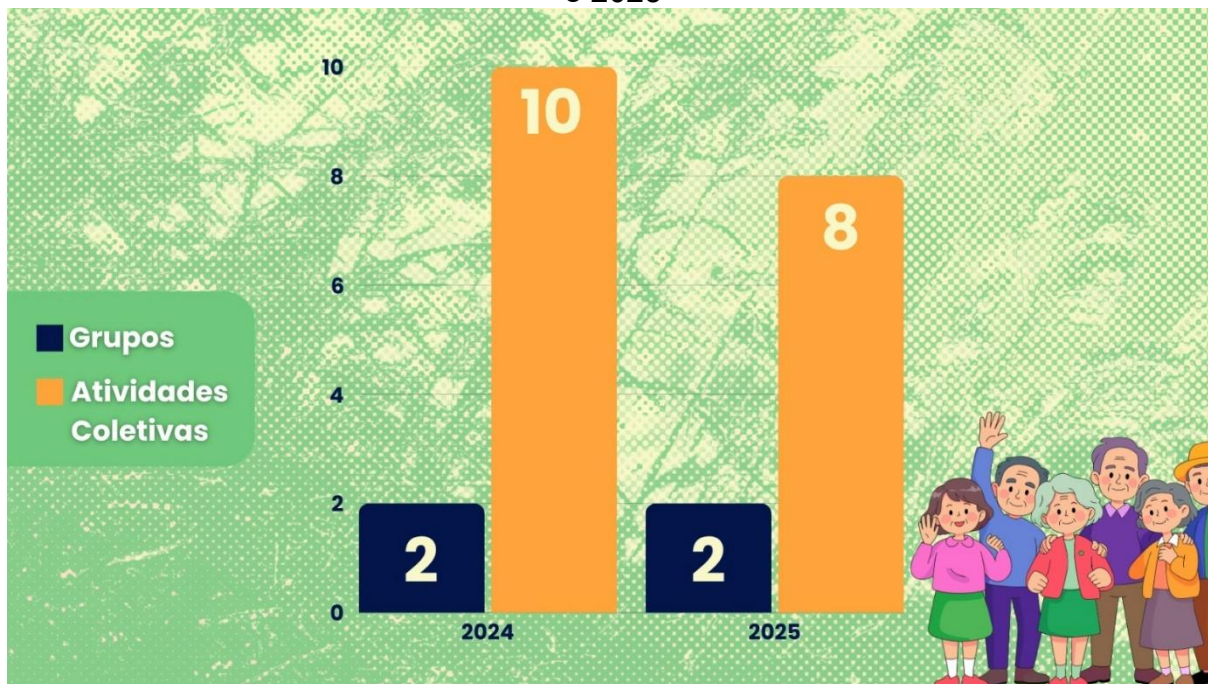
A atenção individualizada é orientada pela construção do PIA, instrumento que organiza o conjunto de metas e estratégias voltadas às necessidades específicas de cada residente. O PIA deve ser constantemente revisado, garantindo que o acompanhamento psicossocial esteja alinhado às mudanças nas condições de saúde, sociabilidade e convivência das Pessoas Idosas acolhidas. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, que assegura a integralidade da atenção e a centralidade da pessoa atendida.

Quanto às visitas, mesmo diante de um cenário em que a maioria das Pessoas Idosas não apresenta perspectiva de retorno ao convívio familiar, é fundamental que a equipe técnica esteja qualificada para realizá-las sempre que houver possibilidade de reaproximação familiar ou necessidade de articulação intersetorial. As visitas técnicas são importantes tanto para avaliar a rede de apoio quanto para planejar estratégias de reintegração e fortalecimento dos vínculos, quando viáveis. Além disso, representam uma prática ética e humanizada, que reafirma o papel da Assistência Social na promoção da convivência e no respeito à história e ao pertencimento das Pessoas Idosas acolhidas.

Com isso, o acompanhamento individual continuado, associado à elaboração e atualização sistemática do PIA e à qualificação das equipes para visitas e articulações externas, constitui elemento estruturante da proteção social no acolhimento institucional de longa permanência, reafirmando o compromisso do SUAS com a dignidade, a autonomia e os direitos das Pessoas Idosas.

A seguir, estão apresentados os dados dos grupos e das atividades executadas, bem como o volume de pessoas atendidas ao longo de 2024 e 2025.

Gráfico 33 – Grupos e atividades coletivas concretizados no Lar do Idoso entre 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

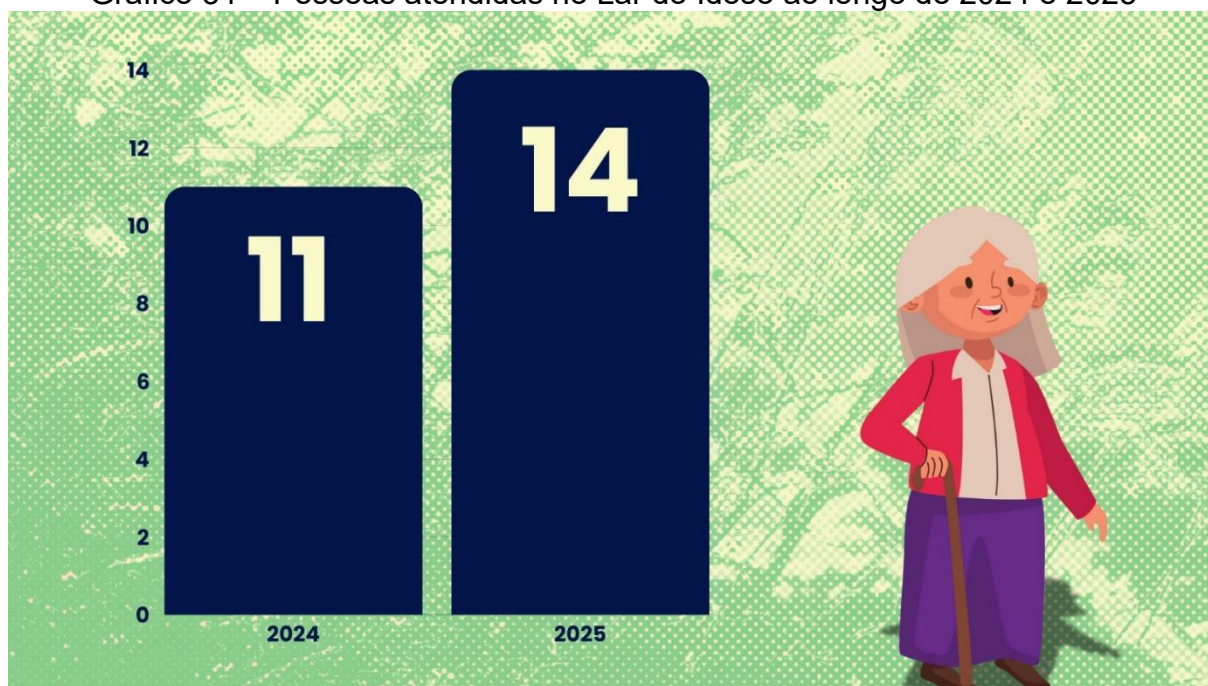
A análise dos dados referentes às atividades coletivas e aos grupos realizados no Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” entre janeiro de 2024 e setembro de 2025 evidencia a continuidade das ações voltadas à convivência, ao fortalecimento de vínculos e à promoção do envelhecimento ativo no espaço institucional. No período, foram contabilizados 2 grupos fixos em cada ano, além de 10 atividades coletivas em 2024 e 8 em 2025, o que revela uma manutenção das estratégias de socialização e integração entre os residentes, ainda que com leve redução no número de ações coletivas no segundo ano do recorte.

A presença de grupos regulares demonstra que o serviço tem buscado estruturar práticas de convivência que ultrapassam o caráter assistencial básico, promovendo espaços de expressão, diálogo e pertencimento. Essas atividades se propõem a reconhecer o convívio social como um direito e um fator protetivo diante

dos riscos de isolamento, institucionalização prolongada e fragilização dos vínculos afetivos.

A redução de atividades coletivas observada em 2025 não compromete o alcance qualitativo do serviço, mas indica a necessidade de diversificação das ações de convivência e da ampliação de parcerias com outros equipamentos do território, como o CRAS, o CREAS, as unidades de saúde e as iniciativas comunitárias. O envolvimento de diferentes setores pode potencializar o acesso das Pessoas Idosas a experiências culturais, recreativas e intergeracionais, favorecendo sua autonomia e autoestima. O conjunto de ações coletivas e grupais realizadas reafirma a importância de compreender o acolhimento institucional não apenas como espaço de proteção, mas também como ambiente de convivência e cidadania.

Gráfico 34 – Pessoas atendidas no Lar do Idoso ao longo de 2024 e 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Novembro de 2025.

Os dados apresentados para o Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” indicam que o número de Pessoas Idosas atendidas passou de 11 em 2024 para 14 em 2025, no período analisado. Esse acréscimo demonstra a ampliação da cobertura do serviço no município, refletindo o papel crescente do acolhimento institucional como parte

integrante da rede de Proteção Social de Alta Complexidade. O aumento do número de atendimentos revela o fortalecimento da articulação entre a gestão municipal e a entidade parceira, o que tem possibilitado o acesso de um público maior a serviços voltados à proteção, cuidado e convivência.

A ampliação do atendimento deve ser compreendida também à luz das demandas do território. O envelhecimento populacional, as fragilidades nas redes de apoio familiar e as situações de vulnerabilidade social fazem com que mais Pessoas Idosas necessitem de atenção contínua, acompanhamento técnico e suporte para a garantia de direitos. Nesse contexto, a manutenção e qualificação do serviço prestado pelo Lar do Idoso tornam-se essenciais para assegurar que os atendimentos ocorram dentro dos parâmetros do direcionamento nacional.

Cabe destacar que o aumento de atendimentos requer o fortalecimento das equipes de referência, o aprimoramento dos processos de acolhida e acompanhamento individual e coletivo, e o investimento na integração com outras políticas públicas, especialmente saúde, cultura e lazer. Dessa forma, o atendimento prestado pelo Lar do Idoso reafirma o compromisso da gestão municipal com a proteção social de alta complexidade, promovendo ações humanizadas e articuladas com os princípios do SUAS e com o objetivo de garantir uma velhice digna e com qualidade de vida.

A ausência de encaminhamentos formais do Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” ao CRAS e ao CREAS nos anos de 2024 e 2025 deve ser compreendida de maneira contextualizada, à luz das informações complementares apresentadas pela equipe técnica. Ainda que não haja registros documentais de encaminhamentos, o serviço mantém relação efetiva com a rede socioassistencial, por meio da atualização cadastral das Pessoas Idosas junto ao CRAS e do atendimento de demandas encaminhadas pelo CREAS. Esse cenário evidencia que há articulação entre os níveis de proteção social, ainda que de forma não sistematizada, o que reforça a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos de registro e o fluxo de comunicação entre as unidades da rede.

A inexistência de registros formais não deve ser interpretada como ausência de integração, mas como uma oportunidade de fortalecimento da gestão compartilhada

e da padronização dos processos de referência e contrarreferência. Em serviços de acolhimento institucional, a articulação com a Proteção Social Básica e Especial é essencial para assegurar o acesso a benefícios, o acompanhamento familiar, a atenção às situações de violência e a construção de estratégias de desinstitucionalização quando aplicável.

Portanto, o ano de 2024 foi marcado por desafios que evidenciam a necessidade de maior investimento em recursos humanos e materiais, mas também por avanços que demonstram o comprometimento da gestão e da equipe com o aprimoramento da oferta do serviço. O fortalecimento da formação continuada, a estabilização das equipes e o aprimoramento dos processos administrativos devem ser priorizados no planejamento futuro, a fim de garantir a continuidade de uma prática de acolhimento humanizada, qualificada e orientada pelos princípios da proteção integral e da convivência familiar e comunitária (Iconha, 2024a).

3.6.4.3 Apadrinhamento Afetivo

O Programa Municipal de Apadrinhamento Afetivo “Amigos do Coração”, regulamentado pela Lei Municipal nº 1.474, de 2 de setembro de 2024, representa um importante avanço na política de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos no município de Iconha. A iniciativa, coordenada pela SEMADES em parceria com o Serviço de Acolhimento Institucional, foi estruturada em conformidade com o ECRIAD e com as normativas do SUAS, buscando fortalecer vínculos afetivos e ampliar a rede de apoio e convivência dos acolhidos que se encontram afastados temporariamente de suas famílias de origem (Iconha, 2024b).

O programa foi implementado em fevereiro de 2025, contemplando três modalidades de apadrinhamento: afetivo, prestador de serviço e provedor. A modalidade afetiva tem como objetivo principal proporcionar experiências de afeto, convivência familiar e social para crianças e adolescentes acolhidos, fortalecendo vínculos e reduzindo os efeitos da institucionalização. Já o apadrinhamento prestador de serviço mobiliza profissionais voluntários que oferecem seu tempo e habilidades em atividades diversas, enquanto o apadrinhamento provedor visa o apoio material e

financeiro, de forma organizada e supervisionada, para suprir demandas específicas dos acolhidos, respeitando as diretrizes éticas e a proteção integral (Iconha, 2025).

O processo de implantação do programa foi cuidadosamente planejado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional, em conjunto com a gestão da Assistência Social, culminando na aprovação do Projeto de Apadrinhamento pelo COMDCAI. Entre as etapas executadas estiveram a ampla divulgação do programa, a captação e triagem de candidatos, o envio dos cadastros à Vara da Infância e Juventude, e a realização de capacitações obrigatórias para os padrinhos e madrinhas. As ações de mobilização incluíram campanhas em mídias digitais, divulgação no site oficial da prefeitura e realização de eventos públicos, como o “Dia D do Apadrinhamento”, ocorrido em 27 de março de 2025, na praça central do município, com atividades interativas, distribuição de materiais informativos e estímulo à pré-inscrição de voluntários.

Atualmente, o município segue desenvolvendo as modalidades de apadrinhamento prestador de serviço e provedor, que vêm contribuindo para o fortalecimento das ações de apoio e cuidado às crianças e adolescentes acolhidos. No que se refere ao apadrinhamento afetivo, o programa encontra-se em fase de estruturação, ainda sem acolhidos aptos a participar, o que reforça a necessidade de continuidade das ações formativas e de articulação com o Sistema de Justiça para garantir a plena efetividade da iniciativa. O Apadrinhamento “Amigos do Coração” consolida-se, assim, como uma experiência inovadora de proteção social e humanização do acolhimento institucional, promovendo a corresponsabilidade comunitária na garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

3.6.5 Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o principal instrumento utilizado pelo Estado para identificar e caracterizar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, servindo como base para o planejamento e a implementação de políticas sociais. Por meio do registro de dados como renda, composição familiar, escolaridade, moradia, características do domicílio e presença

de deficiência, o CadÚnico permite conhecer com profundidade a realidade das famílias de baixa renda e suas condições de vida.

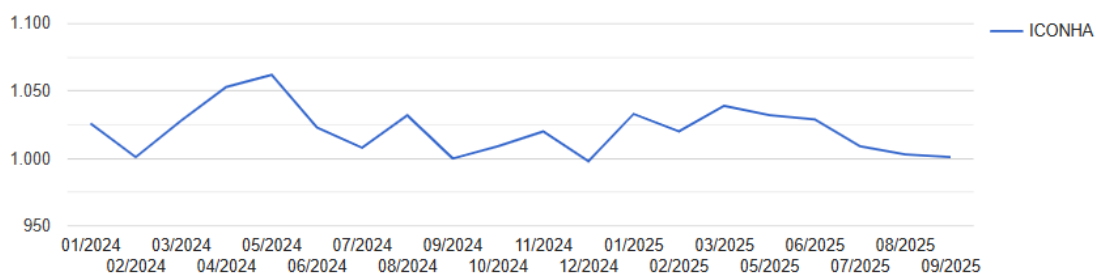
Seu objetivo central é proporcionar a seleção, a inclusão e o monitoramento dessas famílias em programas sociais de diferentes esferas, tais como o PBF, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros que adotem o CadÚnico como critério de elegibilidade. O cadastro também é útil para municípios e estados definirem territórios prioritários e entender onde concentrar ações de melhoria social.

Entre as regras e critérios, destaca-se que famílias com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo configuram o público prioritário para cadastramento, embora famílias com renda superior possam ser registradas, se vinculadas aos programas sociais que exigem o CadÚnico para seleção e possuam critério de renda ampliado. Estar cadastrado não garante automaticamente acesso a todos os benefícios, tendo em vista que cada programa possui seus critérios específicos.

Essa base de dados integra o sistema federal com bases municipais e estaduais, permitindo que gestores cruzem informações e identifiquem pendências, inconsistências ou famílias com perfil para atendimento emergencial.

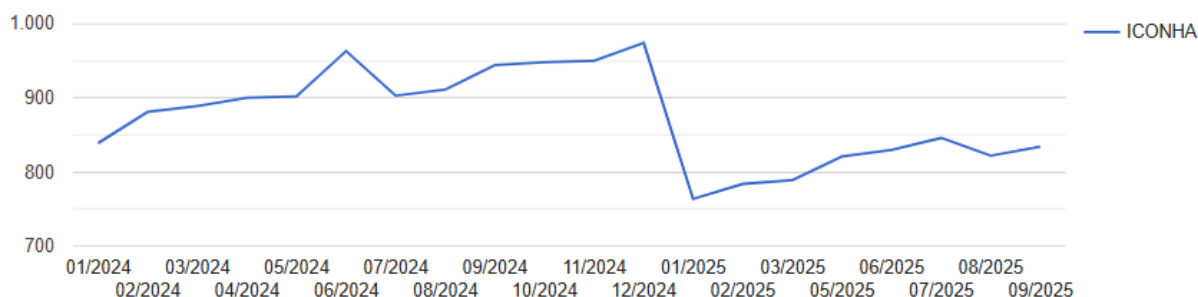
A seguir, estão apresentados os Gráficos da evolução do Cadastro Único entre janeiro de 2024 a setembro de 2025 no município de Iconha:

Gráfico 35 – Famílias cadastradas com renda per capita até meio salário mínimo



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 36 – Famílias cadastradas com renda per capita acima de meio salário



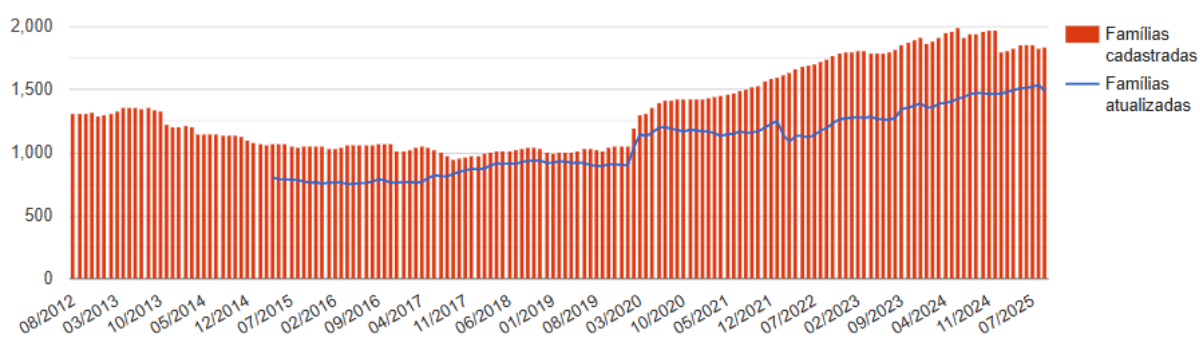
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

A análise dos dados referentes às famílias cadastradas no Cadastro Único em Iconha, considerando as faixas de renda de até meio salário mínimo e acima desse limite, evidencia dinâmicas distintas que refletem a realidade socioeconômica do município. Entre janeiro de 2024 e setembro de 2025, observa-se certa estabilidade no número de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, variando em torno de 1.000 registros. Pequenas oscilações mensais, especialmente entre o segundo trimestre de 2024 e o início de 2025, sugerem a influência de revisões cadastrais, atualizações de renda e movimentações ocasionais no mercado de trabalho informal. Esse comportamento está associado à permanência de um contingente expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade, o que reforça a importância da manutenção das políticas de transferência de renda e da articulação com ações de inclusão produtiva e fortalecimento do vínculo com o CRAS (Brasil, 2025d).

Em contrapartida, as famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo apresentaram um padrão mais volátil. O número de registros cresceu de forma gradual ao longo de 2024, com pico no final do ano, seguido de uma queda em janeiro de 2025. Após essa queda, verifica-se uma recuperação lenta, porém constante, ao longo dos meses seguintes, indicando regularização gradual dos cadastros. Essa oscilação demonstra o impacto direto das políticas de controle e revalidação de informações, que visam aprimorar a focalização dos benefícios, mas também revelam a necessidade de ações locais que evitem exclusões indevidas (Brasil, 2025d).

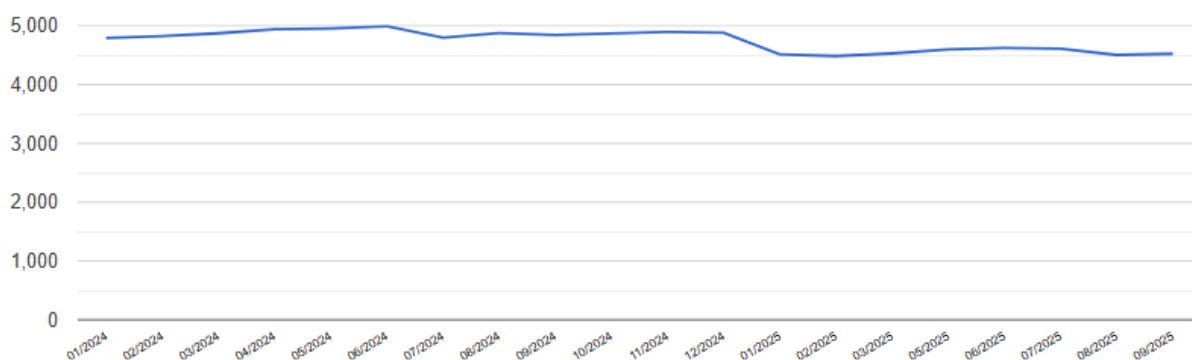
Entre os principais desafios, destacam-se a dificuldade de acompanhar variações de renda em famílias com trabalhos informais, o risco de desatualização cadastral e a falta dos registros de situações de vulnerabilidade. Como estratégias, recomenda-se intensificar as ações de busca ativa, especialmente entre famílias em situação limítrofe de renda; fortalecer a integração entre as bases de dados locais e nacionais; e ampliar o acompanhamento das famílias em transição entre faixas de renda, garantindo que o desligamento de programas de transferência seja acompanhado de políticas de geração de trabalho e renda. Essas medidas são fundamentais para assegurar a precisão das informações, o acesso contínuo aos direitos e a efetividade das políticas públicas no território de Iconha.

Gráfico 37 – Famílias Cadastradas e Famílias atualizadas no Cadastro Único



Fonte: CECAD 2.0. 2025

Gráfico 38 – Pessoas cadastradas no Cadastro Único



Fonte: CECAD 2.0. 2025

O conjunto de informações sobre o Cadastro Único em Iconha revela um panorama equilibrado entre avanços na gestão e desafios relacionados à manutenção

e atualização dos registros. Em setembro de 2025, o município contabiliza 1.489 famílias com cadastro atualizado, o que representa uma taxa geral de 81%. Entre as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, público prioritário para a Política de Assistência Social, a taxa de atualização é ainda mais expressiva, alcançando 91%, com 906 registros atualizados. Esses indicadores demonstram que a gestão municipal tem mantido atenção constante às famílias em maior vulnerabilidade, garantindo a continuidade do acesso aos programas de transferência de renda e benefícios eventuais (Brasil, 2025c).

A análise histórica evidencia que, a partir de 2019, houve crescimento gradual do número de famílias cadastradas, com estabilização entre 2024 e 2025. Essa tendência reflete tanto o fortalecimento das rotinas de acompanhamento territorial, conduzidas pelos equipamentos da rede socioassistencial, quanto os efeitos do processo nacional de revisão cadastral promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A manutenção de uma taxa de atualização superior a 80% demonstra um esforço técnico contínuo para garantir a confiabilidade das informações e evitar bloqueios de benefícios, mas também indica a necessidade de atenção a grupos com maior dificuldade de acesso digital ou geográfico aos serviços de cadastramento (Brasil, 2025c).

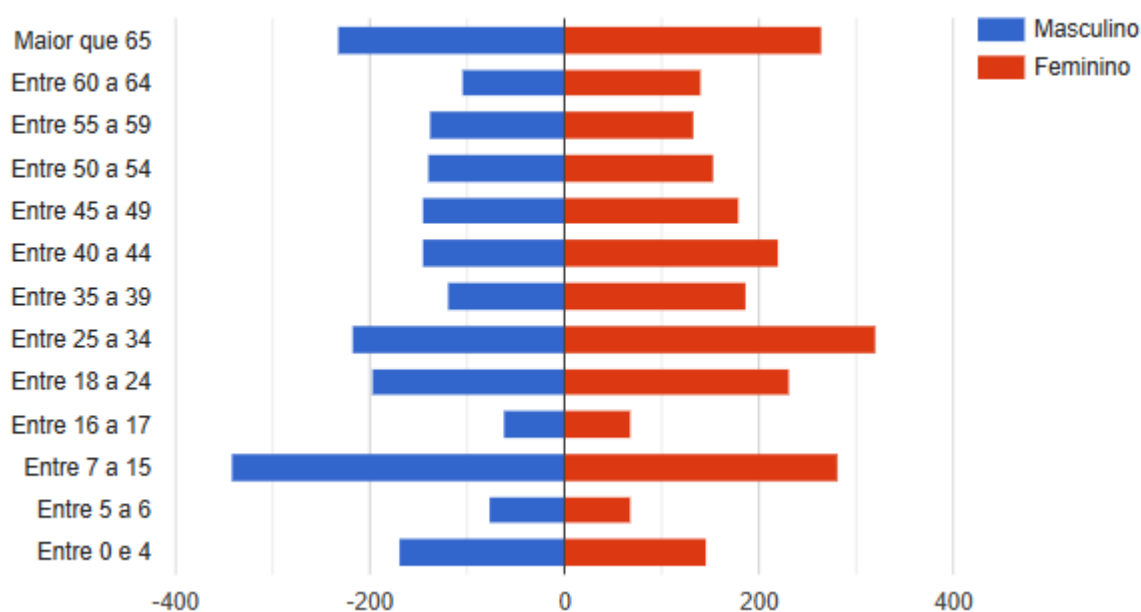
No que se refere ao total de pessoas registradas, Iconha apresenta 4.522 indivíduos cadastrados no sistema, distribuídos entre 31% em situação de pobreza, 31% em famílias de baixa renda e 38% com renda acima de meio salário mínimo. Essa distribuição reforça o caráter heterogêneo da população acompanhada pelo Cadastro Único e evidencia a presença significativa de famílias em condição de vulnerabilidade intermediária, que podem transitar entre faixas de renda em função da sazonalidade do trabalho e das oscilações econômicas locais. Além disso, a proporção relativamente alta de pessoas com renda acima de meio salário mínimo sugere que o sistema tem cumprido também um papel relevante de vigilância e monitoramento social, permitindo à gestão identificar de forma mais precisa as dinâmicas de renda do território (Brasil, 2025c).

A partir desses resultados, torna-se fundamental fortalecer as ações de busca ativa e atualização contínua, especialmente nas comunidades rurais e nas áreas de

maior vulnerabilidade urbana. Estratégias como mutirões de atualização, integração com as equipes da saúde e educação e o uso de ferramentas digitais podem contribuir para ampliar a cobertura e reduzir os índices de desatualização. A consolidação do Cadastro Único como instrumento central do planejamento social depende, sobretudo, da capacidade municipal de manter dados fidedignos e de transformá-los em informações estratégicas para a formulação de políticas públicas que assegurem proteção, inclusão e desenvolvimento social para todas as famílias de Iconha.

A seguir, apresenta-se o gráfico com os dados de sexo e faixa etária de pessoas cadastradas.

Gráfico 39 – Sexo e Faixa etária de pessoas cadastradas
Todo Cadastro Único



Fonte: CECAD 2.0. 2025

Os dados do Cadastro Único em Iconha revelam um total de 4.502 pessoas cadastradas, com uma leve predominância do público feminino, que representa 53,24%, sendo 2.397 mulheres, em comparação a 46,76% do público masculino, 2.105 homens. Essa diferença segue o padrão observado nacionalmente, em que as mulheres figuram como principais responsáveis familiares e titulares dos cadastros,

refletindo seu papel central na dinâmica doméstica e no acesso às políticas públicas de assistência social (Brasil, 2025c).

No recorte etário, as maiores concentrações estão nas faixas de 7 a 15 anos, com 13,86%, e de 25 a 34 anos, com 11,99%. Esses dois grupos representam conjuntamente cerca de um quarto do total de pessoas registradas, revelando a presença significativa de crianças em idade escolar e de adultos jovens em idade produtiva. O primeiro grupo está diretamente vinculado às condicionalidades de Educação e Saúde, enquanto o segundo destaca a inserção de famílias jovens, nas quais as mulheres chefes de família têm papel fundamental na provisão de cuidados e no sustento do lar (Brasil, 2025c).

Outro grupo de destaque é o de 18 a 24 anos, que compreende 9,55% do total cadastrado, etapa de transição entre a juventude e a vida adulta. Esse segmento apresenta desafios específicos, como a busca pela inserção no mercado de trabalho, a continuidade dos estudos e o acesso a oportunidades de qualificação profissional. A análise também evidencia que as faixas etárias mais elevadas, acima de 50 anos, representam aproximadamente 29% da base cadastrada, o que inclui tanto pessoas idosas quanto aquelas em pré-aposentadoria, em muitos casos dependentes de programas de transferência de renda ou de benefícios assistenciais (Brasil, 2025c).

Em termos de distribuição por sexo e idade, há equilíbrio entre meninos e meninas nas faixas de 0 a 15 anos, com discreta predominância masculina. A partir dos 18 anos, observa-se aumento expressivo da presença feminina, que supera 59% nas idades entre 25 e 44 anos, mantendo-se superior até as faixas de 60 anos ou mais. Essa tendência confirma o papel das mulheres como principais demandantes e gestoras das políticas sociais, ao mesmo tempo em que reflete as desigualdades de gênero que persistem no campo da renda, do trabalho e do cuidado (Brasil, 2025c).

O Posto de Atendimento do Cadastro Único do município de Iconha desempenha papel estratégico na gestão da Política de Assistência Social, atuando como unidade essencial para o acesso da população às políticas públicas de transferência de renda e inclusão social. Localizado nas dependências do CRAS, no bairro Jardim Jandira, o Posto reflete a opção do município por concentrar em um mesmo espaço físico as ações de cadastramento, atualização e acompanhamento

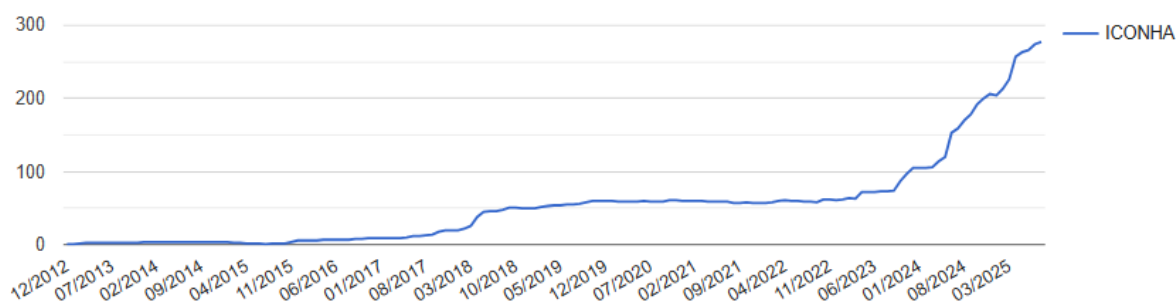
das famílias, o que contribui para a integração dos serviços e a otimização do atendimento. Essa organização fortalece a capacidade do equipamento em identificar e acompanhar as situações de vulnerabilidade social, permitindo que o Cadastro Único se consolide como ferramenta de gestão e de planejamento das ações municipais (Iconha, 2024a).

A estrutura do serviço em Iconha segue as orientações nacionais que definem o Cadastro Único como instrumento de identificação socioeconômica das famílias de baixa renda, pautado pela escuta qualificada, pela autodeclaração e pelo respeito à diversidade cultural, social e familiar dos usuários. O atendimento é realizado de forma humanizada, considerando as singularidades e as diferentes realidades vivenciadas pelas famílias do território. O posto funciona em período integral, com expediente de oito horas diárias e atendimento ao público durante os cinco dias da semana, assegurando acessibilidade e continuidade no serviço. O acesso ocorre por procura espontânea, busca ativa ou encaminhamento das políticas setoriais e da rede socioassistencial, o que evidencia o esforço municipal em garantir a universalização do atendimento e o fortalecimento da intersetorialidade (Iconha, 2024a).

A análise do funcionamento do posto demonstra um alinhamento entre as diretrizes nacionais e as práticas locais, ainda que a realidade do município imponha desafios próprios de um território de pequeno porte, como a necessidade de ampliar o alcance das ações de busca ativa e de diversificar os canais de atendimento. A vinculação direta ao CRAS, além de otimizar o uso dos recursos humanos e materiais, permite maior articulação entre o Cadastro Único e o PAIF, favorecendo o acompanhamento das famílias em vulnerabilidade e a integração das informações entre os diferentes níveis de proteção social (Iconha, 2024a).

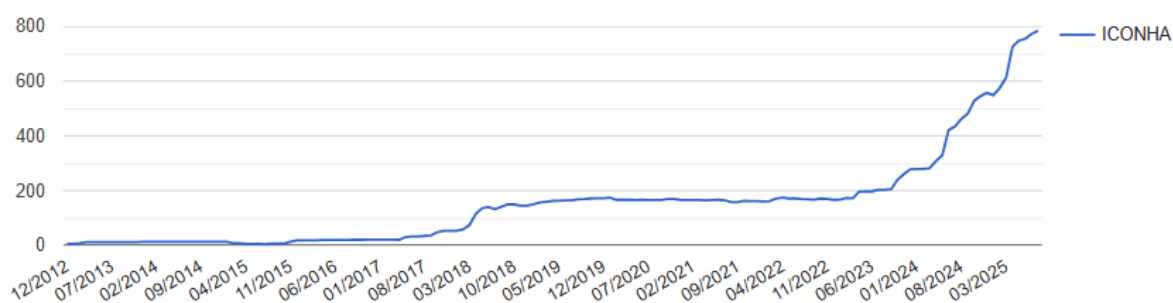
Além disso, torna-se imprescindível destacar a identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) na cidade de Iconha. Os dados a seguir apresentam as famílias e as pessoas em GPTE inscritas no Cadastro Único.

Gráfico 40 – Total de famílias em GPTE inseridas no Cadastro Único



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 41 Total de pessoas em GPTE inseridas no Cadastro Único



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Os gráficos de famílias e pessoas pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) inscritas no Cadastro Único em Iconha evidenciam um processo consistente de ampliação da visibilidade desses grupos no território municipal ao longo dos anos. Entre 2012 e 2016, o número de famílias registradas manteve-se praticamente nulo, o que revela que, embora esses grupos já estivessem presentes no município, ainda não eram identificados administrativamente. A partir de 2016 inicia-se uma trajetória de crescimento, alcançando, em 2018, cerca de 50 famílias e 150 pessoas registradas, o que reflete o início de um esforço de reconhecimento e inserção desses segmentos nas bases nacionais do Cadastro Único (Brasil, 2025d).

No período de 2019 a 2022, observa-se uma fase de estabilidade, com variação entre 60 e 70 famílias e entre 170 e 200 pessoas cadastradas. Esse cenário demonstra que o município havia identificado parte dos grupos existentes, mas ainda carecia de estratégias sistematizadas de busca ativa e atualização contínua. A partir de 2023, há uma inflexão significativa: os dados passam a indicar uma elevação

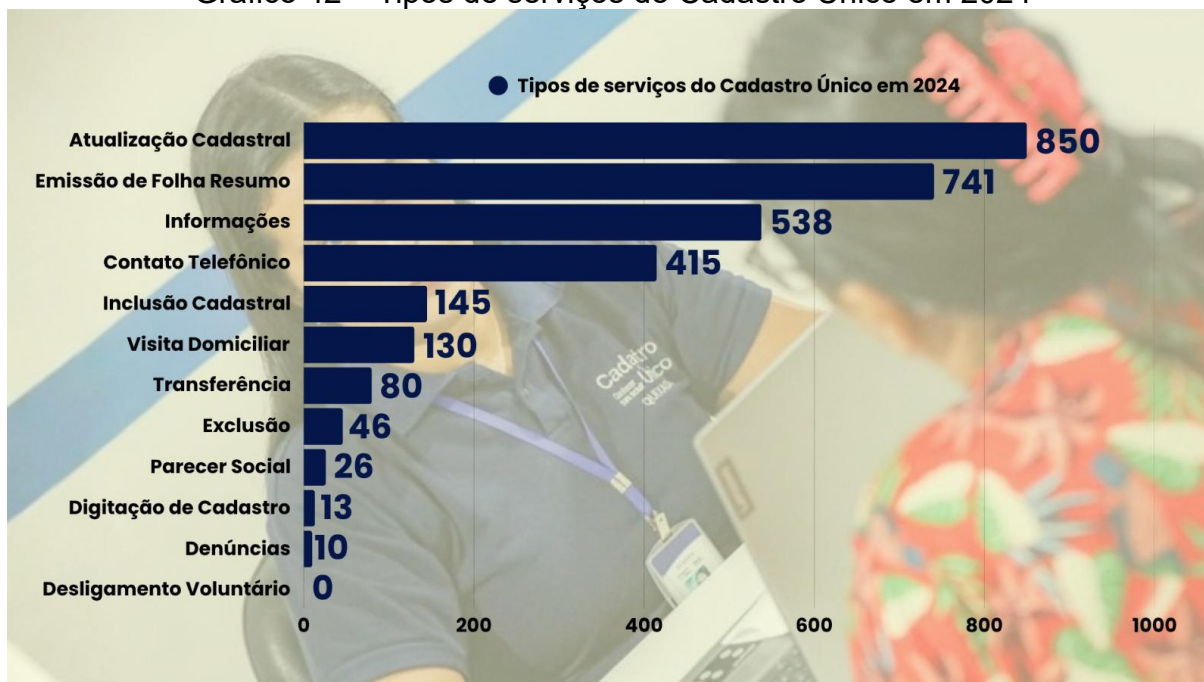
expressiva, alcançando, em 2025, aproximadamente 280 famílias e 780 pessoas cadastradas. Esse aumento representa uma quadruplicação do número de famílias GPTEs reconhecidas em relação ao período anterior, sinalizando uma transformação substancial na atuação da gestão municipal, que passou a adotar uma abordagem mais estruturada e sensível às especificidades desses grupos (Brasil, 2025d).

Essa evolução traz implicações relevantes para o diagnóstico socioterritorial. Inicialmente, o crescimento do registro de famílias GPTEs não reflete apenas a expansão quantitativa dos cadastros, mas, sobretudo, o reconhecimento institucional de coletivos historicamente invisibilizados, que passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e destinatários legítimos das políticas públicas (Brasil, 2025d).

A ampliação do número de registros reforça a necessidade de que os serviços do SUAS incorporem estratégias de atendimento que considerem as especificidades culturais, sociais e territoriais desses grupos. Por fim, a consolidação desses dados cria condições para que o planejamento da Política de Assistência Social e das demais políticas públicas utilize o Cadastro Único como instrumento estratégico de gestão territorial, permitindo o direcionamento de recursos, o aprimoramento da busca ativa e a formulação de ações integradas voltadas à redução das desigualdades estruturais vivenciadas pelos GPTEs (Brasil, 2025d).

O gráfico a seguir apresenta o panorama das principais atividades executadas pelo Posto de Atendimento do Cadastro Único do município de Iconha durante o ano de 2024, evidenciando o volume e a diversidade de atendimentos realizados. Os dados representam a amplitude das ações desempenhadas pelo serviço, que vão desde o processo de inclusão e atualização cadastral até atividades complementares, como emissão de folha resumo, contatos telefônicos, visitas domiciliares e elaboração de pareceres sociais. Essa sistematização de informações permite observar não apenas a dimensão quantitativa do trabalho, mas também a complexidade das demandas que chegam ao equipamento, reforçando seu papel central na estrutura da Proteção Social Básica (Iconha, 2024a).

Gráfico 42 – Tipos de serviços do Cadastro Único em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

A distribuição dos atendimentos do Cadastro Único em 2024 revela um serviço direcionado na manutenção da base cadastral e no apoio informacional aos usuários. O maior volume concentrou-se nas atualizações cadastrais, 850 registros, seguido pela emissão de folha resumo, 741 registros. Esse padrão indica que boa parte da demanda foi gerada por famílias já inseridas na rede de proteção, que precisaram comprovar situação cadastral para acesso e manutenção de benefícios. Em paralelo, o número expressivo de solicitações de informações, 538, e de contatos telefônicos, 415, revelam que o Posto exerce função estratégica na escuta e orientação das famílias, contribuindo para a efetivação dos direitos socioassistenciais e para o fortalecimento da relação entre o serviço e a comunidade (Iconha, 2024a).

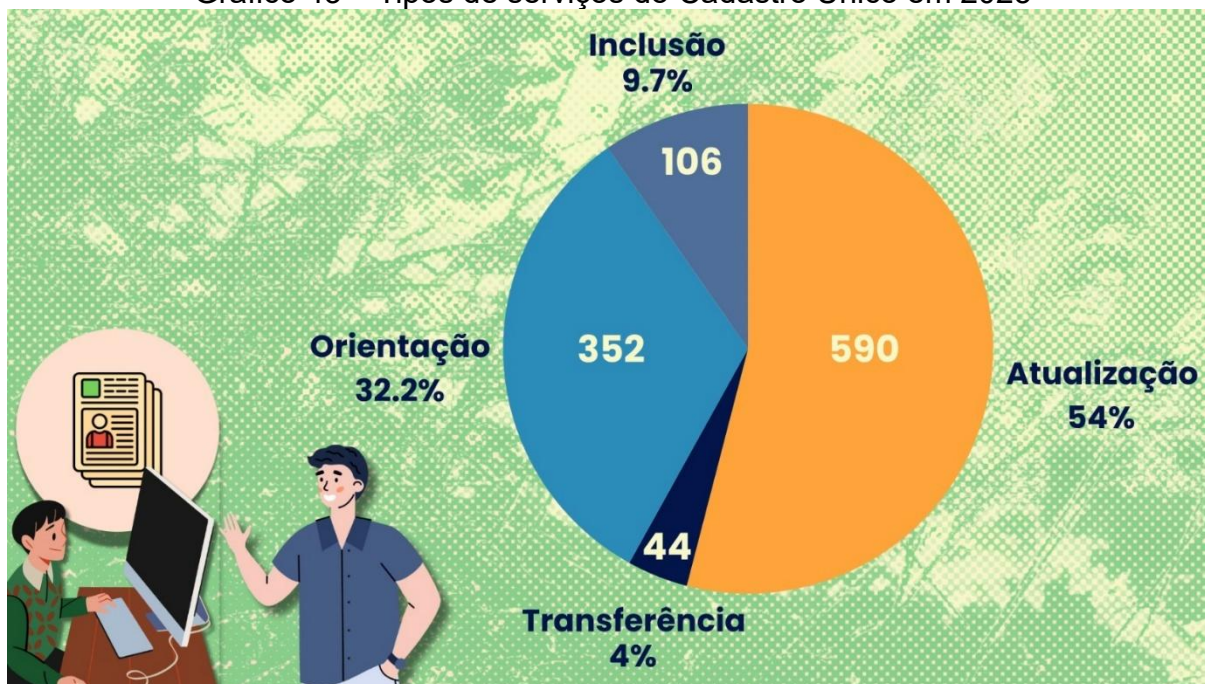
As inclusões cadastrais totalizaram 145 registros, enquanto as transferências somaram 80. Esse resultado, em vez de indicar estabilidade, aponta para um movimento importante de entrada de novas famílias no Cadastro Único, o que reflete o aumento da demanda por proteção social no município. O crescimento nas inclusões pode estar associado a fatores conjunturais, como períodos de desemprego, elevação do custo de vida, ou ampliação do acesso a programas de transferência de renda. A

presença de exclusões, 46, e a ausência de desligamento voluntário sugerem que as saídas ocorreram majoritariamente por critérios técnicos, como mudança de perfil de renda, migração de domicílio sem atualização ou duplicidade, sinalizando uma vigilância ativa sobre a qualidade do banco de dados. A digitação de cadastros, que totalizou 13 registros, representa um volume reduzido dentro do conjunto de atendimentos, o que indica que o foco do trabalho em 2024 esteve concentrado na manutenção e atualização das informações já existentes no sistema. Esse dado também demonstra que o município priorizou o atendimento continuado às famílias já cadastradas e a qualificação dos registros, em vez da realização de mutirões de inclusão em larga escala, estratégia adequada ao porte populacional e à dinâmica territorial de Iconha (Iconha, 2024a).

As visitas domiciliares, 130, e os pareceres sociais, 26, qualificam a execução ao incorporar as intervenções técnicas para a informação declarada e para situações que exigem análise criteriosa. Em especial, as visitas indicam articulação com o PAIF, subsidiando decisões sobre acesso a benefícios e encaminhamentos intersetoriais. As denúncias registradas, 10, embora em menor número, exigem fluxos definidos de acolhimento da demanda, escuta qualificada e resposta em rede, preservando sigilo e integridade das informações. Em termos de gestão, esses itens ressaltam a necessidade de manter equipe capacitada para avaliação social (Iconha, 2024a).

Além disso, está exibido a seguir os atendimentos ofertados, segundo tipo de serviço, ao longo de 2025:

Gráfico 43 – Tipos de serviços do Cadastro Único em 2025



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados informados pela equipe de referência. Outubro de 2025.

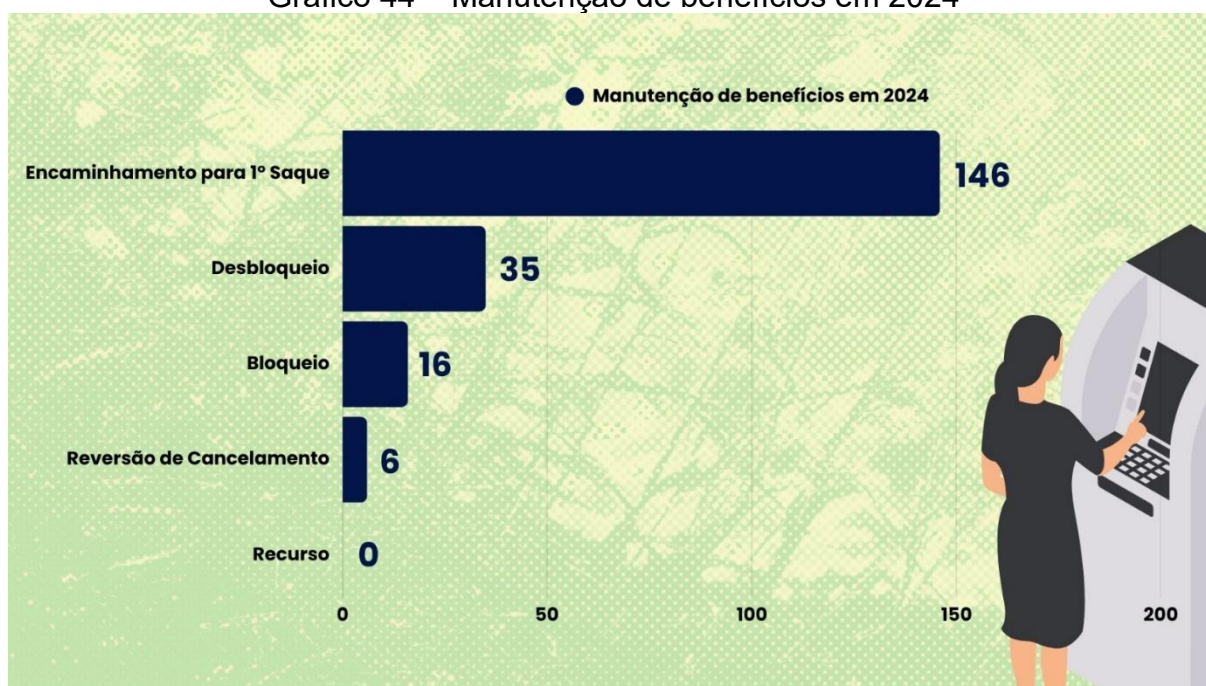
Os registros do Cadastro Único em 2025 somam 1.092 serviços prestados, com predominância de atualizações cadastrais, 590 registros, o que corresponde a aproximadamente 54% do total. Em seguida aparecem as orientações, 352, cerca de 32%, e as inclusões, 106, equivalentes a 10%. As transferências totalizaram 44, próximas de 4%, e não houve exclusões registradas no período. Essa composição indica que o Posto está voltado sobretudo à manutenção qualificada da base e ao suporte informacional às famílias, garantindo regularidade dos dados para a permanência em programas como Bolsa Família, BPC e Tarifa Social, além de reduzir riscos de bloqueio por inconsistências.

O volume expressivo de orientações reforça o papel do equipamento como ponto de informação, além de resolver questões operacionais, a equipe tem mediado dúvidas sobre condicionalidades, documentação, atualização e acesso a benefícios complementares. As inclusões em patamar próximo de 10% sinalizam entrada contínua de novas famílias no sistema e mostram que a porta de entrada se mantém ativa. As transferências refletem mobilidade territorial e ajustes de domicílio, exigindo integração com municípios de origem/destino para evitar descontinuidade de

benefícios. A ausência de exclusões pode traduzir qualidade na checagem de informações e baixa ocorrência de duplicidades; ainda assim, recomenda-se monitoramento rotineiro de consistência e de processos de averiguação para evitar acúmulos não registrados.

O gráfico apresenta o volume de atendimentos realizados pelo Posto de Atendimento do Cadastro Único de Iconha em 2024, especificamente nas ações voltadas à manutenção de benefícios.

Gráfico 44 – Manutenção de benefícios em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

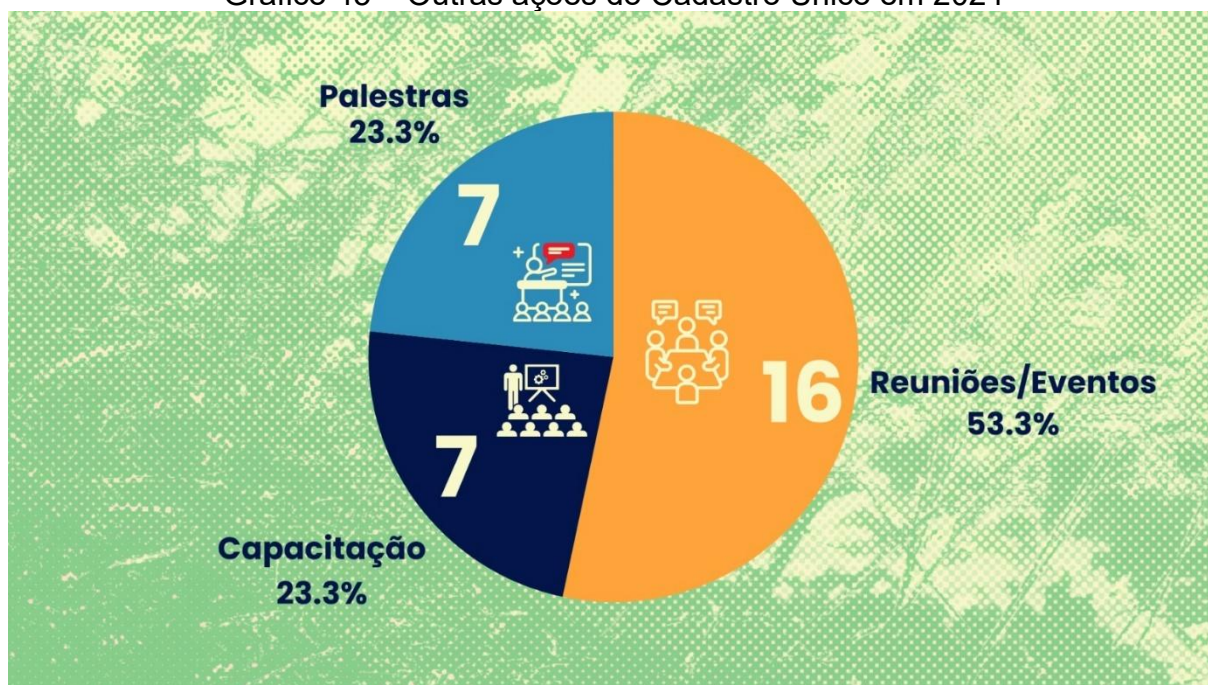
A leitura do gráfico indica que a maior parte dos atendimentos se concentrou em encaminhamentos para 1º saque, 146 registros, sinalizando ingresso recente de famílias nos programas vinculados ao Cadastro Único ao longo de 2024. Esse volume é coerente com o movimento de novas concessões e requer uma rotina robusta de acolhida e orientação, como esclarecimento sobre prazos, condicionalidades e atualização cadastral. Em termos operacionais, essa demanda reforça o papel do Posto como porta de entrada e de indução à permanência qualificada, pois o primeiro

saque é o momento crítico para prevenir perdas por desconhecimento de procedimentos ou descumprimento de exigências (Iconha, 2024a).

No bloco de manutenção corretiva, observa-se desbloqueio, 35 registros, superior aos bloqueios, 16 registros. Esse equilíbrio favorável sugere capacidade de resposta administrativa e técnica da equipe para reverter pendências. A existência de reversões de cancelamento, 6 registros, indica atuação ativa em casos mais complexos, nos quais é necessário recompor informações e comprovações para restabelecer o direito. Já a ausência de recurso, pode significar que as demandas foram solucionadas por via administrativa, sem necessidade de instância recursal; e também pode apontar subutilização desse instrumento pelas famílias. Recomenda-se, portanto, qualificar a orientação sobre quando e como recorrer, sobretudo em cancelamentos não sanáveis apenas com atualização cadastral (Iconha, 2024a).

Além disso, o gráfico a seguir apresenta as demais ações realizadas pela equipe profissional do Posto de Cadastro Único.

Gráfico 45 – Outras ações do Cadastro Único em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

A análise das ações evidencia aspectos relevantes do funcionamento da rede socioassistencial de Iconha e da capacidade institucional de articulação e formação técnica no âmbito do Cadastro Único. A predominância de reuniões e eventos, 16 registros, demonstra uma rotina administrativa consolidada, orientada à integração das equipes, pactuação de fluxos e alinhamento entre os equipamentos da Assistência Social e as demais políticas públicas. Esse tipo de atividade é fundamental em municípios de pequeno porte, onde a estrutura reduzida exige uma comunicação constante entre os setores para otimizar o uso dos recursos humanos e técnicos disponíveis (Iconha, 2024a).

As capacitações e palestras, ambas com 7 registros, reforçam o investimento do município na formação continuada e na educação permanente, princípios centrais da PNAS (Brasil, 2004) e da NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006). A execução de ações formativas demonstra sensibilidade da gestão às demandas de qualificação técnica, especialmente frente aos desafios da rotatividade de profissionais e à necessidade de atualização sobre o uso dos sistemas federais e os procedimentos de gestão de benefícios. Além disso, as palestras se configuram como instrumentos de mobilização e conscientização social, aproximando o serviço da comunidade e fortalecendo o caráter preventivo e educativo da Política de Assistência Social (Iconha, 2024a).

Esses dados, quando contextualizados no diagnóstico socioterritorial, apontam para uma estrutura em consolidação, que busca equilibrar a execução das atividades operacionais com o desenvolvimento institucional e a aproximação com a população. A continuidade e ampliação dessas ações podem resultar em uma gestão mais qualificada, participativa e integrada, contribuindo para que o Cadastro Único cumpra sua função estratégica de porta de entrada para os direitos socioassistenciais e de instrumento essencial para o planejamento e monitoramento das políticas públicas no território (Iconha, 2024a).

As ações realizadas em 2024 no âmbito do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família demonstram o empenho da equipe municipal em garantir o acompanhamento contínuo das famílias e a execução regular das atividades operacionais e pedagógicas vinculadas à gestão de benefícios. As reuniões com novas famílias contempladas configuraram-se como uma das principais estratégias de

orientação e aproximação com os usuários do sistema, assegurando que os responsáveis compreendessem as condicionalidades exigidas pelo programa e os impactos que o não cumprimento dessas obrigações pode gerar, como o bloqueio ou a suspensão do benefício. Além do caráter informativo, esses encontros possibilitaram o diálogo direto com os beneficiários, criando um espaço de escuta e de troca de experiências sobre a importância do acesso aos direitos sociais e do fortalecimento da convivência familiar e comunitária (Iconha, 2024a).

Essas reuniões também tiveram papel importante na organização da demanda local, visto que possibilitaram à equipe identificar situações de vulnerabilidade que exigiam encaminhamentos ao CRAS, CREAS ou rede parceira, conforme a natureza da necessidade apresentada. A abordagem adotada, que envolveu sessões de perguntas e respostas, materiais explicativos e exemplos práticos de superação, contribuiu para ampliar a compreensão das famílias sobre as políticas públicas disponíveis e o papel do Cadastro Único como instrumento de acesso aos programas federais. O processo de acompanhamento incluiu ainda a aplicação de avaliações pós-reunião e o monitoramento contínuo das famílias recém-incluídas, medida que reforçou o caráter pedagógico e preventivo do trabalho desenvolvido (Iconha, 2024a).

Outro eixo relevante de atuação foi a realização das reuniões do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família, que se configuraram como instâncias técnicas de planejamento e pactuação de ações conjuntas entre assistência social, saúde e educação. Nessas reuniões, foram discutidos indicadores de acompanhamento, revisados fluxos de comunicação e definidos procedimentos padronizados para o atendimento de situações de descumprimento de condicionalidades, especialmente relacionadas à evasão escolar e ao não comparecimento nas unidades de saúde. A articulação intersetorial promovida pelo comitê favoreceu a integração dos serviços e permitiu o enfrentamento mais ágil e coordenado das vulnerabilidades identificadas nas famílias beneficiárias (Iconha, 2024a).

A análise do Cadastro Único em Iconha reforça sua importância estratégica para o planejamento e execução das políticas públicas, permitindo conhecer a composição social e econômica das famílias e orientar o direcionamento dos recursos

de forma mais eficiente. Entre os desafios observados, destacam-se a necessidade de fortalecer as ações voltadas à juventude e às mulheres em idade produtiva, ampliar o acompanhamento das famílias com idosos e manter a regularidade das atualizações cadastrais. Consolidar o uso do CadÚnico como instrumento de vigilância socioassistencial é, portanto, essencial para aprimorar a focalização das políticas e ampliar a efetividade da proteção social no município.

3.6.6 Benefícios de Transferência de Renda

Os benefícios de transferência de renda representam um dos principais instrumentos da Política de Assistência Social para assegurar a proteção social não contributiva, atuando como garantidores de mínimos sociais e como estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades socioeconômicas. No âmbito municipal, destacam-se o BPC, o PBF e os benefícios eventuais, cada um com especificidades normativas e operacionais que, articulados aos serviços socioassistenciais, fortalecem a proteção e a inclusão social.

A evolução desses benefícios, ao longo do período de análise, permite compreender não apenas o alcance da política no território, mas também os desafios relacionados à sua operacionalização, integração com o Cadastro Único e articulação com o PAIF e o PAEFI. Além disso, a análise possibilita identificar a importância desses instrumentos no enfrentamento das desigualdades sociais, na garantia da cidadania e na efetivação do direito à Assistência Social, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS.

3.6.6.1 Benefício de Prestação Continuada

O BPC está previsto no art. 20 da LOAS e constitui-se em um direito de natureza assistencial, de caráter individual e não contributivo. Ele assegura o pagamento mensal de um salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência que não disponha de meios próprios para garantir a própria sobrevivência, tampouco conte com o suporte de sua família. A criação desse benefício representou um marco na política de proteção social, na medida em que

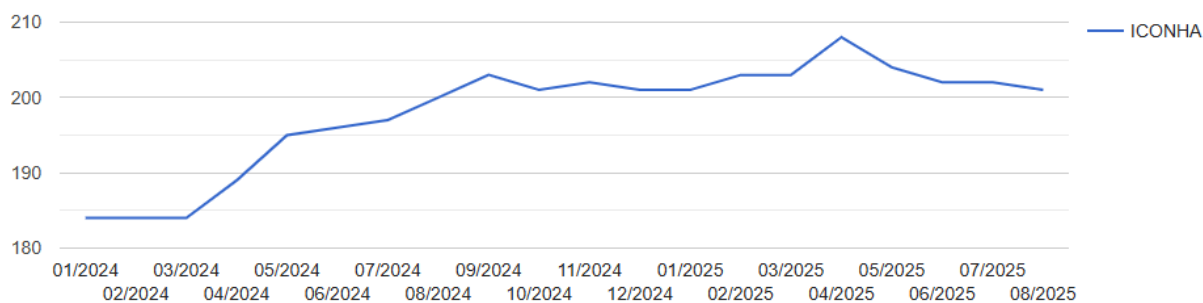
garantiu uma renda mínima a segmentos historicamente mais vulneráveis (Brasil, 1993).

Ao longo dos anos, sua regulamentação passou por aperfeiçoamentos normativos, como os estabelecidos pelo Decreto nº 6.214/2007 e pelas alterações promovidas pelo Decreto nº 8.805/2016. Essas normas detalharam critérios de elegibilidade, procedimentos de avaliação da deficiência e da renda, bem como reforçaram a exigência de inscrição e atualização no Cadastro Único como porta de entrada para o benefício. Dessa forma, buscou-se ampliar a integração entre os entes federados, garantindo maior transparência e focalização na concessão (Brasil, 2016).

O BPC possui impacto direto na dignidade e na proteção social de idosos e pessoas com deficiência. Sua presença em diversos lares é decisiva para a redução da pobreza extrema e para o fortalecimento da autonomia de seus beneficiários. Entretanto, permanecem desafios como a necessidade de rotinas contínuas de atualização cadastral, a demora em processos de análise e a importância de acompanhamento das famílias pela rede do SUAS, especialmente CRAS e CREAS, como determina a PNAS (Brasil, 2004).

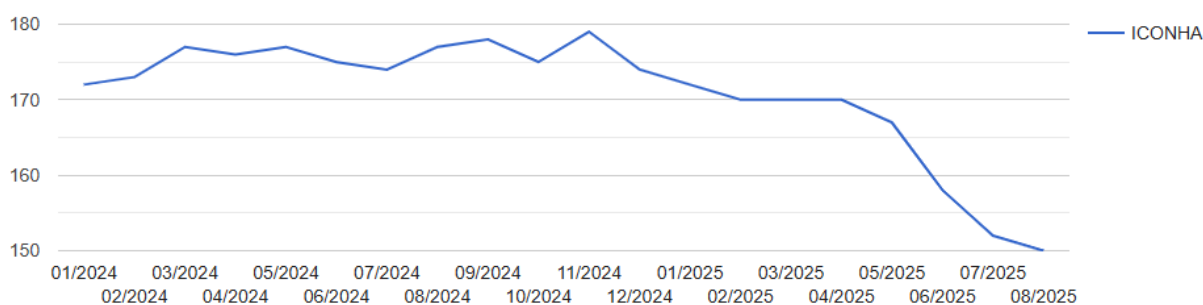
Com isso, compreender os dados do BPC em Iconha é fundamental para avaliar seu alcance, dimensionar o perfil dos beneficiários e planejar ações que ampliem a proteção social no território. Essa leitura permite, ainda, identificar lacunas e propor estratégias que articulem a transferência de renda com o acesso a outros direitos sociais, fortalecendo o papel da assistência social enquanto política garantidora de direitos.

Gráfico 46 – Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 47 – Pessoas Idosas beneficiárias do BPC



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Entre janeiro de 2024 e agosto de 2025, a trajetória do BPC em Iconha revela um movimento de crescimento, estabilização e posterior retração, refletindo as oscilações próprias dos processos de concessão e cessação do benefício. A série histórica demonstra que, no início de 2024, o número de beneficiários mantinha-se em patamares estáveis, próximos a 185 registros, iniciando a partir de março um processo de expansão contínua que se estende até o segundo semestre do ano. Esse crescimento culmina em setembro de 2024, quando o município atinge o ponto mais elevado da série, com cerca de 205 beneficiários ativos (Brasil, 2025d).

Tal comportamento está diretamente associado à efetividade das ações de busca ativa e orientação social realizadas pela rede de atendimento socioassistencial, especialmente pelo CRAS, que contribuíram para o acesso de novos requerentes ao benefício. Além disso, o período coincide com o fortalecimento das medidas federais de ampliação do acesso à renda mínima, que reforçaram a integração entre o BPC, o Cadastro Único e as políticas de saúde e reabilitação. Esses fatores explicam o aumento gradual no número de concessões observadas ao longo de 2024 (Brasil, 2025d).

A partir do primeiro trimestre de 2025, a curva mantém-se relativamente estável até abril, quando se observa o pico do período, aproximando-se de 210 beneficiários. Contudo, a partir de maio ocorre uma redução gradual e contínua, que se mantém até agosto de 2025, encerrando o período com cerca de 200 beneficiários ativos. Essa leve retração não deve ser interpretada como redução da demanda por proteção social, mas sim como reflexo do processo nacional de revisão de benefícios e

reavaliação de elegibilidade, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Tais revisões visam aprimorar o controle de cadastros e a focalização da política, mas podem resultar em suspensões temporárias de benefícios, sobretudo entre famílias com atrasos na atualização cadastral (Brasil, 2025d).

Outra série de dados referente ao BPC em Iconha apresenta comportamento distinto, estabilidade durante 2024 e queda acentuada ao longo de 2025. O número de beneficiários manteve-se entre 170 e 178 registros até o final de 2024, iniciando, a partir de janeiro de 2025, uma trajetória de declínio contínuo que culmina em cerca de 150 beneficiários em agosto de 2025. Essa redução acentuada pode estar relacionada às cessações por óbito, acúmulo de renda familiar per capita acima do limite legal, ou ao descumprimento dos prazos de revisão cadastral, o que reforça a necessidade de atuação preventiva das equipes da Proteção Social Básica (Brasil, 2025d).

De modo geral, o comportamento das séries indica que o município vem passando por uma reorganização do estoque de beneficiários do BPC, caracterizada pela consolidação de concessões legítimas e pela eliminação de cadastros irregulares ou desatualizados. Essa dinâmica, embora positiva do ponto de vista da gestão de benefícios, exige atenção especial da rede socioassistencial local, que deve assegurar acompanhamento familiar e garantia de direitos àqueles em risco de exclusão indevida (Brasil, 2025d).

Os dados analisados demonstram que, mesmo diante de oscilações, o BPC mantém papel central na estrutura de Proteção Social de Iconha, assegurando renda mínima a pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade. A continuidade do acompanhamento técnico-social, a articulação com as políticas de saúde, educação e previdência, e o fortalecimento da vigilância socioassistencial são estratégias fundamentais para preservar a efetividade desse benefício e garantir sua função de amparo e inclusão social no território municipal (Brasil, 2025d).

3.6.6.2 Programa Bolsa Família

O PBF é reconhecido como a principal política de transferência de renda do país. Seu propósito central é oferecer suporte financeiro a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, articulando esse benefício à exigência de condicionalidades que estimulam o acesso regular aos serviços básicos de saúde e educação. Dessa forma, o programa não se limita ao repasse de recursos monetários, mas busca consolidar uma rede de proteção social capaz de promover inclusão e reduzir desigualdades.

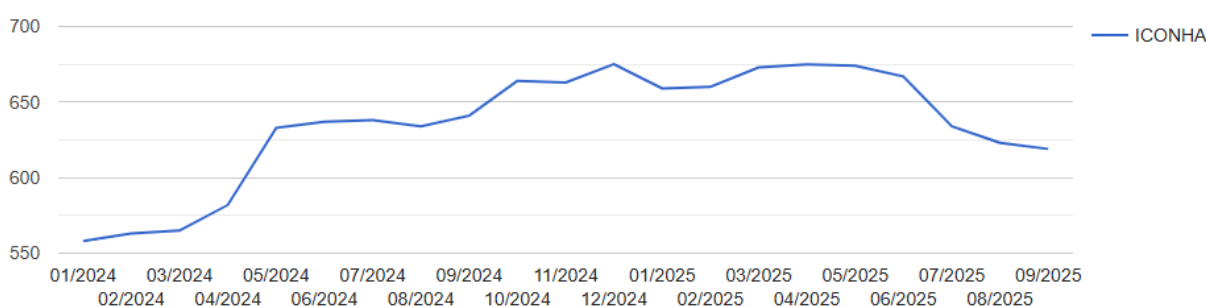
As Portarias MDS nº 897/2023 e nº 1.041/2024 detalham a organização dos benefícios, as regras de elegibilidade e os critérios de gestão do programa, reafirmando seu caráter de proteção social e de promoção do acesso a direitos básicos. Segundo a Portaria nº 897/2023, o PBF é composto por diferentes modalidades de benefícios, incluindo o Benefício de Renda de Cidadania, pago por integrante da família, e adicionais destinados a crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes. Esse desenho busca não apenas aliviar a pobreza imediata, mas também ampliar o investimento na infância e na juventude, reconhecendo esses segmentos como prioritários para a superação de desigualdades estruturais.

A Portaria nº 1.041/2024 reforça a necessidade de integração intersetorial para a gestão do programa, estabelecendo parâmetros de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação e definindo procedimentos para a atualização cadastral no CadÚnico. Esses mecanismos têm o objetivo de assegurar que o benefício esteja vinculado a ações que promovam o desenvolvimento humano, como a frequência escolar mínima e a vacinação regular.

A implementação do PBF é marcada pela descentralização, em que a União define diretrizes gerais, mas cabe aos municípios a execução cotidiana. Nessa dinâmica, as unidades de CRAS assumem papel de destaque, atuando tanto no processo de inclusão das famílias no Cadastro Único quanto no acompanhamento e encaminhamento daquelas que enfrentam situações de maior vulnerabilidade. Essa articulação reafirma o caráter intersetorial do programa, que depende da integração entre assistência social, saúde e educação para alcançar seus objetivos (Brasil, 2011).

No contexto municipal, a análise do Bolsa Família em Iconha permite compreender como o programa se materializa no território, revelando avanços no acesso das famílias, mas também evidenciando lacunas que precisam ser enfrentadas. A leitura dos dados possibilita avaliar tanto a evolução histórica do número de beneficiários quanto a efetividade da rede de proteção social em garantir que a transferência de renda seja acompanhada da ampliação de direitos.

Gráfico 48 – Famílias beneficiárias do PBF



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Entre janeiro de 2024 e setembro de 2025, a evolução do número de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda em Iconha evidencia um comportamento dinâmico, marcado por uma fase inicial de crescimento, seguida de estabilidade e uma redução moderada no período mais recente. No início de 2024, o município apresentava uma quantidade relativamente reduzida de famílias atendidas, mantendo-se em um patamar próximo a 550 registros. A partir de março, verifica-se uma elevação progressiva e contínua, indicando um movimento de ampliação do acesso aos programas sociais, que alcança seu ponto máximo no final de 2024, com cerca de 680 famílias beneficiárias.

Esse aumento reflete o fortalecimento das ações locais voltadas à inclusão social e à garantia de direitos, impulsionadas pelas estratégias de busca ativa, atualização cadastral e articulação entre os serviços socioassistenciais. A ampliação da cobertura também se relaciona à consolidação do novo formato do Programa Bolsa Família, que, ao retomar princípios de focalização e acompanhamento familiar,

reforçou o papel do Cadastro Único como instrumento essencial para a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2025d).

Ao longo dos primeiros meses de 2025, os dados indicam um cenário de estabilidade, com pequenas oscilações que demonstram o equilíbrio entre concessões e encerramentos de benefícios. Entretanto, a partir de maio do mesmo ano, inicia-se uma tendência de redução gradativa, observando-se um leve recuo até setembro de 2025. Essa diminuição pode ser explicada pelo processo nacional de revisão cadastral, cujo objetivo é aprimorar a atuação das políticas públicas e garantir a correta destinação dos recursos. Ainda que necessária, essa revisão pode ocasionar o desligamento temporário de famílias que permanecem em condição de pobreza, mas que não concluíram a atualização cadastral dentro dos prazos estabelecidos (Brasil, 2025d).

A trajetória observada demonstra que Iconha vem consolidando um processo de aperfeiçoamento na gestão do Cadastro Único e dos benefícios sociais, equilibrando a ampliação do acesso com o fortalecimento dos mecanismos de controle e acompanhamento. Esse movimento reflete o compromisso da gestão municipal em garantir a efetividade das políticas de transferência de renda, ao mesmo tempo em que busca assegurar a conformidade com as diretrizes federais (Brasil, 2025d).

Entre os desafios que se apresentam, destaca-se a importância de intensificar o trabalho de monitoramento e acompanhamento das famílias em revisão, especialmente daquelas em áreas mais vulneráveis e de difícil acesso. Também é essencial ampliar a comunicação sobre os prazos de atualização cadastral e fortalecer a atuação intersetorial entre Assistência Social, Saúde e Educação, de modo a assegurar a continuidade da proteção social e evitar desligamentos indevidos (Brasil, 2025d).

Com base nos dados de setembro de 2025, observa-se que atingiu 2.969, distribuídos em diferentes modalidades previstas pela estrutura do programa. A maior parte corresponde à Renda de Cidadania, com 1.690 benefícios, seguida pelos benefícios complementares, 565, e pela Primeira Infância, 287, que se destina a famílias com crianças de até seis anos. A expressiva presença dessa última categoria reforça o papel do Bolsa Família na proteção da primeira infância, assegurando

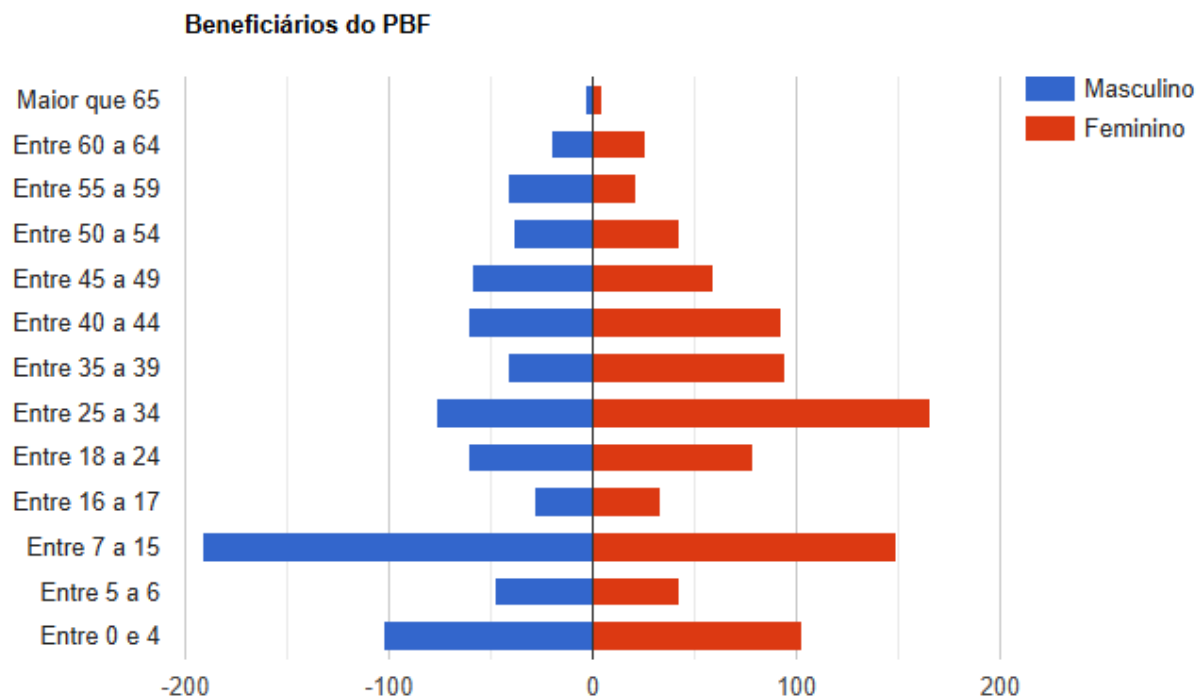
recursos adicionais para o cuidado e o desenvolvimento das crianças em fase crucial de crescimento (Brasil, 2025a).

O conjunto de benefícios variáveis familiares totaliza 427 registros, distribuídos entre 22 gestantes, 9 nutrizes, 348 crianças e 79 adolescentes. Essa segmentação evidencia o caráter intersetorial e focalizado do programa, que busca atender às necessidades específicas de diferentes ciclos de vida, articulando-se com as políticas de saúde, educação e assistência social. O destaque para o quantitativo de crianças beneficiárias confirma a prioridade conferida às famílias com dependentes em idade escolar, refletindo a função protetiva e educativa do programa no território municipal (Brasil, 2025a).

Em síntese, o panorama de 2024 a 2025 revela que Iconha tem mantido um desempenho consistente na execução das políticas de transferência de renda, com avanços significativos na inclusão e na organização cadastral. A manutenção de estratégias integradas de busca ativa, qualificação das equipes e vigilância socioassistencial é fundamental para garantir a efetividade das ações e consolidar o direito à renda como instrumento de superação das vulnerabilidades sociais no município (Brasil, 2025d).

O Gráfico abaixo apresenta a pirâmide etária das pessoas em famílias beneficiárias do PBF até agosto de 2025.

Gráfico 49 – Sexo e Idade de Pessoas Beneficiárias do PBF



Fonte: CECAD 2.0. 2025

A análise do perfil das pessoas beneficiárias do PBF em Iconha evidencia uma base de 1.691 indivíduos, com leve predominância feminina. As mulheres representam 54,05% do total, enquanto os homens correspondem a 45,95%, reafirmando a característica do programa de priorizar o público feminino como titular do benefício. Essa centralidade das mulheres está relacionada à concepção do PBF, que reconhece o papel das mães e responsáveis como gestoras do orçamento familiar e principais garantidoras das condicionalidades vinculadas à saúde e à educação (Brasil, 2025c).

A distribuição etária demonstra que o programa possui forte incidência sobre a população infantojuvenil. O grupo de 7 a 15 anos concentra o maior número de beneficiários, representando 20,17% do total, seguido pela faixa de 0 a 4 anos, 12,18%, e de 25 a 34 anos, 14,37%. Essa predominância de crianças e jovens reforça o caráter protetivo e intergeracional do programa, voltado à garantia do direito à Educação e à Saúde por meio de condicionalidades como a frequência escolar e o acompanhamento vacinal. Ao mesmo tempo, evidencia que o benefício contribui para

reduzir a pobreza infantil e prevenir a reprodução das desigualdades ao longo das gerações (Brasil, 2025c).

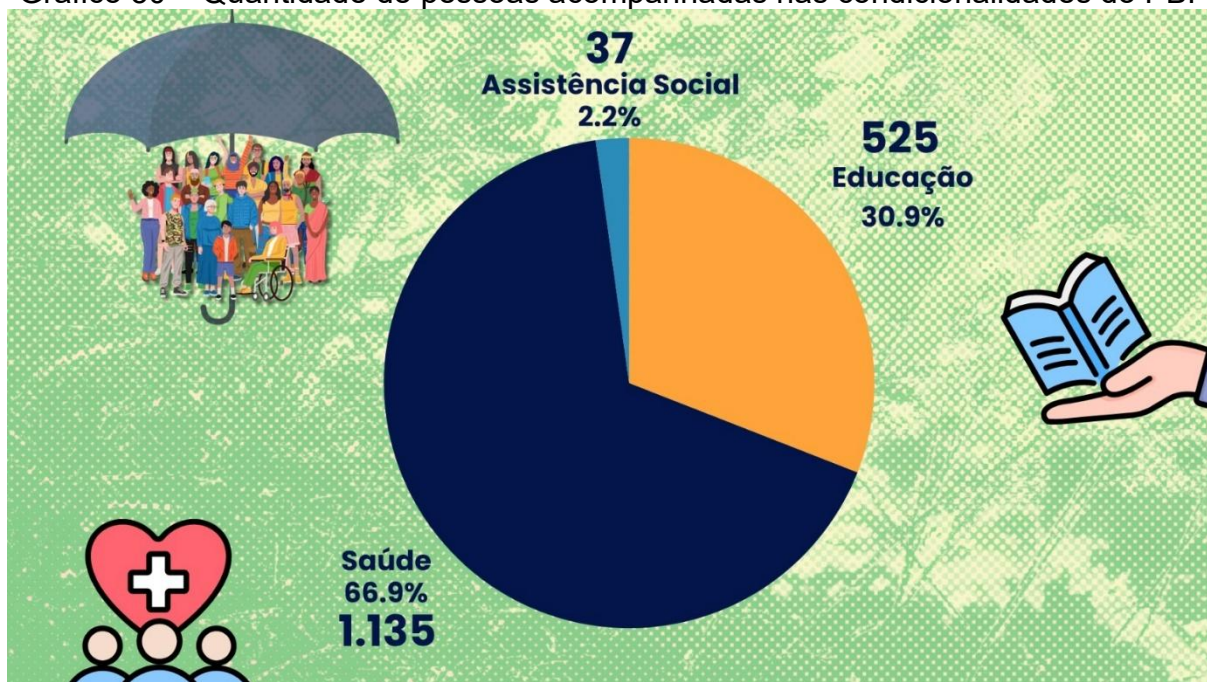
Os dados também revelam presença significativa de beneficiários em idade produtiva, especialmente entre 35 e 49 anos, que juntos somam mais de 24% do total. Esse contingente demonstra que o programa não apenas ampara famílias com crianças, mas também adultos que enfrentam dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. Nessa faixa, observa-se uma expressiva participação feminina, que ultrapassa 60% dos registros, o que reflete a persistência das desigualdades de gênero e a maior vulnerabilidade econômica das mulheres, muitas delas responsáveis pelo sustento familiar sem o apoio de um cônjuge (Brasil, 2025c).

Embora em menor proporção, as pessoas acima de 50 anos também estão representadas, totalizando cerca de 16% dos beneficiários. A presença desse grupo etário indica que o programa alcança famílias compostas por idosos e pessoas próximas à idade de aposentadoria, muitas vezes sem acesso a outras fontes de renda estável. Esse dado reforça o papel do PBF como política de segurança de renda e proteção social continuada, capaz de abranger diferentes perfis populacionais em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2025c).

De forma geral, a análise demonstra que o Bolsa Família em Iconha apresenta um perfil diverso e abrangente, com predominância feminina e forte presença de crianças e adolescentes, o que confirma sua relevância como instrumento de proteção social e de promoção da cidadania. O desafio que se impõe é o fortalecimento da articulação entre o programa e as demais políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e inclusão produtiva, de modo a assegurar que o benefício monetário seja acompanhado por oportunidades de autonomia e melhoria das condições de vida das famílias (Brasil, 2025c).

A leitura das condicionalidades do Programa Bolsa Família em Iconha, para o ciclo de referência de 2025, indica desempenho elevado na Educação, na Saúde e na Assistência Social, com alguns pontos de atenção que orientam o planejamento intersetorial.

Gráfico 50 – Quantidade de pessoas acompanhadas nas condicionalidades do PBF



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados CECAD 2.0. Outubro de 2025.

Na Educação, havia 598 pessoas de 4 a 17 anos com público para acompanhamento. Destas, 525 foram efetivamente acompanhadas, resultando em taxa de acompanhamento de 87,79%. A cobertura é heterogênea por faixa etária: 83,78% entre crianças de 4 a 5 anos, 93 acompanhadas de 111, 87,86% no grupo de 6 a 15 anos, 362 de 412, e 93,33% entre adolescentes de 16 a 17 anos, 70 de 75. Entre os acompanhados, 512 cumpriram a condicionalidade de frequência, o que corresponde a taxa de cumprimento de 97,52% no agregado, também elevada nas faixas: 96,77%, 4 a 5 anos, 97,51%, 6 a 15 anos, e 98,57%, 16 a 17 anos. Em termos absolutos, isso significa que 73 estudantes não foram acompanhados no ciclo e que, entre os acompanhados, 13 não atingiram a frequência mínima exigida. Os dados sugerem boa adesão geral, com prioridade de melhoria na primeira infância, onde a taxa de acompanhamento é a menor do conjunto (Brasil, 2025a).

Na Saúde, considerando crianças menores de 7 anos e mulheres, o público para acompanhamento somou 1.174 pessoas, das quais 1.135 foram acompanhadas, equivalente a taxa de 96,68%. A cobertura entre crianças foi de 91,16%, 299 acompanhadas de 328, enquanto entre mulheres alcançou 98,82%, 836 de 846.

Dentre as crianças acompanhadas, 280 cumpriram a condicionalidade, resultando em taxa de cumprimento de 93,65%; para mulheres, o quadro apresenta acompanhamento sem discriminar percentual de cumprimento no relatório visualizado. Em números absolutos, 39 pessoas deste bloco não foram acompanhadas no ciclo, e 19 crianças acompanhadas não cumpriram a condicionalidade. No recorte de gestantes, a série aponta 27 acompanhadas e 27 com condicionalidade cumprida, atingindo 100,00% de cumprimento, patamar compatível com acompanhamento próximo e agendas de pré-natal regulares (Brasil, 2025a).

O acompanhamento pela Assistência Social tem como finalidade identificar e apoiar famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso contínuo a direitos e o fortalecimento da rede de proteção social. As ações desenvolvidas incluem visitas domiciliares e atendimentos realizados no CRAS, encaminhamentos para serviços socioassistenciais, como grupos de convivência, benefícios eventuais e acompanhamento psicossocial, além do apoio voltado à superação de situações de violência, negligência, dependência e ausência de renda. No período analisado, foram realizados 37 acompanhamentos pela equipe da Assistência Social, representando o compromisso do município em garantir atenção integral às famílias beneficiárias e prevenir o agravamento das vulnerabilidades sociais.

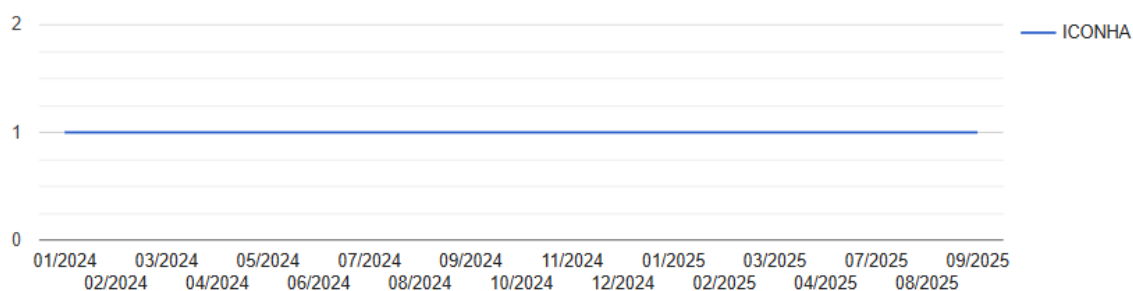
Com isso, Iconha sustenta patamares altos de acompanhamento e cumprimento, especialmente nos adolescentes e nas mulheres, o que reduz risco de bloqueios por condicionalidades. Contudo, ainda persistem lacunas focalizadas na Primeira Infância, tanto em educação, com menor taxa de acompanhamento, quanto em saúde, com menor cobertura e maior proporção de não cumprimento entre crianças. Também há diferença entre público previsto e acompanhado, embora pequena, concentra-se em grupos que demandam logística específica, domicílios em áreas rurais, crianças pequenas e famílias com múltiplas barreiras de acesso (Brasil, 2025a).

Como estratégias de qualificação, recomenda-se a intensificação da busca ativa para crianças de 4 a 5 anos e menores de 7 anos, com uso de listas nominais por escola e por unidade de saúde e visitas domiciliares; o alinhamento mensal dos dados de frequência escolar e calendário vacinal/consulta entre escolas, unidades de

saúde e CRAS, priorizando microáreas com maior número de não acompanhados; a organização dos lembretes multicanais para responsáveis e entre outras ações.

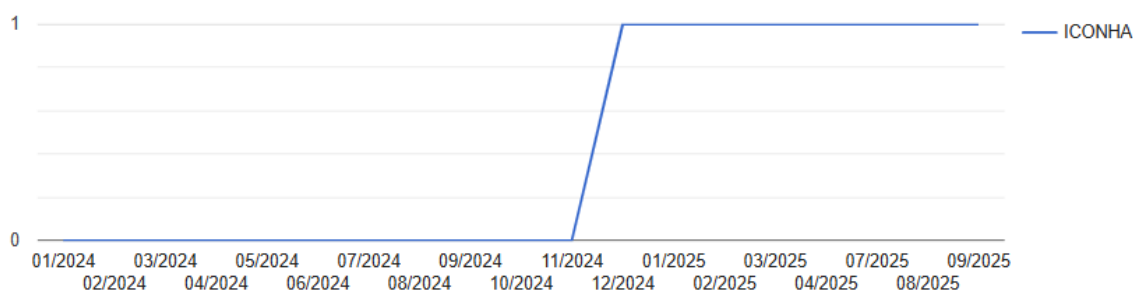
Os gráficos a seguir destacam a quantidade de famílias beneficiárias do Programa por GPTE:

Gráfico 51 – Quantidade de famílias quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Família



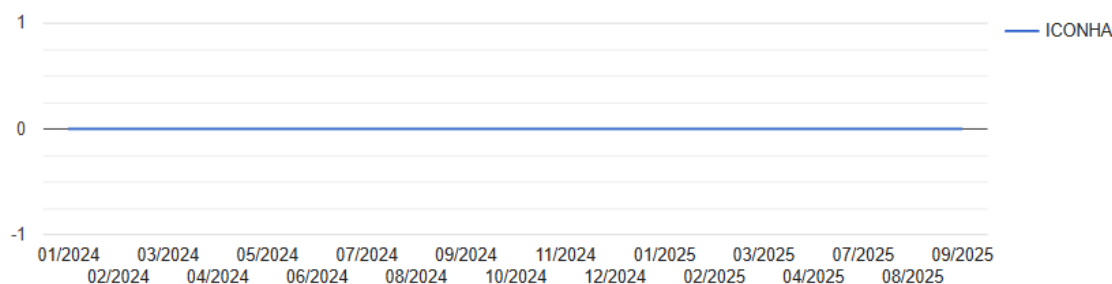
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 52 – Quantidade de famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família



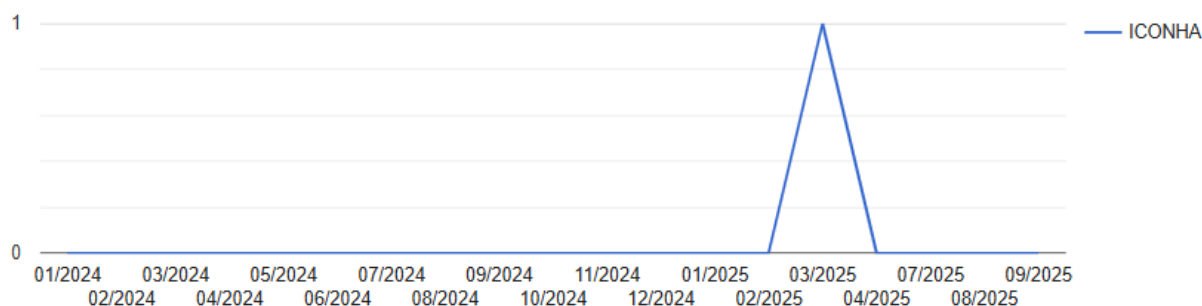
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 53 - Quantidade de famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 54 – Quantidade de famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Os gráficos referentes às famílias quilombolas, indígenas, ciganas e extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Iconha entre 2024 e 2025 revelam uma presença quantitativamente pequena, mas socialmente significativa desses grupos no território (Brasil, 2025d).

Em relação às famílias quilombolas, observa-se a manutenção de uma família beneficiária durante todo o período analisado, sem variações. Esse dado indica a existência de um grupo já identificado e acompanhado pelas políticas públicas, mas também sugere a necessidade de aprimorar a busca ativa e o cruzamento de informações territoriais para alcançar outras famílias pertencentes a esse segmento que, possivelmente, ainda não estão reconhecidas no Cadastro Único (Brasil, 2025d).

No caso das famílias indígenas, há o registro de uma família beneficiária a partir de novembro de 2024, o que representa um marco relevante no processo de inclusão social e no reconhecimento da diversidade étnica do município. Esse registro evidencia avanços na identificação de famílias indígenas no território, resultado, possivelmente, de ações recentes de atualização cadastral e da maior integração entre o Cadastro Único e as estratégias de articulação intersetorial (Brasil, 2025d).

Quanto às famílias ciganas, o gráfico demonstra a inexistência de registros ativos durante o período analisado. Essa ausência pode estar relacionada à própria configuração territorial e histórica do município, mas também pode refletir limitações na identificação desses grupos, que exigem metodologias mais sensíveis e

territorializadas, conforme orienta a PNAS e o II Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2025d).

Por fim, o gráfico das famílias extrativistas indica um único registro em março de 2025, o que pode representar um caso pontual de reconhecimento cadastral ou de atualização de dados de famílias que atuam em atividades de subsistência ou economia tradicional.

Gráfico 55 – Quantidade de famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 56 – Quantidade de famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família



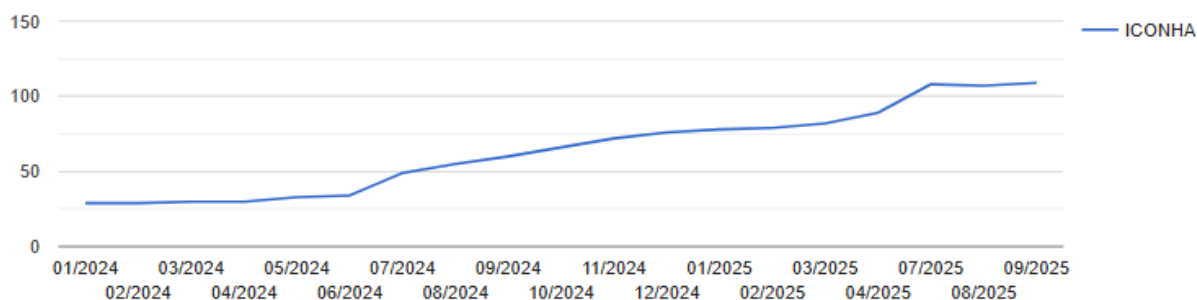
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 57 – Quantidade de famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 58 – Quantidade de famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 59 – Quantidade de famílias assentadas da Reforma Agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Os gráficos referentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Iconha, distribuídas por pertencimento a grupos populacionais específicos, revelam um panorama de grande concentração de registros entre os agricultores familiares e presença residual ou inexistente dos demais segmentos, pescadores artesanais,

comunidades de terreiro, ribeirinhos e assentados da Reforma Agrária. No primeiro conjunto de dados, observa-se ausência total de registros de famílias de pescadores artesanais, comunidades de terreiro e ribeirinhas no período de janeiro de 2024 a setembro de 2025. Essa ausência pode indicar a inexistência desses grupos organizados no território municipal ou a ausência de identificação adequada nas bases do Cadastro Único, o que reforça a importância de estratégias de Vigilância Socioassistencial ativa e de capacitação das equipes de cadastro para o reconhecimento de pertencimentos étnico-culturais e produtivos que muitas vezes não são declarados pelos próprios beneficiários (Brasil, 2025d).

Em contraste, o gráfico das famílias agricultoras familiares apresenta uma tendência de crescimento contínuo, saindo de cerca de 30 famílias no início de 2024 para mais de 110 famílias em setembro de 2025. Esse aumento expressivo evidencia o fortalecimento do vínculo entre a Política de Assistência Social e as políticas de desenvolvimento rural e agricultura familiar, refletindo o reconhecimento do papel socioeconômico dessas famílias no território e sua elegibilidade ao benefício. Essa tendência está alinhada às diretrizes da NOB-SUAS e ao II Plano Decenal de Assistência Social, que orientam a priorização de populações rurais e grupos produtivos vulneráveis como parte da estratégia de superação da pobreza e promoção da inclusão produtiva (Brasil, 2012; Brasil, 2025d).

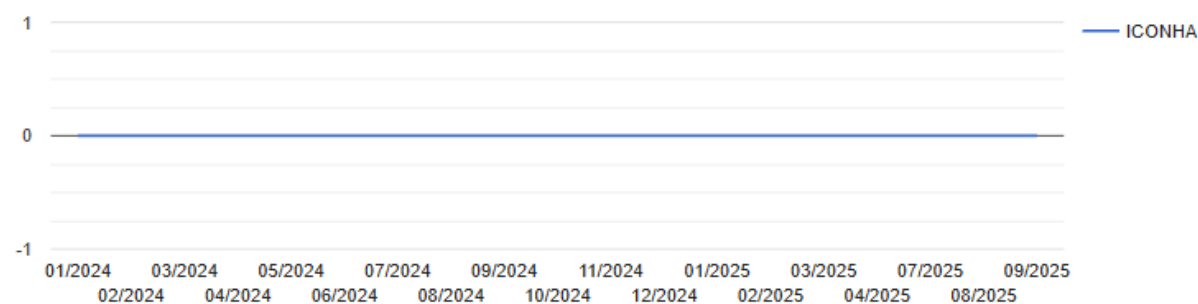
No que se refere às famílias assentadas da Reforma Agrária, nota-se a ocorrência pontual de registros: o número sobe para duas famílias entre novembro e dezembro de 2024, estabilizando-se em uma família a partir de 2025. Embora o contingente seja pequeno, sua presença é relevante, pois demonstra que há núcleos familiares vinculados a processos de reforma agrária inseridos na rede de proteção social, exigindo acompanhamento contínuo e articulação com as políticas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva (Brasil, 2025d).

Gráfico 60 – Quantidade de famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 61 – Quantidade de famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família



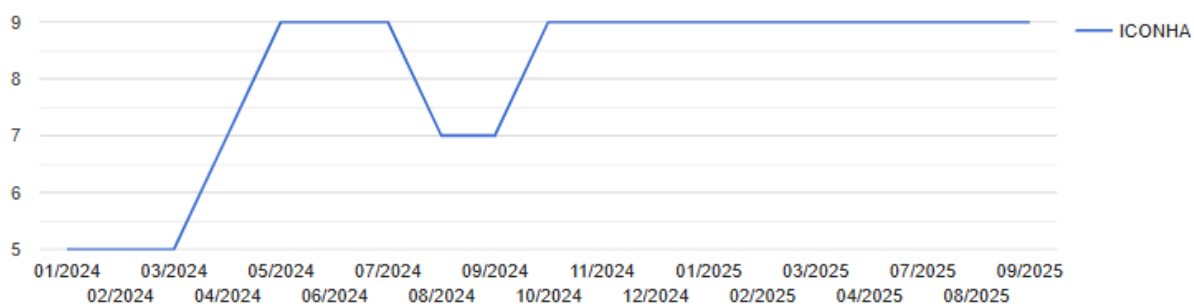
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 62 – Quantidade de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do Programa Bolsa Família



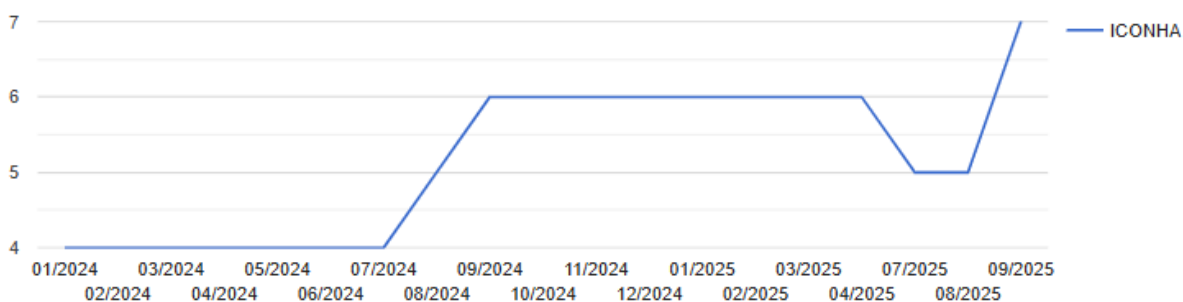
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 63 – Quantidade de famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família



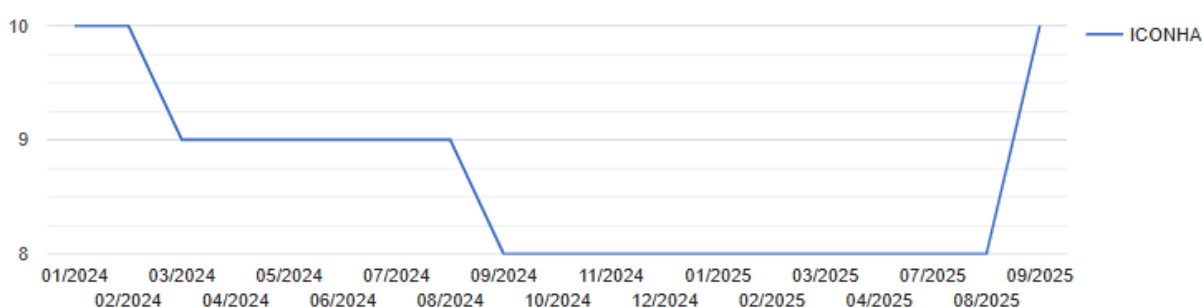
Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 64 – Quantidade de famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 65 – Quantidade de famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Vis Data 3. Brasil (2025d).

Os dados revelam a presença pontual ou inexistente de registros em quase todos os segmentos analisados. Não há famílias cadastradas vinculadas ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, famílias acampadas ou atingidas por empreendimentos

de infraestrutura, o que pode indicar tanto a inexistência desses perfis no território quanto uma limitação no processo de identificação e classificação das famílias no Cadastro Único. Essa ausência reforça a necessidade de fortalecimento da vigilância socioassistencial e de articulação com órgãos parceiros, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Agricultura, para aprimorar o reconhecimento de populações que vivem ou trabalham em áreas rurais e são potencialmente vulneráveis (Brasil, 2025d).

Em relação às famílias de pessoas privadas de liberdade, observa-se uma variação entre seis e nove famílias beneficiárias ao longo do período analisado, com tendência de estabilidade nos meses finais. Esse dado demonstra a presença de um grupo específico e relevante no território, cuja situação requer atenção continuada das políticas de assistência social e justiça, em conformidade com o disposto na NOB-SUAS, que orienta a proteção integral às famílias em vulnerabilidade agravada por vínculos rompidos ou fragilizados (Brasil, 2012). O acompanhamento dessas famílias é essencial para reduzir impactos sociais decorrentes da reclusão e assegurar o acesso a direitos e benefícios sociais, especialmente no contexto do retorno dos indivíduos ao convívio familiar e comunitário.

Quanto às famílias de catadores de materiais recicláveis, verifica-se a existência de entre cinco e sete famílias beneficiárias ao longo de 2024 e 2025. A presença desse grupo revela uma importante dimensão da vulnerabilidade urbana e do trabalho informal, reforçando o papel da assistência social na promoção da inclusão produtiva e na articulação com as políticas de meio ambiente e economia solidária. A manutenção do benefício para esse público contribui para reduzir a instabilidade econômica e fortalecer o vínculo com a rede de proteção social (Brasil, 2025d).

A análise dos dados do Programa Bolsa Família em Iconha demonstra que o município possui uma gestão eficiente da política de transferência de renda, com cobertura expressiva e desempenho satisfatório nas condicionalidades. O conjunto dos indicadores revela que o benefício alcança majoritariamente famílias com crianças, adolescentes e mulheres, mantendo elevado índice de acompanhamento e cumprimento nas áreas da Educação e Saúde. Esses resultados evidenciam não

apenas a efetividade da política na mitigação da pobreza, mas também a capacidade de articulação entre as redes locais do SUAS, SUS e Educação, garantindo a integralidade da proteção social no território.

Além disso, verifica-se que o município de Iconha vem avançando na identificação e inserção de grupos populacionais tradicionais e específicos no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família, embora ainda apresente lacunas importantes no reconhecimento de determinados segmentos. Observa-se que a maior concentração de beneficiários está entre as famílias agricultoras familiares, enquanto outros grupos, como catadores, famílias de pessoas privadas de liberdade e em situação de rua, aparecem em número reduzido, porém contínuo, revelando vulnerabilidades específicas que demandam atenção.

Por outro lado, a ausência de registros em categorias como pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades de terreiro e famílias do crédito fundiário indica a necessidade de aprimorar os processos de busca ativa e qualificação dos cadastros, de modo a tornar visíveis populações historicamente sub-representadas. Como dito anteriormente, essa conjuntura reforça a importância da Vigilância Socioassistencial como instrumento estratégico para o planejamento territorial e da articulação entre o SUAS e outras políticas públicas, assegurando que a proteção social alcance, de forma equitativa, todos os grupos em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2012; Brasil, 2025d).

Contudo, o panorama também aponta desafios estruturais que exigem atenção contínua, especialmente no fortalecimento da busca ativa e na ampliação do acompanhamento das famílias com crianças na primeira infância, faixa que apresenta menor percentual de cobertura. A continuidade das ações intersetoriais, associada à qualificação do registro das condicionalidades e à oferta de estratégias de inclusão produtiva, é essencial para consolidar os avanços já alcançados. Dessa forma, o Bolsa Família em Iconha reafirma-se como um instrumento fundamental de combate às desigualdades e de promoção da cidadania, assegurando condições mínimas de dignidade às famílias mais vulneráveis do município.

3.6.6.3 Benefícios Eventuais

No município de Iconha, os benefícios eventuais constituem um conjunto de provisões públicas de caráter suplementar, temporário e não contributivo, voltadas à cobertura de necessidades sociais emergenciais e vinculadas à Política Municipal de Assistência Social. A Lei Municipal nº 992/2017 regulamenta essas garantias, definindo que sua concessão tem por objetivo assegurar o atendimento imediato a famílias e indivíduos diante de situações de vulnerabilidade decorrentes de nascimento, morte, calamidade, desabrigo ou outros eventos que comprometam a subsistência e a dignidade (Iconha, 2017).

A legislação municipal estabelece um rol diversificado de benefícios, entre os quais se incluem o auxílio natalidade, destinado à proteção da gestante e do recém-nascido; o auxílio funeral, para custeio de despesas funerárias; o auxílio alimentação, por meio de cestas básicas ou gêneros alimentícios; o auxílio moradia emergencial, voltado ao custeio temporário de aluguel; o auxílio para emissão de documentos civis, o auxílio transporte, a melhoria habitacional, cobertor, colchão e o auxílio mudança. Há, ainda, a previsão de benefícios extraordinários em situações de calamidade pública, de modo a garantir resposta imediata a desastres ou emergências coletivas (Iconha, 2017).

Quanto às modalidades de concessão, a lei admite tanto a entrega em pecúnia quanto em produtos ou serviços, como ocorre nos casos de fornecimento de enxoval, materiais de construção, gêneros alimentícios, colchões e utensílios. A forma de concessão é definida conforme avaliação técnica da equipe de referência do SUAS, considerando o diagnóstico socioeconômico e o parecer social emitido pelos profissionais do CRAS ou do CREAS (Iconha, 2017).

Os critérios de acesso compreendem renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo, residência mínima de dois anos no município e comprovação de vulnerabilidade social, admitindo-se exceções em situações emergenciais ou de calamidade. Todos os pedidos devem ser formalizados mediante cadastro, entrevista social e parecer técnico, resguardando o princípio da impessoalidade e a vedação de exigências constrangedoras. Em casos de urgência comprovada, o benefício pode ser

concedido de forma imediata, com posterior registro e análise do processo pela equipe técnica (Iconha, 2017).

A SEMADES é a gestora da política e responsável pela execução dos benefícios, incluindo o planejamento orçamentário, a instrução dos processos e a coordenação das ações intersetoriais necessárias. O COMASI exerce função de controle social, cabendo-lhe acompanhar, avaliar e propor ajustes nas normas e critérios de concessão, além de zelar pela transparência e pela equidade no atendimento (Iconha, 2017).

Em síntese, a Lei nº 992/2017 organiza os benefícios eventuais como instrumentos fundamentais de Proteção Social Básica, assegurando amparo material e financeiro diante de situações críticas, ao mesmo tempo em que reforça o papel das equipes do SUAS na avaliação, no acompanhamento e na articulação de respostas integradas no território (Iconha, 2017).

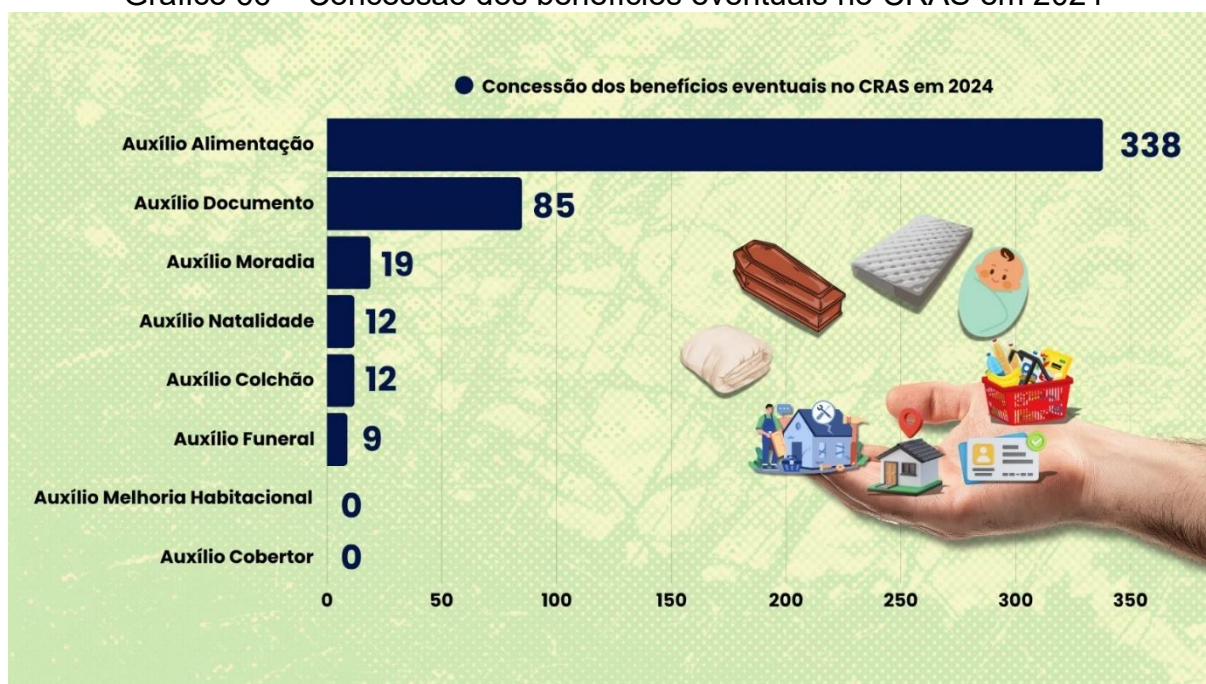
Além disso, a Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, representa um marco normativo para os Benefícios Eventuais no âmbito do SUAS, ao estabelecer parâmetros atualizados de regulamentação, gestão, financiamento e controle social desses benefícios. A normativa consolida os princípios fundamentais que devem nortear a concessão, tais como a integração com a rede de serviços socioassistenciais, a simplicidade e agilidade nos procedimentos, a proibição de condicionalidades e a garantia de igualdade de acesso às famílias em situação de vulnerabilidade temporária. Essa orientação amplia a compreensão dos Benefícios Eventuais como provisões socioassistenciais que devem responder de forma imediata e digna às necessidades decorrentes de eventos de risco social, reforçando sua natureza de direito de cidadania e proteção social complementar.

Ao orientar a definição de critérios e prazos por meio das deliberações dos Conselhos de Assistência Social nos três níveis de governo, a Resolução 213/2025 também fortalece o papel dos conselhos na regulamentação local dos benefícios, na promoção da transparência e na fiscalização dos resultados. Ademais, a normativa enfatiza que a provisão dos benefícios deve ser articulada com os serviços socioassistenciais, contribuindo para a continuidade do acompanhamento dos usuários e a superação de vulnerabilidades, em consonância com os princípios da

PNAS e da LOAS. Dessa forma, a Resolução apoia gestores e conselheiros no aprimoramento da oferta de benefícios eventuais pelos municípios, pela unidade federativa e pelo Distrito Federal, promovendo maior coerência na garantia de proteção social.

O Gráfico apresentado a seguir ilustra a evolução da concessão de benefícios eventuais no município entre os anos de 2024 e 2025.

Gráfico 66 – Concessão dos benefícios eventuais no CRAS em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório de Gestão 2024. Outubro de 2025.

Em 2024, o município de Iconha concedeu um total expressivo de benefícios eventuais, evidenciando a importância dessa política como resposta emergencial a situações de vulnerabilidade e risco social (Iconha, 2024a). O Auxílio Alimentação destacou-se como o mais demandado, com 338 concessões, refletindo a insegurança alimentar que ainda afeta um número significativo de famílias. O Auxílio Documento aparece em seguida, com 85 registros, indicando o esforço municipal em garantir o acesso à documentação civil, condição essencial para o exercício da cidadania e para o acesso a outros direitos socioassistenciais. O Auxílio Moradia, 19 concessões,

representa um importante instrumento de proteção temporária diante de situações de desabrigo, desastres ou rupturas familiares.

Outros benefícios, como o Auxílio Natalidade e o Auxílio Colchão, ambos com 12 concessões, e o Auxílio Funeral, com 9, expressam a função reparadora da política, assegurando condições mínimas de dignidade em momentos críticos do ciclo de vida. A ausência de registros nos auxílios Melhoria Habitacional e Cobertor pode estar relacionada tanto às limitações orçamentárias quanto à priorização de outras demandas emergenciais.

De modo geral, os dados revelam que a gestão municipal tem priorizado benefícios voltados à garantia de necessidades básicas e imediatas, como alimentação e documentação, mas ainda enfrenta desafios na ampliação de auxílios voltados à melhoria das condições habitacionais.

No ano de 2025, a equipe de referência do CRAS contabilizou o total de 275 benefícios eventuais, dentre as opções Auxílio Natalidade; Auxílio Funeral; Auxílio Alimentação; Auxílio Documento; Auxílio Moradia; Auxílio Melhoria Habitacional; Auxílio Cobertor e Auxílio Colchão.

A abordagem da SAN parte do reconhecimento de que o acesso regular e permanente a alimentos adequados é um direito humano e não apenas uma resposta assistencial pontual. Nessa perspectiva, a Assistência Social atua especialmente nas situações em que a renda é insuficiente para garantir o mínimo necessário à sobrevivência com dignidade (Brasil, 2025e). Isso significa que benefícios em dinheiro ou em bens, como o auxílio alimentação, precisam ser compreendidos como parte de uma rede de garantias que inclui renda, serviços públicos de qualidade, equipamentos de alimentação e nutrição e ações de promoção de direitos, e não como solução isolada para a pobreza.

Os benefícios eventuais de natureza alimentar cumprem um papel complementar e emergencial nesse arranjo: são acionados quando há ruptura ou agravamento das condições de vida, como desemprego, adoecimento, desastres, violências ou outras situações que desorganizam o cotidiano das famílias (Brasil, 2025e). A concessão de cestas de alimentos, cartões ou auxílios financeiros para alimentação deve, portanto, ser articulada ao acompanhamento familiar pelo CRAS e

CREAS, de modo que cada concessão esteja vinculada a um diagnóstico social, a encaminhamentos para outras políticas (Saúde, Educação, Trabalho, Habitação) e, sempre que possível, a estratégias de fortalecimento das capacidades protetivas da própria família. Quando isso não ocorre, o benefício tende a se transformar em compensação permanente de uma renda estruturalmente insuficiente, deslocando para o município um problema que é também de política econômica e de proteção ao trabalho.

Outro ponto central é que os benefícios eventuais não podem funcionar como instrumento de controle moral da pobreza. As normativas recentes reforçam a necessidade de critérios claros, públicos e não discriminatórios, evitando exigências vexatórias, provas de “merecimento” ou julgamentos sobre o modo de vida das famílias (Brasil, 2025e). No campo da segurança alimentar, isso significa substituir práticas baseadas em suspeita e humilhação por procedimentos técnicos: análise socioeconômica, avaliação do contexto territorial, atenção a situações de violação de direitos (como trabalho infantil, violência doméstica, racismo, discriminação contra pessoas em situação de rua ou GPTEs) e registro sistemático das concessões. Essa postura fortalece o caráter de direito e não de favor, e contribui para que os benefícios sejam vistos como parte de um pacto público de garantia de mínimos sociais.

Por fim, a articulação entre benefícios eventuais e a política de segurança alimentar exige planejamento intersetorial: diálogo com equipamentos de SAN e com a política de agricultura familiar e com iniciativas locais de produção e consumo sustentável (Brasil, 2025e). Em municípios como Iconha, onde o auxílio alimentação concentra grande parte das concessões, essa discussão é estratégica: os dados de benefícios podem ser usados para mapear territórios mais afetados pela insegurança alimentar, apoiar ações de compra de alimentos da agricultura familiar, organizar grupos de educação alimentar e nutricional e fortalecer redes comunitárias de solidariedade. Desse modo, os benefícios eventuais deixam de ser apenas resposta emergencial e passam a compor uma estratégia mais ampla de enfrentamento das desigualdades que produzem a fome.

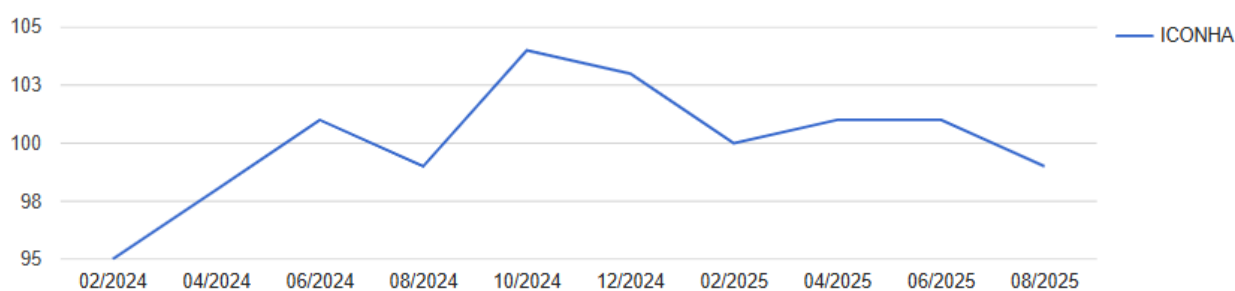
3.6.6.4 Programa Auxílio Gás Brasileiro

O Programa Auxílio Gás, instituído pela Lei nº 14.237/2021, integra o conjunto de políticas federais voltadas à redução das desigualdades sociais e ao enfrentamento da pobreza energética no país. Seu principal objetivo é aliviar o impacto do custo do gás de cozinha no orçamento das famílias de baixa renda, promovendo maior segurança alimentar e estabilidade no consumo doméstico. O benefício, direcionado prioritariamente às famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até meio salário mínimo, representa um importante instrumento de proteção social, especialmente em contextos de elevação dos preços dos combustíveis e de instabilidade econômica.

Até o momento, a transferência do Auxílio Gás ocorre em pecúnia, depositado diretamente às famílias beneficiárias conforme o calendário oficial do Programa Bolsa Família. O valor repassado equivale a cinquenta por cento da média nacional do preço do botijão de 13 kg de gás de cozinha. A gestão e operacionalização do benefício estão ancoradas na base de dados do CadÚnico, o que reforça a importância da atualização cadastral para a permanência das famílias no programa. Dessa forma, o Auxílio Gás consolida-se como uma ação de caráter complementar e contínuo, garantindo acesso a um insumo básico e contribuindo para a dignidade e o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade social.

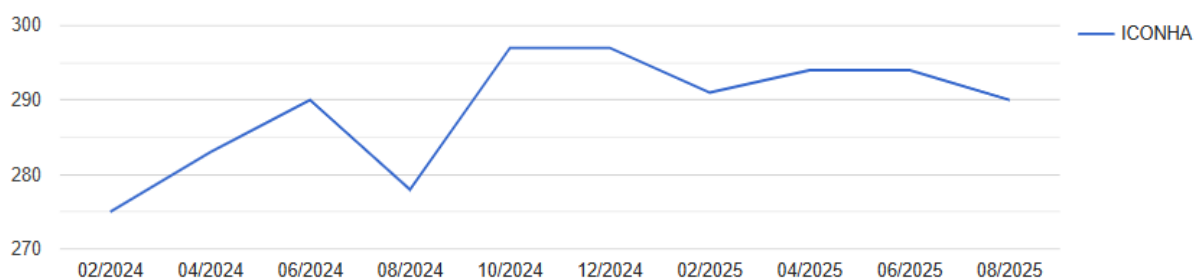
Com base nas informações do Sistema VIS Data 3, apresenta-se a evolução das famílias e das pessoas beneficiárias do Programa de 2024 a 2025.

Gráfico 67 – Famílias beneficiárias do Programa Auxílio Gás



Fonte: VIS Data 3. Brasil (2025d).

Gráfico 68 – Pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Gás



Fonte: VIS Data 3. Brasil (2025d).

A análise dos dados referentes ao Programa Auxílio Gás no município de Iconha, no período de fevereiro de 2024 a agosto de 2025, revela oscilações moderadas no número de famílias e pessoas beneficiárias, refletindo tanto ajustes operacionais do programa quanto atualizações cadastrais no Cadastro Único (Brasil, 2025d).

No que se refere às famílias beneficiárias, observa-se um crescimento inicial entre fevereiro e junho de 2024, passando de aproximadamente 95 para 101 famílias, seguido de pequenas variações até atingir o pico em outubro, com cerca de 104 famílias contempladas. A partir de novembro, inicia-se um processo de leve retração, mantendo-se estável ao longo de 2025, com ligeira redução no último trimestre, encerrando o período com aproximadamente 99 famílias ativas. Esse comportamento indica relativa estabilidade do programa no município, com pequenas flutuações decorrentes de processos de averiguação e revisão cadastral promovidos pelo Governo Federal (Brasil, 2025d).

Quanto ao número de pessoas beneficiárias, o movimento é semelhante. O total cresce de cerca de 275 em fevereiro de 2024 para aproximadamente 290 em junho do mesmo ano, atingindo o ponto máximo em outubro, com quase 300 pessoas atendidas. Após esse pico, o número de beneficiários sofre uma leve redução, mantendo-se em torno de 290 até meados de 2025, quando volta a apresentar discreta queda, finalizando o período analisado com aproximadamente 285 pessoas contempladas (Brasil, 2025d).

Essa dinâmica demonstra que o Auxílio Gás em Iconha tem conseguido manter uma cobertura relativamente estável, assegurando o acesso das famílias mais

vulneráveis ao benefício. A pequena oscilação observada ao longo dos meses reflete o impacto de revisões cadastrais, que buscam aprimorar a focalização e garantir que o recurso chegue, de forma contínua, às famílias que realmente se enquadram nos critérios de elegibilidade. Para fortalecer a efetividade do programa, é recomendável que o município continue investindo na atualização periódica do CadÚnico e na articulação entre CRAS e Vigilância Socioassistencial, assegurando a permanência das famílias que necessitam dessa política de proteção social.

A Portaria MDS nº 1.124, de 4 de novembro de 2025, estabelece que o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros será incorporado ao Programa Gás do Povo, instituído pela Medida Provisória nº 1.313/2025 e regulamentado pelo Decreto nº 12.649/2025. Com essa mudança, o benefício passa a ser operacionalizado como Auxílio Gás do Povo, mantendo o objetivo de garantir o acesso das famílias de baixa renda ao botijão de 13 kg.

A nova estrutura busca simplificar a gestão e unificar as políticas de subsídio ao gás de cozinha, integrando-as a um sistema nacional mais amplo de proteção social. O público-alvo continua sendo as famílias inscritas no Cadastro Único, especialmente aquelas com renda per capita de até meio salário mínimo e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Dessa maneira, o Programa Gás do Povo passa a concentrar a execução e o monitoramento dessa política, reforçando o compromisso do Governo Federal com a segurança energética e o enfrentamento à pobreza energética nos domicílios brasileiros.

3.6.6.5 Vale Gás Capixaba

O Programa Vale Gás Capixaba representa uma importante estratégia do Governo do Estado do Espírito Santo para mitigar os efeitos da vulnerabilidade econômica entre famílias em situação de extrema pobreza. O benefício, no valor de R\$ 100,00 a cada dois meses, tem como foco principal auxiliar na aquisição do gás de cozinha, um item essencial à segurança alimentar e ao bem-estar familiar. O programa é direcionado a famílias residentes no estado que possuam inscrição ativa

e atualizada no Cadastro Único, sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família e tenham renda per capita de até R\$ 218, contemplando especialmente aquelas que possuem crianças menores de seis anos em sua composição. Além disso, o cruzamento de dados com a Receita Federal busca garantir a transparência e a equidade no acesso ao benefício.

No município de Iconha, o Vale Gás Capixaba teve um impacto direto na redução das privações básicas, alcançando 20 famílias durante o período analisado. Essa cobertura, embora quantitativamente modesta, tem relevância qualitativa, pois incide sobre o grupo populacional mais exposto à insegurança alimentar e energética. O benefício se articula à política de segurança alimentar e nutricional e fortalece a rede de proteção social local, funcionando como instrumento complementar de apoio às ações do CRAS e da gestão do Cadastro Único.

Ao reduzir gastos domésticos com insumos essenciais, o programa contribui para que as famílias possam destinar parte do orçamento a outras necessidades, como alimentação, saúde e educação, além de promover alívio financeiro de curto prazo. O resultado alcançado reflete o comprometimento da equipe municipal com a atualização cadastral e com a busca ativa de famílias elegíveis, permitindo que o município mantenha um bom desempenho na execução de políticas estaduais voltadas à superação da pobreza e à promoção da dignidade humana (Iconha, 2025).

3.7 POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3.7.1 Programa Compra Direta de Alimentos

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ocupa posição central nas políticas públicas voltadas à proteção social, constituindo requisito indispensável para o desenvolvimento humano, a autonomia das famílias e a superação das vulnerabilidades sociais. No Espírito Santo, esse compromisso ganhou densidade normativa com a instituição da Política Estadual de Compra Direta de Alimentos da Agricultura Familiar, que estabelece diretrizes e instrumentos destinados

à aquisição pública de alimentos produzidos pela agricultura familiar e à sua destinação aos equipamentos e serviços que compõem a rede socioassistencial e outras estruturas responsáveis pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Essa política, criada inicialmente pela Lei Estadual nº 11.505/2021 e aperfeiçoada pela Lei nº 11.879/2023, consolida-se como instrumento estratégico para aproximar os agricultores familiares das políticas públicas, assegurando mercado institucional estável e fortalecendo as ações de enfrentamento à fome, à insegurança alimentar e às privações que incidem sobre diferentes segmentos da população capixaba.

O desenho do Programa de Compra Direta de Alimentos (CDA) articula duas dimensões complementares, de um lado, a dinamização da economia rural por meio da compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares; de outro, a ampliação do acesso a alimentos variados, frescos e nutricionalmente adequados para famílias e indivíduos atendidos pela Assistência Social, pela Saúde, pela Educação e por outras políticas que compõem o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Trata-se de uma ação pública que integra produção, abastecimento e proteção social, valorizando circuitos locais de comercialização, estimulando práticas alimentares saudáveis e promovendo vínculos mais sólidos entre o Estado e os territórios onde vivem e produzem os agricultores.

A regulamentação mais recente, estabelecida pelo Decreto Estadual nº 5.714-R/2024, aperfeiçoou os mecanismos de gestão, monitoramento e execução do CDA, estruturando critérios para adesão dos municípios, parâmetros de utilização dos recursos, procedimentos de controle social e instrumentos administrativos para garantir transparência, efetividade e alcance das ações. Esses elementos reforçam a natureza estruturante da política, que não se restringe ao repasse de alimentos, mas se constitui como eixo articulador de iniciativas voltadas ao desenvolvimento local, à inclusão produtiva rural, à soberania alimentar e à proteção social.

O Município de Iconha integra o Programa de Compra Direta de Alimentos a partir da publicação da Portaria SETADES nº 077-S, de 06 de outubro de 2023, que divulga o resultado da adesão municipal ao programa para o respectivo período de vigência. A presença de Iconha na lista de municípios evidencia o compromisso local com o fortalecimento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, abrindo espaço

para ampliar a articulação entre agricultores familiares, serviços públicos e unidades receptoras que atuam diretamente com famílias em situação de vulnerabilidade.

A adesão ao CDA assume relevância estratégica no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, uma vez que a oferta de alimentação adequada e saudável está diretamente associada à Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A execução do programa dialoga com os objetivos do SUAS ao promover ações que contribuem para a redução de vulnerabilidades, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a ampliação das condições de dignidade das famílias acompanhadas pelos serviços. A distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar aos equipamentos da Assistência Social, como reforça a capacidade protetiva da política, qualifica o atendimento e amplia o acesso das famílias a direitos essenciais.

Além disso, o programa articula com a perspectiva socioassistencial ao atuar tanto no alívio imediato das necessidades alimentares quanto na promoção de processos inclusivos e emancipatórios. Ao estimular a produção local e gerar renda para agricultores familiares, o CDA contribui para dinamizar economias comunitárias, reduzindo desigualdades e fortalecendo capacidades individuais. Desse modo, o programa se consolida como política pública que ultrapassa o caráter meramente emergencial, uma vez que ele integra oferta de alimentos, desenvolvimento territorial, fortalecimento de redes comunitárias e ampliação da proteção social, reafirmando a intersetorialidade como fundamento para a efetividade das políticas sociais.

A incorporação do CDA ao planejamento municipal reforça o compromisso de Iconha com uma Política de Assistência Social que responda de forma qualificada às necessidades alimentares das famílias, ao mesmo tempo em que contribui para a sustentabilidade social e econômica dos territórios rurais. A integração entre Segurança Alimentar e Nutricional, agricultura familiar e proteção social amplia a capacidade do município de enfrentar vulnerabilidades, reduzir desigualdades e promover condições para que as famílias desenvolvam trajetórias de vida mais estáveis, autônomas e saudáveis.

3.8 CONTROLE SOCIAL

No município de Iconha, o controle social da gestão pública concretiza-se por meio da atuação dos Conselhos Municipais instituídos de acordo com a legislação vigente, configurando-se como espaços colegiados de caráter deliberativo e/ou consultivo, conforme a natureza de cada política setorial. Esses conselhos asseguram a participação efetiva da sociedade civil na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas, promovendo maior transparência, democratização das decisões e corresponsabilidade na gestão dos recursos públicos municipais.

A institucionalização do Conselho Municipal de Assistência Social de Iconha está alinhada aos princípios da democracia participativa e ao marco legal que estrutura o SUAS, em especial a Constituição Federal de 1988 e a LOAS. A atuação desse colegiado tem sido essencial para fortalecer a gestão descentralizada e participativa da política de assistência social, garantindo o protagonismo dos usuários, trabalhadores e entidades da sociedade civil nas decisões que orientam o planejamento e a execução das ações voltadas à promoção da cidadania e à garantia de direitos no território municipal.

A seguir, o quadro do Conselho Municipal vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Iconha:

Quadro 7– Conselho Municipal

| Cnpj | Nome | Nº Identificador | UF | Município |
|------|--|------------------|----|-----------|
| | CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | ES | ICONHA |

Fonte: CADSUAS. Outubro de 2025.

RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS



Capítulo 4

4. RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS

A Política Municipal de Assistência Social de Iconha conta com equipes multiprofissionais distribuídas entre os equipamentos do SUAS, responsáveis pela execução dos serviços, programas, projetos e benefícios. Essas equipes são compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, orientadores e educadores sociais, entrevistadores de Cadastro Único, além de profissionais de nível médio e de apoio administrativo. A diversidade de perfis profissionais assegura a integralidade do atendimento, permitindo respostas mais qualificadas às diferentes demandas apresentadas pela população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Os vínculos empregatícios dos trabalhadores da Assistência Social são variados, incluindo servidores estatutários, comissionados e contratos temporários. Essa diversidade contribui para a continuidade da oferta dos serviços, mas reforça a importância de fortalecer estratégias voltadas à valorização dos trabalhadores, como a educação permanente e a ampliação da estabilidade nas equipes.

Em relação aos recursos materiais, a rede socioassistencial dispõe de uma infraestrutura composta por um CRAS, um CREAS, uma Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, uma Unidade de Acolhimento para Pessoas Idosas, um Posto do Cadastro Único e um Centro de Convivência. Os equipamentos contam com mobiliário básico, materiais permanentes, itens de consumo e materiais pedagógicos para a realização de oficinas, grupos e atividades coletivas. No entanto, foram identificadas necessidades relacionadas à modernização do mobiliário, ampliação de materiais didáticos e adequação dos espaços para acessibilidade, de modo a qualificar ainda mais o atendimento prestado à população.

No que se refere aos recursos tecnológicos, o município utiliza sistemas e plataformas essenciais para a gestão e o acompanhamento dos serviços socioassistenciais. Apesar dos avanços na informatização, ainda são necessárias melhorias na atualização dos equipamentos de informática, na ampliação do acesso à internet em algumas unidades e na integração entre os sistemas, a fim de aprimorar a análise e o uso das informações na gestão da política pública.

De forma geral, Iconha dispõe de uma estrutura significativa para a execução da Política Municipal de Assistência Social. Contudo, persistem desafios relacionados à valorização dos trabalhadores, modernização dos equipamentos e fortalecimento dos recursos tecnológicos, sendo essencial a implementação de estratégias para aprimorar a gestão, ampliar a cobertura e qualificar os serviços prestados à população.

4.1 Recursos Humanos

A seguir quadro de recursos humanos disponíveis em cada unidade:

Quadro 8 – Recursos Humanos disponíveis no CRAS

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde Disponível | Carga Horária Semanal |
|----------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------|-----------------------|
| <u>PSB</u> | <u>CRAS</u> | Coordenador | 1 | 40 horas |
| | | Assistente social | 2 | 30 horas |
| | | Psicóloga | 1 | 40 horas |
| | | Técnico de Nível Médio | 4 | 40 horas |
| | | Apoio Administrativo | 1 | 40 horas |
| | | Serviços Gerais | 1 | 40 horas |
| | | Outros | 1 | 40 horas |
| | | Técnico de nível superior | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 9 – Recursos Humanos disponíveis no Posto de Cadastro Único

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde Disponível | Carga Horária |
|------------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| <u>Cadastro Único</u> | | Coordenador | 1 | 40 horas |

| | | | | |
|--|-------------------------|-------------------|---|----------|
| | Posto de Cadastro Único | Assistente social | 1 | 30 horas |
| | | Entrevistador | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 10 – Recursos Humanos disponíveis no Programa Criança Feliz

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde Disponível | Carga Horária |
|----------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| PSB | <u>Programa Criança Feliz</u> | Visitadores | 4 | 40 horas |
| | | Supervisor | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 11 – Recursos Humanos disponíveis no CREAS

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde Disponível | Carga Horária |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|-----------------|---------------|
| PSE Média Complexidade | <u>CREAS</u> | Coordenador | 1 | 40 horas |
| | | Assistente Social | 1 | 30 horas |
| | | Psicólogo | 1 | 40 horas |
| | | Advogado | 1 | 40 horas |
| | | Técnico de Nível Médio | 1 | 40 horas |
| | | Serviços Gerais | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 12 – Recursos Humanos disponíveis na Unidade de Acolhimento “Otávio América de Almeida”

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde. Disponível | Carga Horária Semanal |
|------------------------------|---|-------------------|------------------|-----------------------|
| PSE Alta Complexidade | <u>Unidade de Acolhimento “Otávio América de Almeida”</u> | Coordenador | 1 | 40 horas |
| | | Assistente Social | 1 | 30 horas |
| | | Psicólogo | 1 | 40 horas |
| | | Cuidadores | 4 | 40 horas |

| | | | |
|--|-----------------------------|---|----------|
| | Auxiliar de Cuidador | 4 | 40 horas |
| | Cozinheira | 1 | 40 horas |
| | Segurança | 2 | 40 horas |
| | Profissional de Nível Médio | 1 | 40 horas |
| | Pedagogo | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Recursos Humanos disponíveis na Unidade de Acolhimento Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde. Disponível | Carga Horária Semanal |
|-------------------------------------|---|------------------------|------------------|-----------------------|
| <u>PSE Alta Complexidade</u> | <u>Unidade de Acolhimento Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”</u> | Coordenadora | 1 | 40 horas |
| | | Cozinheira | 3 | 12 x 36 horas |
| | | Aux de Serviços gerais | 2 | 12 x 36 horas |
| | | Cuidadora de Idosos | 2 | 12 x 36 horas |
| | | Técnica de Enfermagem | 2 | 12 x 36 horas |
| | | Auxiliar de Enfermagem | 2 | 40 horas |
| | | Responsável Técnico | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 13 – Recursos Humanos disponíveis na SEMADES

| Nível de proteção e Gestão | Local de Trabalho | Profissão/Cargo | Qtde Disponível | Carga Horária Semanal |
|---|-----------------------|----------------------------------|-----------------|-----------------------|
| <u>Gestão Administrativa do SUAS</u> | <u>Gestão do SUAS</u> | Secretário de Assistência Social | 1 | 40 horas |
| | | Coordenador | 2 | 40 horas |
| | | Serviços Gerais | 2 | 40 horas |

| | | | |
|--|------------------------|---|----------|
| | Secretário Executivo | 1 | 40 horas |
| | Apoio Administrativo | 2 | 40 horas |
| | Técnico de Nível Médio | 1 | 40 horas |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

4.2 Recursos Materiais e Tecnológicos

A seguir, estão apresentados os recursos materiais disponíveis em cada unidade

Quadro 14 – Recursos Materiais disponíveis no CRAS

| Recurso Material | Quantidade Disponível |
|---------------------------|------------------------------|
| Computador | 21 |
| Armário | 8 |
| Cadeiras | 26 |
| Ar condicionado | 11 |
| Impressora | 4 |
| Data show | 1 |
| Bebedouro | 1 |
| Baias | 3 |
| Geladeira | 2 |
| Balcão de recepção | 1 |
| Salas | 4 |
| Banheiros | 5 |
| Cozinha | 1 |
| Depósito | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 15 - Recursos Materiais disponíveis no CREAS

| Recurso Material | Quantidade Disponível |
|---------------------------|------------------------------|
| Computador | 10 |
| Armário | 8 |
| Cadeiras | 10 |
| Ar condicionado | 7 |
| Impressora | 2 |
| Data show | 1 |
| Bebedouro | 1 |
| Baias | 0 |
| Geladeira | 1 |
| Balcão de recepção | 1 |
| Salas | 6 |
| Banheiros | 4 |
| Cozinha | 1 |
| Depósito | 1 |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 16 – Recursos Materiais disponíveis na Unidade de Acolhimento “Otávio América de Almeida”

| Recurso Material | Quantidade Disponível |
|-------------------------|------------------------------|
| Computador | 4 |
| Armário | 8 |
| Cadeiras | 6 |
| Ar condicionado | 6 |
| Mesa | 8 |
| Geladeira | 4 |
| Estante | 5 |
| Banco | 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

Quadro 17 – Recursos Materiais disponíveis na Unidade de Acolhimento Lar do Idoso “José de Paula Beiriz”

| Recurso Material | Quantidade Disponível |
|-------------------------|------------------------------|
| Computador | 1 |
| Mesa | 1 |

| | |
|------------------------|---|
| Armário | 1 |
| Veículo | 1 |
| Tablet | 0 |
| Cadeiras | 2 |
| Ar condicionado | 1 |
| Impressora | 1 |
| Datashow | 0 |
| Bebedouro | 2 |
| Geladeira | 2 |
| Depósito | 1 |
| Sala | 1 |
| Banheiro | 2 |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025.

4.3 Recursos Financeiros

A seguir, estão apresentadas as tabelas de recursos financeiros para no ano de 2024:

Quadro 18 – Centro de Custo na Assistência Social

| Custeio/2024 | RECURSOS PRÓPRIOS | RECURSOS FEDERAIS | RECURSOS ESTADUAIS | TOTAL EM 2024 |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|---------------|
| Combustíveis e Lubrificantes Automotivos | 33.660,25 | | 52.713,88 | 86.374,13 |
| Conta de Água e Esgoto | 8.437,00 | | 1.826,00 | 10.263,00 |
| Conta de Luz | 6.957,68 | 20.702,81 | 29.154,10 | 56.814,59 |
| Diárias | 27.090,00 | 37.800,00 | | 64.890,00 |
| Gêneros de Alimentação | 49.535,56 | 57.696,33 | 177.092,04 | 284.323,93 |
| Locação de Imóveis | | | 41.998,33 | 41.998,33 |
| Material de Copa e Cozinha | | 3.940,00 | 1.425,75 | 5.365,75 |
| Material de Expediente | | 8.940,00 | 2.007,65 | 10.947,65 |
| Internet | 6.612,00 | 3.459,60 | 4.514,00 | 7.973,60 |
| Aquisição de Automóveis | | 112.890,00 | | 112.890,00 |
| Folha da Equipe de Referência | 148.105,00 | | | 148.105,00 |
| Efetivos / Cargos | 17.925,00 | | | 17.925,00 |
| Outras Despesas | 434.207,06 | 43.198,22 | 218.702,44 | 696.107,72 |
| Material de Limpeza e Produção de Higienização | | 4.223,26 | 29.737,80 | 33.961,06 |
| Total Geral | 732.529,55 | 292.850,22 | 559.171,99 | 1.584.551,76 |

Fonte: Elaborado pelo autor. Novembro de 2025

A execução financeira da Política de Assistência Social no município de Iconha, no exercício de 2024, evidencia um volume expressivo de investimentos, totalizando R\$ 1.584.551,76, oriundos da combinação de recursos próprios, R\$ 732.529,55, recursos federais, R\$ 292.850,22, e recursos estaduais, R\$ 559.171,99. Essa composição demonstra um esforço significativo do município na manutenção e no fortalecimento da política, com forte participação do cofinanciamento estadual e relevante aporte de recursos próprios.

Observa-se que os recursos próprios assumem papel central no custeio da política, especialmente em despesas estruturantes e permanentes. Destaca-se, nesse sentido, o investimento na folha da equipe de referência, que totalizou R\$ 148.105,00, integralmente financiado com recursos municipais, evidenciando o compromisso do ente local com a garantia da continuidade dos serviços e a manutenção das equipes técnicas, conforme as diretrizes da NOB-RH/SUAS. Também se sobressaem os gastos classificados como outras despesas, que alcançaram R\$ 696.107,72, com predominância de recursos próprios e estaduais, indicando despesas operacionais diversas necessárias ao funcionamento cotidiano da rede socioassistencial.

No que se refere ao cofinanciamento federal, nota-se maior concentração em despesas estratégicas e de apoio à execução dos serviços, como diárias, R\$ 37.800,00, gêneros de alimentação, R\$ 57.696,33, material de expediente, R\$ 8.940,00, aquisição de automóveis, R\$ 112.890,00, e material de copa e cozinha, R\$ 3.940,00. A aquisição de automóveis, financiada exclusivamente com recursos federais, revela investimento relevante na melhoria da capacidade logística e operacional da política, especialmente para ações de acompanhamento familiar, visitas domiciliares e articulação intersetorial.

O cofinanciamento estadual apresenta peso significativo no orçamento total, com destaque para despesas diretamente relacionadas à oferta de serviços e à manutenção das unidades, como gêneros de alimentação, R\$ 177.092,04, outras despesas, R\$ 218.702,44, material de limpeza e higienização, R\$ 29.737,80, locação de imóveis, R\$ 41.998,33, e combustíveis e lubrificantes automotivos, R\$ 52.713,88. Esses dados indicam que o apoio estadual tem sido fundamental para assegurar

condições adequadas de funcionamento dos serviços socioassistenciais e para viabilizar ações continuadas no território.

As despesas com custos operacionais básicos, como água, esgoto, energia elétrica e internet, embora representem percentuais menores do total, são essenciais para a sustentabilidade dos equipamentos da Assistência Social. Nota-se que essas despesas são financiadas de forma compartilhada entre os entes, refletindo a lógica do cofinanciamento do SUAS e a corresponsabilidade entre União, Estado e Município.

De modo geral, a análise do centro de custo evidencia que a Política de Assistência Social de Iconha em 2024 esteve fortemente orientada para a manutenção da estrutura dos serviços, a garantia de equipes técnicas, o suporte logístico e o funcionamento contínuo da rede socioassistencial. A expressiva participação de recursos próprios sinaliza o comprometimento da gestão municipal com a política, ao passo que o cofinanciamento estadual e federal cumpre papel complementar e estratégico, contribuindo para a ampliação da capacidade de atendimento e para a qualificação das ofertas do SUAS no município.

Essa configuração financeira reforça a importância de planejamento contínuo, monitoramento dos gastos e articulação entre as esferas de governo, de modo a assegurar a sustentabilidade da política e o atendimento às demandas socioassistenciais da população de Iconha, em consonância com os princípios da universalidade, continuidade e proteção social previstos na PNAS.

OBJETIVOS



Capítulo 5

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Promover o fortalecimento da Política Municipal de Assistência Social em Iconha, assegurando a proteção social em seus diferentes níveis de complexidade, a gestão qualificada dos serviços, programas e benefícios, o aprimoramento da intersetorialidade e da participação social, bem como a valorização dos trabalhadores e a sustentabilidade do financiamento público, de modo a garantir o acesso equitativo e continuado aos direitos socioassistenciais no território municipal.

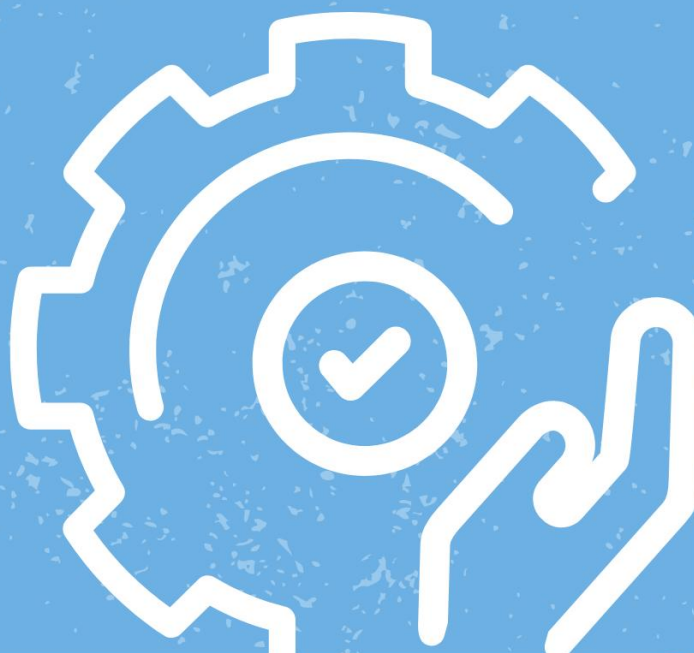
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprimorar os processos administrativos e operacionais da SEMADES, garantindo infraestrutura adequada, otimização de recursos e eficiência na execução orçamentária e financeira das ações do SUAS;
- Consolidar a gestão descentralizada e participativa do Sistema Único de Assistência Social, qualificando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações, com base em indicadores, diagnósticos socioterritoriais e instrumentos de gestão integrados;
- Fortalecer o papel do CRAS como porta de entrada da Política de Assistência Social, ampliando o alcance das ações preventivas e protetivas da Proteção Social Básica, com foco na convivência familiar e comunitária, na superação de vulnerabilidades e na promoção da autonomia das famílias;
- Aprimorar os serviços especializados de proteção e atendimento às famílias e aos indivíduos com direitos violados, garantindo a continuidade do acompanhamento técnico, a articulação com o sistema de justiça e a efetivação das medidas previstas em lei;
- Assegurar o acolhimento institucional humanizado e qualificado a crianças, adolescentes e idosos afastados do convívio familiar, promovendo estratégias

de reintegração familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos sociais e afetivos;

- Aprimorar a gestão dos benefícios eventuais, de forma ética e acessível, garantindo que sua concessão ocorra com base nos princípios da dignidade, equidade e respeito às diversidades, sem a adoção de práticas que possam expor, constranger ou discriminar os usuários;
- Ampliar a atuação do COMASI e demais instâncias de participação, promovendo formações continuadas e fortalecendo o papel deliberativo, fiscalizador e propositivo do controle social;
- Consolidar a gestão local do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, garantindo a atualização permanente dos cadastros, a integração com as demais políticas públicas e o fortalecimento da busca ativa, especialmente em territórios com maior vulnerabilidade, assegurando a efetividade do acesso e a continuidade dos benefícios socioassistenciais.
- Expandir a oferta de programas e projetos socioassistenciais no município, promovendo ações integradas que fortaleçam o protagonismo das famílias, estimulem o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e ampliem as oportunidades de participação social e melhoria da qualidade de vida no território.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DELIBERADAS



Capítulo 6

6. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DELIBERADAS

6.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O PMAS de Iconha está fundamentado nas diretrizes estabelecidas pela PNAS (Brasil, 2004), pela LOAS (Brasil, 1993) e pela NOB/SUAS (Brasil, 2012), com destaque para as diretrizes organizacionais expressas no artigo 5º da NOB/SUAS 2012:

- I - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- II - Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
- III - Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV - Matricialidade sociofamiliar;
- V - Territorialização;
- VI - Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII - Controle social e participação popular (Brasil, 2012, p. 17).

Este Plano busca ainda manter coerência com as diretrizes que orientam a administração pública municipal, expressas no Plano Plurianual (PPA) de Iconha, promovendo a articulação intersetorial necessária para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais identificadas no município.

6.2 PRINCÍPIOS

Em alinhamento ao II Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016) e às orientações propostas para as Conferências de Assistência Social de 2025, o Plano Municipal de Assistência Social de Iconha adota como referência um conjunto de princípios e diretrizes estruturantes que orientam a organização, a execução e o aprimoramento da política no território municipal. Essas diretrizes reafirmam a centralidade da proteção social enquanto dever do Estado e direito de todo cidadão,

orientando a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de forma equitativa, participativa e integrada às demais políticas públicas:

6.2.1 Universalidade do acesso aos direitos

A universalidade do acesso, enquanto princípio estruturante da política de assistência social, garante o direito de todo cidadão à proteção social, reafirmando o dever do Estado de prover respostas públicas diante das situações de vulnerabilidade e risco social. Contudo, essa universalidade se concretiza de forma singular, pois a Assistência Social é destinada àqueles que dela necessitam, conforme estabelece a LOAS (Brasil, 1993). Em Iconha, esse princípio orienta a gestão municipal a reconhecer as múltiplas expressões da pobreza, das desigualdades e da exclusão, assegurando que ninguém seja privado de atendimento por critérios econômicos, burocráticos ou morais. Dessa maneira, a universalidade se traduz na ampliação de portas de entrada e na eliminação de barreiras de acesso, com ações voltadas à escuta qualificada, ao acolhimento e à efetivação de direitos, garantindo que os serviços e benefícios alcancem, de fato, as pessoas e famílias que deles necessitam.

6.2.2 Equidade e Justiça Social

A equidade e a justiça social orientam a Política de Assistência Social para além da igualdade formal, propondo um olhar diferenciado sobre as desigualdades estruturais que afetam os grupos sociais. Em Iconha, aplicar esse princípio significa direcionar esforços e recursos de modo proporcional às necessidades de cada território e público, priorizando aqueles em maior desvantagem social. A equidade expressa uma ação redistributiva e reparadora, que reconhece a desigualdade como ponto de partida e busca reduzir suas causas, enquanto a justiça social se concretiza na construção de oportunidades reais de participação, autonomia e dignidade para todas as famílias atendidas.

6.2.3 Integralidade do atendimento

A integralidade do atendimento constitui um princípio orientador da Política de Assistência Social, sustentado na compreensão de que as situações de vulnerabilidade e risco não são fragmentadas e, portanto, exigem respostas articuladas e complementares. Em Iconha, esse princípio implica reconhecer o usuário como sujeito de direitos inserido em múltiplas dimensões da vida social, econômica, familiar, comunitária e simbólica, e não apenas a demanda pontual. Com isso, a integralidade se realiza quando os serviços, programas e benefícios atuam de forma interdependente, garantindo percursos de proteção capazes de unir escuta, acolhimento, acompanhamento e promoção da autonomia. Mais do que integrar políticas setoriais, a integralidade propõe uma prática que compreende o ser humano em sua totalidade e aposta na rede de proteção como expressão concreta da dignidade e da cidadania.

6.2.4 Matricialidade Sociofamiliar e Territorialização

A matricialidade sociofamiliar e a territorialização configuram o eixo central de organização do SUAS e orientam a Política de Assistência Social a partir do lugar e das relações familiares e comunitárias. Em Iconha, esses princípios se expressam na valorização do território como espaço vivo de pertencimento, identidade e proteção, e da família como núcleo mediador das experiências sociais. A atuação do SUAS, ao adotar essa base, busca reconhecer a singularidade de cada território, fortalecendo vínculos familiares e redes comunitárias como estratégias de superação das vulnerabilidades. A Assistência Social deixa de operar de forma setorializada e passa a se fundamentar na proximidade, no conhecimento do contexto local e na construção coletiva de respostas socialmente enraizadas.

6.3 DIRETRIZES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Em consonância com os fundamentos do II Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016) e com as orientações propostas para as Conferências de Assistência Social de 2025, o PMAS de Iconha estabelece diretrizes específicas

voltadas ao fortalecimento da proteção social em suas diferentes dimensões e níveis de complexidade. Essas diretrizes buscam consolidar uma rede articulada, territorializada e capaz de oferecer respostas qualificadas às situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. O propósito é orientar a atuação do SUAS no município, garantindo coerência entre a gestão, o financiamento e a execução das ações, com base nos princípios da dignidade humana, da equidade e da corresponsabilidade na promoção do bem-estar social.

6.3.1 Promoção da Proteção Social Integral

Consolidar uma rede de proteção social articulada e contínua, que assegure o direito à convivência familiar e comunitária, à superação das vulnerabilidades e à ampliação da autonomia das famílias. A proteção integral requer que os serviços e benefícios operem de forma coordenada, superando a fragmentação institucional e adotando estratégias que valorizem o cuidado, o acolhimento e a corresponsabilidade pública na garantia dos direitos. Em Iconha, essa diretriz reafirma o compromisso com uma política que atua desde a prevenção de riscos até a reparação das violações, estruturando fluxos de referência e contrarreferência entre os diferentes níveis de proteção.

Esta diretriz orienta as seguintes prioridades:

1. Fortalecer a integração entre serviços, programas e benefícios, assegurando percursos de atendimento contínuos e articulados.
2. Consolidar a atuação intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional e Direitos Humanos.
3. Garantir o acompanhamento técnico das famílias em situação de maior vulnerabilidade social.
4. Promover práticas de acolhimento humanizado e escuta qualificada em todos os níveis de atendimento.

6.3.2 Cofinanciamento público e sustentável

Assegurar a sustentabilidade financeira da Política de Assistência Social por meio de planejamento orçamentário regular, diversificação de fontes de recursos e fortalecimento do pacto federativo. A diretriz reforça a necessidade de que o financiamento público seja contínuo, previsível e suficiente para garantir a execução dos serviços com qualidade. Em um município de pequeno porte como Iconha, isso implica racionalizar o uso dos recursos, fortalecer a capacidade de execução orçamentária e buscar novas formas de cooperação técnica e financeira entre os entes federados.

Esta diretriz orienta as seguintes prioridades:

1. Garantir a inclusão das ações da Assistência Social nos instrumentos de planejamento orçamentário municipal.
2. Monitorar e avaliar a execução financeira dos recursos do SUAS, priorizando a transparência e o controle social.
3. Estimular a captação de recursos complementares e parcerias institucionais que contribuam para a sustentabilidade da política.

6.3.3 Gestão e Qualificação do Trabalho no SUAS

Reforçar a profissionalização, a valorização e o desenvolvimento permanente dos trabalhadores da Assistência Social, reconhecendo-os como sujeitos essenciais para a efetivação dos direitos socioassistenciais. A qualificação da gestão e do trabalho no SUAS, demanda investimento em formação continuada, condições éticas e adequadas de trabalho, além de práticas de planejamento e supervisão técnica. Em Iconha, essa diretriz orienta a consolidação de equipes estáveis, integradas e capacitadas para responder de forma qualificada às demandas do território.

Esta diretriz orienta as seguintes prioridades:

1. Implantar o Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS.
2. Promover ações de valorização e reconhecimento dos trabalhadores da Assistência Social.

3. Garantir infraestrutura adequada e recursos tecnológicos que apoiem o trabalho técnico e administrativo.
4. Fortalecer a cultura de planejamento, monitoramento e supervisão técnica nos serviços socioassistenciais.

6.3.4 Participação Social

Fortalecer a participação democrática da sociedade civil, dos usuários e dos trabalhadores nos espaços de deliberação, fiscalização e formulação da Política de Assistência Social. Essa diretriz reconhece a participação social como elemento constitutivo da gestão pública e expressão da cidadania ativa, capaz de transformar o controle social em instrumento de aprimoramento das políticas públicas. Em Iconha, o fortalecimento do Conselho Municipal e das Conferências reafirma o compromisso com a transparência, o diálogo e o protagonismo dos sujeitos que constroem o SUAS no território.

Esta diretriz orienta as seguintes prioridades:

1. Estimular o protagonismo dos usuários nos espaços de controle social e participação pública.
2. Promover a capacitação continuada dos conselheiros e representantes da sociedade civil.
3. Assegurar a realização periódica de conferências municipais e pré-conferências temáticas.
4. Criar mecanismos de acompanhamento e divulgação das deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

6.4 DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As diretrizes e prioridades estabelecidas neste Plano Municipal de Assistência Social incorporam as deliberações da última Conferência Municipal de Assistência Social de Iconha, realizada em 2025

6.4.1 DELIBERAÇÕES PARA O MUNICÍPIO

- Criação e implementação de equipe técnica itinerante para atendimento das comunidades rurais e de difícil acesso, visando facilitar o acesso da população aos serviços, programas, benefícios e demais ações socioassistenciais, respeitando as especificidades territoriais e culturais;
- Implementar a vigilância socioassistencial no município, de forma a fornecer dados e informações pertinentes ao SUAS, para que possamos atender todos que precisarem do Sistema;
- Retomar a atenção especial ao idoso, como por exemplo as atividades físicas com profissional qualificado;
- Implementação do Centro POP, para atender o número crescente de pessoas em situação de rua (migrantes ou permanentes);
- Criar de serviço itinerante amplamente organizado que promova, atendimento e acompanhamento em territórios indicados pela vigilância socioassistenciais articulado entre CFIAS, Cadastro Único, Saúde, Educação, trabalho e renda para fomentar o atendimento dos usuários de forma transparente;
- Melhorar o acesso dos usuários com a implementação do transporte público;
- Criação de comissão para o plano de educação permanente e formação continua;
- Instituição de fórum de informação sobre os equipamentos com criação de cartilhas informativas e controle social;
- Fazer Concurso público para efetivação de profissionais qualificados para continuidade do serviço;
- Envolver os usuários no planejamento e execução das políticas públicas;
- Inclusão de metas fiscais e ações específicas no PPA, LDO e LOA a grupos específicos populacionais, pessoas com deficiência e idosos;

- Implementação de um índice Estadual de Cofinanciamento Equitativo do SUAS, levando em conta a vulnerabilidade regional, capacidade fiscal e cobertura de serviços e custos baixos;
- Criação do Sistema Nacional de Avaliação do Custo dos Serviços do SUAS (SINCO/SUAS).

6.4.2 DELIBERAÇÕES PARA O ESTADO

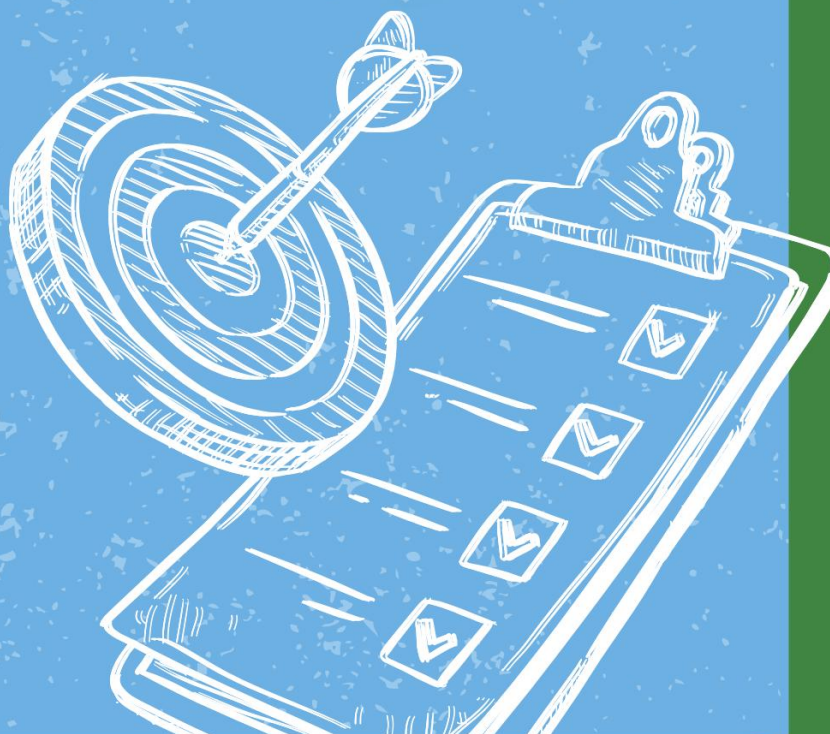
- Instituição de equipes técnicas estaduais exclusivas, contratadas e geridas diretamente pelo Governo do Estado, com a finalidade de apoiar a implantação, execução e monitoramento dos serviços e programas do SUAS nos municípios, especialmente naqueles com maior vulnerabilidade ou dificuldades de gestão;
- Incentivar para permanência no SUAS: plano de carreira e aposentadoria. Benefícios e incentivos para trabalhadores que decidam permanecer no sistema público de assistência social a longo prazo;
- Implementar um programa de Saúde Mental e Qualidade de Vida dos Trabalhadores, com a criação de políticas de apoio psicológico e programas de bem-estar para os trabalhadores do SUAS;
- Implantar uma ILPI com grau 3 de dependência, a nível estadual, para atender a todos os idosos que necessitam dos serviços do SUAS;
- Instituir calendário com programação anual de capacitação profissional para trabalhadores do SUAS e da rede intersetorial. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para os usuários do SUAS, com apoio técnico e financeiro, fomentando incentivos para que as empresas contratem os alunos oriundos desses cursos;
- Capacitar continuamente os profissionais do SUAS para promoção do atendimento humanizado;
- Programa Estadual de Apoio técnico-Financeiro à Estruturação do CRAS e CREAS em pequenos municípios. Criação do Plano Municipal de Sustentabilidade Financeira do SUAS com participação popular.

Aprovação e regulamentação da PEC 38312017 - Vinculação de percentual mínimo de recurso para o SUAS.

6.4.3 DELIBERAÇÕES PARA A UNIÃO

- Revisão da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), com a substituição do critério de definição de equipe mínima baseada exclusivamente no número de habitantes, por parâmetros que considerem a realidade local, a demanda dos serviços, as características do território e a complexidade social, assegurando equipes adequadas ao atendimento com equidade;
- Aprovar o piso salarial para os Assistentes Sociais, como forma de valorizar o trabalho prestado por esses profissionais;
- Criar um Programa Nacional de Qualificação Profissional no SUAS, com bolsas de estudo para cursos e especializações, nas áreas que correspondem ao SUAS;
- Criar de uma premiação anual para iniciativas inovadoras de trabalhadores do SUAS, como um reconhecimento por boas práticas;
- Assegurar financiamento adequado, suficiente e atualizado com planejamento financeiro para organização dos serviços socioassistenciais;
- Aprimorar os canais de comunicação transparente das instituições governamentais, para uma comunicação mais clara e objetiva;
- Letramento digital para os usuários do SUAS;
- Criação do Fundo Municipal Emergencial de Proteção Social com recursos próprios e suplementares, com a fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social;
- Inclusão de Metas Fiscais e ações específicas no PPA, LDO e LOA, a grupos populacionais específicos, pessoas com deficiência e idosos;
- inclusão de Metas Fiscais e ações específicas no PPA, LDO e LOA, a grupos populacionais específicos, pessoas com deficiência e idosos.

OBJETIVOS, METAS E AÇÕES



Capítulo 7

7. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

Após a compreensão dos objetivos, das diretrizes e das prioridades passaremos a descrever as ações e metas que tornarão possíveis colocá-los em prática na Política Municipal de Assistência Social.

7.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo Específico: Aprimorar os processos administrativos e operacionais da SEMADES, garantindo infraestrutura adequada, otimização de recursos e eficiência na execução orçamentária e financeira das ações do SUAS.

A seguir quadro com as ações e metas da Gestão Administrativa:

Quadro 19– Ações e metas da Gestão Administrativa

| ODS 17 – Parcerias e meios de implementação | | | | | | |
|--|-------|-------------|---------------------|------|------|------|
| Meta 17.17: Parcerias eficazes entre governo e sociedade | | | | | | |
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| | | | | | | |



| | | | | | | |
|---|---|--|---|---|---|---|
| Reorganização dos fluxogramas administrativos e financeiros do FMAS, promovendo maior agilidade e monitoramento dos processos. | Revisar 90% dos fluxogramas administrativos e financeiros do FMAS. | Percentual de fluxogramas revisados e normatizados. | x | x | | |
| Capacitação dos servidores municipais envolvidos com a execução financeira e administrativa do SUAS, fortalecendo competências técnicas e operacionais. | Realizar 2 capacitações anuais em gestão financeira e sistemas de informação. | Quantidade de capacitações realizadas e participação dos servidores. | x | x | x | x |
| Desenvolvimento de fluxograma de procedimentos administrativos e financeiros da Assistência Social, com padronização de processos internos. | Elaborar fluxo institucional dos procedimentos administrativos e financeiros. | Percentual de implementação dos fluxos administrativos. | x | x | x | x |
| Realizar capacitações periódicas com a equipe técnica do Fundo e do CMAS. | Realizar ao menos 2 capacitações anuais em gestão financeira e sistemas. | Número de capacitações realizadas. | x | x | x | x |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE **ICONHA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| Realização de encontros de alinhamento entre gestão, contabilidade e controle interno, visando à transparência e ao cumprimento das normativas do SUAS. | Promover 2 encontros anuais de alinhamento setorial | Número de encontros promovidos. | x | x | x | x |
| Garantia de recursos próprios alocados ao FMAS para operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. | Assegurar a destinação anual de recursos próprios na LOA para o FMAS. | Percentual de recursos municipais destinados ao FMAS. | x | x | x | x |
| Manutenção das estruturas físicas e tecnológicas da Secretaria e unidades vinculadas, conforme normas de acessibilidade e segurança. | Adequar 85% das unidades às normas de acessibilidade e segurança. | Percentual de unidades adequadas. | x | x | x | x |
| Implementação do monitoramento da execução orçamentária e | Apresentar relatórios financeiros e físicos ao longo do ano ao COMASI. | Número de relatórios entregues e validados. | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|--|---|---------------------------------|---|---|---|---|
| financeira com relatórios periódicos ao COMASI. | | | | | | |
| Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência pública sobre a execução dos recursos da Assistência Social, garantindo acesso às informações no portal municipal. | Publicar relatórios do FMAS no portal da transparência. | Número de relatórios publicados | x | x | x | x |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.2 GESTÃO DO SUAS

Objetivo Específico: Aprimorar a gestão do SUAS no município, assegurando planejamento, monitoramento, avaliação e regulação da rede socioassistencial, com base em evidências e alinhamento às normativas nacionais, visando qualificar a oferta de serviços e a efetividade da proteção social.

A seguir quadro com as ações e metas da Gestão do SUAS:

Quadro 20– Ações e metas da Gestão do SUAS

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Meta 17.17: Parcerias eficazes entre governo e sociedade

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA

| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | |
|---|--|---|---------------------|------|------|------|
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Realização do mapeamento socioassistencial com base nos diagnósticos socioterritoriais, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social. | Identificar 85% dos territórios com maior vulnerabilidade e desproteções sociais até o final do 1º ano do plano. | Número de territórios mapeados. | x | | | |
| Ampliação do número de atendimentos realizados nas unidades socioassistenciais, conforme a capacidade de oferta e as demandas do território. | Elevar em 50% o número médio de atendimentos executados nas unidades em relação ao ano anterior. | Relatórios qualitativos e quantitativos elaborados pelas equipes de referência. | x | x | x | x |
| Aplicação de parte do cofinanciamento federal do Índice de Gestão Descentralizado do SUAS para o fortalecimento do controle social, em atendimento à Resolução CNAS/MDS nº 202, de 25 de julho de 2025. | Aplicar, no mínimo, 10% dos recursos repassados para o controle social. | Quantitativo destinado mensalmente para as ações do controle social. | x | x | x | x |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---|---|
| Implementação de mecanismos de aprimoramento dos índices de gestão (ID CRAS, ID CREAS e e ID Conselho), fortalecendo a eficiência e a qualidade da oferta. | Qualificar 90% do ID CRAS, do ID CREAS e ID Conselho. | Dados quantitativos de todos os equipamentos informados no Censo SUAS. | x | x | x | x |
| Utilização dos sistemas de informação do SUAS como ferramenta de registro, acompanhamento e monitoramento dos serviços, programas e benefícios. | Garantir a utilização de 100% dos Softwares de Gestão do SUAS no município. | Percentual de uso do sistema pelos equipamentos. | x | x | x | x |
| Implantação da Vigilância Socioassistencial, com estrutura técnica, fluxogramas e instrumentos de coleta e análise territorial. | Estruturar 90% da Coordenação da Vigilância Socioassistencial. | Quantidade de produtos técnicos elaborados (boletins, relatórios e análises territoriais). | x | x | x | x |
| Integração entre a Vigilância Socioassistencial e o Cadastro Único, para qualificar o diagnóstico e o mapeamento das expressões da desigualdade social. | Garantir a produção de relatórios semestrais que subsidiem o planejamento e a tomada de decisão da gestão do SUAS. | Número de relatórios produzidos | x | x | x | x |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE **ICONHA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| Articulação intersetorial permanente com as políticas de Saúde e Educação para aprimoramento do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. | Realizar, no mínimo, 3 encontros anuais do Comitê Gestor Intersectorial do Programa Bolsa Família. | Número de reuniões realizadas | x | x | x | x |
| Ampliação gradual das equipes técnicas de referência da Proteção Social Básica e Especial, conforme parâmetros da NOB-RH/SUAS. | Adequar 100% das equipes à NOB-RH/SUAS. | Percentual de composição das equipes de referência | x | x | x | x |
| Expansão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em territórios com maior incidência de vulnerabilidade e desproteção social. | Ampliar a cobertura em 85% dos territórios prioritários identificados. | Grau de atendimento nos territórios | x | x | x | x |
| Implementação de campanhas de mobilização e ações comunitárias e sobre direitos socioassistenciais. | Realizar 2 campanhas anuais nos territórios | Número de campanhas e ações comunitárias realizadas; Alcance do público prioritário. | x | x | x | x |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|
| Implementação de estratégias de busca ativa para identificação e inserção de famílias em situação de vulnerabilidade | Alcançar 85% de inclusão nos serviços das famílias identificadas na busca ativa. | Número de atendimentos realizados; Percentual de novas famílias referenciadas. | x | x | x | x |
| Aplicação e sistematização contínua da pesquisa de satisfação dos usuários que acessarem os equipamentos, com devolutiva pública e integração dos resultados ao planejamento municipal | Concretizar a participação da comunidade na avaliação dos serviços. | Percentual de usuários participantes e relatórios mensais sistematizados. | x | x | x | x |
| Atualização do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) das organizações inscritas no município. | Garantir que 95% dos cadastros sejam atualizados no prazo máximo de 2 anos. | Número de cadastros atualizados. | x | x | x | x |
| Desenvolvimento de estratégias de atendimento e acompanhamento voltadas a grupos prioritários. | Implantar ações específicas para população de rua, Pessoas com Deficiência, LGBTQIAPN+, entre outros. | Existência de protocolos ou estratégias implementadas para cada segmento priorizado. | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| Manter registro de pagamentos em dia no BB Ágil | 100% das ações financeiras registradas | Atualização das informações financeiras de forma mensal | x | x | x | x |
|---|--|---|---|---|---|---|

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.3 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo Específico: Fortalecer o papel do CRAS como porta de entrada da Política de Assistência Social, ampliando o alcance das ações preventivas e protetivas da Proteção Social Básica, com foco na convivência familiar e comunitária, na superação de vulnerabilidades e na promoção da autonomia das famílias.

A seguir quadro com as ações e metas da Proteção Social Básica:

Quadro 21 – Ações e Metas da da Proteção Social Básica

ODS 4 – Educação de qualidade

Meta 4.4: Aumentar o Índice de Gestão do SUAS

ODS 16 – Instituições eficazes

Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes e capacitadas

ODS 1 – Erradicação da pobreza

Meta 1.3: Sistemas de proteção social

ODS 10 – Redução das desigualdades

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| Meta 10.2: Inclusão social de todos | | | | | | | |
|--|---|--|---------------------|------|------|------|--|
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | |
| Ampliação do número de famílias referenciadas ao CRAS, fortalecendo a cobertura territorial e o acompanhamento familiar. | Ampliar em 50% o número de famílias referenciadas. | Número de famílias referenciadas; Número de atendimentos. | x | x | x | x | |
| Implantação do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas. | Implantar o serviço no CRAS e nos territórios de abrangência. | Grau de implantação do serviço na unidade; | x | x | | | |
| Implantação do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos. | Implantar o serviço no CRAS e nos territórios de abrangência. | Grau de implantação do serviço na unidade; | x | x | | | |
| Concretização do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas. | Concretizar as ações necessárias à efetividade do serviço. | Número de atendimentos domiciliares. | x | x | x | x | |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE **ICONHA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|---|
| Implementação do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos. | Assegurar a realização das ações e dos tipos de serviços tipificados. | Número de atendimentos domiciliares. | X | X | X | X |
| Aplicação da pesquisa de satisfação dos usuários, com devolutiva pública e utilização dos resultados no planejamento do CRAS. | Ofertar o preenchimento da pesquisa a 90% dos indivíduos e das famílias atendidas. | Número de formulários atendidos; Número de relatórios produzidos. | X | X | X | X |
| Realização de busca ativa junto aos públicos prioritários — Pessoas com Deficiência, crianças, adolescentes, população LGBTQIAPN+ e demais grupos em situação de desproteção social | Realizar ações de busca ativa em 80% dos territórios com vulnerabilidade elevada. | Quantidade de ações de busca ativa e famílias identificadas. | X | X | X | X |
| Ampliação da cobertura do PAIF, garantindo acompanhamento contínuo das famílias em maior vulnerabilidade social, | Aumentar em 45% o número de famílias acompanhadas pelo PAIF. | Número de famílias incluídas no acompanhamento familiar do PAIF; Grau de evolução das intervenções | X | X | X | X |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| especialmente as famílias que não cumpriram as condicionalidades do PBF. | Construir o Plano de Acompanhamento Familiar, com evoluções contínuas, para 100% das famílias acompanhadas. | registradas nos Planos. | | | | |
| Oferta do acompanhamento das famílias e indivíduos pertencentes aos GPTEs, com estratégias adequadas à sua realidade sociocultural. | Garantir oferta do acompanhamento aos GPTEs identificados no território. | Número de famílias pertencentes aos GPTEs acompanhadas pelo PAIF. | X | X | X | X |
| Promoção de atividades coletivas e grupos continuados voltados à garantia de direitos e fortalecimento de vínculos para Pessoas Idosas, crianças, adolescentes, mulheres e Pessoas com Deficiência. | Realizar, no mínimo, 2 ciclos anuais de grupos continuados e 4 de atividades coletivas | Número de atividades realizadas; Número de grupos realizados; Número de participantes por grupo e atividade coletiva. | X | X | X | X |
| Atualização sistemática do Cadastro Único do público beneficiário do BPC, assegurando a manutenção do | Garantir a atualização dos cadastros do público BPC a cada 24 meses. | Número de atualizações realizadas; Percentual de cadastros atualizados. | X | X | X | X |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| benefício e o acesso a programas complementares. | | | | | | |
| Ampliação do número de visitas domiciliares realizadas pela equipe de referência do CRAS. | Aumentar em 45% o número de visitas domiciliares anuais | Número de visitas domiciliares concretizadas. | x | x | x | X |
| Implementação de grupos socioeducativos com foco em convivência familiar, cuidado, parentalidade e organização da vida cotidiana. | Ofertar 3 grupos socioeducativos aos indivíduos e famílias. | Número de grupos promovidos; Número de participantes. | x | x | x | x |
| Integração das ações do CRAS com as políticas de Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos e demais políticas públicas, priorizando a proteção integral e a primeira infância. | Articular a realização de reuniões bimestrais com a rede intersetorial. | Número de reuniões promovidos. Percentual de participação de cada representante. | x | x | x | x |
| Promoção das ações comunitárias em territórios urbanos e rurais, com foco no | Realizar ao menos 2 ações comunitárias anuais. | Número de ações comunitárias realizadas; | x | x | x | x |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|---|--|--|---|---|---|---|
| fortalecimento de vínculos e pertencimento ao território. | | Percentual de alcance do público participante. | | | | |
| Qualificação da acolhida (particularizada e coletiva), escuta e encaminhamento no CRAS, assegurando atendimento humanizado e articulado à rede socioassistencial. | Planejar o aprimoramento das ações tipificadas, utilizando metodologias adequadas para os diversos tipos de público; Ampliar a oferta das acolhidas coletivas, a fim de socializar as demandas e promover convívio. | Percentual de técnicos que aplicam metodologias revisadas nas atividades do PAIF e SCFV; Número de oficinas ou revisões metodológicas realizadas por ano; Quantidade de acolhidas coletivas realizadas por semestre. | x | x | x | x |
| Ampliação e diversificação das atividades do SCFV, com planejamento integrado entre o PAIF e a Associação Pestalozzi, priorizando a participação dos públicos prioritários e das pessoas em situação prioritária. | Ofertar, anualmente, modalidades distintas de oficinas temáticas que contemplem diferentes faixas etárias e interesses socioculturais. | Número de modalidades de oficinas realizadas; Diversidade de públicos atendidos; | x | x | x | x |
| Aprimoramento dos instrumentos de registro e | Garantir o uso padronizado dos registros de frequência e relatórios | Percentual de oficinas com registros padronizados; | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|---|---|--|--|--|--|--|
| <p>acompanhamento das atividades do SCFV, assegurando integração técnica com o PAIF para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p> | <p>de desenvolvimento das atividades de grupo; Concretizar a articulação entre PAIF e SCFV, a fim de promover a proteção integral dos usuários atendidos.</p> | <p>Grau de integração metodológica entre SCFV e PAIF, verificado por meio de reuniões técnicas e relatórios conjuntos.</p> | | | | |
|---|---|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.4 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Objetivo Específico: Aprimorar os serviços especializados de proteção e atendimento às famílias e aos indivíduos com direitos violados, garantindo a continuidade do acompanhamento técnico, a articulação com o sistema de justiça e a efetivação das medidas previstas em lei.

A seguir quadro com as ações e metas da Proteção Social Especial de Média Complexidade:

Quadro 22– Ações e metas da Proteção Social Especial de Média Complexidade

ODS 4 – Educação de qualidade

Meta 4.4: Aumentar o Índice de Gestão do SUAS

ODS 16 – Instituições eficazes

| Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes e capacitadas | | | | | | |
|--|---|---|---------------------|------|------|------|
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Aprimoramento das rotinas de atendimento e acompanhamento técnico do PAEFI, assegurando registro padronizado, avaliação de resultados e sigilo profissional. | Garantir o registro dos atendimentos e a evolução dos planos de acompanhamento familiar e individual. | <p>Percentual de planos de acompanhamento revisados dentro do prazo estabelecido;</p> <p>Frequência dos estudos de caso realizados pela equipe técnica;</p> <p>Existência de instrumentos padronizados de registro e acompanhamento validados pela coordenação técnica.</p> | x | x | x | x |
| Fortalecimento da articulação intersetorial com o Sistema de Garantia de Direitos, incluindo Conselhos Tutelares, Ministério Público e rede socioassistencial. | Realizar, no mínimo, 4 reuniões intersetoriais anuais com registros e encaminhamentos conjuntos. | <p>Quantidade de reuniões intersetoriais realizadas;</p> <p>Número de encaminhamentos integrados.</p> | x | x | x | x |



| | | | | | | |
|---|---|--|---|---|---|---|
| Elaboração de fluxos e protocolos de atendimento e encaminhamento, com definição das atribuições comuns entre CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e órgãos do Sistema de Justiça. | Consolidar os fluxos e protocolos pactuados. | Grau de efetividade dos fluxos; Percentual do tempo médio de respostas entre os encaminhamentos. | x | x | | |
| Ampliação do alcance do PAEFI no acompanhamento individual e familiar de pessoas em situação de violência e violação de direitos, com foco na continuidade e integralidade do atendimento, em especial as famílias que não cumpriram as condicionalidades do PBF. | Ampliar o número de indivíduos e de famílias inseridos no acompanhamento; Elaborar o plano de acompanhamento familiar para 100% dos usuários acompanhados. | Número de famílias inseridas no acompanhamento; Percentual de evolução registrada nos planos. | x | x | x | x |
| Implantação da pesquisa de satisfação dos usuários atendidos pelo CREAS, para subsidiar melhorias no atendimento e fortalecer a escuta qualificada | Aplicar pesquisa a 90% dos usuários atendidos no equipamento. | Percentual de pesquisas aplicadas; Dados quantitativos e qualitativos obtidos com a pesquisa de satisfação. | x | x | x | x |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|--|--|--|----------|----------|----------|----------|
| <p>Promoção do serviço de escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, assegurando articulação intersetorial entre Assistência, Educação, Saúde, COMDAI e Sistema de Justiça, conforme Lei nº 13.431/2017, com a utilização dos recursos do FIA.</p> | <p>Realizar ações de articulação intersetorial por ano, envolvendo os serviços socioassistenciais e intersetoriais, como Saúde, Educação, Habitação, Sistema de Garantia de Direitos e outras.</p> <p>Garantir que os casos de violação de direitos acompanhados pelo PAEFI tenham encaminhamentos formalizados e monitorados.</p> | <p>Número de ações intersetoriais realizadas anualmente;</p> <p>Percentual de casos acompanhados com encaminhamentos formalizados e monitorados;</p> <p>Existência de protocolos ou fluxos intersetoriais revisados e pactuados entre as instituições.</p> | <p>X</p> | <p>X</p> | <p>X</p> | <p>X</p> |
| <p>Ampliação das estratégias de visitas domiciliares realizadas pela equipe do CREAS.</p> | <p>Aumentar 50% do número de visitas domiciliares em relação à média de 2025.</p> | <p>Número de visitas realizadas;</p> <p>Percentual de cobertura territorial alcançada.</p> | <p>X</p> | <p>X</p> | <p>X</p> | <p>X</p> |
| <p>Fortalecimento dos atendimentos individualizados e coletivos realizados no CREAS, priorizando metodologias participativas e ações integradas de</p> | <p>Ampliar 50% do número total de atendimentos coletivos e individuais registrados anualmente.</p> | <p>Quantidade de atendimentos individuais e coletivos realizados;</p> <p>Participação dos usuários;</p> | <p>X</p> | <p>X</p> | <p>X</p> | <p>X</p> |

| | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---|---|
| fortalecimento de vínculos e superação das violações. | | Avaliação qualitativa das ações | | | | |
| Qualificação do atendimento técnico e da abordagem interdisciplinar das equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com foco no enfrentamento às violências e fortalecimento dos vínculos familiares. | Garantir a revisão anual dos procedimentos técnicos, fluxos de atendimento e instrumentos utilizados pelo CREAS; Realizar atendimentos contínuos com periodicidade definida em todos os casos acompanhados. | Número de revisões técnicas realizadas e aprovadas pela coordenação; Percentual de fluxos e instrumentos padronizados em uso; | x | x | x | x |
| Aprimoramento do atendimento a adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto para os usuários que forem encaminhados. | Garantir capacidade técnica instalada para acolhimento de novas medidas e manutenção dos instrumentos de acompanhamento. | Percentual de prontidão da equipe técnica; Número de relatórios e planos individuais de acompanhamento elaborados. | x | x | x | x |
| Atender e executar ações planejadas no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo | Atender 90% das ações planejadas | Ações planejadas x executadas | x | x | x | X |



| | | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|---|
| Fortalecimento das ações do Serviço Especializado em Abordagem Social, com foco na identificação precoce de situações de risco, trabalho infantil, vivência de rua e o encaminhamento para inserção na rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais. | Realizar ações de busca ativa nos territórios prioritários; Assegurar a identificação das pessoas em situação de rua e dos casos de trabalho infantil. | Número de ações de busca ativa realizadas; Número de pessoas identificadas e encaminhadas; | x | x | x | x |
| Implementação de estratégias de atendimento e encaminhamento de pessoas em situação de rua. | Ofertar a inclusão e a atualização cadastral para 80% da população em situação de rua identificada nos territórios; Assegurar a estrutura mínima de acolhimento, registro e acompanhamento imediato de casos identificados. | Número de procedimentos do Cadastro Único realizados; Número de casos atendidos; Percentual de encaminhamentos efetivados | x | x | x | x |
| Realização de grupos reflexivos e atividades socioeducativas com famílias e indivíduos | Promover, anualmente, grupos temáticos interdisciplinares. | Número de grupos realizados; Número de participantes; | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|
| acompanhados pelo PAEFI, abordando prevenção da reincidência de violências e fortalecimento de vínculos. | | Avaliações qualitativas das ações | | | | |
| Desenvolvimento de ações comunitárias de prevenção e sensibilização sobre situações de violência e violação de direitos, promovendo o fortalecimento da rede de apoio e o engajamento da comunidade. | Realizar, no mínimo, 4 ações comunitárias anuais voltadas à prevenção de violências e à promoção dos direitos humanos, com a participação de escolas, conselhos e instituições parceiras. | Número de campanhas e ações realizadas por ano; Participação média da comunidade nas atividades; Diversidade de temas abordados nas ações (violência doméstica, abuso infantil, negligência, trabalho infantil etc.). | x | x | x | x |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.5 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo Específico: Assegurar o acolhimento institucional humanizado e qualificado a crianças, adolescentes e idosos afastados do convívio familiar, promovendo estratégias de reintegração familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos sociais e afetivos.

A seguir quadro com as ações e metas para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Quadro 23 – Ações e metas para execução da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

| ODS 16 – Instituições eficazes | | | | | | |
|---|--|---|---------------------|------|------|------|
| Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes e capacitadas | | | | | | |
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Aprimoramento dos processos de acolhimento institucional para crianças, adolescentes e Pessoa Idosa, assegurando qualidade técnica, ambiente protetivo e respeito à singularidade dos usuários. | Garantir que 100% dos acolhimentos tenham PIA atualizado e com evoluções contínuas. | Percentual de PIAs atualizados; Número de revisões técnicas realizadas; Registros de acompanhamento e evolução dos casos. | x | x | x | x |
| Fortalecimento das ações de reintegração familiar e comunitária, priorizando o retorno ao convívio familiar, a adoção | Acompanhar sistematicamente os processos de reintegração familiar e comunitária dos usuários acolhidos, assegurando o envolvimento da família e da rede de proteção em | Número de reintegrações efetivadas; Relatórios de visitas familiares. | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|--|---|--|---|---|---|---|
| legal e a inclusão em redes de apoio. | todas as etapas. | | | | | |
| Implementação de estratégias de acompanhamento continuado das famílias após o desligamento do acolhimento, garantindo atendimento técnico e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. | Efetivar o acompanhamento continuado das famílias e indivíduos desligados do acolhimento institucional por, no mínimo, seis meses, assegurando o acompanhamento pela Alta Complexidade ou por outro nível de proteção, conforme o caso. | Número de acompanhamentos realizados; Avaliação de manutenção dos vínculos | x | x | x | x |
| Consolidação da articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e políticas setoriais, para definição de fluxos e contrarreferências no acolhimento | Estabelecer fluxos de referência e de contrarreferência. | Reuniões intersetoriais realizadas. | x | x | x | x |
| Promoção de grupos temáticos e atividades coletivas nas unidades de acolhimento, com foco na convivência, educação para | Realizar ao menos 8 atividades coletivas anuais com os acolhidos. | Número de grupos e oficinas realizados; Nível de participação dos usuários; | x | x | x | x |



| | | | | | | |
|---|--|--|---|---|---|---|
| autonomia e reconstrução de vínculos afetivos. | | Diversidade de temas abordados | | | | |
| Qualificação do acompanhamento social das Pessoas Idosas acolhidas em parceria com a OSC, assegurando a centralidade do cuidado, o cumprimento das normativas do SUAS. | Garantir o acompanhamento integral das Pessoas Idosas acolhidas, assegurando o cumprimento das normativas do SUAS. | Percentual de Pessoas Idosas com PIA atualizado; Número de reuniões de monitoramento entre a gestão municipal e a OSC parceira. | x | x | x | x |
| Realização de campanhas públicas de sensibilização sobre o acolhimento institucional e as alternativas protetivas, com foco na prevenção de violências e no fortalecimento da rede de proteção. | Promover 2 campanhas anuais em parceria com escolas, COMDCAI e rede local. | Número de campanhas realizadas; Percentual de alcance estimado das ações; Grau de engajamento de instituições parceiras | x | x | x | x |
| Implantação de estratégias para estruturação do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos sob gestão direta, | Elaborar estudo técnico e cronograma de transição da gestão da OSC. | Existência de estudo técnico aprovado; Cronograma de implantação; | x | x | x | |

| | | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|---|
| garantindo condições técnicas e físicas adequadas à execução. | | Condições de infraestrutura adequadas | | | | |
| Fomento à concretização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, em parceria com o COMDCAI e o Sistema de Justiça. | Assegurar as condições do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Executar 2 campanhas anuais de sensibilização das famílias que possam se candidatar ao Serviço. | Percentual de efetividade do serviço; Número de campanhas promovidas; Número de famílias cadastradas. | x | x | x | x |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.6 BLOCO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Objetivo Específico: Aprimorar a gestão dos benefícios eventuais, de forma ética e acessível, garantindo que sua concessão ocorra com base nos princípios da dignidade, equidade e respeito às diversidades, sem a adoção de práticas que possam expor, constranger ou discriminar os usuários.

A seguir quadro com as ações e metas para os Benefícios Socioassistenciais:

Quadro 24 – Ações e metas dos Benefícios Socioassistenciais

| ODS 10 – Redução das Desigualdades | | | | | | |
|--|--|--|---------------------|------|------|------|
| Meta 10.2: Promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, deficiência ou outra condição | | | | | | |
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Atualização da legislação municipal dos benefícios eventuais, adequando-a à Resolução CNAS nº 213/2025 e às orientações estaduais vigentes de forma continuada. | Revisar e submeter a nova legislação à aprovação. | Lei revisada e aprovada; Parecer do COMASI; Publicação no Diário Oficial do Município. | x | x | | |
| Qualificação da concessão dos benefícios eventuais, assegurando atendimento ético e acesso prioritários nas situações de desproteções sociais, em consonância com os princípios do SUAS. | Ampliar em 50% a cobertura do benefício nos territórios que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade temporária. | Percentual de famílias atendidas; Registros de distribuição por território; Relatórios de cobertura territorial. | x | x | x | x |



| | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---|---|
| Fortalecimento do registro e monitoramento das concessões de benefícios eventuais, por meio de instrumentos administrativos padronizados, garantindo controle, transparência e equidade. | Consolidar a elaboração de relatórios de monitoramento e avaliação das concessões. | Número de relatórios elaborados; Grau de avaliação do quantitativo de concessões. | x | x | x | x |
| Divulgação comunitária sobre os critérios, fluxogramas e direitos relacionados aos benefícios eventuais, ampliando o conhecimento da população e o acesso qualificado à informação. | Realizar 2 ações de divulgação anuais, abrangendo diferentes territórios do município. | Número de campanhas realizadas; Grau de alcance estimado. | x | x | x | x |
| Promoção de capacitações periódicas para as equipes de referência sobre a operacionalização dos benefícios eventuais e sua articulação com os serviços socioassistenciais. | Realizar anualmente capacitações voltadas à qualificação técnica e ética das equipes responsáveis pela concessão dos benefícios eventuais, assegurando transparência, equidade e uniformidade nos procedimentos. | Número de capacitações realizadas; Lista de presença; Relatórios qualitativos. | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Implantação de escuta dos usuários sobre o acesso e a qualidade da oferta dos benefícios eventuais. | Aplicar pesquisa de satisfação aos usuários beneficiários. | Número de pesquisas aplicadas; Estratégias de aprimoramento desenvolvidas. | x | x | x | x |
| Produção de análises periódicas sobre o perfil das famílias beneficiárias. | Elaborar relatórios analíticos sobre o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias, utilizando os dados para subsidiar o planejamento e a revisão das ações da Política de Assistência Social. | Número de relatórios produzidos; Utilização dos dados no planejamento do SUAS. | x | x | x | x |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.7 CONTROLE SOCIAL

Objetivo Específico: Ampliar a atuação do COMASI e demais instâncias de participação, promovendo formações continuadas e fortalecendo o papel deliberativo, fiscalizador e propositivo do controle social.

A seguir quadro com as ações e metas para o controle social da Política de Assistência Social:

Quadro 25 – Ações e metas para o controle social da Política de Assistência Social

| ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes | | | | | | | |
|--|--|---|---------------------|------|------|------|--|
| Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis | | | | | | | |
| Meta 16.7: Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis | | | | | | | |
| Meta 16.10: Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais | | | | | | | |
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | |
| Promoção da formação continuada dos conselheiros de assistência social, com foco nas atribuições de deliberação, fiscalização e controle das políticas públicas. | Realizar 2 formações anuais para conselheiros, priorizando novos membros e temas de gestão e financiamento do SUAS. | Número de capacitações realizadas; Grau de participação dos conselheiros. | X | X | X | X | |
| Fortalecimento do caráter deliberativo e fiscalizador do COMASI, por meio da atualização de regimentos internos, manuais de procedimentos e instrumentos de deliberação. | Garantir o espaço de revisão do regimento interno do COMASI, utilizando como instrumento orientador das deliberações e do acompanhamento da política de Assistência Social | Atualização do regimento interno; Aprovação do novo regimento pelo Conselho. | X | X | X | X | |



| | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---|---|
| Implementação do calendário permanente de reuniões ordinárias e extraordinárias, audiências públicas e momentos participativos, assegurando a transparência das deliberações e o diálogo contínuo com usuários e entidades da rede socioassistencial | Assegurar o funcionamento regular das reuniões e espaços participativos do COMASI, promovendo a publicidade das pautas e deliberações, com registro sistemático das decisões e devolutivas públicas. | Percentual de reuniões realizadas conforme o calendário aprovado; Publicações e atas divulgadas; Número de devolutivas apresentadas à sociedade civil. | x | x | x | x |
| Promoção de ações formativas e de mobilização voltadas à ampliação da participação cidadã dos usuários do SUAS e de seus representantes nos espaços de controle social e diálogo territorial. | Ampliar progressivamente a participação de usuários e lideranças comunitárias nos espaços de deliberação. | Percentual de usuários e lideranças comunitárias participantes; Número de atividades formativas realizadas; | x | x | x | x |
| Constituição, pelo COMASI, de comissões temáticas permanentes voltadas a temas estratégicos da política de Assistência Social, como | Garantir a criação e o funcionamento contínuo das comissões temáticas permanentes do COMASI. | Número de comissões constituídas e ativas; Quantidade de reuniões realizadas e pareceres emitidos. | x | x | x | x |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| financiamento, gestão do SUAS, controle social e direitos socioassistenciais. | | | | | | |
| Acompanhar e executar percentual de gastos com o controle social dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF | Utilizar no mínimo o percentual determinado | 10% IGD-PBF e IGD-SUAS a cada exercício conforme repasse de cofinanciamento | x | x | x | x |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.8 BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO

Objetivo Específico: Consolidar a gestão local do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, garantindo a atualização permanente dos cadastros, a integração com as demais políticas públicas e o fortalecimento da busca ativa, especialmente em territórios com maior vulnerabilidade, assegurando a efetividade do acesso e a continuidade dos benefícios socioassistenciais.

A seguir quadro com as ações e metas para a Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único:

Quadro 26- Ações e metas para a Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

ODS 1 – Erradicação da Pobreza

| Meta 1.3: Implementar sistemas e medidas de proteção social adequados | | | | | | | |
|---|--|---|---------------------|------|------|------|--|
| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | | |
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | |
| Aplicação de parte do cofinanciamento federal do Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família para o controle social, em atendimento à Resolução CNAS/MDS nº 202, de 25 de julho de 2025. | Aplicar, no mínimo, 10% dos recursos para as ações do controle social. | Quantitativo destinado mensalmente para as ações do controle social. | x | x | x | x | |
| Fortalecimento da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, assegurando a oferta dos atendimentos de inclusão, atualização, revisão, averiguação e transferência. | Garantir a oferta dos procedimentos de Cadastro Único aos indivíduos e famílias com perfil de acesso aos programas sociais. | Número de atendimentos de Cadastro Único realizados. | x | x | x | x | |
| Implementação de estratégias de busca ativa e visitas domiciliares em territórios com maior vulnerabilidade social, priorizando | Realizar ações planejadas e monitoradas de busca ativa em todos os territórios prioritários, garantindo a atualização cadastral e a inclusão de, | Percentual de famílias identificadas e incluídas no Cadastro Único após ações de busca ativa; | x | x | x | x | |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICONHA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| famílias com atualização cadastral há mais de 24 meses e baixa cobertura de benefícios. | no mínimo, 90% das famílias identificadas em situação de desproteção social. | Número de territórios com busca ativa realizada e monitorada; Percentual de cadastros atualizados entre as famílias visitadas. | | | | |
| Capacitação permanente das equipes municipais envolvidas na gestão e atendimento do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. | Ofertar encontros anuais de capacitação permanente das equipes municipais que atuam na gestão e no atendimento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. | Número de encontros realizados; Número de profissionais participantes. | x | x | x | x |
| Fomento às ações de identificação e reconhecimento das famílias pertencentes a Grupos Populacionais | Garantir 100% da identificação dos indivíduos e famílias pertencentes ao GPTEs durante o preenchimento dos formulários do Cadastro Único. | Percentual de famílias pertencentes aos GPTEs identificadas e registradas no | x | x | x | x |



| | | | | | | |
|--|---|--|---|---|---|---|
| Tradicional e Específicos (GPTEs) no Cadastro Único. | Divulgar os dados quantitativos dos indivíduos e famílias pertencentes ao GPTEs, com fins de reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial destes. | CadÚnico em relação ao total estimado no território; Percentual de informações divulgadas; Percentual do alcance da população. | | | | |
| Realização de ações informativas e comunitárias sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único, para fortalecimento do acesso e da transparência. | Promover 3 campanhas anuais de divulgação nos territórios com menor cobertura de cadastro e maior vulnerabilidade. | Número de campanhas realizadas; Grau de alcance territorial e participação comunitária. | x | x | x | x |
| Análise e utilização dos dados do Cadastro Único como instrumento de planejamento e diagnóstico socioterritorial. | Elaborar relatório analítico sobre o perfil e vulnerabilidades das famílias cadastradas. | Número de relatórios produzidos. | x | x | x | x |
| Ampliação do atendimento no posto do Cadastro Único, garantindo infraestrutura | Expandir a cobertura do atendimento no posto do Cadastro Único, reduzindo o tempo médio de espera e | Percentual de aumento dos atendimentos realizados no posto e nas ações itinerantes; | | | | |

| | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|
| <p>adequada, horário ampliado e atendimento prioritário a grupos vulneráveis</p> | <p>ampliando o acesso presencial e itinerante em territórios com menor cobertura cadastral.</p> | <p>Tempo médio de espera para atendimento presencial;</p> <p>Número de atendimentos itinerantes realizados em territórios de baixa cobertura;</p> <p>Percentual de famílias de áreas rurais e distantes com cadastro atualizado.</p> | | | | |
|--|---|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

7.9 BLOCO DOS PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS

Objetivo Específico: Expandir a oferta de programas e projetos socioassistenciais no município, promovendo ações integradas que fortaleçam o protagonismo das famílias, estimulem o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e ampliem as oportunidades de participação social e melhoria da qualidade de vida no território.

A seguir quadro com as ações e metas dos Programas Socioassistenciais:

Quadro 27 – Ações e metas dos Programas Socioassistenciais

ODS 1 – Erradicação da Pobreza

Meta 1.3: Implementar sistemas e medidas de proteção social adequados

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

Meta 16.7: Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

Meta 16.10: Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais

| Ações | Metas | Indicadores | Período de Execução | | | |
|--|--|---|---------------------|------|------|------|
| | | | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Implementação do Programa Primeira Infância no SUAS, assegurando a transição planejada e gradual para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, conforme a Resolução CIT nº 30/2025. | Ampliar o quantitativo de visitas domiciliares realizadas pela equipe do Programa Primeira Infância; Concluir a transição e iniciar a execução do serviço, com equipe técnica capacitada e famílias acompanhadas de forma continuada. | Número de visitas domiciliares realizadas; Relatórios de visitas domiciliares. | x | x | x | x |
| Fortalecimento do Programa BPC na Escola. | Garantir a aplicação do questionário aos beneficiários do BPC e o | Percentual de aplicação do questionário; | x | x | x | x |



| | | | | | | |
|---|---|--|---|---|---|---|
| | acompanhamento integral entre as políticas sociais. | Quantitativo de encaminhamentos para os serviços socioassistenciais e intersetoriais. | | | | |
| Aprimoramento das ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no SUAS - PROCADSUAS | Aplicar os recursos do cofinanciamento federal do PROCAD SUAS na aquisição de materiais pedagógicos, equipamentos permanentes e na execução de atividades coletivas e oficinas com as famílias participantes. | Percentual de recursos aplicados; Quantidade de bens e equipamentos adquiridos; Percentual de atendimentos realizados. | X | X | X | X |
| Expansão da execução dos programas socioassistenciais nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade, pobreza e desproteção social, priorizando o atendimento a famílias em situação de extrema pobreza e com presença de crianças, | Garantir que os territórios identificados com alto índice de vulnerabilidade social estejam contemplados pelas ações e programas socioassistenciais do município. | Número de territórios abrangidos pelos programas; Percentual de cobertura territorial dos programas socioassistenciais; Quantitativo de famílias atendidas por território; | X | X | X | X |

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICONHA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| adolescentes, Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas. | | | | | | |
| Promoção de capacitações voltadas à execução, registro e integração dos programas socioassistenciais com os serviços da rede de proteção. | Realizar capacitações por ano voltadas à gestão, execução e integração intersetorial dos programas. | Número de capacitações realizadas; Número de profissionais capacitados; Frequência de participação das equipes. | x | x | x | x |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

FINANCIAMENTO



Capítulo 8

8. FINANCIAMENTO

O financiamento da Política Municipal de Assistência Social de Iconha constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação e sustentabilidade do SUAS no município. Ele representa a base sobre a qual se estrutura a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios, garantindo condições materiais e institucionais para o cumprimento das metas e objetivos definidos neste PMAS. O financiamento público da política deve ser entendido como um instrumento de efetivação de direitos e de fortalecimento da gestão descentralizada, participativa e democrática.

De acordo com as normativas nacionais, o financiamento da Assistência Social se organiza pelo princípio do cofinanciamento tripartite, que envolve a União, os estados e os municípios. Essa lógica busca assegurar a corresponsabilidade entre as esferas de governo, com base em critérios técnicos de partilha e pactuação intergovernamental, visando à equidade no repasse e à eficiência na aplicação dos recursos. No âmbito local, o FMAS constitui o principal instrumento de gestão financeira, concentrando todas as receitas e despesas da política, de forma a garantir transparência, rastreabilidade e vinculação dos recursos às ações finalísticas do SUAS.

A gestão municipal deve manter a articulação direta entre o FMAS e os instrumentos de planejamento orçamentário, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando que as ações previstas neste plano sejam incorporadas nas peças orçamentárias. Essa integração confere legitimidade às despesas públicas e permite que o acompanhamento da execução financeira esteja alinhado aos objetivos estratégicos e aos indicadores de resultado. As fontes de financiamento da política incluem majoritariamente recursos próprios do município, repasses a fundo a fundo da União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e do governo do estado do Espírito Santo, através do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

A gestão dos recursos é de responsabilidade da SEMADES, em estreita articulação com o COMASI, órgão que exerce função deliberativa e de controle social. Compete ao Conselho aprovar os planos de aplicação do FMAS, deliberar sobre a

destinação de recursos e analisar periodicamente os relatórios de execução física e financeira, assegurando que o financiamento público esteja a serviço do interesse coletivo e em consonância com as prioridades do plano.

O planejamento orçamentário deverá priorizar a manutenção e qualificação dos serviços socioassistenciais, a ampliação do acesso aos benefícios eventuais, o fortalecimento da rede de proteção básica e especial, e o investimento em educação permanente e estrutura física das unidades. Também deve contemplar ações de gestão e monitoramento, como a manutenção do sistema de informação, o aprimoramento da vigilância socioassistencial e o custeio de atividades voltadas à intersectorialidade e ao controle social.

A transparência e o controle social sobre o uso dos recursos serão garantidos por meio da divulgação regular de relatórios financeiros, audiências públicas e prestações de contas ao CMAS e à sociedade civil, permitindo a análise crítica dos investimentos e o acompanhamento das metas pactuadas. Essa prática fortalece o princípio da equidade e contribui para o alinhamento entre as decisões orçamentárias e o diagnóstico socioterritorial, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma justa e eficiente.

Dessa forma, o financiamento da Política de Assistência Social de Iconha deve ser compreendido como instrumento estratégico de garantia de direitos e fortalecimento institucional, indispensável à continuidade e à ampliação da proteção social. Ele sustenta a operacionalização dos serviços, viabiliza o alcance das metas do plano e reafirma o compromisso do município com a consolidação de um SUAS equânime e sustentável.

RESULTADOS ESPERADOS



Capítulo 9

9 RESULTADOS ESPERADOS

A implementação do PMAS de Iconha constitui um marco estratégico na consolidação do SUAS no município, em conformidade com as diretrizes da NOB-SUAS-2012, do II Plano Decenal de Assistência Social (2016–2026) e das metas de aprimoramento da gestão pactuadas nacionalmente. Esses referenciais orientam a estruturação de resultados que traduzem as metas quantitativas e as transformações qualitativas na organização da rede socioassistencial, na efetividade dos serviços e na ampliação do direito à proteção social.

Conforme estabelece a NOB-SUAS, o planejamento quadrienal deve se traduzir em avanços na gestão descentralizada e participativa, assegurando a consolidação da política pública como um direito de cidadania e dever do Estado. Assim, os resultados esperados para o período de vigência deste plano refletem a integração entre gestão, financiamento, controle social, vigilância e oferta de serviços, constituindo pilares para o fortalecimento da proteção social no território de Iconha.

No eixo da Gestão Administrativa e do Fundo Municipal de Assistência Social, projeta-se o fortalecimento institucional da SEMADES, com infraestrutura adequada, equipes qualificadas e processos administrativos mais eficientes. Espera-se consolidar uma gestão orientada por resultados, com monitoramento orçamentário contínuo e execução transparente dos recursos, conforme as recomendações do Pacto de Aprimoramento do SUAS. O aprimoramento dos instrumentos de planejamento e sua integração com o FMAS possibilitarão maior coerência entre o planejamento financeiro e as demandas reais da população.

No campo da Gestão do SUAS, espera-se a implantação da Vigilância Socioassistencial, conforme previsto na NOB-SUAS, assegurando a produção e análise sistemática de informações territoriais para subsidiar o planejamento e o monitoramento das ações. O município deverá alcançar maior capacidade de gestão baseada em evidências, aprimorando os indicadores e os sistemas de informação para avaliar a efetividade dos serviços, programas e benefícios. O fortalecimento da integração entre os níveis de gestão e a articulação intersetorial são resultados

esperados que expressam o princípio da integralidade da proteção social, conforme preconiza o II Plano Decenal de Assistência Social.

Na Proteção Social Básica, projeta-se a ampliação da cobertura dos serviços nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade, consolidando o papel do CRAS como porta de entrada e coordenador da rede socioassistencial local. Espera-se que o município implante o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, assegurando proteção integral e apoio familiar. As ações de convivência e fortalecimento de vínculos deverão ampliar o protagonismo dos usuários e a capacidade protetiva das famílias, promovendo a superação de vulnerabilidades e o desenvolvimento de potencialidades.

Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, os resultados esperados estão relacionados ao fortalecimento da atuação do CREAS e à ampliação do acesso ao PAEFI. O município deverá consolidar fluxos intersetoriais com o Sistema de Justiça, a Saúde e a Educação, garantindo atendimento técnico de qualidade às pessoas em situação de violência, violação de direitos ou vulnerabilidade agravada. A efetivação da escuta especializada de crianças e adolescentes, conforme a Lei nº 13.431/2017, e a qualificação do Serviço Especializado de Abordagem Social representam marcos fundamentais no aprimoramento do atendimento e da prevenção de novas violações.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, espera-se garantir a oferta de acolhimento institucional humanizado e qualificado, pautado no respeito à dignidade, na centralidade da pessoa acolhida e na garantia do direito à convivência familiar e comunitária. O serviço deverá desenvolver estratégias integradas de acompanhamento técnico, articulação com a rede socioassistencial e com o sistema de garantia de direitos, assegurando que o acolhimento se configure como medida excepcional e provisória, conforme orienta a NOB-SUAS/2012.

No que se refere ao acolhimento de Pessoas Idosas, atualmente executado em parceria com uma OSC, o município prevê a transição gradual para gestão pública direta, conforme sua capacidade administrativa e financeira. Essa mudança visa fortalecer o caráter público da oferta, promover a continuidade da proteção social e

assegurar a observância dos parâmetros de qualidade e humanização definidos pelo SUAS.

No bloco dos Benefícios Eventuais, o resultado esperado é a consolidação de um modelo de concessão pautado na ética, na transparência e no respeito à dignidade dos usuários, eliminando exigências vexatórias e práticas discriminatórias. A revisão da legislação municipal, conforme os parâmetros da Resolução CNAS nº 213/2025, deverá garantir critérios objetivos e procedimentos padronizados. Espera-se ainda ampliar a cobertura dos benefícios nos territórios com maior incidência de vulnerabilidade temporária, articulando-os aos serviços socioassistenciais, conforme orienta o Plano Decenal sobre a função protetiva e reparadora dos benefícios.

No âmbito do Controle Social, o resultado esperado é o fortalecimento do COMASI como instância deliberativa e fiscalizadora, com autonomia técnica e política para acompanhar a execução da política municipal. A ampliação da participação dos usuários e da sociedade civil, a constituição de comissões temáticas e a realização de audiências públicas configuram avanços no exercício da democracia participativa e no controle social preconizado pela LOAS e pela NOB-SUAS, reafirmando a transparência e a corresponsabilidade na gestão pública.

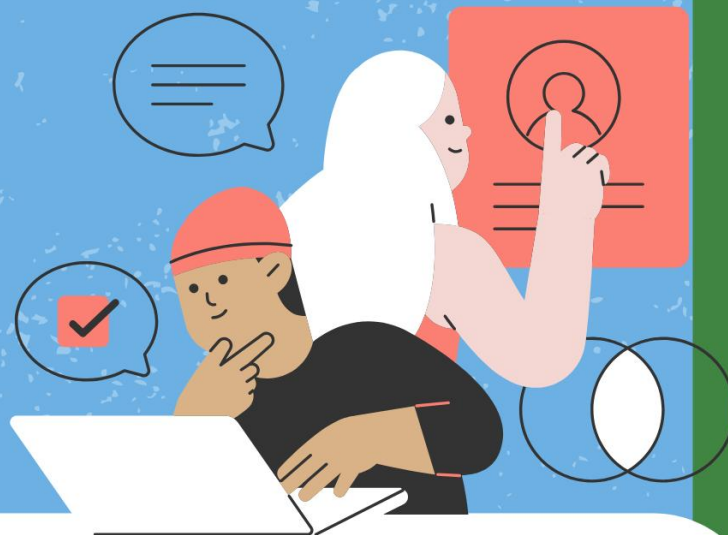
Além disso, em relação ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único, espera-se o aperfeiçoamento da gestão local, com ampliação da cobertura cadastral e redução das taxas de desatualização. A melhoria da infraestrutura do posto de atendimento e a execução de ações itinerantes em áreas de difícil acesso visam fortalecer o princípio da universalidade do acesso, ampliando a inclusão das famílias nos programas de transferência de renda e benefícios correlatos. O uso dos recursos do IGD para qualificação dos serviços e para o fortalecimento do controle social consolida o compromisso municipal com a gestão eficiente e equitativa.

No bloco dos Programas Socioassistenciais, os resultados esperados concentram-se na ampliação e integração das ações voltadas à promoção da autonomia e do protagonismo das famílias. Espera-se consolidar a execução do Programa BPC na Escola, fortalecer a implementação do PROCAD SUAS como instrumento de estruturação da rede, e assegurar a transição do Programa Primeira Infância no SUAS para a implantação do Serviço de Proteção Social Básica no

Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos. Tais avanços materializam o compromisso com o desenvolvimento humano, a inclusão social e a territorialização das ações, princípios basilares do II Plano Decenal.

De forma articulada, os resultados esperados deste PMAS buscam consolidar uma política pública de proteção social qualificada, universal e sustentável, orientada pela equidade, pela gestão democrática e pela valorização dos trabalhadores do SUAS. O alcance desses resultados dependerá da coerência entre planejamento, financiamento, monitoramento e participação social, reafirmando a Assistência Social como um direito de cidadania e um dever inalienável do Estado.

INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



Capítulo 10

10 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do PMAS de Iconha configuram-se como instrumentos essenciais de gestão estratégica, planejamento participativo e aprimoramento contínuo da política pública. O monitoramento é entendido como um processo sistemático e permanente de acompanhamento da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, possibilitando o controle do alcance das metas e objetivos definidos neste plano. Já a avaliação tem caráter analítico e reflexivo, orientando-se pela mensuração dos resultados, pela identificação de desafios e pela qualificação das práticas de gestão e atendimento.

Essa concepção se fundamenta nas diretrizes da NOB-SUAS (Brasil, 2012), que reconhece o monitoramento como uma ferramenta indispensável para a gestão qualificada da Política de Assistência Social, garantindo a coerência entre o planejamento e a execução. Em Iconha, o processo de monitoramento será articulado diretamente às metas e indicadores de cada bloco de gestão, assegurando a integração entre o planejamento estratégico, a execução financeira e a análise dos resultados. Essa vinculação fortalece a capacidade institucional do município, permitindo identificar fragilidades, corrigir desvios de rota e propor ajustes tempestivos nas ações desenvolvidas.

O monitoramento contínuo será conduzido pela Gestão do SUAS no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, enquanto a Vigilância Socioassistencial ainda se encontra em processo de estruturação e consolidação. Cabe à gestão coordenar o acompanhamento técnico, a coleta e a análise de dados, articulando as informações produzidas pelos serviços, programas e benefícios. Essa estrutura permitirá acompanhar o desempenho das unidades, a cobertura das ações e a qualidade dos serviços prestados, articulando informações provenientes de diferentes instrumentos, como o Relatório de Gestão Anual, o RMA, o Censo SUAS e os registros administrativos das unidades.

Os indicadores de monitoramento e avaliação serão organizados de acordo com os blocos de gestão do SUAS, abrangendo tanto dimensões quantitativas, como

número de famílias acompanhadas, frequência de atendimentos e execução orçamentária, quanto dimensões qualitativas, como fortalecimento de vínculos familiares, efetividade dos acompanhamentos, satisfação dos usuários e impacto social das ações. Esses indicadores estarão distribuídos entre os eixos de Gestão e Governança, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Benefícios Eventuais, Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda, Controle Social e Formação e Trabalho no SUAS.

No âmbito operacional, o monitoramento será realizado de forma semestral, com a elaboração de relatórios internos de acompanhamento físico-financeiro e técnico, e anualmente, com a consolidação dos resultados obtidos no período. O processo será conduzido em diálogo com as coordenações de unidades, permitindo que as informações subsidiem o planejamento das ações e a revisão das estratégias. Esse processo será de natureza participativa, envolvendo gestores, técnicos, conselheiros e representantes da sociedade civil, reforçando o compromisso com a transparência e o controle social.

A participação do COMASI é condição central para a legitimidade democrática do monitoramento e da avaliação. O conselho atuará como instância fiscalizadora e deliberativa, acompanhando a execução do plano, aprovando relatórios e propondo ajustes sempre que necessário. A LOAS estabelece essa prerrogativa, conferindo aos conselhos papel estruturante na garantia da descentralização e da participação cidadã no SUAS.

Para fortalecer a transparência, serão reuniões ampliadas dos Conselhos e Comissões pertinentes a SEMADES, de modo a socializar os resultados e ampliar o diálogo com os usuários e organizações da sociedade civil. Essa prática reforça o compromisso da gestão com a escuta ativa e o aprimoramento contínuo, permitindo que o monitoramento e a avaliação não se limitem à medição de resultados, mas sirvam como instrumentos de aprendizado institucional e inovação na gestão pública.

Dessa forma, o sistema de monitoramento e avaliação do PMAS de Iconha será sustentado por uma abordagem integrada, participativa e baseada em evidências, garantindo que cada ação e recurso aplicado seja permanentemente acompanhado,

analisado e realinhado conforme as demandas do território e os princípios da equidade, universalidade e transparência que regem o SUAS.

A seguir, será apresentada a matriz de monitoramento e avaliação, estruturada conforme os blocos de gestão, eixos de análise, metas, indicadores e instrumentos de acompanhamento.

| Eixo de Análise | Ações a serem avaliadas/monitoradas | Instrumentos de Coleta | Responsáveis | Periodicidade |
|--|---|---|--|---------------|
| Gestão Administrativa | Acompanhamento da execução orçamentária e financeira do FMAS; controle das despesas e receitas da Assistência Social. | Relatórios de Gestão; Relatórios contábeis, extratos bancários do Sistemas do MDS e Relatórios AgilizaSUAS. | Coordenação da Assistência Social e setor financeiro | Semestral |
| Gestão do SUAS | Implantação e consolidação do sistema municipal de monitoramento e avaliação; atualização de indicadores e relatórios. | RMA; atas de reuniões de monitoramento ; relatórios técnicos. | Gestão do SUAS | Semestral |
| Proteção Social Básica | Número de famílias e indivíduos atendidos, alcance dos serviços e benefícios, identificação dos GPTEs, atendimento ao público prioritário, acompanhamento das famílias pelo PAIF. | Planos de Acompanhamento Familiar, Relatórios Técnicos do CRAS | Coordenação do CRAS e Gestão do SUAS | Semestral |
| Proteção Social Especial – Média Complexidade | Registro do acompanhamento individual/familiar no | Planos de Acompanhamento Familiar, | Coordenação do CREAS e | Semestral |

| | | | | |
|---|---|---|---|-----------|
| | CREAS; realização de estudos de caso, Número de famílias e indivíduos atendidos e outros | Relatórios do CREAS | Gestão do SUAS | |
| Proteção Social Especial – Alta Complexidade | Condições de trabalho, composição das equipes e educação permanente | Fichas de monitoramento, registros de capacitações, listas de presenças e outros. | Gestão do SUAS e coordenação dos acolhimentos institucionais | Semestral |
| Benefícios Eventuais | Concessão dos benefícios conforme critérios municipais; agilidade na resposta às situações emergenciais | Registros de concessão; relatórios administrativos; relatórios de gestão | Gestão do SUAS e coordenação do CRAS | Semestral |
| Programas Socioassistenciais | Número de famílias e indivíduos atendidos, indicadores de aprimoramento dos programas e de ações de inclusão social | Dados quantitativos e qualitativos obtidos nos equipamentos. | Gestão do SUAS e coordenação das unidades socioassistenciais. | Semestral |
| Cadastro Único e Programa Bolsa Família | Atualização cadastral das famílias; acompanhamento das condicionalidades; reuniões com beneficiários | Relatórios do CadÚnico; registros de reuniões. | Gestão do SUAS e coordenação das unidades socioassistenciais | Semestral |
| Controle Social | Acompanhamento das deliberações do COMASI sobre o PMAS e os planos de aplicação do FMAS; monitoramento das decisões e recomendações | Atas de deliberação; relatórios de monitoramento do CMAS; registros de conferências e | Conselheiros do COMASI e Gestão do SUAS | Semestral |

| | | | | |
|---|---|--|--|-----------|
| | encaminhadas ao poder público; fortalecimento da participação dos usuários e entidades na formulação e avaliação das políticas. | audiências públicas | | |
| Resultados e Impactos alcançados | Avaliação dos avanços na redução da pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social | Dados quantitativos e qualitativos obtidos nos relatórios produzidos pelas equipes de referência | Gestão do SUAS e coordenação das unidades socioassistenciais | Semestral |

Fonte: Elaborado pelo autor. Outubro de 2025.

ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO



Capítulo 11

11 ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO

O PMAS de Iconha estabelece seu período de vigência em consonância com as diretrizes da NOB-SUAS (Brasil, 2012), que orienta a elaboração de planos quadrienais articulados ao PPA, garantindo a integração entre os instrumentos de planejamento e orçamento público. Essa vinculação assegura a coerência entre as metas da Política de Assistência Social e as demais políticas municipais, fortalecendo a gestão descentralizada e a continuidade das ações no território.

O recorte temporal definido para o período de 2026 a 2029 busca consolidar um horizonte de planejamento capaz de sustentar a execução das metas propostas e a efetivação das ações estratégicas. O ciclo quadrienal favorece o desenvolvimento de políticas continuadas e a estabilidade necessária à consolidação da rede socioassistencial, permitindo que as transformações sociais e institucionais ocorram de forma gradual e estruturada. Ao adotar esse período, o município assegura uma gestão pautada na continuidade administrativa, na transparência e na articulação entre planejamento técnico e execução orçamentária.

O planejamento de médio prazo é essencial para que as intervenções da Assistência Social sejam efetivas, considerando tanto as demandas imediatas de proteção quanto os processos de fortalecimento da autonomia das famílias e indivíduos. A articulação entre o PMAS, o PPA, a LDO e a LOA possibilitam uma gestão integrada, com acompanhamento sistemático das metas e resultados, reforçando a eficiência na aplicação dos recursos públicos e o compromisso com a responsabilidade social.

Durante o ciclo de execução, está prevista a realização de avaliação contínua, permitindo a revisão de metas, a atualização de indicadores e o redirecionamento de ações conforme as necessidades identificadas. Além disso, o processo de monitoramento subsidiará ajustes anuais, garantindo que o plano permaneça dinâmico e adequado às transformações do território e às deliberações do COMASI.

A estrutura temporal adotada também considera a especificidade dos serviços socioassistenciais, que demandam continuidade e estabilidade para o fortalecimento dos vínculos, a reconstrução de trajetórias e o desenvolvimento de capacidades

protetivas. O ciclo de quatro anos permite equilibrar ações emergenciais e estruturantes, assegurando respostas imediatas às vulnerabilidades e promovendo mudanças sustentáveis no médio e longo prazo.

Por fim, o cronograma de execução do PMAS 2026–2029 contempla etapas progressivas de implementação, com base nas condições institucionais e financeiras do município. Essa organização está alinhada às exigências legais de funcionamento do FMAS e do COMASI, que, junto à aprovação do plano quadrienal, constituem requisitos para o cofinanciamento e o fortalecimento da política pública. Dessa forma, o espaço temporal de execução consolida-se como um instrumento de gestão participativa, articulada e orientada para resultados, reafirmando o compromisso do município com a consolidação do SUAS em Iconha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Capítulo 12

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do PMAS de Iconha representa um avanço significativo no fortalecimento do planejamento estratégico da política pública no município, reafirmando o compromisso da gestão em consolidar o SUAS como política de Estado, estruturada, permanente e orientada pela garantia de direitos. O processo de elaboração do documento ocorreu de forma participativa, envolvendo a equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, o COMASI, trabalhadores do SUAS e representantes da sociedade civil, assegurando que as diretrizes e metas propostas reflitam as necessidades reais do território e dialoguem com a vivência cotidiana dos serviços.

O diagnóstico socioterritorial produzido como base do plano permitiu uma leitura aprofundada das vulnerabilidades e potencialidades do município, oferecendo subsídios qualificados para a tomada de decisão. A análise dos dados evidenciou desigualdades internas, a concentração de demandas em áreas rurais e periféricas, limitações no acesso a serviços públicos essenciais e diferentes padrões de vulnerabilidade entre famílias, grupos etários e ciclos de vida. Ao proporcionar um retrato atualizado da realidade local, o diagnóstico orientou a definição de prioridades e a construção de ações planejadas de forma territorializada e coerente com o porte de Iconha e com as normativas do SUAS.

Com base nesse processo, a gestão municipal reafirma seu compromisso com a qualificação contínua da rede socioassistencial, priorizando a melhoria das ofertas, o fortalecimento dos serviços e a ampliação da capacidade protetiva da política. O plano expressa a intenção de aprimorar a integração entre os níveis de proteção social, ampliar o diálogo intersetorial, valorizar os trabalhadores do SUAS e aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a assegurar maior efetividade às ações implementadas. A Vigilância Socioassistencial, integrada à gestão da informação, assume papel central ao produzir evidências que orientam o planejamento, a execução e o replanejamento das intervenções.

O COMASI desempenha função estratégica nesse processo. Enquanto instância de deliberação e controle social da política, cabe-lhe acompanhar a

execução das ações previstas, monitorar o alcance das metas e zelar pela coerência entre os objetivos definidos no plano e a implementação realizada pela gestão. O fortalecimento do COMASI como espaço plural, representativo e participativo é condição essencial para garantir transparência, corresponsabilidade e democratização da política de assistência social no município. A interação permanente entre gestão e controle social é componente indispensável para a efetividade do SUAS em Iconha.

O PMAS, por sua natureza, é um instrumento dinâmico e sujeito a reavaliações periódicas. Sua execução exige acompanhamento sistemático, revisões contínuas e avaliação permanente dos resultados alcançados, permitindo ajustar estratégias, corrigir fragilidades e aprimorar a capacidade de resposta da rede socioassistencial. Nesse processo, a produção de informações qualificadas pela Vigilância Socioassistencial e o diálogo com a rede de serviços e com a população usuária serão fundamentais para assegurar que o plano se mantenha alinhado às transformações sociais, econômicas e institucionais que interfiram na proteção social local.

Portanto, o PMAS de Iconha expressa a convergência entre diagnóstico, planejamento e compromisso político, reafirmando o papel do Estado municipal na garantia dos direitos socioassistenciais e na promoção da dignidade humana. Sua implementação requer articulação entre os entes federados, participação ativa da sociedade civil e responsabilidade técnica na condução da gestão. Ao assumir esses princípios, Iconha reafirma sua determinação em consolidar um SUAS robusto, equitativo e orientado pela proteção integral das famílias e indivíduos que compõem seu território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016**. Altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8805.htm . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas frequentes — Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: MDS, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf . Acesso em: 10 de novembro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Criança Feliz: a intersectorialidade da visita domiciliar**. Brasília, DF, 2017. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_n_a_visita_domiciliar_2.pdf . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2006. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2023/10/Norma_Operacional_RH-SUAS_2006.pdf . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026)**. Aprovado pela Resolução CNAS nº 7, de 18 de maio de 2016. Brasília, DF: MDS, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Planos_Decenais_AssistenciaSocial.pdf . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CadSUAS – Consulta Externa: Dados Gerenciais – Recursos Humanos**. [S.l.]. Brasília, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html> . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **CECAD 2.0**. Brasília, 2025c. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 23 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**. Módulo Índice de Unidade – Iconha. Disponível em: https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=29&VMun=292870 . Acesso em: 14 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatórios do RI Social – Iconha (ES)** Brasília, 2025a. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=320260&aM=0#bol_safamilia. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: Trilha para o contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasil, 2024. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/08/Trilha_1.pdf . Acesso em: 23 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: Trilha para o contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional**. Brasil, 2025e. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/09/Versao-Digital-preta.pdf> . Acesso em: 23 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **VIS DATA 3– Iconha**. Brasil, 2025d. Disponível em: <https://encurtador.com.br/LsaF> . Acesso em: 23 de outubro de 2025.

BRONZO, C. **Vulnerabilidade, territórios e intersetorialidade nas políticas sociais**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 63-83, 2010.

FMCSV. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **Primeira Infância Primeiro – Iconha (ES)**. FMCSV, 2025. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/iconha-es/> . Acesso em: 29 de outubro de 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 496 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades e Estados – Iconha, ES**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/iconha.html> . Acesso em: 16 de outubro de 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades. Censo 2022 – Iconha, ES**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/iconha.html> . Acesso em: 15 de outubro de 2025.

ICONHA (cidade). **Lei Municipal nº 999, de 1º de novembro de 2017**. Dispõe sobre a regulamentação e concessão dos benefícios eventuais da Política Municipal de Assistência Social e dá outras providências. Iconha, 2017. Disponível em: <https://camaraiconha.es.gov.br/transparencia/legislacao/4556-lei-ordinaria-n-992-2017/file> . Acesso em: 30 de outubro de 2025.

ICONHA (cidade). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Relatório de Gestão Municipal de 2024**. Iconha, 2024a.

ICONHA (cidade). **Lei Municipal nº 1.474, de 02 de setembro de 2024**. Dispõe sobre o Programa Municipal de Apadrinhamento Afetivo e dá outras providências. Iconha,

2024b. Disponível em:
<https://camaraiconha.es.gov.br/transparencia/legislacao/13277-lei-n-1-474-de-02-de-setembro-de-2024/file> . Acesso em: 30 de outubro de 2025.

OLIVEIRA, A. C.; PAIVA, A. R.; SENNA, M. C. M. O SUAS e a centralidade na família: problematizando a imprecisão do conceito. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 147, n. 2, e-6628391, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/YHytZw4xvtnVHWkcJQtBRQm/?lang=pt> . Acesso em: 30 de outubro de 2025.

QEdU – Base Nacional de Dados Educacionais. **Dados educacionais de Iconha.** Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3202603-iconha/censo-escolar> . Acesso em: 29 de outubro de 2025.

SPOSATI, A. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 652-674, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 23 de setembro de 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 19 de setembro de 2025.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/03/2026 10:29:06 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JILCIARA JESUS DE SANTANA (COORDENADOR DO SUAS - ADS - SEMADES - PMICNH)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO DIGITALIZADO
Conferência: CONFERIDO COM DOCUMENTO CÓPIA SIMPLES EM SUPORTE PAPEL.

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-NKDGZC>